



REVISTA
SETREM

O CONHECIMENTO FAZ A DIFERENÇA!

Ano XV nº 29 JUL/DEZ 2016 - ISSN 1678-1252



INSTITUCIONAL**DIREÇÃO DA MANTENEDORA**

Diretoria Gestão 2015 - 2017

Presidente: Ermani Carlos Boeck

Vice-presidente: Ronaldo Fredolino Wenland

Secretária: Dalva Lenz de Souza

Vice-secretário: Nelson Moura de Oliveira

Tesoureiro: Waldemar Blum

Vice-tesoureiro: Lorita Baisch Korb

Conselho Fiscal:

Hordi Nubio Felten

Ermani Ademir Krause

Flávio Huber

Mario Tesche

Mário Keinert

Conselho Deliberativo:

Marisa Sandra Allenbrandt

Fábio Rogério Tesche

Kedi Meuer Lopes

Diretor geral: Sandro Ergang**Vice-diretor Ensino Superior e Ensino****Profissionalizante:** Sandro Ergang**Vice-diretora Administrativa:** Quedi Sônia Schmidt**Vice-diretora Educação Básica, Ensino Médio e Centro****de Idiomas:** Marilei Assini**Vice-diretora Educação Infantil:** Dagma Heinkel

Conselho Editorial: Ms Alexandre Chapoval Neto; Drdo Fauzi de Moraes Shubeita; Ms Gilberto Souto Caramão; Ms Jorge Antonio Rambo; Ms Luciomar de Carvalho; Ms Márcia Stein; Ms Marcos Caraffa; Ms Sandro Ergang; Ms Valsenio Gaelzer; Ms Vera Lúcia Lorenset Benedetti.

Comissão Científica Interna (avaliadores - sistema blind review): Ms Alexandre Chapoval Neto; Dra Angélica Reolon da Costa; Dra Ana Paula Cecatto; Dra Cinei Teresina Riffel; Dra Cléia dos Santos Moraes; Ms Douglas Faoro; Ms Evandir Bueno Barasuol; Drdo Fauzi Shubeita; Ms Gilberto Souto Caramão; Ms Jorge Antonio Rambo; Dr Letícia dos Santos Holbig Harter; Ms Loana Wollmann Taborda; Ms Márcia Stein; Ms Marcos Caraffa; Ms Mauro Alberto Nüske; Ms Paulo Vitor Daniel; Ms Priscila Barth; Dra Regina Zanon; Ms Renati Fronza Chitolina; Ms Rudinei Barichello Augusti; Ms Rodrigo Soder; Ms Sandro Ergang; Ms Tiago Luis Cesa Seibel; Ms Vera Lúcia Lorenset Benedetti; Ms Vera Pinto Zimmermann Weber.

Comissão Científica Externa (avaliadores - sistema blind review): Dr Claudio Schepke - UNIPAMPA (RS); Dr Cristiano Henrique da Veiga - UFU (MG); Ms Gustavo Griebler - IFF (Uruguaiana - RS); Dr João Bosco Sobral - UFSC (SC); Dr João Leonardo Pires - EMBRAPA (RS); Dr Jorge Luis da Cunha - UFSM (RS); Dr José Antonio Martinelli - UFRGS (RS); Ms Lilian Winter - FISMA (RS); Dr Luciano Bedin da Costa - UFRGS (RS); Dr Luis Carlos Zucatto - UFSM (RS); Dra Márcia Soares Chaves - EMBRAPA (RS); Dr Mário Luis Santos Evangelista - UFSM (RS); Dra Marlene Gomes Terra - UFSM (RS); Dr Miguel Vicente Sellitto - UNISINOS (RS); Dr Rafael Marcelo Soder - UFFS (SC); Dr Roque da Costa Göllich - UFFS (RS); Dr Sedinei Nardelli Beber - PUC (RS); Dra Soraia Napoleão Freitas - UFSM (RS), Dr Valmir Heckler - FURG (RS).

Capa: Assessoria de Comunicação SETREM**Diagramação:** Assessoria de Comunicação SETREM**Editor-chefe:** Ms Alexandre Chapoval Neto**Revisão:** Carla Matzembacher**Ano XV nº29 JUL/DEZ 2016 - ISSN1678-1252****Revista SETREM:** Revista de Ensino e Pesquisa**Sociedade Educacional Três de Maio Três de Maio:** SETREM Publicação Semestral**EDITORIAL**

Prezados leitores!

A edição nº 29 da Revista SETREM apresenta a publicação de 15 artigos, com temas nas diversas áreas de conhecimento, constituindo-se em um instrumento de pluralidade científica, considerando o tripé: ensino, pesquisa e extensão. A busca é por incentivar o pensamento reflexivo, o aprendizado contínuo e a constante troca de conhecimento nas várias áreas do conhecimento da ciência.

Tem como ideal a busca constante pela qualidade dos trabalhos envolvendo os três eixos – ensino, pesquisa e extensão, aliados aos pressupostos metodológicos e culminando no processo de divulgação desses resultados através de publicação científica.

Acreditamos que o conteúdo da Revista SETREM venha a atingir não somente o meio acadêmico, mas também organizações privadas e públicas, contribuindo tanto para a geração de conhecimentos quanto de soluções a problemas de natureza local, regional e estadual.

Em essência, a Revista SETREM é, sobretudo, um convite aos pesquisadores, docentes e estudantes, à exposição e divulgação de resultados de estudos, investigações e pesquisas, no sentido de realização da finalidade maior da academia: reflexões e debates que produzam resultados fundamentados nos métodos científicos, contribuindo ao amadurecimento intelectual tanto dos autores quanto dos leitores, proporcionando desenvolvimento das instituições, organizações e da sociedade em geral.

A publicação de mais um número de uma revista científica - Revista SETREM nº29 - é sempre algo a ser saudado com entusiasmo e alegria, principalmente por ser mais uma contribuição dos pesquisadores, professores e acadêmicos, em um trabalho conjunto de produção do conhecimento e à difusão do que foram capazes de acumular e socializar com toda a comunidade acadêmica.

Esperamos que a confiança depositada nesta Revista, como um dos meios para a socialização desses resultados de pesquisa, ensino e extensão, se renove, propiciando uma maior visibilidade à produção acadêmica, concorrendo para que ela se torne efetivamente pública, desde o nível de iniciação científica a pós-graduação. Afinal, entendemos que é aí, nesse processo, que os princípios éticos de responsabilidade para com o público começam a fazer um pouco mais de sentido, articulando-se a outras práticas formativas e alicerçando as bases para a vida do profissional e do futuro pesquisador.

Externamos nosso profundo agradecimento a todos que colaboraram para que fosse possível publicar mais uma edição da Revista SETREM. Desejamos a todos uma boa leitura.

Prof Msc Sandro Ergang
Diretor Geral da SETREM

SUMÁRIO

ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE NEGÓCIOS PARA UMA EMPRESA DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA.....	04
Francieli Regina Schlemmer Patrick André Dudar Jesildo Moura de Lima Sociedade Educacional Três de Maio - SETREM	
MOBILIDADE URBANA: PERCEPÇÕES DO USUÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO NO CAMPUS IJUÍ DA UNIJUI.....	12
Tarcisio Dorn de Oliveira Monalisa Trevisan Dorival Oliveira do Prado Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI	
DESCENTRALIZAÇÃO E CONVÊNIOS: A REALIDADE DE 10 MUNICÍPIOS DA REGIÃO DAS MISSÕES ENTRE 2006-2015.....	17
Luciana Scherer Sandra Beatriz Vicenci Fernandes Ronnie Reus Schroeder Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI	
A PRESENÇA DA INOVAÇÃO NO PROCESSO DA MUDANÇA E ADAPTAÇÃO ESTRATÉGICA: UM ESTUDO APLICADO EM UMA EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA CIDADE DE TRÊS DE MAIO – RS.....	26
Patrícia Eismann Jorge Oneide Sausen	
BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO – PNFC E O PROJETO PRODUTIVO EM SANTA ROSA/RS.....	36
Renato Rigo Junior Jorge Raminelli Júnior Cléia dos Santos Moraes Sociedade Educacional Três de Maio - SETREM	
POPULAÇÃO DE INIMIGOS NATURAIS ASSOCIADOS AO COMPLEXO DE PERCEVEJOS E LAGARTAS DA SOJA NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2015/2016.....	44
Daniela Pilecco Cinei Teresinha Riffel Sociedade Educacional Três de Maio - SETREM	
POLÍTICAS DE GOVERNO NO ÂMBITO EDUCACIONAL: ANÁLISE DO PROCESSO DE MUDANÇA ESTRATÉGICA NA CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	55
Aline Prestes Roque Carla Micheli Maron Araújo	

A EMANCIPAÇÃO DO SUJEITO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO POLÍTICA: UMA PERSPECTIVA DE PROMOÇÃO DA AUTONOMIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS.....63

Roberta Taís Recktenwald
 Caroline Schreder
 Rudinei Barichelo Augusti

A ATUAÇÃO DO(A) PEDAGOGO(A) EM ORGANIZAÇÕES: ALÉM DOS ESPAÇOS ESCOLARES.....68

Elen Fabiane Garrot Pinheiro
 Fátima Cristina De Almeida
 Sílvia Natália De Mello

MAPEAMENTO DO PROCESSO PRODUTIVO EM UMA FÁBRICA DE RAÇÕES DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....79

Alessandra Karin Johann
 Alexandre Chapoval Neto
Sociedade Educacional Três de Maio - SETREM

NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E TERCEIRIZAÇÃO: DA CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO À FLEXIBILIZAÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES.....89

Ângelo Felipe Zuchetto Ramos
 Josnei Machry Weber

VIVÊNCIA GRUPAL: CONTRIBUIÇÕES DAS CRENÇAS RELIGIOSAS NO FAZER PSI.....98

Mariele Rambo
 Fernanda Aparecida Szareski Pezzi

COMPREENDENDO O IMPACTO DO DIAGNÓSTICO E O PROCESSO DE ELABORAÇÃO NAS MÃES COM FILHOS DIAGNOSTICADOS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA.....103

Niciane Vanessa Reinehr da Rosa
 Daniela Pereira Gonzalez

ASSISTÊNCIA PRESTADA NA COMUNIDADE TERAPÊUTICA NA PERCEPÇÃO DO USUÁRIO DE DROGAS.....111

Ruth Irmgard Bärtschi Gabatz
 Michele Johann
 Marlene Gomes Terra
 Stela Maris de Mello Padoin
 Jane Lillian Ribeiro Brum
 Eda Schwartz

SÍNDROME DE GUILLAIN-BARRÉ: FATORES INTRÍNSECOS E EXTRÍNSECOS E A SISTEMATIZAÇÃO DE ENFERMAGEM.....118

Fernanda Engerhoff
 Priscila Orlandi Barth
 Gilberto Souto Caramão

ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE NEGÓCIOS PARA UMA EMPRESA DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA

Francieli Regina Schlemmer¹

Patrick André Dudar²

Jesildo Moura de Lima³

SETREM⁴

RESUMO

Atualmente, podem-se ver muitos novos empreendedores, os quais por diversos fatores, montam seu próprio negócio, objetivando sempre a busca pelo sucesso do mesmo. Nota-se, também, que o agronegócio brasileiro vem tendo cada vez mais seu destaque, sendo o setor reconhecido por produzir os alimentos para a sobrevivência de todo e qualquer ser vivo, isto exigindo cada vez mais melhores tecnologias, o que garantem oportunidades de inovação no setor. Portanto, é fundamental realizar o planejamento do futuro investimento para detalhar estes fatores-chaves. Um grande facilitador é a realização de um plano de negócios, o qual demonstra uma análise mercadológica, econômica e financeira detalhada do mercado pretendido. O presente estudo tem por objetivo elaborar um Plano de Negócios para uma empresa de planejamento agrícola, o qual utilizou-se da ajuda do programa elaborado pelo SEBRAE, designado "Como Elaborar um Plano de Negócios 2.0" em que se projetou o mercado e os investimentos necessários para iniciar as atividades, identificando os pontos fortes e fracos, suas oportunidades e ameaças possíveis, e se realmente é um bom negócio investir no serviço pretendido. Após ter as informações concretas da realidade, analisou-se e foram sugeridas estratégias as quais facilitam o alcance do sucesso da mesma. Assim, por meio do estudo, foi concluído que a empresa planejada tem um custo inicial alto, porém, por ser prestadora de serviços, tem uma baixa manutenção após o investimento inicial concluído; também foi analisado o mercado pretendido, o que demonstrou que não há expectativas de crescimento, pois o município não tem para onde expandir. Em questão da concorrência, há um grande número de prestadores do mesmo serviço, o que diminui a participação da mesma. Porém, notou-se que há uma grande carência da assistência técnica dada pelas empresas deste segmento, o que para os agricultores é de suma importância; assim, percebeu-se que o acompanhamento e a realização das visitas técnicas serão o diferencial no mercado, tendo espaço sim para uma nova empresa do ramo, sendo sugerida a esta que ofereça estes diferenciais apontados e que busque constantemente por inovações tecnológicas e novas regiões para atuar, fortalecendo-se através de seus resultados e do relacionamento com o seu público-alvo, objetivando o sucesso de ambos os envolvidos.

Palavras-chave: Plano de Negócios. Planejamento e estratégias mercadológicas.

ABSTRACT

Currently, it can be seen many new entrepreneurs, which by several factors assemble their own business, always aiming the search for success. It is also noticed that Brazilian agribusiness is increasingly taking its highlight being the industry recognized for producing the food for the survival of any living being, this increasingly demanding better technologies, which ensure opportunities for innovation in the sector. Therefore, it is fundamental that the planning of future investment, to detail these key factors. A great facilitator is the realization of a business plan, which demonstrates a market analysis, detailed economic and financial of the intended market. This study aims to develop a business plan for an agricultural planning company, which employed the help of prepared by SEBRAE program, called "how to write a Business Plan" where the market was designed, and investments necessary to start activities, identifying strengths and weaknesses, its opportunities and potential threats, and if it really is a good business to invest in the desired service. After the concrete information of reality, strategies were analyzed and suggested which facilitate the achievement of the success of it. So, through the study, it was concluded that the planned company has a high initial cost, but to be a service provider, it has a low maintenance after the initial investment completed, it was also analyzed the intended market which has shown that not the expectations of growth, because the city has nowhere to expand. In a matter of competition, there are a lot of the same service, which reduces the participation of the same. However it was noted that there is a great need of technical assistance given by the companies in this segment, which for farmers is of paramount importance, as it was realized that the monitoring and implementation of the technical visits will be the difference in the market, space to a new company in the business, it is suggested to this offering these highlighted differences, and constantly seek for technological innovation and new regions to act, getting stronger through their results and the relationship with its target audience, aiming to successful both involved.

Keywords: Business Plan. Planning and marketing strategies.

1. INTRODUÇÃO

O agronegócio hoje é um dos principais setores da economia brasileira, sendo que o mesmo tem a capacidade de produzir alimentos para a sobrevivência dos seres vivos e também por ocupar uma posição de

¹ Acadêmica do Curso de Bacharelado em Administração da SETREM.

² Acadêmico do Curso de Bacharelado em Administração da SETREM.

³ Professor Orientador do Curso de Bacharelado em Administração da SETREM.

⁴ Sociedade Educacional Três de Maio – Faculdade Três de Maio.

destaque mundial, é responsável por desenvolver a economia, sendo influenciador para impulsionar outras áreas, tendo assim um contínuo desenvolvimento.

Nota-se que o empreendedorismo vem crescendo constantemente, tendo seu início no Brasil em 1990, com a criação do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, sendo que em 2014 se atingiu a taxa mais alta de empreendedorismo, com um total de 34,4% de empreendedores, e um crescimento de 11,5% em dez anos, em que as inovações vêm impulsionando como grande diferencial dessas novas empresas, sendo que os consumidores estão mais exigentes e buscam novas opções que satisfaçam suas necessidades garantindo, assim, a qualidade e resultados por um valor justo cobrado pela prestação dos serviços.

Verifica-se que o setor do agronegócio no Brasil vem angariando posições de destaque no cenário global; assim, nota-se que a agricultura está sendo tratada de maneira diferenciada, através da busca constante de aprimoramento das técnicas de cultivo e inovações tecnológicas; com isso, vários outros setores se desenvolvem. Entre eles, a prestação de serviços para a agricultura, sendo atividades que objetivam atender às necessidades do setor para ter o crescimento constante da demanda.

Seguindo a tendência de novos investimentos no setor agrícola, o qual vem gerando um aumento da produtividade e impulsionando a economia brasileira, vê-se que foram criadas novas oportunidades de negócios. Estas, além de promover o desenvolvimento dos serviços para este setor, também criam a necessidade de estratégias inovadoras para conseguir se destacar e garantir a satisfação dos clientes.

Portanto, este estudo tem por objetivo a elaboração de um plano de negócios, analisando a viabilidade mercadológica, econômica e financeira da abertura de uma empresa de planejamento agrícola, com o intuito de oferecer aos seus clientes um serviço de qualidade e na expectativa de seus desejos. Assim, este estudo é baseado em informações de fontes secundárias, as quais demonstraram os dados necessários para realização do estudo.

Para haver um maior grau de relevância e conhecimento do assunto de estudo, foram realizadas entrevistas com pessoas influentes do setor agrícola, com a capacidade de demonstrar os desejos e anseios que existem no município de Doutor Maurício Cardoso, tendo assim a intenção de comparar as informações observadas nas entrevistas com as fontes secundárias, verificando a sua veracidade.

O estudo está dividido em três capítulos. No capítulo 1 estão apresentados os aspectos metodológicos do estudo, como o tema e sua delimitação, problema, objetivos, a justificativa, a abordagem, procedimentos e técnicas que foram utilizadas para a aplicação das entrevistas e da pesquisa. Seguindo com o capítulo 2, no qual estão apresentados os autores que embasaram a fundamentação teórica, além do aprofundamento dos objetivos do estudo.

No capítulo 3 estão demonstradas a análise dos dados e a discussão dos resultados obtidos; ou seja, as informações que foram levantadas através da elaboração de um plano de negócios, verificando a viabilidade mercadológica, econômica e financeira que visa a abertura de uma empresa de planejamento agrícola, com intenção da implantação da mesma no município de Doutor Maurício Cardoso – RS.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Foi realizada a elaboração de um plano de negócios para uma empresa de planejamento agrícola, situada no município de Doutor Maurício Cardoso - RS, no primeiro semestre de 2016. Os métodos de abordagem utilizados para o desenvolvimento do presente trabalho foram dedutivo, qualitativo e quantitativo.

O procedimento do estudo de caso foi aplicado, pois, buscou-se com o mesmo o conhecimento do mercado em que a empresa estará inserida, abordando diferentes resultados e conceitos para a realidade da mesma.

As técnicas utilizadas foram pesquisa bibliográfica, técnica de coleta de dados, técnica de entrevista, técnica de pesquisa de mercado, técnica de análise de dados e técnica de análise de conteúdo.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Assim, este referencial teórico se refere ao estudo do empreendedorismo e à constituição do plano de negócios, denominado por diversas áreas da administração e são fundamentais para o desenvolvimento do estudo em questão.

3.1. EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo revela grandes profissionais e negócios inovadores, Bel Pesce considerada uma grande empreendedora atualmente, a qual de forma estratégica e inovadora realiza seu trabalho com dedicação e conquista o seu público alvo por suas atitudes. Pesce (2012) “afirma que o que mais ajudou a ter sucesso no mundo empreendedor é ter paixão pelas coisas que faz” (p. 59).

Já no pensamento de Hirsich, Peters e Shepherd (2014):

O empreendedorismo exige ação, uma ação empreendedora por meio da criação por meio de novos produtos/processos e/ou da entrada em novos mercados, que pode ocorrer por meio de uma organização recém-criada ou dentro de uma organização estabelecida (HIRSICH, PETERS e SHEPHERD, 2014. p. 6).

Corroborando, nota-se que o empreendedorismo vai além de lançar apenas algo novo, e sim são vários os parâmetros a serem analisados, pois empreender vai a ter a visão de algo que é necessário e objetiva em criar, desenvolver tanto algo inovador como também algo já existente.

3.2. PLANO DE NEGÓCIO

O plano de negócios é fundamental para empreendedores, pois os mesmos estão criando novas ações estratégicas; desse modo, devem avaliar bem para gerar o crescimento esperado e ter o conhecimento de como gerenciar da melhor maneira antes mesmo da abertura da empresa, evitando que surpresas desagradáveis aconteçam.

No entendimento de Dornelas (2001), o plano de negócio

É um documento usado para descrever um empreendimento e o modelo de negócios que sustenta a empresa. Sua elaboração envolve um processo de aprendizagem e autoconhecimento, e, ainda, permite ao empreendedor situar-se no seu ambiente de negócios. As seções que compõem um plano de negócios geralmente são padronizadas para facilitar o entendimento (DORNELAS, 2001. p. 97).

Segundo Dornelas (2001), alerta que “um negócio bem planejado terá mais chances de sucesso que aquele sem planejamento, na mesma igualdade de condições” (p.91). Portanto, é fundamental que um novo negócio seja bem avaliado, para evitar que o mesmo tome direções erradas e acabe entrando em falência.

Acredita Pesce (2012) que:

O verdadeiro valor do plano de negócios está no tempo que você gasta pensando na ideia. Para escrever as seções é necessário pesquisar mercado, entender os concorrentes, testar algumas das ideias e avaliar diferentes estratégias para o empreendimento (PESCE, 2012. p. 88).

De fato, as empresas esperam, ao realizar um plano de negócio, a demonstração se é viável ou não, porém deve ser dada a atenção também à parte operacional, pois é de grande relevância. Estes fatores que demonstrarão a capacidade da empresa em alcançar melhores resultados financeiros futuros, tendo o cuidado de mantê-los sempre atualizados, conforme as mudanças que ocorrem, obtendo ótimos resultados e se destacando no mercado em atuação.

3.3. MERCADO

Entende-se mercado como um conjunto de compradores e de vendedores, com necessidades e desejos que podem ser satisfeitos com a aquisição de um determinado produto ou serviço. Dias *et al* (2010) denomina mercado como “o conjunto de pessoas e ou organizações cujas necessidades podem ser satisfeitas por produtos ou serviços e que dispõem de renda para adquiri-los” (p. 3).

O mercado agrícola, de acordo com Las Casas (2006).

É atraente devido ao volume de vendas gerado pela agroindústria. A agricultura tornou-se uma indústria moderna, fazendo com que a

proporção de fazendas e fazendeiros tinha diminuído. Houve aumento de fazendas corporativas com atividades cada vez mais automatizadas e mecanizadas (LAS CASAS, 2006. p. 212).

Portanto, o mercado é um grupo de indivíduos, que possuem necessidades e desejos, constituídos por áreas diversas, que seguem uma mesma categoria, a fim de satisfazer as necessidades.

3.4. MARKETING

Kotler *apud* Cobra (2009) define *marketing* como “processo social por meio do qual pessoas e grupos de pessoas obtêm aquilo que necessitam e desejam com a criação, a oferta e a livre negociação de produtos e serviços de valor com outros” (p. 4).

Pode ser entendido pelo *marketing* como uma ferramenta que tem por objetivo identificar as necessidades e desejos dos clientes e assim desenvolver produtos e serviços capazes de satisfazê-los.

3.5. SERVIÇOS

Serviços para Las Casas (2006), “podem ser considerados como atos, ações e desempenho, estes são intangíveis e estão presentes em quaisquer ofertas comerciais” (p. 284).

Os serviços necessitam de uma maior atenção, quando se dispõem a prestá-lo, pois, além de ser aquilo com o qual foi proposto a se fazer, os serviços podem ser facilmente influenciados, positiva ou negativamente de acordo com fatores individuais do colaborador que executará o serviço, dando, assim, uma maior importância para a padronização dos processos, treinamento de pessoas, para que a qualidade não sofra alterações.

3.6. SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO RURAL

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), de acordo com Wildmann (2001), teve sua criação em função de disponibilizar para o setor primário os recursos necessários para o financiamento das atividades rurais de forma descentralizada através de uma teia (rede) de instituições financeiras públicas e privadas, seja diretamente ao produtor rural e ou via suas cooperativas.

Segundo MAPA (2016), o Crédito Rural

Abrange recursos destinados ao custeio, investimento ou comercialização. As suas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR), elaborado pelo Banco Central do Brasil. Essas normas são seguidas por todos os agentes que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como bancos e cooperativas de crédito (MAPA, 2016).

Lima (2012) explica que o Banco do Brasil, juntamente com a CREA (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial), criaram o Sistema de Crédito Rural em 1937. Este somente entrou em funcionamento com a lei 4.829

de 1965. A primeira política de crédito para o meio rural foi criada em 1885 a partir de um decreto imperial.

Segundo BACEN (2016):

Os custeios têm como finalidade financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias, com o objetivo de beneficiamento ou industrialização da produção; já os investimentos, destinam-se para atividades agropecuárias ou não agropecuárias, para melhoria da infraestrutura em todas as etapas das atividades (BACEN. 2016).

Desta maneira, nota-se a grande importância para o desenvolvimento da produção mundial as políticas agrícolas, sendo possível o crescimento e garantindo o desenvolvimento rural.

3.8. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A assistência técnica, de acordo com BACEN (2016), tem a finalidade de identificar as soluções para problemas ligados à produção, ao gerenciamento, ao beneficiamento, à comercialização, ao consumo, entre outros, que podem ser identificados em uma propriedade, além de tentar unir o bem-estar do beneficiário e a preservação ambiental.

A ação da assistência técnica, segundo BACEN (2016) deve envolver a pesquisa agrícola, os produtores rurais e as entidades que os representam. A assistência técnica é representada pela elaboração de plano ou projeto e por meio de orientações técnicas no local em que o projeto ou plano está sendo implementado.

3.8.1. Projetos de Custeio/ Investimento

Ao elaborar projetos de custeio e investimento, as prestadoras desse serviço se baseiam em normas que variam de acordo com o agente financeiro e são repassadas aos projetistas em reuniões realizadas no início do ano agrícola.

No entendimento de Patel (2011), a decisão de financiar ou não a lavoura, é tomada depois que o agricultor avalia a sua capacidade financeira para aquisição dos produtos agroquímicos e compra de equipamentos. Porém, o fator mais relevante é que, quando a lavoura é financiada, o produtor conta com o benefício do seguro agrícola (PROAGRO) (PATEL, 2011. p. 15).

Os projetos de custeio e de investimento são requisitos exigidos pela entidade financeira. Nestes deve ser apresentado o porquê se quer fazer o investimento, tendo detalhado a análise e a viabilidade do negócio.

4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

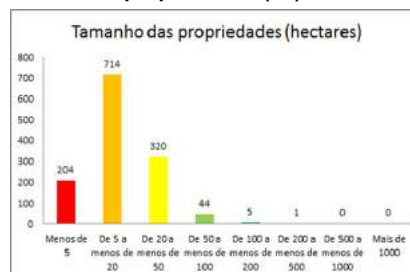
Neste capítulo, apresenta-se a proposta de um plano de negócios e os resultados da análise mercadológica, econômica e financeira, que foi desenvolvida para uma empresa de planejamento agrícola no município de Doutor Maurício Cardoso – RS.

4.1. AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO

De acordo com os dados da Prefeitura de Doutor Maurício Cardoso (2016), a força inicial de preparar o terreno e lançar a semente à terra, quase sempre era recompensado com a abundância da colheita.

Visto até hoje que as terras são muito produtivas e férteis, grande parte são terras de latossolo vermelho com boa fertilidade. A agricultura é o setor que predomina no município, destaca-se em seus plantios e quantidades de produção.

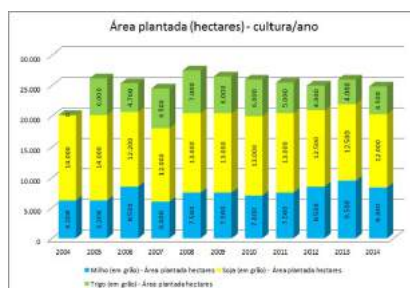
Figura 1 - Tamanho das propriedades (ha)



Fonte: Emater adaptado por Dudar, Lima e Schlemmer, 2016.

Através das informações obtidas e demonstradas na figura 01, verifica-se que a agricultura do município de Doutor Maurício Cardoso é baseada em pequenas e médias propriedades. É formada por 714 pequenas propriedades, com áreas de 5 a menos de 20 hectares, somando 55,43%, seguido por 320 propriedades com tamanho de 20 a menos de 50 hectares, representando 24,84% das propriedades, seguindo pelas demais demonstradas na figura 1.

Figura 2 - Área Plantada (Hectares) – Soja, Trigo, Milho



Fonte: IBGE adaptado por Dudar, Lima e Schlemmer, 2016.

A figura 2 apresenta as três principais cultivares do município em que estão representadas as respectivas quantidades de hectares destinadas para cada uma das culturas, entre os anos de 2004 a 2014, em que se verifica como os produtores estão se comportando em relação à opção de cultura para formar suas lavouras.

Nota-se que no ano de 2008 obteve-se a maior área plantada em hectares totalizando 27.500 hectares, os quais foram destinados ao plantio das três cultivares demonstradas na figura 2. Também, ao analisar as informações, pode-se fazer uma relação entre o aumento da área de uma cultura e a diminuição de outra nos anos estudados, os quais se comportam de acordo com os fatores de mercado para a escolha da cultura a ser plantada.

4.2. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS DAS ENTREVISTAS

A pesquisa realizada foi aplicada na cidade de Doutor Maurício Cardoso, no período de 11 a 22 de abril, em que foram entrevistadas 23 pessoas representantes e responsáveis por criar e desenvolver o setor agrícola do município e suas respectivas localidades, ou seja, os “formadores de opiniões”. Este estudo é baseado praticamente em dados secundários. Já a entrevista realizada teve como principal objetivo uma coleta de informações mais apurada. Ao ser feita a pergunta referente à área plantada no município, das culturas da soja, milho e trigo, e outros, as respostas obtidas são semelhantes aos dados coletados pelo IBGE (2016), em que, segundo os entrevistados, a cultura da soja teve uma área plantada de 12.000 hectares em média, na safra 2014/2015. Já para a cultivar de milho, a média ficou em 7.400 hectares e o trigo obteve uma média de 4.750 hectares de área plantada. Ainda obtiveram-se as respostas para outras culturas plantadas, que foram citadas com mais frequência e maior área; a plantação de fumo, com média de 426,5 hectares. Assim, pode-se dizer que as informações que foram utilizadas são pertinentes com as obtidas nas entrevistas.

Ao perguntar sobre o total da área em que se utilizavam os financiamentos para o plantio, obteve-se uma média que a cultura da soja tem uma área financiada de 10.000 hectares; para milho, a média ficou em 7.000 hectares; já o trigo, obteve-se 4.500 hectares financiados.

Quando questionados sobre qual é a participação de mercado na área de planejamento agrícola, teve empresas concorrentes que participam de 5% a 30%; assim, observa-se que as empresas que responderam ao questionário, juntas atendem apenas 45% do mercado; o restante está dividido em outras empresas que não responderam a entrevista.

Ao serem questionados sobre como eles avaliam as empresas existentes na prestação de serviços, 67% dos respondentes avaliam como sendo bom o nível das empresas; já 29% responderam ser regular, e 5% ótimo; e os principais fatores que motivaram esse posicionamento foram a agilidade e a rapidez para elaboração e profissionais qualificados como fatores positivos. Como mais relevante entre os pontos negativos é a falta de assistência técnica. Ao perguntar o que eles esperavam das empresas que realizam o planejamento agrícola, a resposta mais citada foi a necessidade de mais assistência técnica para os clientes.

Para poder identificar os concorrentes que atuam no mercado foi perguntado quais as empresas mais conhecidas que atuam em Doutor Maurício Cardoso. Desta forma, as empresas citadas foram: Juliani Planejamentos, Coopermil, Leonisio Roberti (Coopervisão), Alcides Arend, Cotrimaio, Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Paulo Fucks, Unitech e Progetop. Quando perguntados sobre quais fatores influenciam na escolha da empresa que prestará o serviço, as respostas foram, como principais fatores, o tempo e o conhecimento do mercado; outros, consideram o atendimento, a tradição e a amizade, e também aqueles que priorizam agilidade, praticidade e o preço.

Perguntando sob a possibilidade de abertura de uma nova empresa deste segmento, se o mercado comporta, se seria necessário, demonstraram que haveria espaço para a implantação, mas com ressalvas, que o mercado é bastante concorrido em número de empresas e que seriam necessários diferenciais para que ela pudesse se destacar e crescer neste ramo de atuação.

Finalizando, buscou-se obter contribuições e críticas. As críticas mais frequentes foram a falta de visitas e o acompanhamento das lavouras. As contribuições que foram colocadas como sugestões de melhorias foram a necessidade de mais assistência técnica e visitas nas lavouras, fazendo um acompanhamento melhor do plantio à colheita. E, deixou-se como sugestão de uma empresa avaliar a necessidade de investimentos, quais trarão mais retorno, avaliando toda a propriedade, tornando-a mais lucrativa.

4.3. ANÁLISE MERCADOLÓGICA

Figura 3 - Potencial de Mercado

POTENCIAL DE MERCADO PARA FINANCIAMENTO DE LAVOURA - SOJA, TRIGO E MILHO						
Cenário	Cultura	Média da área plantada dos últimos 11 anos (hectares)	Valor financiado por hectare	Total do potencial de mercado	Valor cobrado pelo serviço	Total da previsão de receitas
Cenário 1	Soja	12.836	R\$ 1.637,15	R\$ 21.014.457,40	2%	R\$ 420.289,15
	Milho	7.522	R\$ 2.472,82	R\$ 18.600.552,04	2%	R\$ 372.011,04
	Trigo	4.882	R\$ 1.186,71	R\$ 5.793.518,22	2%	R\$ 115.870,36
	Total	25.240	Total	R\$ 45.408.527,66	Total	R\$ 908.170,55
Cenário 2	Soja	12.836	R\$ 1.637,15	R\$ 21.014.457,40	1,5%	R\$ 315.216,86
	Milho	7.522	R\$ 2.472,82	R\$ 18.600.552,04	1,5%	R\$ 279.008,28
	Trigo	4.882	R\$ 1.186,71	R\$ 5.793.518,22	1,5%	R\$ 86.902,77
	Total	25.240	Total	R\$ 45.408.527,66	Total	R\$ 681.127,91
Cenário 3	Soja	12.836	R\$ 1.637,15	R\$ 21.014.457,40	1%	R\$ 210.144,57
	Milho	7.522	R\$ 2.472,82	R\$ 18.600.552,04	1%	R\$ 186.005,52
	Trigo	4.882	R\$ 1.186,71	R\$ 5.793.518,22	1%	R\$ 57.935,18
	Total	25.240	Total	R\$ 45.408.527,66	Total	R\$ 454.085,28

Fonte: Dudar, Lima, Schlemmer, 2016.

Para se obter os valores que compõem a figura 3 e fazer a previsão do potencial de mercado, utilizou-se a média da área plantada dos últimos 11 anos no município, das culturas de soja, milho e trigo, para ter a base de quantos hectares serão plantados no ano seguinte.

Verificou-se o potencial de mercado em três diferentes cenários; no cenário 1, pode-se dizer que utilizou-se uma situação otimista, em que os resultados obtidos são considerados os melhores para a empresa; para o cenário 2, buscou-se uma situação regular ou intermediária, cujos resultados são medianos para a empresa; já para o cenário 3, utilizou-se uma situação pessimista da previsão de receitas, em que os resultados da previsão são menores para o negócio.

Figura 4 - Previsão de Vendas

PREVISÃO DE VENDAS		
Potencial de vendas no mês (unidades)	Previsão de vendas (%)	Previsão de vendas no mês (unidades)
88	31,82%	28

Fonte: Dudar, Lima, Schlemmer, 2016.

O potencial de vendas da empresa foi estimado em 88 projetos mensais. Conforme a figura 4, analisando os fatores mercadológicos, definiu-se para empresa uma previsão de vendas de 28 projetos mensais, o qual ocuparia 31,82% da capacidade produtiva da empresa.

Figura 5 - Previsão de Receita Mensal

PREVISÃO DE RECEITA MENSAL		
Previsão de vendas no mês (unidades)	Receita média por Projeto	Previsão de receitas mensal
28	R\$ 269,80	R\$ 7.554,40

Fonte: Dudar, Lima, Schlemmer, 2016.

Para uma empresa a quantidade e o valor das vendas são fatores que determinam a viabilidade do negócio; sendo assim, na figura 5 estão ilustrados os dados utilizados para a obtenção da previsão da receita mensal, cujo resultado foi obtido através da multiplicação da previsão de vendas no mês em unidades, e a receita média por projeto, assim chegando ao valor mensal de R\$ 7.554,40.

4.4. ANÁLISE DE MARKETING

A análise de *marketing* é o conjunto de ações voltadas a introduzir a empresa no mercado e a imagem percebida pelos consumidores. Portanto, foram criadas sugestões a partir das características da empresa em estudo.

4.4.1. Negócio

Realização de planejamentos agrícolas e assistência técnica.

4.4.2. Missão

Atuar com excelência no setor agrícola, suprimindo as necessidades e proporcionando o desenvolvimento rural de forma integrada com a sociedade e com o meio ambiente.

4.4.3. Visão

Ser uma empresa reconhecida por prestar serviços técnicos, visando às práticas sustentáveis e à busca pela melhoria contínua do desenvolvimento rural.

4.4.4. Valores

Honestidade. Qualidade do trabalho. Respeito. Ética. Transparência. Comprometimento.

4.4.5. Estratégias Promocionais

Propaganda em Rádio. Cartões de visita. Participação em eventos da comunidade. Descontos de acordo com o serviço prestado.

4.4.6. Localização

Localizada na Avenida Getúlio Vargas, no centro da cidade de Doutor Maurício Cardoso – RS.

4.5. ANÁLISE OPERACIONAL

A análise operacional tem por objetivo principal criar um ambiente que seja agradável às pessoas que trabalham no mesmo, em harmonia com os processos produtivos, garantindo a capacidade da empresa de realizar as atividades propostas.

4.5.1. Layout

Figura 6 - Layout da Empresa



Fonte: Dudar, Lima, Schlemmer, 2016.

Conforme a figura 6, em que está ilustrado o ambiente sugerido para acomodar a empresa do plano de negócios, assim como todos os objetos, móveis, utensílios e decoração do mesmo, o qual foi dividido em três ambientes, estes sendo a recepção, a sala 1 e a sala 2 e o banheiro em anexo a sala 2.

4.6. ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA

A análise econômica e financeira tem por objetivo demonstrar as condições que tornam a implantação do negócio viável.

4.6.1. Investimentos

Na figura 7 estão demonstrados os investimentos totais que serão necessários para a implantação da empresa de planejamento agrícola.

Figura 7 - Investimentos Totais

DESCRIÇÃO DOS INVESTIMENTOS	VALOR (R\$)	(%)
Investimentos Fixos	R\$ 25.570,50	80,73%
Capital de Giro	R\$ 3.321,71	10,49%
Investimentos Pré-Operacionais	R\$ 2.783,47	8,79%
TOTAL	R\$ 31.675,68	100,00%

Fonte: Dudar, Lima, Schlemmer, 2016.

Assim, para esta empresa iniciar as atividades é necessário um investimento de R\$ 31.675,68.

4.6.2. Custos

Os custos são divididos pelos custos fixos e variáveis, totalizando assim os custos que a empresa de planejamento agrícola terá para se manter no mercado.

Sendo o custo fixo mensal de R\$ 4.548,29, custo com depreciação de R\$ 408,98 mensal, e custo operacional de R\$ 2.783,47.

4.6.3. Demonstração do Resultado de Exercício

A DRE demonstra as receitas totais referentes à projeção das vendas as quais somam R\$ 7.554,40 mensais que equivale aos 100%. Destes são descontados os custos com materiais que representam 3,71%, e descontam os custos fixos totais de 60,21%. Dessa forma, o resultado de R\$ 1.110,97 é o lucro estimado do período, representando 14,71% das receitas.

Anualmente projetando em um mesmo cenário, o lucro operacional será de R\$ 13.331,64.

Figura 8 - Ponto de Equilíbrio, Lucratividade, Rentabilidade

INDICADORES	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
Ponto de Equilíbrio (R\$)	R\$ 77.000,35	R\$ 86.240,39	R\$ 86.240,39	R\$ 86.240,39	R\$ 86.240,39
Lucratividade (%)	14,71%	14,71%	14,71%	14,71%	14,71%
Rentabilidade (%)	44,48%	49,82%	49,82%	49,82%	49,82%
Prazo de retorno do investimento (anos):	2 anos e 3 meses				

Fonte: Dudar, Lima, Schlemmer, 2016.

Na figura 8 são demonstrados os indicadores de viabilidade sobre a implantação da empresa de projetos agrícolas, em que o ponto de equilíbrio para o primeiro ano é de R\$ 77.000,35 que é o valor mínimo necessários de vendas para que a empresa comece a obter lucro. Conforme projetado pelo programa do SEBRAE para a empresa em estudo, a lucratividade calculada para a

mesma foi de 14,71%, cujo resultado é obtido através da divisão do lucro pelo faturamento de um período. A rentabilidade, conforme a figura 38, foi projetada em 44,48% para o primeiro ano do investimento, o que demonstra que o mesmo apresenta um retorno positivo favorável sobre o capital investido.

4.6.4. Matriz SWOT

Através da matriz SWOT identificaram-se os pontos fortes e fracos; estes sendo suas forças e fraquezas, oportunidades e ameaças. Com estes dados fica mais fácil a tomada de decisões.

Figura 9 - Matriz SWOT

SWOT	Fatores internos (controláveis)	Fatores externos (incontroláveis)
PONTOS FORTES	Forças - Plano de negócios - Boa localização - Qualidade no atendimento - Agilidade nos processos	Oportunidades - Melhor acompanhamento técnico (mais visitas nas propriedades) - Serviço diferenciado - Necessidades de novos investimentos no setor agrícola
	Fraquezas - Comunicação visual - Empresa nascente - Profissional iniciante	Ameaças - Prestação de Assistência técnica gratuita - Dependência das políticas de financiamento - Novos entrantes - Grande número de concorrentes - Experiência dos concorrentes

Fonte: Dudar, Lima, Schlemmer, 2016.

4.6.5. Matriz BCG

Com base na Matriz BCG, a empresa foi classificada como “vaca leiteira”, pois é uma empresa que para os investidores é muito vantajosa, sendo que após a empresa em funcionamento, seus custos e necessidades de novos investimentos são pequenos, além de que o resultado é muito favorável. Assim, com base na matriz BCG, a empresa do plano de negócio é um bom investimento.

4.6.6. Estratégias Competitivas Genéricas

Definiu-se que a empresa se enquadraria na estratégia da diferenciação, pois a mesma busca desenvolver uma característica que torne o seu serviço único, e como a empresa tem por objetivo prestar um serviço de qualidade superior, agregando mais assistência técnica, juntamente com planejamento de qualidade.

4.7. SUGESTÕES

- Aumentar a gama de serviços oferecidos.
- Busca de novos mercados através da expansão para municípios vizinhos.
- Parcerias com outras empresas vinculadas ao ramo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo, que objetivou a elaboração do plano de negócios, buscou-se verificar qual a viabilidade mercadológica, econômica e financeira de uma empresa de planejamento agrícola no município de Doutor Maurício Cardoso, região noroeste do Rio Grande do Sul.

A análise mercadológica foi realizada através de dados secundários e também através de entrevistas realizadas com pessoas influentes do setor agrícola. Com isso, alcançou-se o primeiro objetivo específico

proposto, que era estudar o mercado em que se apurou o existente, o qual resultou no segundo objetivo específico proposto que era apresentar o potencial de mercado. Para dimensionar o potencial do mercado pretendido, foi feita uma análise para avaliar a população e a quantidade de propriedades rurais, tendo uma noção mais aprofundada a respeito do mercado agrícola do município, visando observar também a quantidade total de hectares plantados no município e qual a quantidade de hectares financiados pelos produtores rurais, totalizando o potencial de mercado em R\$ 45.408.527,66 e está dividida entre as culturas mais influentes.

O terceiro objetivo específico proposto buscou definir o potencial e a previsão de vendas, o qual para o potencial de vendas foi alcançado através das características da empresa, em que foram analisados o tamanho da empresa e a disponibilidade de recursos materiais e de tempo; assim, a previsão do potencial de vendas da empresa é de 88 projetos e a previsão de vendas foi definida em 28 projetos mensalmente realizados.

O quarto objetivo específico, visava delimitar aspectos táticos, estratégicos e operacionais, sendo alcançado através da elaboração do plano de negócios, no qual foram definidas as ações que seriam adotadas para a realização das vendas, quem iria fazer a prestação dos serviços e como seria realizado.

O quinto objetivo estabelecido foi a elaboração da matriz SWOT, a matriz BCG e as estratégias competitivas genéricas de Michael Porter que são ferramentas de análise que contribuem para a tomada de decisões; assim, as análises foram elaboradas através de fatores da empresa e do mercado, que resultou no posicionamento adotado pela mesma dentro de cada matriz, e que contribuíram para definir as estratégias a serem seguidas.

O sexto objetivo buscava quantificar os investimentos necessários para o empreendimento; assim, foi utilizado o *software* do SEBRAE “Como Elaborar um Plano de Negócio 2.0”, no qual foram colocados os dados que alimentavam o sistema e o mesmo definiu os valores necessários, tendo assim alcançado o sexto objetivo proposto.

O sétimo e último objetivo estabelecido visava analisar a viabilidade financeira e econômica do empreendimento. Para apurar os indicadores econômicos e financeiros, também foi utilizado o programa do SEBRAE, o qual possibilitou o auxílio nos cálculos dos indicadores, apurando assim os resultados demonstrados.

Os indicadores econômicos e financeiros obtiveram um investimento total de R\$ 31.675,68, projetando um total de vendas mensal em R\$ 7.554,40 e anualmente um total de R\$ 90.652,80, indicando um lucro mensal de R\$ 1.110,97 e anual totalizando em R\$ 13.331,64. Apresentou também um ponto de equilíbrio em relação ao primeiro ano em R\$ 77.000,35, obtendo uma lucratividade de 14,71% e rentabilidade de 44,48%, obtendo o *payback* em um período de 2 anos e 3 meses.

Conclui-se assim que a abertura da empresa de planejamento agrícola é um negócio viável, sendo

levado em consideração os dados apresentados até o momento, pois percebeu-se que o setor agrícola no município de Doutor Maurício Cardoso é muito importante, tendo, portanto, a necessidade de inovações para que continue se desenvolvendo.

Percebe-se também a importância de um plano de negócios que servirá de base para o desenvolvimento e para o sucesso da empresa, pois o mesmo fornece os subsídios necessários sobre as informações que um empreendimento necessita tanto para ser implantado, quanto para os resultados que o mesmo terá, colocando o mesmo em diferentes cenários e previsões, assim como o entendimento de todo o processo empreendedor. O plano de negócios fornece informações mercadológicas, econômicas e financeiras, além da análise das mesmas, o que influencia na tomada de decisão, tornando as decisões muito mais assertivas e o investimento muito mais seguro, pois o plano fornece as informações e dados que a empresa precisa para alcançar o sucesso.

Dessa forma, o presente estudo apresentou uma resposta, o problema de pesquisa proposto e atendeu aos objetivos específicos definidos para o mesmo, e agora o trabalho fica à disposição dos empreendedores do negócio para que os mesmos possam assim utilizar-se das informações construídas pelo estudo e para a implantação do negócio.

A partir deste estudo surgem possibilidades de novos estudos, que possam contribuir ainda mais, agregando conhecimentos, como, por exemplo, um estudo mais aprofundado para angariar e satisfazer os clientes, também a comunicação visual da empresa, entre tantos outros que podem contribuir para a empresa se manter no caminho do sucesso.

REFERÊNCIAS

BANCO DO BRASIL. 2004. **Evolução Histórica do Crédito Rural**. Acesso em 30/03/2016. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br>>.

CHIAVENATO, Idalberto. 2005. **Administração da Produção: Uma Abordagem Introdutória**. 11ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier. ISBN: 85-352-1630-8.

CHURCHILL, Gilbert Jr; PETER, J. Paul. 2003. **Marketing: Criando valor para os clientes**. São Paulo: Saraiva. ISBN: 85-02-03010-8.

DIAS, Sergio Roberto *et al*, **Professores do Departamento de Mercadologia da FGV-EAESP e convidados**. 2009. *Gestão de Marketing*. 1º ed. São Paulo: Saraiva. ISBN: 978-85-02-03787-885-02-03787-0.

DOUTOR MAURICIO CARDOSO. **Histórico do município**. Acesso em: 04/03/ 2016. Disponível em: <<http://www.pdrmcad.com.br/VisualizaConteudo.aspx?ID>>.

DORNELAS, José Carlos Assis. 2001. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus. ISBN: 85-352-0771-6.

GÜLLICH, Roque Ismael da Costa; LOVATO, Adalberto; EVANGELISTA, Mário dos Santos. 2007. **Metodologia da Pesquisa: normas para apresentação de trabalhos: redação, formatação e editoração**. Três de Maio: SETREM.

KOTLER, Philip. 2009. **Marketing para o século XXI: Como criar, conquistar e dominar mercados**. São Paulo: Ediouro. ISBN: 978-85-00-02395-8.

LIMA, Jesildo M. 2012. **Impactos da Aplicação de Financiamentos no Processo de Desenvolvimento da Agricultura do Município de Independência/RS**. Ijuí.

MOREIRA *et al*. 2010. **Administração de Vendas**. 2º ed. São Paulo: Saraiva. ISBN: 978-85-02-06060-9.

PESCE, Bel. 2012. **A menina do vale: como o empreendedorismo pode mudar sua vida**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra. ISBN: 978-85-7734-280-8.

PEREIRA, Matias José, 2012. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 3º ed. São Paulo: Atlas. ISBN: 978-85-224-6975-8.

PIRES, Alessandra. 2015. **Pesquisa GEM: Empreendedorismo atrai três em cada dez brasileiros**. SEBRAE. Acesso em: 21/03/2016. Disponível em: <<http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA>>.

PORTER, Michel E. 1999. **Competição: Estratégias Competitivas Essenciais**. 13º ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier. ISBN: 85-352-0447-4.

REZENDE, Raquel. 2014. **Inovação no Campo**. Revista Empreendedor: Negócios criativos, inovadores e rentáveis. Ano 20: Nº 236.

SANDHUSEN, Richard L. 2003. **Marketing Básico**. 2º ed. São Paulo: Saraiva. ISBN: 85-02-03771-4.

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. 2015. **Ideias de Negócios**. Acesso em: 24/03/2016. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sc/artigos/As-60-ideias-de-negocio>.

_____. 2015. **Pesquisa GEM: Empreendedorismo no Brasil e no Mundo**. Acessado em: 24/03/2016. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/Pesquisa-GEM:-empreendedorismo-no-Brasil-e-no-mundo>.

_____. 2013. **Sobrevivência das Empresas no Brasil**. Acesso em: 24/03/2016. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/>>.

_____. 2016. **Software do Plano de Negócios**. Acesso em: 01/04/2016. Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/>.

ZUINE, Priscila. 2012. **Os 15 países mais empreendedores do mundo**. Revista Exame. Acesso em: 21/03/2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/pme/album-de-fotos/os-15-paises-mais-empreendedores-do-mundo>>.

MOBILIDADE URBANA: PERCEPÇÕES DO USUÁRIO DE TRANSPORTE PÚBLICO NO CAMPUS IJUÍ DA UNIJUI

Tarcisio Dorn de Oliveira¹
 Monalisa Trevisan²
 Dorival Oliveira do Prado³
 UNIJUI⁴

RESUMO

Este artigo traz os resultados do estudo para a área do transporte público coletivo de Ijuí-RS, tendo em foco o nível de satisfação e percepção de seus usuários com destino ao campus UNIJUI, Ijuí-RS. Assim, propôs-se analisar os fatores nesse campo, impulsionado principalmente pela relevância que o tema mobilidade urbana possui na vida diária da população, uma vez que a área urbana do Brasil está em constante desenvolvimento o que, por sua vez, resulta em uma significativa expansão de seus territórios e influencia gerando assim um significativo aumento da frota veicular, o que modifica e compromete a mobilidade urbana. Portanto, é de fundamental importância que se desenvolvam análise da influência que este transporte público tem com os seus usuários, de modo a garantir à população melhores condições em seus deslocamentos, eficiência e segurança por meio de uma mobilidade urbana sustentável.

Palavras-Chave: Transporte Público. Mobilidade Urbana. Deslocamento. Transporte Coletivo. Pesquisa de Satisfação.

1. INTRODUÇÃO

A área urbana no Brasil está em constante desenvolvimento, o que por sua vez resulta em uma significativa expansão de seu território. Este crescimento é capaz de gerar um aumento da frota veicular alterando a dinâmica da mobilidade urbana (POLIS, 2005). De acordo com o Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte (2009), este país detém cerca de 80% da população brasileira em áreas urbanas; portanto, sua maioria reside nas cidades em que, com o gradativo crescimento, os habitantes migram para as áreas mais distantes do centro e no qual há uma maior concentração da oferta de serviços públicos e empregos. O resultado desse crescimento é um aumento na demanda por transportes para atender aos deslocamentos entre grandes distâncias, gastando muito tempo nesse ir e vir, para viver o seu dia-a-dia (POLIS, 2005).

Segundo Alves e Junior (2009), a partir do crescimento da população nas cidades e a realocação das atividades de comércio e serviços para outras partes das cidades colaboram em um processo de ocupação das áreas periféricas, aumentando a necessidade e complexidade dos deslocamentos da população, tornando os sistemas de transportes em

ABSTRACT

This article presents the results of the study to the area of public transport in Ijuí -RS, with a focus on the level of satisfaction and perception of its users bound to campus UNIJUI, Ijuí-RS. Thus it was proposed to analyze the factors in this field, mainly driven by the importance that the urban mobility issue has on the daily life of the population, since the urban area of Brazil is in constant development, which in turn results in a significant expansion of their territories and influences thereby generating a significant increase in the vehicle fleet changes or undertake urban mobility. Therefore, it is of critical importance to develop analysis of the influence that the public transportation has to its users, in order to ensure the best conditions for its population displacements, efficiency and security through sustainable urban mobility.

Keywords: Public Transportation. Urban Mobility. Displacement. Public Transport. Satisfaction Survey.

uma importante variável necessária para a qualidade de vida nas cidades. Desta forma, a mobilidade urbana se torna um desafio por causar mudanças expressivas no padrão de vida das pessoas e no modo destas se locomoverem; isso devido a diversos fatores relacionados à dinâmica das cidades, como o aumento de veículos e a maior necessidade de deslocamento de pessoas a cada dia mais cheias de compromissos, nos quais precisam ser pontuais. Para isso, precisam locomover-se de forma eficiente (RUEDIGER, 2014).

Nessa perspectiva, Alves (2009) salienta a importância do uso de medidas de planejamento urbano ordenando de forma conjunta com o sistema de transportes e de circulação atuantes, com o fim de garantir à população melhores condições em seus deslocamentos, eficiência e segurança por meio de uma mobilidade urbana sustentável. Neste mesmo quadro da mobilidade urbana, o Centro de Estudos e Debates Estratégicos evidencia uma supremacia dos automóveis nas cidades brasileiras, resultado de um aumento contínuo da frota. Este fato, juntamente com um ambiente em que a infraestrutura não segue uma expansão na mesma proporção, gerando fortes impactos negativos à população em termos de comprometer a mobilidade e acessibilidade urbana, provoca congestionamentos, acidentes de trânsito e poluição do ar, e à economia além, de um desconforto ambiental para a população (CENTRO, 2015).

¹ Doutorando em Educação nas Ciências pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestre em Patrimônio cultural pela Universidade Federal de Santa Maria. Docente dos Cursos de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo – UNIJUI. tarcisio_dorn@hotmail.com

² Acadêmica do Curso de Engenharia Civil pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. trevisan.monalisa@gmail.com

³ Acadêmico do Curso de Engenharia Civil pela Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. dorival.prado@hotmail.com

⁴ UNIJUI – Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

O aumento da frota veicular, principalmente do automóvel, intensifica impactos ambientais e de operação e gestão do sistema viário nas áreas urbanas, já que em geral este passa a ser o modo mais eficiente e ágil nos deslocamentos da população (ALVES e JUNIOR, 2009). Em muitas cidades brasileiras o investimento no deslocamento individual aumentou e, desta forma, ocorre a diminuição do uso do transporte público, ocasionando em um aumento na frota urbana, o que influencia congestionamentos constantes, ruídos, poluição do ar, elevação do número de acidentes e problemas de saúde (CHIROLI, 2011). Segundo Ruediger (2014) a utilização de automóveis particulares pela população atualmente se tornou um hábito generalizado em suas atividades e deslocamentos. Isso ocorre primeiramente pela autonomia que proporciona a seus condutores, porém outro fator que influencia é na pouca oferta de transporte público de qualidade, que trafegue com rapidez e seja confortável.

De acordo com pesquisas da ANTP (2015), a mobilidade e modo de transporte por habitante, segundo o porte da cidade (segundo o IBGE (2016), a população de Ijuí corresponde a 78.915 hab.), está dividido em Transporte Coletivo (TC) correspondendo a 23,4%, Transporte Individual (TI) com 24,2% e, por fim, Transporte Não Motorizado (TNM), com 52,4%. Pensar a mobilidade urbana é, portanto, pensar sobre a melhor forma de garantir o acesso das pessoas e bens ao que a cidade oferece; ela é o resultado da interação entre os deslocamentos de pessoas e bens com a cidade (POLIS, 2005). A mobilidade urbana deve ser garantida para todas as pessoas. A facilidade de deslocamentos de pessoas e bens no espaço urbano possibilita a liberdade de ir e vir, um direito garantido pela Constituição Federal (MDT, 2009).

De acordo com Alves e Junior (2009), o deslocamento é uma necessidade fundamental no cotidiano da população; sendo assim, deve-se buscar essa mobilidade de forma segura, eficiente, com acessibilidade universal e sustentável para todos. Assim, para vencer quaisquer dificuldades de deslocamento, é fundamental analisar como melhorar o transporte coletivo de forma a resultar em uma boa mobilidade urbana, sustentável e socialmente incluído (POLIS, 2005). A priorização do transporte coletivo é um objetivo da política de mobilidade urbana; para tanto, é necessário recuperar a imagem do transporte coletivo como um serviço para todos os cidadãos, não apenas oferecido para as pessoas que não têm carro, deve ser um serviço público que sirva a todos com qualidade (POLIS, 2005). Dessa forma, de acordo com Ruediger (2014), o transporte público é hoje um dos principais desafios da questão urbana brasileira, concentrando uma série de pontos críticos das grandes cidades do país.

Uma vez que a mobilidade urbana está diretamente relacionada na dinâmica dos centros urbanos e principalmente impulsionada pela relevância que o tema mobilidade urbana possui na vida diária da população, surgiu a proposta de se analisar o transporte público coletivo. Este estudo busca determinar se o sistema de transporte supre adequadamente a demanda para a área de Ijuí, mais especificamente os com destino ao campus da UNIJUI Ijuí-RS, de modo a registrar a

percepção e a influência que o transporte público tem com os seus usuários. Se o transporte público for uma boa opção, muitas pessoas que optam pelo transporte individual, passarão a utilizá-lo, uma escolha que ira contribuir para a diminuição da poluição e a economia de espaços utilizados para carros na cidade e, além disso, estarão agindo com responsabilidade em relação ao meio ambiente das cidades (POLIS, 2005).

2. METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO

Esta pesquisa de campo foi elaborada de modo a fornecer resultados, através de um levantamento por amostragem, do nível de satisfação das pessoas que utilizam o transporte público coletivo com destino ao Campus da UNIJUI Ijuí/R.S. Primeiramente, na etapa da amostragem, foi efetuada a seleção estimada da quantidade da população de usuários do transporte público coletivo com destino ao Campus Ijuí da Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ.

Para tanto, efetuou-se inicialmente um questionário em formato *online*, estruturado para registro das percepções dos usuários do transporte público referente à satisfação destes através de tópicos de seu interesse. Este questionário foi disponibilizado através do *site* <https://www.onlinepesquisa.com/s/ef28bb9> para as pessoas que tivessem interesse em participar.

Por meio desta, foram obtidas 111 (cento e onze) respostas com os indivíduos da população, os quais utilizaram o transporte coletivo com destino ao Campus da UNIJUI, entre os dias 10 e 24 de agosto de 2016. O mecanismo de obtenção das respostas foi através do fornecimento do questionário conforme a Figura 1.

Figura 1 – Pesquisa de Opinião do Transporte Público de Ijuí/R.S

Ajude-nos a avaliar o transporte público de Ijuí, responda todas as questões a baixo para sabermos sua satisfação e trabalharmos juntos com vocês.

Qual é a frequência que você usa o transporte público em Ijuí-RS? *

mais de uma vez por dia

uma vez por dia

mais de uma vez por semana

uma vez por semana

nunca

pesquisa de satisfação *

	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei responder
Qualidade do transporte	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Estado de conservação dos ônibus	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Conforto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acessibilidade	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Limpeza	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tempo de viagem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tarifa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Acesso à informação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

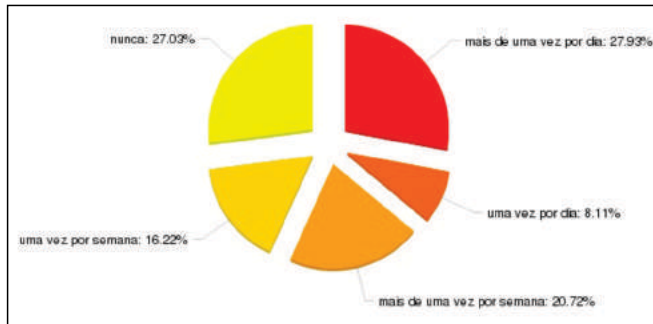
Fonte: Autoria Própria, 2016

3. RESULTADOS

Um transporte público de qualidade é imprescindível para que se torne uma opção para o cidadão que pretende se locomover pela cidade; este deverá oferecer um sistema funcional com uma infraestrutura que possibilite um transporte público que permita boa capacidade de mobilidade, além de qualidade, pontualidade, eficiência, econômica e conforto, características que prezam para a segurança e a confiabilidade na prestação do serviço (CENTRO, 2015).

Dessa forma, para analisar a influência que o transporte público coletivo tem com os seus usuários no cotidiano, primeiramente, na pesquisa de opinião, foi questionada a frequência com que estes usuários utilizam o transporte para se deslocarem para o campus Ijuí. A Figura 2 apresenta o resultado em porcentagem da proporção de utilização do transporte.

Figura 2 - Qual é a frequência que você usa o transporte público em Ijuí-RS?



Fonte: Autoria Própria, 2016

Em termos de frequência de utilização, as avaliações resultaram em basicamente três principais parcelas em que 27,03% não utilizam o transporte, enquanto 27,93% utilizam com muita frequência e somando 45,05% esta a parcela da população que regularmente utiliza o transporte coletivo (20,72%, mais de uma vez na semana; 8,11% uma vez por dia e 16,22% uma vez por semana). A seguir, analisou-se a percepção de cada uma destas parcelas da população através de tópicos de seu interesse.

3.1. UMA VEZ POR DIA

Em relação ao usuário que utiliza o Transporte Público uma vez ao dia, estes o consideram de bom a regular (37% e 42% respectivamente), enquanto apenas 5% estão “muito insatisfeitos” e 8% “insatisfeitos”, 5% “muito satisfeitos” e por sua vez 3% se dizendo “indiferentes”. A Figura 3 apresenta dados desta análise.

Figura 3 – A frequência de utilização do transporte público em uma vez por dia



Fonte: Autoria Própria, 2016

3.2. MAIS DE UMA VEZ POR DIA

Para esta parcela que mais utiliza o Transporte Público, 9% estão “muito insatisfeitos” e 13% “insatisfeitos”, 2% “muito satisfeitos” e 35% “satisfeitos”; por fim, a maioria, 41%, considera-o regular. A Figura 4 apresenta dados desta análise.

Figura 4 – A frequência de utilização do transporte público em mais de uma vez por dia



Fonte: Autoria Própria, 2016

3.3. UMA VEZ POR SEMANA

Para aqueles que utilizam o Transporte Público apenas uma vez por semana, 6% “muito insatisfeitos” e 10% “insatisfeitos”, 5% “muito satisfeitos” e 33% “satisfeitos”; por sua vez, a maioria (43%) o considera regular, com 3% se dizendo “indiferentes”. A Figura 5 apresenta as respostas e dados desta análise.

Figura 5 – A frequência de utilização do transporte público em uma vez por semana

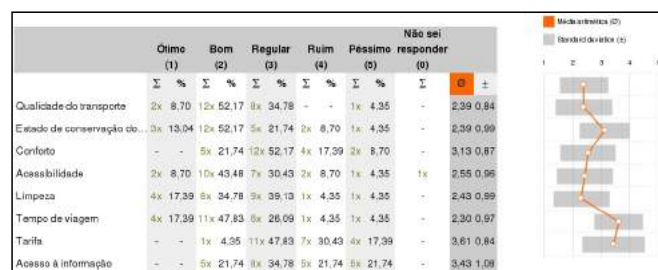


Fonte: Autoria Própria, 2016

3.4. MAIS DE UMA VEZ POR SEMANA

Conforme resultados da pesquisa para aqueles que utilizam o Transporte Público mais de uma vez por semana, 9% estão “muito insatisfeitos” e 12% “insatisfeitos”, 8% “muito satisfeitos” e 35% “satisfeitos”; por sua vez, 36% das respostas indicam o serviço de transporte como regular. A Figura 6 apresenta as respostas e dados desta análise.

Figura 6 – A frequência de utilização do transporte público em mais de uma vez por semana



Fonte: Autoria Própria, 2016

3.5. NUNCA

Em relação à parcela da população pesquisada que não utiliza o Transporte Público, 8% estão “muito insatisfeitos” e 14% “insatisfeitos”, 7% “muito satisfeitos” e 26% “satisfeitos”; por sua vez, 25% percebem o serviço de transporte público coletivo como regular, com 20% se dizendo “indiferentes”. A Figura 7 apresenta as respostas e dados desta análise.

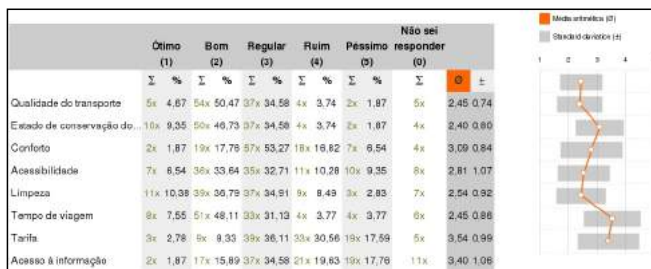
Figura 7 – Nunca utiliza o transporte público



Fonte: Autoria Própria, 2016

De forma geral, todos os participantes da pesquisa percebem o serviço de transporte público coletivo como regular (36%), seguindo por 32% considerando-o bom, 12% ruim, 8% o péssimo, 6% ótimo e, por fim, com 6% se dizendo “indiferentes”. A Figura 8 apresenta as respostas e dados desta análise.

Figura 8 – O transporte público de forma geral



Fonte: Autoria Própria

A mobilidade neste estudo foi analisada segundo alguns fatores, os quais levaram em conta as características de deslocamento da população em termos de frequência com que utilizam o transporte coletivo; além disso, foram disponibilizados atributos que estão relacionados com este tipo de transporte, o qual irá atuar como indicadores correspondendo à facilidade com que a população faz seu deslocamento, sobretudo aqueles que dependem do transporte para deslocar-se ao trabalho e à escola/faculdade, pois é fundamental em um transporte público de qualidade que supre as necessidades dos usuários, sejam estes frequentes ou não.

Ao longo da pesquisa de opinião foi questionado sobre os fatores que vão influenciar na preferência pelo transporte coletivo, de tempo de deslocamento bem como a pontualidade do serviço de transporte, a forma como este disponibiliza informações para o usuário, etc... Em sua maioria, os tópicos expostos ao julgamento dos participantes da pesquisa resultaram em um nível bom da avaliação. Estes estão satisfeitos com o serviço de transporte coletivo oferecido. Este nível de satisfação prevalece nos tópicos de:

a) qualidade do transporte;

b) estado de conservação dos ônibus: este, além de uma questão de conforto do usuário, implica principalmente em um impacto na cidade sendo que estas também podem estar sendo prejudicadas por meio da poluição e barulho;

c) tempo de viagem: de acordo com pesquisas da ANTP (2015), o tempo gasto pelas pessoas na circulação de acordo com o modal, para o Transporte Coletivo, chega a 50%, seguido pelo Transporte Individual com 21% e, por fim, os 29% restantes correspondem ao Transporte Não Motorizado. A maior parte do tempo é gasta nos veículos de transporte público. Fica claro que o usuário deste modo está sujeito a períodos de viagem superiores, que dependem da pontualidade, distância de deslocamento.

Os tópicos seguintes avaliados pelos participantes alcançaram um nível na pesquisa de bom a regular. Estes níveis de satisfação predominam nos seguintes tópicos:

d) limpeza;

e) acessibilidade: de acordo com o Brasil (2006), a acessibilidade implica na capacidade que um indivíduo tem de se movimentar, locomover e atingir um destino esperado; isto é, realizar com autonomia qualquer deslocamento e, em condições seguras, mesmo que para isso precise de aparelhos específicos. Nesse sentido, a acessibilidade é, antes de tudo, uma medida de inclusão social.

Os demais tópicos avaliados pelos participantes alcançaram um nível na pesquisa regular. Este nível de satisfação predomina nos tópicos referentes ao Conforto e ao Acesso à Informação. No entanto, o principal fator que concentrou a maioria das respostas negativas, de acordo com as avaliações, ocorreu no tópico com relação ao preço da tarifa com um nível de satisfação que vai de regular a ruim para todos os participantes, independente da frequência de utilização do meio de transporte.

De acordo com pesquisas da ANTP (2015), os custos da mobilidade por tipo de transporte em porcentagem são de: Transporte Individual (TI) com um custo Público de 5% e o Pessoal que atingem 75%, enquanto o Transporte Coletivo (TC) tem um custo Público de 1%. Enquanto o Individual atinge 19% em comparação com os demais. Ou seja, tanto sendo custo Individual ou Público os custos com o TC são os menores em comparação com o TI. Conforme o Relatório Geral 2013 (ANTP, 2015; p. 19):

As despesas pessoais por habitante variam de R\$ 2,71 por dia nos municípios menores para R\$ 7,56 por dia nos municípios maiores. É importante salientar que nem todas as pessoas se deslocam e muitas o fazem algumas vezes por mês, portanto estes dados médios por habitante são menores do que os dados que corresponderiam apenas às pessoas que se deslocam regularmente.

A política tarifária deve contribuir com o desenvolvimento urbano e incentivar a inclusão social, para, assim, fazer com que a política de mobilidade

urbana atraia mais pessoas para o uso do transporte coletivo, estimulando a melhoria do meio ambiente, provocando menos poluição, espera-se com isso obter melhor qualidade e menor tarifa do serviço (POLIS, 2005).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da mobilidade urbana reúne desafios. Nesse sentido, este artigo buscou analisar a percepção dos usuários do transporte público. Desse modo, a partir dos tópicos e indicadores anteriormente analisados que caracterizam a base desta pesquisa de satisfação do transporte público, compreender por meio do entendimento de seus sentimentos e percepções a possibilidade de identificar o grau de satisfação da população em relação àquele que é mais afetado pela precariedade do transporte, o usuário. Para que assim o transporte público possa ser uma opção para todos os cidadãos e ao mesmo tempo identificar melhoras no sistema de transporte público.

Para que o transporte público se tome uma opção para a mobilidade urbana do cidadão é indispensável o oferecimento de um sistema funcional, com uma infraestrutura que possibilite boa capacidade de mobilidade, além de qualidade, pontualidade, eficiência, economia, conforto, segurança e, assim, gerar confiabilidade na prestação do serviço. Os resultados da pesquisa de satisfação permitem concluir que há uma valorização não somente do transporte individual, mas também do coletivo, em que os usuários do transporte público reconhecem uma boa qualidade do transporte. Porém, é visível uma insatisfação com a tarifa dos serviços públicos, que, no geral, é o setor com pior avaliação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Priscilla; JUNIOR, Archimedes Azevedo Raia. **Mobilidade e Acessibilidade Urbanas Sustentáveis: A Gestão da Mobilidade no Brasil**. PPGEU: Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana. UFSCar: Universidade Federal de São Carlos, 2009. 15 p.

ANTP, Associação Nacional de Transportes Públicos. **Relatório Geral 2013: Sistema de Informações da Mobilidade Urbana da ANTP**. São Paulo, 2015. 95p.

BERGMAN, Lia; RABI, Nidia Inês Albessa de **Mobilidade e política urbana: subsídios para uma gestão integrada**. Rio de Janeiro: IBAM; Ministério das Cidades, 2005. 52 p.

BRASIL. **Caderno 2: Construindo uma Cidade Acessível**. Ministério das Cidades: Brasília. 2006. 170 p.

CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS; CONSULTORIA LEGISLATIVA. **Estudos Estratégicos: o desafio da mobilidade urbana**. 7 ed. Brasília: Edições Câmara, 2015. 348 p.

CHIROLI, Daiane Maria de Genaro; PAPPA, Marcia Fernanda. **Mobilidade Urbana Sustentável**. VII EPCC: Encontro Internacional De Produção Científica, 2011. 5 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Infográficos: dados gerais do município: Ijuí-RS**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=431020>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

MDT, Movimento Nacional pelo Direito ao Transporte. **Mobilidade Urbana e Inclusão Social**. Brasília: MDT, 2009. 68 p.

ONLINE PESQUISA. **Pesquisa de Opinião do Transporte Público de Ijuí-RS**. Disponível em: <<https://www.onlinepesquisa.com/s/ef28bb9>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

POLIS, Instituto de Estudos Formação e Assessoria em Políticas Sociais; ministério das cidades. **Mobilidade urbana é desenvolvimento urbano**. 1. ed. Brasil, 2005. 39 p. Disponível em: <www.cidades.gov.br> Acesso em: 16 ago. 2016.

RUEDIGER, Marco Aurélio. **Mobilidade Urbana e Cidadania: Percepções do Usuário de Transporte Público no Brasil (Relatório Preliminar)**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Diretoria de Análise de Políticas Públicas, 2014. 22 p.

DESCENTRALIZAÇÃO E CONVÊNIOS: A REALIDADE DE 10 MUNICÍPIOS DA REGIÃO DAS MISSÕES ENTRE 2006-2015

Luciana Scherer¹
Sandra Beatriz Vicenci Fernandes²
Ronnie Reus Schroeder³
UNIJUI⁴

RESUMO

A Descentralização é um processo que envolve a distribuição de funções, poderes e recursos da União para outras esferas da Administração Pública, com objetivo central de aumentar a eficiência na prestação de serviços aos cidadãos. A presente análise é um esforço epistemológico, de natureza descritiva com técnicas quantitativas, no sentido de busca da realidade por meio de dados disponíveis. O estudo debruça-se sobre 10 municípios, sendo os cinco maiores: Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Giruá, Cerro Largo e Santo Antônio das Missões e os cinco menores Mato Queimado, Sete de Setembro, Ubiretama, Rolador, Salvador das Missões, em termos populacionais - da Região das Missões, no Rio Grande do Sul. O objetivo principal é analisar o cenário da transferência de recursos da União para esses municípios. Por meio de Sistema Nacional de Convênios do Governo Federal – o SICONV, visualizados através do Portal da Transparência, é realizado um levantamento de todos os recursos recebidos no período entre 2006 a 2015, análise essa que propicia um significativo conhecimento sobre a realidade atual em relação à captação de recursos do Governo Federal por esses 10 municípios da região missioneira. A ideia norteadora é que a descentralização, como processo técnico-administrativo, mas também político propicia uma oportunidade aos municípios, no sentido de qualificarem-se e colocarem-se de forma competitiva no cenário de captação de recursos para melhor atender suas populações locais.

Palavras Chave: Repasse de Recursos Federais. Administração Pública. SICONV.

1. INTRODUÇÃO

O Estado pode exercer as suas funções e suas atividades de administração pública de forma direta ou indireta. Quando exercida indiretamente, há o que se chama de descentralização da administração pública, significando que há uma transferência, com coresponsabilidade de atribuições, recursos e/ou poderes a outros órgãos, entidades ou esferas públicas com o intuito de buscar uma maior eficiência dos serviços prestados pelo estado ao cidadão.

ABSTRACT

Decentralizations is a process that involves distribution of functions, powers and resources from the Union to other spheres of Public Administration, with the main purpose of increasing efficiency in the provision of services to citizens. The present analysis is an epistemological effort, of a descriptive nature with quantitative techniques, in the sense of searching for reality through available data. The study focuses on 10 cities, the five largest are: Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Giruá, Cerro Largo and Santo Antônio das Missões and the five smaller ones are Mato Queimado, Sete de Setembro, Ubiretama, Rolador and Salvador das Missões. The main purpose is to analyze the scenario of the transfer of resources from the Union to these cities. Through the National System of Agreements of the Federal Government – the SICONV, visualized through the Transparency Portal, a survey of all the resources received in the period from 2006 and 2015 is carried out, an analysis that provides a significant knowledge about the current reality regarding to the funding from the Federal Government by these 10 cities from the mission region of RS. The guiding idea is that decentralization, as a technical-administrative process, as well as a political process provides an opportunity for the cities, in order to qualify and place themselves in a competitive way in the scenario of fundraising to better serve their local populations.

Keywords: Transfer of Federal Resources. Public administration. SICONV.

Nesse sentido, o Decreto Lei 200/1967, tratou a descentralização como uma forma de ações da administração pública, por meio da realização de convênios, colocando em pauta uma administração visando à eficiência por meio da descentralização e na autonomia de uma administração indireta (BRASIL, 1967).

Embora já quase cinco décadas desde o estabelecimento do Decreto-Lei acima citado, o objeto por ele tratado continua em voga e presente no ambiente da administração pública federal, estadual e municipal, além das entidades privadas sem fins lucrativos. O repasse de recursos federais por meio de convênios para esferas municipais é o tema sobre o qual trata esse artigo.

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Regional pela Unijui/RS. Mestrado em Ciências Sociais pela PUC/RS. Integrante do Grupo de Pesquisa em Direitos humanos, Movimentos Sociais e Instituições – DIR-SOCIAIS UFFS. E-mail: lucianascherer@yahoo.com.br

² Doutora em Ciências do Solo. Agrônoma, Professora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIJUI. E-mail: sandravf@unijui.edu.br

³ Especialista em Recursos Humanos pela FDRH/PUC-RS. Bacharel em Administração pela UFRGS. Servidor Público Federal na Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS. Integrante do Conselho de Campus e do Conselho da Incubadora Tecnossocial de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários da UFFS – ITCEES. Integrante do Grupo de Pesquisa em Direitos humanos, Movimentos Sociais e Instituições – DIR-SOCIAIS. E-mail: ronnie.schroeder@uffs.edu.br

⁴ Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional.

O objetivo aqui proposto é realizar uma análise dos recursos da União transferidos por meio de convênios para os 5 maiores e os 5 menores municípios da Região das Missões⁵, em relação aos dados populacionais divulgados pelo IBGE no censo de 2010, no Rio Grande do Sul, no período entre 2006 e 2015.

Nesse sentido, busca-se uma discussão acerca do entendimento sobre descentralização, sobre o Sistema Nacional de Convênios – SICONV e sobre convênios, para então analisar os repasses efetuados pela União para cada um dos 10 municípios selecionados da região, ano a ano, entre o período citado. A análise busca traçar um histórico, identificando os valores recebidos, os “picos” e “depressões” em relação aos recursos recebidos – demonstrando a amplitude da variação dos valores, o número de convênios estabelecidos entre a União e as 5 maiores e 5 menores esferas municipais missioneiras, a relação entre percentual de valor recebido x percentual populacional do município (em relação à Região das Missões) e a relação do valor repassado por habitante de cada um desses municípios em análise (média recurso repassado x número de habitantes).

A metodologia do presente trabalho é caracterizada como sendo de natureza descritiva, com uma abordagem pautada por um esforço epistemológico, com técnicas quantitativas de investigação. Em relação aos instrumentos é desenvolvido um referencial teórico sobre descentralização, convênios e SICONV em livros, artigos científicos, portarias, decretos e leis, dissertações e teses, seguida por uma investigação sobre os repasses divulgados via SICONV, além de informações de fontes secundárias disponíveis no site do IBGE e FEE.

Esse trabalho é constituído, além dessa introdução e das considerações finais, por um delineamento metodológico com uma breve caracterização da região de análise e a exposição dos critérios estabelecidos para as construções das análises, uma discussão teórica sobre descentralização na Administração Pública, na sequência sobre Convênios e o Sistema de Convênios, e, finalmente, pela apresentação dos resultados e discussões de pesquisa junto com as análises sobre os recursos transferidos da União para os 10 municípios da região missioneira selecionados com base no número de habitantes.

A principal contribuição a que se propõe essa análise é a construção de estudos à atual capacidade de captação de recursos desses municípios da região missioneira, no sentido de se conhecer a atual realidade para, a partir disso, propiciar a possibilidade de investigações mais profundas sobre estratégias de posicionamento da região junto à União, sobre a capacitação para a captação de recursos, além de novos rumos de ações para uma administração pública eficiente eficaz e efetiva.

2. DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando o objetivo de análise desse estudo, de analisar o cenário da transferência de recursos da União para 10 municípios da Região das Missões, optou-se por realizar uma pesquisa quantitativa, de caráter descritivo acerca da realidade. A pesquisa descritiva permite uma visão mais ampla dos problemas (LAKATOS; MARCONI, 2003), e expõe as características de determinada população, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza, sem o compromisso de explicar os fenômenos; porém, pode servir como base para tal explicação (VERGARA, 2000). Esse tipo de investigação científica permite, entre outras coisas, descrever as características de grupos relevantes e estimar a porcentagem de unidades numa população específica que exhibe determinado comportamento (MALHOTRA, 2001). Ainda, diante da finalidade dessa pesquisa, de observar a realidade em relação aos fenômenos da descentralização da administração pública e do repasse de recursos financeiros da União para municípios, acredita-se que esteja alinhado com a finalidade da pesquisa descritiva: observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos, sem, contudo, entrar no mérito dos conteúdos. Nesta pesquisa não haverá a interferência dos pesquisadores, que exercem o papel apenas de descobrir a frequência e a forma como o fenômeno acontece e, a partir daí, quais as características desse fenômeno em relação a municípios da Região das Missões.

A amostragem selecionada para fins de elaboração deste estudo foi a partir dos municípios integrantes do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região das Missões – COREDE MISSÕES, que contempla 25 administrações municipais: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões. A partir dessa lista de municípios, optou-se por fazer uma análise descritiva e comparativa dos 5 maiores e dos 5 menores municípios, em relação aos seus respectivos números de habitantes.

Com base nos indicadores sobre a população dos municípios da Região das Missões, chegou-se à seguinte amostra:

- os cinco menores: Mato Queimado, Sete de Setembro, Ubiretama, Rolador, Salvador das Missões.

- os cinco maiores: Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Giruá, Cerro Largo e Santo Antônio das Missões;

Os dados populacionais, em ordem crescente, dos 10 municípios em análise podem ser visualizados na tabela 1.

⁵ A referência para a definição dos municípios a serem analisados foi a do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região das Missões, o COREDE MISSÕES, disponível em www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes. Dentre os 25 municípios que compõem o COREDE MISSÕES, a partir da análise do número de habitantes de cada município, foram selecionados os 5 maiores e os 5 menores.

Tabela 1 – Dados populacionais dos 10 municípios da Região das Missões

MUNICÍPIO	No. Habitantes – IBGE 2010
MATO QUEIMADO	1.799
SETE DE SETEMBRO	2.124
UBIRETAMA	2.296
ROLADOR	2.546
SALVADOR DAS MISSOES	2.669
SANTO ANT. DAS MISSOES	11.210
CERRO LARGO	13.289
GIRUÁ	17.075
SÃO LUIZ GONZAGA	34.556
SANTO ANGELO	76.275

Fonte: elaborado pelos autores, com base IBGE, 2010

Para fins de contextualização, faz-se importante identificar alguns dados da Região das Missões como um todo, para, na sequência, abordar os dados e indicadores relativos aos 10 municípios contemplados nessa análise. A área total da Região das Missões corresponde à 4,6% do território do Estado do Rio Grande do Sul. A população distribuída nos 25 municípios em uma área de 12.844,10 km² possui uma população de 248.036 pessoas (IBGE, 2010) possui uma densidade demográfica média de 23,40 hab./km², inferior à gaúcha que é de 38,1 hab/km².

Em termos econômicos, a Região das Missões caracteriza-se pela predominância de lavouras temporárias; sobretudo de milho e soja, com cerca de 14.000 estabelecimentos focados nesse tipo de uso. Outro destaque cabe para as atividades criatórias, principalmente de bovinos, presente em cerca de 11.000 estabelecimentos. No setor primário predominam em número de estabelecimentos, as pequenas propriedades (84,73% do total dos estabelecimentos), que abrangem 25% da área da região (COREDE MISSÕES, 2012)

Outro indicador importante para a caracterização da região é o Índice de Desenvolvimento Humano⁶ - IDH, que no ano de 2010 teve média regional de 0,704. Santo Ângelo foi o que apresentou maior IDH da região, igual a 0,772 e o menor foi o IDH de São Nicolau, igual a 0,645. Os IDHs dos 10 municípios podem ser visualizados na tabela 2.

Tabela 2 – IDH dos 10 municípios da Região das Missões

MUNICÍPIO	IDH – 2010
MATO QUEIMADO	0,717
SETE DE SETEMBRO	0,683
UBIRETAMA	0,7
ROLADOR	0,689
SALVADOR DAS MISSOES	0,753
SANTO ANT. DAS MISSOES	0,686
CERRO LARGO	0,764
GIRUÁ	0,721
SÃO LUIZ GONZAGA	0,741
SANTO ANGELO	0,772

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Atlas Brasil 2013 – PNUD

Nas tabelas 1 e 2 os municípios são apresentados conforme ordem crescente de população, e esse é o critério seguido nas demais sessões desse estudo.

Com vistas a estabelecer um critério metodológico de análise coerente aos municípios, é importante salientar os itens atribuídos para a aferição dos dados:

- as informações sobre os valores repassados e número de convênios foram coletadas no Portal da Transparência, a partir de informações extraídas do SICONV, levando-se em consideração o início de vigência de cada convênio e não a sua execução;

- foram incluídos como convênios válidos, aqueles que apresentaram os seguintes status no momento da análise: em execução, concluído, adimplente, em prestação de contas, prestação de contas concluída, aguardando prestação de contas, prestação de contas em análise, prestação de contas enviada para análise, prestação de contas aprovada e prestação de contas em complementação;

- foram rejeitados/desprezados aqueles que apresentavam os seguintes status no momento da análise: excluído, cancelado, anulado e rescindido;

- a análise não levou em consideração a eficiência da execução, apenas a capacidade do município de contratar os mesmos, visando verificar a capacidade do ente municipal na contratação;

- não foram considerados os índices de inflação, sendo considerado apenas o valor histórico de cada operação;

- o período de análise embora bastante significativo, dez anos, não trabalhou com períodos completos das gestões municipais, não servindo de parâmetro para análise de captação entre diversos governos, até porque é muito comum novos prefeitos eleitos encaminharem projetos ao final da gestão anterior.

O levantamento dos dados utilizando o critério de início de vigência tende a não distorcer a análise, pois, apresenta no tempo e no espaço, o esforço daquela equipe na obtenção de recursos. O objeto desse estudo não busca aferir a eficiência da implementação de projetos nem de gestões municipais, não pelo aspecto do desinteresse ou pela pouca relevância, mas sim, por buscar limitar-se ao objetivo atrelado à presente análise.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. DESCENTRALIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As discussões sobre descentralização são consideradas, em muitas situações, como uma bandeira universal, na medida em que distintos atores, partidos

⁶ No IDH estão equacionados três sub índices direcionados às análises educacionais, renda e de longevidade de uma população. A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região (PNUD, 2013).

políticos, grupos e setores a aplicaram e a defenderam em conjunturas diferentes e na perseguição de fins diversos. Sobre essa certa unanimidade, há autores que a considerem um “camaleão político” (TOBAR, 1991) ou até mesmo como uma “panaceia” (MATTOS, 1989) já que é defendida por inúmeros atores das mais diversas posições políticas como solução para os mais diversos problemas das sociedades contemporâneas. Smith (1985) considera que a descentralização é hoje uma demanda universal, pois ela pode ser aplicada em muitas circunstâncias e em diversas organizações, envolvendo a combinação hierárquica de diferentes instituições e funções, e é vista contemporaneamente como uma condição necessária para o desenvolvimento social, econômico e político dos Estados Modernos.

O debate sobre descentralização envolve diversos campos teóricos, conceitos, planos e dimensões. Sobre os diversos campos teóricos que dedicam seus olhares para esse fenômeno citam-se as ciências sociais, através da ciência política e sociologia, as ciências econômicas, através da economia e as ciências sociais aplicadas, através da administração. Embora o fenômeno observado seja o mesmo, cada um desses campos teóricos enfatiza determinados aspectos, e daí surgem os conceitos por elas formulados. Nas ciências políticas é tratada com um mecanismo democrático que permite uma maior participação e autonomia das esferas regionais e locais, propiciando um alargamento da democracia. Na sociologia, é trabalhado sob a ideia de *empowerment*, ou seja, é uma forma de empoderar a sociedade civil através da maior participação e conseqüente implemento da cidadania. A economia considera como uma transferência das responsabilidades do poder central para o setor privado, ou para outras esferas. E, por fim, a administração considera uma estratégia de diluir o poder decisório única e exclusivamente das agências centrais através da transferência de responsabilidade administrativa de serviços públicos básicos do nível nacional para o regional e local (PENFOLD, 1998).

Nota-se que a diversidade de conceitos obtidos a partir de cada campo teórico acima descrito assume diferentes olhares e dimensões de acordo com os propósitos, objetivos e até mesmo períodos distintos. Porém, as discussões sobre a descentralização estão basicamente fundamentadas em dois planos: o jurídico e o político-institucional. Nos dois, está presente a noção de delegação⁷ ou desconcentração⁸ de funções. A diferença está que, no campo jurídico a abordagem é sobre o “como fazer em termos de instrumentos”, sendo que a descentralização é concebida como um processo de transferência de competências e de poderes entre órgãos, ou dentro de um mesmo órgão, enquanto sujeitos de imputação jurídica, vinculada à ideia de desconcentração, ou delegação de funções. No plano político-institucional, a descentralização é concebida como desagregação do poder público, através de diversas modalidades, que vão de uma simples desconcentração de atividades até a descentralização de poder decisório, ou seja, da transferência de

competências ou poderes do centro para a periferia. Neste plano, é possível identificar três dimensões complementares: a administrativa, a social e a política.

A dimensão administrativa traduz-se como transferência de competências e de funções entre unidades, entre esferas de governo ou entre órgãos, ou seja, diz respeito à delegação. Esta forma de descentralização justifica-se em função da necessidade de busca de eficácia na gestão pública, de eliminação de intermediações burocráticas e da possibilidade de um contato mais próximo com o cidadão, o que geraria maior fidelidade às demandas sócio-políticas e melhor adequação da administração pública no atingimento de seus objetivos.

Na dimensão social, a descentralização é tida como participação social na gestão pública. Diz respeito a uma transferência de parcelas de poder, competências e funções, segundo o caso, da administração pública para a sociedade civil. Pode ocorrer sob diversas formas e com diversas combinações. Assim, a descentralização facilita a relação do usuário com o Estado, simplificando a tramitação burocrática e permitindo canalizar cada demanda de forma mais singularizada e mais adaptada às suas especificidades, já que pode ser entendida como estratégia de empoderamento e capacitação de grupos sociais para decidirem sobre problemas da gestão pública local, seja estruturando formas institucionais capazes de expressar a vontade coletiva nas instâncias de tomada de decisão, seja como forma de possibilitar à população exercer poder de fiscalização e controle sobre a gestão dos serviços públicos.

E, na dimensão política, a descentralização é vista como uma possibilidade de redistribuição de poder político do estado, do nível central para os níveis periféricos e está ligada a uma idealização democrática de poder com a participação de níveis e estruturas distintas de poder.

As três dimensões têm em comum um entendimento de transferência: seja de competências e funções – como na dimensão administrativa, seja de parcelas de poder do estado para a sociedade civil – como na social, ou, de poder político, como na dimensão política. Os entendimentos chave, portanto, são os de transferência e distribuição.

Dentre as formas instrumentais encontradas para o estabelecimento da descentralização administrativa mediante parcerias, encontram-se os contratos, consórcios, convênios e as parcerias público-privadas, dentre outros, todos instrumentos com o objetivo de aumentar a eficiência da prestação de serviços públicos para os cidadãos. No contexto dessa análise estão considerados os convênios executados entre a União e entre os 5 maiores e os 5 menores municípios da Região das Missões, divulgados e administrados via Portal de Convênios do Governo Federal – SICONV ou através do Portal da Transparência.

Os entendimentos sobre convênios e SICONV serão tratados na seqüência.

⁷ É a descentralização executando a transferência por meio de contrato.

⁸ Relativo ao poder hierárquico, passando ser a possibilidade dos entes políticos escalonarem funções em sua estrutura interna, mediante criação de outros órgãos públicos integrantes da estrutura hierarquizada.

Segundo Meirelles (2006), a prestação de funções públicas evoluiu cronologicamente da sua prestação centralizada para a delegação, depois para as outorgas e daí para a prestação por entes para-estatais, chegando então ao estágio atual, com serviços que envolvem interesse recíproco e, portanto, são realizados em mútua cooperação, através de convênios.

3.2. PORTAL DE CONVÊNIOS DO GOVERNO FEDERAL E CONVÊNIOS

Uma das formas de transferência de funções, responsabilidades, poder e recursos da União para esferas locais consiste na celebração de convênios, entre a União e demais entidades, públicas ou privadas, sem fins lucrativos. A origem da palavra convênio deriva do latim *convenire*, significando o acordo entre duas ou mais pessoas. O convênio é objeto de reflexão no direito administrativo, com correntes teóricas que versam sobre sua natureza, suas características e semelhanças com contratos, além das questões técnico-jurídico-administrativas sobre a celebração, execução e prestação de contas.

Quanto às definições de convênio, embora haja distintos entendimentos, é possível encontrar a ideia central sobre a cooperação entre as partes. Uma definição clássica é a de que convênios são acordos firmados por entidades públicas de qualquer espécie, ou entre organizações particulares, para realização de objetivos de interesse comum aos partícipes (MEIRELLES, 2006). Ainda, para Moreira Neto (1996), o convênio é o ato administrativo complexo, modalidade pública do gênero acordo, pelo qual uma entidade pública coopera com outra para a satisfação de um interesse público comum e, para Di Pietro (2005), é a forma de ajuste entre o poder público e entidades públicas ou privadas para a realização de objetivos de interesse comum, mediante mútua colaboração. Independente da definição, entende-se que o convênio é objeto do direito administrativo, e deve ser entendido como instrumento jurídico que permite a cooperação de diferentes pessoas de direito público, ou entre estas e particulares. Neste sentido, tendo em vista o contexto atual que impõe ao Estado tarefas diferenciadas, especializadas e com obrigação de qualidade na execução dessas tarefas, este instrumento de cooperação possibilita a conjugação de esforços de diversos entes naquilo que isoladamente os entes públicos não seriam capazes de realizar.

Atualmente, as regras relativas às transferências de recursos da União mediante convênios encontram-se contidas no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 (com as alterações introduzidas pelos Decretos nº 6.428 de 2008, nº 6.497 de 2008, nº 6.619 de 2008, nº 7568 de 2011, nº 7594 de 2011, nº 8180 de 2013, nº 8244 de 2014, e nº 8726 de 2016) (BRASIL, 2007) e pela Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008 lançados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em conjunto com o Ministério da Fazenda e com o Ministério do Controle e da Transparência, aperfeiçoada pelas Portarias Interministeriais nº 165 de 2008, nº 342 de 2008, nº 404 de 2008, nº 268 de 2009, nº 534 de 2009, nº 23 de 2010 e, finalmente, pela Portaria nº 507 de 2011 (BRASIL, 2008).

O Decreto nº 6.170/2007 trouxe modificações significativas no modo de processamento das diversas

etapas que envolvem um convênio, da celebração à prestação de contas. Essas modificações foram detalhadas na Portaria Interministerial nº 127/2008, e, a partir desses dois instrumentos legislativos, surge grande novidade no âmbito dos convênios federais: todos os atos e procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial dos convênios sejam realizados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, aberto à consulta pública.

O SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse é uma ferramenta eletrônica que reúne e processa informações sobre as transferências de recursos do Governo Federal para órgãos públicos e privados sem fins lucrativos. Esse repasse acontece por meio de contratos, convênios e termos de parceria destinados à execução de programas, projetos e ações de interesse comum. Tem como objetivo garantir ao Governo Federal o total controle das transferências voluntárias da União e imprimir mais eficiência, agilidade e, especialmente, mais transparência ao processo de liberação de recursos para estados, municípios e Organizações Não-Governamentais (ONGs) (MPOG, 2015)

A ferramenta foi criada pela Coppetec, uma empresa incubada na UFRJ e posteriormente repassado ao SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados, que assumiu a gestão e manutenção do Programa. Passou a ser obrigatório realmente, a partir do ano de 2009, em que qualquer transferência de recursos a partir de cem mil reais era formalizado pelo sistema (SERPRO, 2011).

O SICONV é hoje o sistema de gestão de convênios e contratos de repasse no âmbito federal. Usualmente serve como meio para promover a descentralização na gestão de recursos públicos federais, sendo repassado para outros entes públicos ou privados, a fim de viabilizar melhora na administração pública. Sobre seus benefícios:

O SICONV possibilita aos órgãos concedentes e convenientes a gestão eficiente do processo de transferência por meio do gerenciamento *on-line* de todos os convênios, contratos de repasse e termos de parceria, desde a formalização, passando pela execução, pelo acompanhamento, até a prestação de contas. (SERPRO, 2016)

É importante salientar que a descentralização - por meio da celebração de convênios através de um sistema aberto e transparente, em que os repasses podem ser amplamente consultados pela sociedade civil - está inserida no contexto da redemocratização, sendo um processo técnico-administrativo e também político, tendo como tese a proposta de qualificação da prestação de serviços públicos, através do aumento do poder político e tributário das entidades subnacionais, e o de consolidar a democracia, por meio do empoderamento (*empowerment*) das comunidades locais no processo decisório das políticas públicas. Esse entendimento deve fazer do fenômeno da descentralização e dos convênios e o domínio do SICONV algo importante na

pauta das academias e das gestões públicas, sejam federais, estaduais ou municipais.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

No período entre 2006 e 2015 a União repassou a toda a Região das Missões um montante de R\$ R\$ 153.857.132,52. Em relação à amostra contemplada nesse estudo, o valor repassado da União, neste mesmo período, para os 10 municípios aqui analisados - Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Giruá, Cerro Largo, Santo Antônio das Missões, Mato Queimado, Sete de Setembro, Ubiretama, Rolador e Salvador das Missões foi de R\$85.387.113,23, o que representa 55,50% do total, sendo de R\$ 72.893.538,69 (47,38% do total da região) referente aos cinco maiores municípios e de R\$ 12.493.574,54 (8,12% do total da região) referente aos cinco menores municípios da região, conforme demonstrado na tabela 3.

Tabela 3 – Valores repassados para toda a Região das Missões (25 Municípios)

ANO	VALOR (R\$)
2006	14.742.199,71
2007	14.813.200,58
2008	13.579.121,20
2009	15.113.797,20
2010	26.986.904,49
2011	14.627.156,40
2012	8.145.598,96
2013	20.899.217,47
2014	14.918.542,80
2015	9.761.393,22
TOTAL REGIÃO MISSÕES	153.587.132,03

Fonte: Elaborado pelos autores, dados SICONV

Os valores repassados pela União para os 10 municípios da Região das Missões podem ser visualizados na Tabela 4 (período 2006 – 2010) e na Tabela 5 (período 2011-2015), que foram desmembradas para propiciar uma melhor possibilidade de observação.

Tabela 4 - Valores repassados aos 10 municípios no período 2006 – 2010 (R\$)

MUNICÍPIO	2006	2007	2008	2009	2010
MATO QUEIMADO	139.000,00	252.761,58	195.000,00	321.750,00	289.770,56
SETE DE SETEMBRO	158.724,94	30.883,00	97.500,00	885.000,00	889.150,00
UBIRETAMA	136.500,00	177.803,41	0,00	195.700,00	491.720,00
ROLADOR	216.500,00	216.000,00	97.500,00	0,00	90.200,00
SALVADOR DAS MISSÕES	126.164,00	1.188.250,00	195.000,00	97.500,00	397.500,00
SANTO ANT. DAS MISSÕES	241.687,75	130.000,00	197.500,00	1.675.788,00	1.000.000,00
CERRO LARGO	842.409,19	514.209,62	390.700,00	474.250,00	2.706.407,22
GIRUÁ	340.375,00	199.628,49	633.488,00	2.368.345,75	1.051.402,64
SÃO LUIZ GONZAGA	375.952,00	317.459,71	693.368,00	864.821,16	2.431.900,00
SANTO ÂNGELO	7.896.730,79	4.491.311,48	5.323.545,02	2.881.509,39	2.682.511,99
TOTAL	10.464.043,58	7.468.307,77	7.823.605,02	9.765.444,30	12.099.570,41

Fonte: Elaborado pelos autores, dados SICONV

Tabela 5 – Valores repassados aos municípios no período 2011 – 2015

MUNICÍPIO	2011	2012	2013	2014	2015
MATO QUEIMADO	97.500,00	292.500,00	441.850,00	489.600,00	0,00
SETE DE SETEMBRO	251.200,00	733.750,00	210.000,00	195.000,00	0,00
UBIRETAMA	0,00	0,00	97.500,00	97.500,00	0,00
ROLADOR	342.650,00	0,00	587.100,00	36.250,00	0,00
SALVADOR DAS MISSÕES	198.738,57	245.850,00	842.700,00	0,00	0,00
SANTO ANT. DAS MISSÕES	195.000,00	252.773,00	832.950,00	225.000,00	555.000,00
CERRO LARGO	1.604.831,22	341.250,00	1.348.493,30	394.200,00	146.250,00
GIRUÁ	445.000,00	590.850,00	243.750,00	746.250,00	100.000,00
SÃO LUIZ GONZAGA	196.400,00	0,00	2.028.544,45	3.853.487,19	773.873,26
SANTO ÂNGELO	2.246.151,17	912.554,29	5.280.591,20	4.075.714,54	4.726.619,96
TOTAL	5.577.478,96	3.369.527,29	11.904.478,95	10.612.921,73	6.301.743,22

Fonte: Elaborado pelos autores, dados SICONV

Um aspecto que chama a atenção ao observar as tabelas 4 e 5 diz respeito ao fato de não haver evidências de uma homogeneidade na distribuição dos recursos, bem como a existência de períodos de menor disponibilização de recursos para o conjunto de municípios analisados, com destaque para os anos de 2011, 2012 e 2015. A variação de recursos recebidos nessa linha de tempo é ilustrada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Variação dos recursos recebidos



Fonte: Elaborado pelos autores, dados SICONV

Ainda, conforme apresentado no Gráfico 1, há uma tendência projetada de queda nos valores recebidos no período, apesar dos “picos” nos anos de 2010 e 2013. Nota-se, com clareza, que os anos de 2012 e 2015 receberam valores significativamente menores que os demais.

Na tabela 6 é possível visualizar o número de convênios firmados entre a União e cada um dos 10 municípios, no período em análise.

Tabela 6 – Quantitativo de Convênios por Município no Período 2006-2015

MUNICÍPIO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
MATO QUEIMADO	2	2	2	2	2	1	3	2	2	0	18
SETE DE SETEMBRO	5	2	1	6	3	2	3	2	1	0	25
UBIRETAMA	3	4	0	2	4	0	0	1	1	0	15
ROLADOR	5	3	1	0	1	2	0	3	3	0	18
SALVADOR DAS MISSÕES	4	5	2	1	3	2	1	3	0	0	21
SANTO ANT. DAS MISSÕES	5	1	2	4	1	2	1	4	1	3	24
CERRO LARGO	13	9	4	2	9	3	2	8	1	1	52
GIRUÁ	7	5	5	11	7	4	4	1	3	1	48
SÃO LUIZ GONZAGA	7	6	5	7	10	1	0	9	10	4	59
SANTO ÂNGELO	27	27	15	14	11	11	5	12	11	13	146
TOTAL NO ANO	78	64	37	49	51	28	19	45	33	22	426

Fonte: Elaborado pelos autores, dados SICONV

Conforme demonstrado na tabela 6, entre o período de 2006 a 2015 foram celebrados 426 convênios entre a União e os 10 municípios contemplados na análise, sendo que o município com o maior número é Santo Ângelo, com 126 convênios, correspondendo a 34% do quantitativo do período. Ainda sobre esse município, em todos os anos, foi o que apresentou o maior número de convênios.

Ao analisar os dados apresentados nas tabelas 4 e 5, que representam os valores dos recursos repassados pela União aos municípios e considerando, de forma complementar, os dados da tabela 5, que apresenta o número total de convênios de cada município, é possível verificar uma correspondência. De fato, o ano de 2012 foi aquele em que o conjunto dos municípios recebeu o menor volume de recursos e foi também aquele com menor número de convênios, ou seja, a diminuição não foi apenas no montante de recursos, mas sim na quantidade de convênios celebrados, sendo que três municípios (São Luiz Gonzaga, Rolador e Ubiretama) não

tiveram nenhum repasse da União. Outro ano que se destacou pelo recebimento de um montante menor foi 2015. Nesse ano, foram celebrados 22 convênios, 3 a mais que em 2012, porém, mais da metade no município de Santo Ângelo. Em 2015, os considerados 5 menores municípios da Região das Missões – Mato Queimado, Sete de Setembro, Ubiretama, Rolador e Salvador das Missões – não celebraram nenhum convênio. Esse é um fato que chama a atenção e merece atenção tanto dos municípios, quanto das esferas de planejamento e desenvolvimento regional.

Outra análise realizada foi a busca de convênios com valores maiores de R\$ 500.000,00 no período. Três municípios não celebraram nenhum convênio com a União acima desse montante: Mato Queimado, Ubiretama e Rolador. Os demais municípios foram contemplados com convênios com valores maiores de R\$ 500.000,00 para os seguintes projetos:

- Sete de Setembro: um convênio para Recuperação de uma estrada vicinal.
- Salvador das Missões e Giruá: cada município com um único convênio para a construção de uma escola de educação infantil.
- Santo Antônio das Missões convênios para recuperação de estrada vicinal, para aquisição de máquinas e para recuperação de prédios municipais.
- Cerro Largo: convênios para pavimentação, para construção de escola de educação infantil e para recuperação de uma ponte.
- São Luiz Gonzaga: convênios para vídeo monitoramento, Crédito fundiário e estradas vicinais.
- Santo Ângelo: convênios para Infraestrutura para Esporte, Vídeo monitoramento, Equipamentos para a Saúde, Infraestrutura de Desenvolvimento Urbano, Recuperação de Área Degradada, Aquisição de Alimentos, Lotes Urbanos, Assentamentos Rurais, Construção de Escola de Educação Infantil, Recuperação de Via Pública, Ginásio, Parque, Projetos de Esporte e Lazer.

Um indicador a ser analisado é a distribuição dos recursos em função do número de habitantes na Região. Na Tabela 7 são apresentados dados em relação ao número de habitantes em cada município, efetuou-se um cruzamento do total da população (IBGE, 2010) com o volume de recursos conveniados pelos municípios, comparando o percentual do recurso recebido pelo município em relação à Região das Missões, com o percentual de habitantes do município em relação aos habitantes da Região das Missões.

Tabela 7 – Valor Recebido e População do Município

MUNICÍPIO	TOTAL NO PERÍODO (R\$)	% MISSÕES	POPULAÇÃO	% POPULAÇÃO MISSÕES	VALOR HAB (R\$)
MATO QUEIMADO	2.459.740,54	1,60%	1799	0,73%	1.367,28
SETE DE SETEMBRO	3.451.200,02	2,24%	2124	0,86%	1.624,86
UBIRETAMA	1.196.723,41	0,76%	2296	0,93%	521,22
ROLADOR	2.094.200,00	1,36%	2546	1,03%	822,55
SALVADOR DAS MISSÕES	3.291.702,57	2,14%	2669	1,08%	1.233,31
SANTO ANT. DAS MISSÕES	5.306.678,75	3,45%	11210	4,52%	473,39
CERRO LARGO	8.823.000,46	5,73%	13289	5,36%	663,93
GIRUÁ	6.719.089,88	4,37%	17075	6,88%	393,50
MUNICÍPIO	TOTAL NO PERÍODO (R\$)	% MISSÕES	POPULAÇÃO	% POPULAÇÃO MISSÕES	VALOR HAB (R\$)
SÃO LUIZ GONZAGA	11.527.525,77	7,49%	34556	13,93%	333,59
SANTO ÂNGELO	40.517.243,83	26,33%	76275	30,75%	531,20
TOTAL (ANO)	85.387.113,23	55,50%	163839	66,05%	620,30

Fonte: Elaborado pelos autores, dados SICONV

O valor recebido por esses 10 municípios, conforme apresentados na tabela 7, correspondem a 55,5% do total de recursos repassados aos 25 municípios da Região das Missões⁹, e à população¹⁰ corresponde a 66,05%. Denota-se que parte significativa, tanto dos recursos (26%), como da população (30,75%), e ainda do número de convênios apresentados na tabela 5 (34%) estão concentrados no maior município da região: Santo Ângelo. Porém, os dados apresentados na tabela em questão apresentam algumas peculiaridades importantes a serem analisadas e demonstram um aspecto interessante em relação à captação de recursos para os municípios. Se for considerada apenas uma análise baseada no valor dos repasses e/ou no número de convênios, o destaque fica, sem sobra de dúvida, para o município de Santo Ângelo. Porém, ao analisar os percentuais dos valores em relação aos percentuais de habitantes em relação à totalidade da Região das Missões, seguido pela análise do valor de recurso por habitante dos municípios, surge um cenário a ser considerado.

Sobre os percentuais dos valores em relação aos percentuais de habitantes em relação à totalidade da Região das Missões, se num primeiro momento a análise surge com uma tendência de indicar recursos concentrados no maior município, ao verificar-se o percentual da população é possível apontar que o percentual de recurso está abaixo do percentual populacional da Região das Missões. Essa mesma lógica serve para os dados de São Luiz Gonzaga. Por outro lado, o município de Sete de Setembro, que recebeu 2,24% dos recursos da Região, possui 0,86% da população.

Em relação à média do valor repassado aos municípios por habitante, a melhor relação é encontrada nos menores municípios: enquanto em Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga as médias encontradas são de R\$ 521,30 e R\$ 333,59 respectivamente – sendo essa última a média mais baixa, os menores municípios, como Mato Queimado e Sete de Setembro apresentam as maiores: R\$ 1.367,28 e R\$ 1.624,86, respectivamente. Esse indicador destaca o fato de que os aqui considerados maiores municípios, e que num primeiro momento de análise poderiam demonstrar uma concentração de recursos, se for considerado somente os valores absolutos – tanto de recursos como de convênios, são aqueles que receberam a menor quantidade de recursos por habitante, proporcionalmente.

⁹ A Região das Missões foi contemplada com R\$ 153.857.132,52, conforme dados disponibilizados no Portal de Convênios (www.convenios.gov.br)

¹⁰ A Região das Missões possui uma população de 248.036 pessoas (IBGE, 2010)

A realidade demonstrada por esses dados serve de base para um ponto de partida para o aprofundamento de estudos regionais sobre desenvolvimento, esferas municipais, capacidade de captação de recursos federais e, posteriormente, a avaliação sobre a natureza dos projetos que estão sendo contemplados na região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disponibilização do SICONV na rede mundial de computadores (*internet*), por meio da instalação do Portal dos Convênios, no endereço eletrônico (www.convenios.gov.br), pode ser considerada um grande avanço por parte do Governo Federal, uma vez que essa iniciativa estreitou o relacionamento entre todos os atores envolvidos no processo de transferências voluntárias, dinamizou essa relação e ofereceu à sociedade a transparência e o controle social sobre a aplicação dos recursos, o que promoveu uma quebra de paradigmas.

Com a disponibilização dessa nova plataforma, ficou evidente que a descentralização dos recursos tornou-se mais democrática, pois todos os órgãos responsáveis pela execução das políticas públicas que envolvam transferências de recursos por meio de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, devem publicar anualmente no Portal de Convênios a relação dos programas governamentais, tornando mais transparente o processo de descentralização desses recursos públicos. Essa sistemática de divulgação permite que todos os envolvidos e interessados tenham o conhecimento total e irrestrito das regras e critérios que permeiam a escolha dos parceiros que executarão as políticas públicas em âmbito nacional, regional ou local.

Diante de um cenário de grande competitividade dos municípios, aliado à grande escassez de recursos, em meio a uma crise financeira mundial, o ato de planejar e prospectar recursos transforma-se em um fator diferencial com vistas a oferecer um serviço mais efetivo a suas populações. Se os recursos municipais disponíveis para investimento são cada vez menores, o ato de celebrar convênios com a União torna-se necessário.

A captação de recursos federais pelos municípios é uma estratégia importantíssima para a qualidade da gestão local. Aquelas estruturas que estiverem mais aptas e preparadas para a elaboração das propostas no SICONV, e com equipes preparadas, com projetos bem estruturados e com bons relacionamentos técnico-administrativos políticos com a União, tenderão a ser mais efetivas na contratação de novos convênios.

Na pesquisa, denota-se que mesmo pequenas estruturas têm condições de auferir bons resultados. Nesse sentido, estruturar equipes nas gestões municipais que possam dar a devida importância ao planejamento institucional, constituem-se em diferencial estratégico para o município, mas em especial para sua população, pois agrega obras de substancial importância para o atendimento de necessidades tão prementes.

A captação de recursos federais pela região analisada apresenta possibilidade de ser potencializada, no sentido de auferir maiores recursos para a região. O ano de 2015, por sinal, parece ser um ano atípico, período

em que os 5 menores municípios da região não firmaram nenhum convênio com a União. Esse fato merece atenção, e como sugestão de estudos futuros, requer ser analisado com maior profundidade e atenção, a fim de se buscar as causas e as possibilidades de reversão do quadro, evitando que em períodos futuros os municípios permaneçam sem repasse de recursos. Essa atenção aos pequenos municípios é fundamental para a condução de uma administração pública eficiente, sendo que os próprios municípios devem estar atentos a possíveis gargalos e fragilidades nos seus processos e capacidades.

Ao final, reforça-se o posicionamento de que boas estruturas de planejamento para a captação, gestão e acompanhamento de recursos são um aspecto fundamental para as regiões. Embora ainda pareça ocorrer uma concentração de recursos (convênios) voltada a municípios de maior porte, se forem considerados valores absolutos, essas estruturas parecem fazer-se eficazes, pois tendem a propiciar agilidade na captação e na execução dos recursos contratados junto ao Governo Federal com enormes benefícios a suas populações, seja nas condições de acesso aos municípios, seja na saúde, educação ao nos serviços prestados à comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto-Lei Nº. 200, de 25 de Fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10200.htm> Acesso em 21 de setembro de 2016.

BRASIL. **Decreto Nº 6.170, de 25 de julho de 2007**. Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm>. Acesso em 24 de setembro de 2016.

BRASIL. **Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU Nº 127, de 29 de maio de 2008**. Estabelece normas para execução do disposto no Decreto nº 6.170, de 25.07.2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/613846.pdf>> Acesso em 21 de setembro de 2016.

COREDE MISSÕES. **Planejamento Estratégico Corede Missões. 2012**. Disponível em <<http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=9Urkjjeva2g%3D&tabid=5363&mid=7972>> Acesso em 26 de setembro de 2016.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2005. ISBN: 8522439877

FEE. **Perfil socioeconômico RS**. Disponível em <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico>> Acesso em 21 de setembro de 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico - 2010**. Disponível em www.censo2010.ibge.gov.br. Acesso em 8 de setembro de 2016.

LAKATOS, E.; Marconi, M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas 2003. ISBN 8522433876

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. ISBN 8536306505

MATTOS, C. **La Descentralización? Una Nueva Panacéa Para Impulsionar el Desarrollo Local?**. In: *Cuadernos del Claeg*, Montevideo:56-75,1989. ISSN 2393-5979

MEIRELES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2006. ISBN: 8574207233

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. MPOG, 2015. **SICONV - Sistema de Convênios**. Disponível em <http://www.Planjamento.gov.br/servicos/servi_cos-do-mp/siconv-sistema-de-convenios> Acesso em 15 de março de 2016.

MOREIRA NETO, D. **Parecer: convênio – bem público estadual – caducidade**. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, v. 205, p. 315-322. Jul. – set. 1996. ISSN 2238-5177

PENFOLD-BECERRA, M. **Towards a Political Theory of Decentralization: Passing the Ball in Venezuela**, 1998 [online] Disponível em map43@columbia.edu. Acesso em: 20 de março de 2016.

PNUD. **Atlas de Desenvolvimento Humano**, 2013. Disponível <www.pnud.org.br>, Acesso em 21 de setembro de 2016.

P O R T A L D A T R A N S P A R Ê N C I A .
<http://www.portaltransparencia.gov.br/>

SMITH, B. C. **Decentralization: the territorial dimension of the state**. London: George Allen & Unwin Ltda,1985. ISBN-10: 0043521142

SERPRO. **Siconv favorece o desenvolvimento do país, 2011**. Disponível em: http://www4.serpro.gov.br/noticiasSERPRO/2011/nove mbro/siconv-favorece-odesen_volvimento-do-pais>. Acesso em 15 de março de 2016.

SERPRO. **Linhas de negócio**. Disponível em <https://www.serpro.gov.br/linhas-negocio/catalogo-de-solucoes/solucoes/principais-solucoes/siconv-sistema-de-conv_enios> Acesso em 15 de março de 2016.

SICONV. **Portal de Convênios do Governo Federal**. www.convênios.gov.br.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000. ISBN: 8522452601

TOBAR, F. O. **Conceito de Descentralização: Usos e Abusos**. In: *Revista Planejamento e Política Pública*, n. 5.:31-51,1991. ISSN: 01034138

A PRESENÇA DA INOVAÇÃO NO PROCESSO DA MUDANÇA E ADAPTAÇÃO ESTRATÉGICA: UM ESTUDO APLICADO EM UMA EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA CIDADE DE TRÊS DE MAIO – RS

Patrícia Eismann – Especialista em Tecnologia da Informação - UNISINOS¹
Jorge Oneide Sausen – Pós-Doutor em Administração - FGV²

RESUMO

Este artigo é produto que resultou de uma pesquisa com objetivo de analisar o processo de adaptação e mudança estratégica sob o aspecto da inovação, em uma organização desenvolvedora de *software*, situada em Três de Maio, município da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul. No estudo foi utilizado um caso longitudinal qualitativo, com uma breve descrição da história e evolução da organização. Os dados foram obtidos a partir de fontes primárias com entrevistas, e secundárias por meio de documentos disponibilizados pela organização. A análise desses dados foi realizada por meio de interpretação, o que resultou na identificação de 10 eventos críticos, os quais foram traduzidos em 5 períodos estratégicos. A análise dos períodos apontou para uma adaptação organizacional acompanhada pela inovação tanto em produtos quanto em processos e com uma estratégia que pode ser classificada em um modelo empreendedor em sua elaboração e orientada por uma visão determinista de condução. Pode-se perceber que a presença desses aspectos não foi manifestada em todos os períodos, pois as circunstâncias ambientais foram moldando a forma da empresa de agir e reagir ao mercado.

Palavras-chave: Inovação. Mudança Organizacional. Adaptação Estratégica.

1. INTRODUÇÃO

O contexto mercadológico e organizacional tem levado a intensos debates sobre as oscilações e incertezas apresentadas pelo micro e macroambiente. Tanto o ambiente interno quanto o ambiente externo tem induzido as empresas a possuírem uma capacidade flexível e adaptativa, objetivando, dessa forma, a manterem seu *status quo*. A manutenção das empresas, em um cenário de mercado complexo e competitivo, demonstra que é necessário encontrar meios para se inovar e criar, o que possibilita a construção de processos de melhoria contínua e ações que culminem para a mudança organizacional (LEITÃO; PITASSI, 2002).

O ambiente organizacional tem apresentado circunstâncias de muitas modificações em seus processos, o que se verifica pelo uso intensivo da *internet* com alta capacidade de conexão a um menor custo, com a

ABSTRACT

This article is a product that resulted from a research aimed at analyzing the process of adaptation and strategic change under the aspect of innovation in a software development organization, located in Três de Maio, a city in the northwestern region of the state of Rio Grande do Sul. In the study, a qualitative longitudinal case was used, with a brief description of the organization's history and evolution. Data were obtained from primary sources with interviews, and secondary data from documents provided by the organization. The data were analyzed through interpretation, which resulted in the identification of 10 critical events, which were translated into 5 strategic periods. The analysis of the periods pointed to an organizational adaptation accompanied by the innovation in both products and processes and with a strategy that can be classified in an entrepreneurial model in its elaboration and guided by a deterministic vision of conduction. It can be seen that the presence of these aspects was not manifested in all periods, because the environmental circumstances were shaping the company's way of acting and reacting to the market.

Keywords: Innovation. Organizational Change. Strategic Adaptation.

utilização de equipamentos mais flexíveis e a popularização de microcomputadores. Nesse cenário, os mercados têm contado com um alto dinamismo e uma forte presença de inovações em seus processos e produtos, influenciando a elaboração de estratégias empresariais em todos os setores (HACKLIN; RAURICH; MARXT, 2005).

A influência da inovação sobre a definição da estratégia de uma organização se dá por conta das ideias colocadas em prática, como a implementação de uma nova rotina organizacional, de uma nova técnica de produção ou de uma nova maneira de prestação de um serviço; considerando que, para serem colocadas em prática, faz-se necessária uma capacitação tecnológica (AMABILE, 1996). É por meio dessa capacidade tecnológica que organizações desempenham as atividades de criação, produção e inovação, partindo do entendimento de que o incentivo para o uso de novas tecnologias deve ir muito além do que uma mera utilização passiva de consumidores de tecnologias prontas.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI), Ijuí, RS, Brasil. Professora horista do curso de Sistemas de Informação da Sociedade Educacional Três de Maio (SETREM). e-mail: pati.eismann@gmail.com

² Pós-Doutor em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas - EBAPE, da Fundação Getúlio Vargas - FGV-RJ (2011). Atualmente é Professor Titular no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI - Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação e no Programa de Mestrado em Administração (PPGA) da IMED, em Passo Fundo - RS. E-mail: jsausen@unijui.edu.br.

O uso criativo da tecnologia produz um processo de inovação incremental, no qual se estabelece uma direção orientada a maximizar a adequação entre as características de produto e as necessidades do mercado, bem como entre tecnologias de produto e de processo. Esses ajustes são necessários devido à dinâmica dos mercados e à concorrência, o que faz com que inovação e mudança sejam imprescindíveis em ambientes não caracterizados pela estabilidade e pelo equilíbrio. Desta forma, cenários altamente dinâmicos possuem como diferencial indispensável, em sua sustentabilidade, a inovação (PORTER; STERN, 2001).

Inovar, de forma geral, refere-se à possibilidade de se obter resultados superiores em produtos e processos a partir da criação de novos modelos de negócios ou da escolha por novas formas de gerir a organização (TIDD; BESSANT; PAVITT, 2008). Sendo parte fundamental no crescimento da organização e sua manutenção no mercado (DRUCKER, 1985), a inovação é abrangente e complexa, com diversas interpretações e perspectivas, cuja compreensão está intimamente associada a pontos de vista diferentes, conforme o interpretador (ADAMS; BESSANT; PHELPS, 2006). Deste modo, a inovação pode ser compreendida por meio de uma análise macro, com elementos principais a indústria e o mercado, ou micro, considerando uma empresa individualmente (GARCIA; CALANTONE, 2002). Porém, as inúmeras interpretações e as variações de medidas aplicadas aos preceitos não são suficientes para explicar a totalidade desse fenômeno, principalmente, quando se aborda pelo enfoque do comportamento inovador da empresa (TIDD; BESSANT; PAVITT, 2008).

Empresas, por si mesmas, são ambientes com particularidades muito distintas umas das outras, mesmo para aquelas que fazem parte de um mesmo setor. Então, desse modo, interferem nas possibilidades de se obter um entendimento mais generalista e abrangente a respeito do conceito de inovação e de suas capacidades de adaptação. Com percepções divergentes em relação às motivações para as mudanças, suas capacidades adaptativas e o intuito inovador, para a análise do ambiente organizacional mostra necessário um estudo próprio em cada caso (SBRAGIA; KRUGLIANSKAS; CAMARGO, 1998).

Desta forma, este estudo tem como propósito investigar uma empresa desenvolvedora de *software*, instalada em Três de Maio, noroeste do Rio Grande do Sul, cidade que fica localizada a uma distância de, aproximadamente, quinhentos quilômetros da capital do estado. A região possui como atividades centrais a produção leiteira e agrícola. E, é nessa cidade de pouco mais de trinta mil habitantes, que essa organização se encontra e vem se destacando no mercado de desenvolvimento de *software* há mais de vinte e cinco anos, fornecendo seus produtos a clientes em todo o país, principalmente na região sul. Essa empresa, sendo o objeto de pesquisa deste estudo, será explorada nos três seguintes aspectos: o seu processo de adaptação, sua mudança estratégica organizacional e inovação. Essa investigação possui o intuito de responder ao seguinte questionamento: como os processos de inovação influenciaram a mudança e a adaptação estratégica de organizações que atuam no mercado de desenvolvimento de *software*?

Explorar esse cenário e investigar esse contexto torna-se instigante e motiva o pesquisador a aprofundar o conhecimento no processo de inovação que tem contribuído e influenciado para a mudança e adaptação estratégica dessa empresa. O conhecimento, adquirido pela pesquisa, é considerado relevante por auxiliar a administração atual e futura da empresa a compreender o seu processo de adaptação estratégica, sob o enfoque da inovação, em uma análise longitudinal. Isso possibilitará que haja uma reflexão pelos gestores quanto à conduta estratégica adotada, assim como as expectativas futuras na direção dos negócios. Essa análise considerará o período em que a empresa está em atividade desde sua fundação, contemplando seus vinte e cinco anos de existência.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1.1. Inovação

Inovação, definitivamente, tornou-se o assunto centro das discussões em todo tipo de organização. Não se limitando mais aos ambientes escolares e às pesquisas, o termo inovação pode ser facilmente encontrado em reuniões, relatórios e documentos que descrevem a missão e a estratégia da empresa. O destaque para o aumento do uso do termo se deve ao fato de inovar ser uma forma de garantia da evolução e sobrevivência, estando presente no nosso cotidiano, e no das empresas, muito mais do que se é capaz de se observar (TIDD; BESSANT; PAVITT, 2008).

Perceber a inovação inclui a noção do que é novo e o comportamento das pessoas envolvidas. Mas, por outro lado, estabelecer um entendimento único pode não ser tão simples ou até mesmo impossível. A dificuldade de se estabelecer um conceito preciso a respeito do assunto pode ser mais bem compreendida quando se constata que a literatura é bastante vasta, que também há muita ambiguidade conceitual ligada ao termo e que, além disso, nem todo o material de pesquisa possui em seu conteúdo o tema inovação de forma explícita, o que facilitaria muito o seu rastreamento quando procurada por leigos em busca de (ROGERS, 1998).

A literatura apresenta, ao termo inovação, uma multiplicidade de definições conforme determinados aspectos e segundo o pensamento de certos pesquisadores que contribuem para o seu esclarecimento. Certos autores consideram-na como sendo uma novidade ou algo que exprima o novo na percepção das pessoas (ROGERS, 1998), ou a introdução de ideias novas em processos, produtos ou serviços, algo diverso do que a organização já possui em seu ambiente (DOWNS; MOHR, 1976). Outros pesquisadores resumem que inovar seria o emprego de uma nova ideia, semelhante à criatividade, melhoria, uma mudança substantiva (ROGERS, 1998).

A pluralidade de entendimentos a respeito da inovação amplia o número de autores que contribuem com o seu ponto de vista. Para Tidd, Bessant e Pavitt (2008), inovar engloba aspectos como criatividade, adaptações, ajustes ou novas propostas que sejam possíveis de implementação e que surpreenda e atinja os objetivos planejados. Resumidamente, o autor

informa que inovação é algo novo que agregue valor social ou riqueza. Gibson e Skarzynski (2008) alertam para um equívoco muito comum que as pessoas cometem ao definir se algo é ou não uma inovação, pois, geralmente, associam ao novo, inédito, combinada a alta tecnologia ou produzido pelo setor de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Porém, inovação não está limitada a mudança tecnológica, pois em sua natureza é possível perceber a coordenação de novas combinações com amplas perspectivas e compreensões. Esse entendimento pode ser mais bem expressado pelos seguintes casos: primeiro, um novo bem ou serviço, ou apenas uma nova característica empregada a um produto já existente, mas ainda não conhecido pelos consumidores; segundo, um novo método de produção ainda não validado para uma dada linha de produção e que ainda não possua comprovação científica; terceiro, a criação de um novo mercado, inédito pela perspectiva da empresa, ainda que esse mercado não tenha sido explorado, até o momento, por nenhuma outra empresa; e, a quinta, nova fonte de matéria-prima ou produtos semimanufaturados, independente de essa fonte já existir ou ter sido recentemente criada (SCHUMPETER, 1942)

Mesmo assim, é possível constatar que a mudança tecnológica é mais presente em organizações que precisam se atualizar para responder às exigências de mercado, tanto no aspecto qualidade quanto em relação ao o que os concorrentes têm proposto aos consumidores. Essas exigências revelam que a inovação e suas motivações podem estar presentes dentro do ambiente organizacional ou ter origem no ambiente externo, e resumi-la em quatro dimensões como (TIDD; BESSANT; PAVITT, 2008):

1 – Inovação de produto: mudanças que podem estar relacionadas ao produto ou serviço que uma empresa oferece.

2 – Inovação de processo: mudanças na maneira em que o produto ou serviço são criados, fornecidos ou expostos ao consumidor.

3 – Inovação de posição: mudanças no contexto em que produtos e serviços são inseridos.

4 – Inovação de paradigma: mudanças nos principais modelos mentais que direcionam o que a empresa realiza.

Inovar, quando resulta em um novo produto, representa uma forma estratégica da empresa em conquistar mercado sem que sejam utilizados variáveis custo e preço. Por outro lado, inovar em processo, geralmente está associado a essas variáveis em um mercado em que competem produtos padronizados. Complementando essa breve definição a respeito da inovação de produto e de processo, vale destacar que novos produtos e processos precisam estar consolidados no ambiente organizacional e em seu funcionamento (TIDD; BESSANT; PAVITT, 2008).

Em concordância com as definições expostas e com o que é imprescindível para que algo seja considerado inovação, pode-se compreender que

innovar implica também que, em paralelo, outras atividades sejam realizadas para que o novo possa ser aceito e introduzido nas rotinas da empresa. Dentre essas atividades pode ser necessário que a organização coordene as várias ideias e passe por um processo de aprendizagem, por uma implementação de novas habilidades e entre outras (ROGERS, 1998).

Conforme instrução do Manual de Oslo (OECD, 2005), as definições para os diversos tipos de inovação ainda não estão bem estabelecidas e sua abordagem ainda é tema de pesquisas não completamente desenvolvidas. O contrário é possível encontrar nos estudos para inovação em produto e processo, os quais já passaram por essa etapa e possuem um conhecimento mais bem estabelecido. Desta forma, a pesquisa em questão tem como enfoque a inovação de produto e de processo e o seu impacto ou contribuição para a mudança organizacional.

2.1.2. Mudança Organizacional Estratégica

A elaboração de uma estratégia mais adequada às mudanças existentes no ambiente em que as empresas se situam tem considerado a dinâmica com que tal ambiente é modificado (MINTZBERG, 1994). O modo como as transformações têm se desencadeado no cenário empresarial leva à construção de uma estratégia mais intuitiva e menos arquitetada, fundamentada em uma criação sem um prognóstico definido.

A criação da estratégia organizacional é resultado de um processo de aprendizado, no qual a identificação do ambiente, das mudanças e da viabilidade da estratégia são aspectos que constituem o planejamento e a administração da organização (ROSSETTO, 1998). A estrutura organizacional e seus fatores contextuais podem ser amplamente considerados no entendimento do fenômeno da mudança estratégica na organização. Com esse ponto de vista, pode-se compreender que tanto a realidade interna quanto a externa cooperam para explicar suas associações e relações de causa e de efeito.

A compreensão da forma como as mudanças organizacionais se sucedem está diretamente relacionada com o ambiente. O modo como cada empresa implementa a sua mudança é particular a cada organização. Essa particularidade se traduz em um comportamento próprio originário de uma estrutura construída por uma interpretação que faz uma leitura da realidade, selecionando as partes que interessam do ambiente e direcionando as tomadas de decisão da empresa de acordo com as mudanças ambientais (MINTZBERG, 1994).

O ambiente se apresenta como um condutor e indutor das mudanças na organização. A compreensão do contexto e dos seus processos de mudança contribui para o desenvolvimento do conteúdo de uma nova estratégia (PETTIGREW, 1996). A relação entre contexto e construção da estratégia está baseada na apreensão dos elementos endógenos e exógenos capazes de influenciar o ambiente organizacional (ROSSETTO, 1998). Os elementos exógenos de uma organização contemplam em seu contexto o ambiente social, econômico, político e competitivo. Por outro lado, os elementos endógenos abrangem a estrutura, a cultura e

também o seu âmbito político. A análise do ambiente por meio desses elementos culmina na busca pela transformação de uma empresa, podendo determinar a mudança no âmbito tecnológico, produto, localização geográfica ou cultura interna. A definição da mudança a ser implementada dependerá das ações, reações e interações dos envolvidos no processo de transformação da empresa do seu estado atual (PETTIGREW, 1996).

O comportamento e o envolvimento daqueles que possuem interesse na transformação transmite o modo como a mudança estratégica é conduzida, traduzindo esta em um processo no qual o intelecto e o comportamento, assim como a estrutura e os seus instrumentos se combinam para formar o complexo ambiente no qual a mudança ocorre. No ambiente de mudança pode-se constatar que cada parte interessada desempenha sua responsabilidade, buscando os elementos organizacionais primordiais para o processo, como: percepção diferenciada, a procura por eficiência e poder, as habilidades de liderança idealista, o período que compreende a mudança e os meios que preparam o momento propício de apoio para a mudança e, então, a implementação intensa e expressiva da mudança (PETTIGREW, 1996).

A mudança organizacional estabelecida pela relação entre ambiente e organização pode ser analisada individualmente considerando o determinismo ambiental e a escolha estratégica. A escolha pelo modo como a mudança será realizada está relacionada com a forma como a organização lida com o seu meio interno e externo e como esse último exerce influência no ambiente organizacional. Conforme as características de cada empresa, a mudança pode acontecer orientada por uma estratégia elaborada pelo modo incremental, empreendedor, de planejamento racional e estratégia emergente (IDENBURG, 1993).

A estratégia, quando concebida pelo modo incremental, é construída de forma integrada, combinando processos e objetivos. Nessa prática, a sua implementação se produz por meio de passos, sem um processo formal, mas contínuo, no qual cada passo impulsiona o seguinte. Desta forma, a estratégia é engendrada com base em eventos subsequentes que proporcionam uma necessidade de atuação e reação por parte da empresa e que são gatilhos para a formulação da estratégia (IDENBURG, 1993).

O modo empreendedor tem como base o principal ator da organização o que, na maioria das vezes, é representado pelo seu fundador ou seu proprietário. Esse modo de elaboração é muito comum em pequenas e médias empresas, mas já observada em grandes empresas também. As características envolvidas na composição desse mecanismo de construção da estratégia são originárias do comportamento da pessoa que está à frente da organização. Aspectos comportamentais como busca constante de novas oportunidades, foco no crescimento e perfil proativo, centralização do poder e da condução da empresa, falta de formalidade e processos estão presentes nas características do líder empreendedor (MINTZBERG, 1973; IDENBURG, 1993).

O contrário do modo empreendedor, o modo planejamento racional dispõe de uma estratégia baseada

em um processo sistematizado com a utilização de metodologias, visto como sendo equivalente ao planejamento estratégico. Com a análise de cenário e informações confiáveis, definição e abordagem sistêmica é possível se obter uma estratégia que diferencia o resultado esperado e o desejado, separando e compreendendo, individualmente, as duas visões. O processo implementado não se limita às crenças, à intuição; mas delibera estratégias conforme os objetivos quantificáveis, como um modelo estruturado e racional (IDENBURG, 1993).

Diferente de um modelo previsível conforme a razão, o modo de implementação da estratégia conhecido como emergente é estabelecido como o que não havia sido previsto no processo de elaboração. Esse modo de construção da estratégia não é garantia para um melhor desempenho. A forma como se arquiteta a estratégia emergente é desestruturada e seu surgimento se baseia a partir da experiência passada, diante de um ambiente imprevisível e sem planejamento algum. No contexto de elaboração da estratégia emergente estão presentes as seguintes características: imprevisibilidade, flexibilidade, resultante do meio presente, oportunista, elaboração de acordo com o processo de execução e possibilidade do processo de aprendizagem. O modo de aprender por meio dos erros e com uma implementação não estruturada fazem parte desse modelo de estratégia, o qual é facilmente encontrado em empresas com um perfil de elaboração estratégica mais flexível (IDENBURG, 1993).

As empresas executam sua mudança por meio da construção da estratégia, a qual poderá considerar qualquer um dos modelos apresentados ou a combinação destes. A determinação de qual modelo usar ou quais combinar dependerá da necessidade interna e externa à organização e da preferência daqueles que ocupam cargos de gestão (IDENBURG, 1993). Com a preparação de uma estratégia que conduza a empresa a uma mudança é possível compreender que esse é um processo que permite ajustes e a adaptação da organização ao ambiente no qual a mesma está inserida.

2.1.3. Adaptação Estratégica

A adaptação estratégica está diretamente relacionada com a dependência que há entre a organização e o seu ambiente, exercendo o determinismo ambiental importante influência sobre as possibilidades de escolha estratégica. A análise do determinismo ambiental e da escolha estratégica, separadamente, proporciona uma tipologia para a adaptação estratégica, sendo a primeira conhecida como seleção natural, a qual fornece menor probabilidade de escolha e adaptação; a segunda é denominada por diferenciação, na qual predomina a escolha e alto determinismo ambiental e adaptação com restrições; a terceira chamada de escolha estratégica oferece máxima escolha e adaptação por design; e a quarta definida como escolha indiferenciada, com escolha incremental e adaptação por oportunidade (HREBINIAK E JOYCE, 1985).

Essa tipologia atua significativamente sobre a maneira como as organizações optam pelo modelo de elaboração de sua estratégia, influenciando suas tomadas de decisão, seu comportamento e a atuação

organizacional no ambiente em que está inserida. Essa relação entre estratégia organizacional e ambiente é estabelecida seguindo a lógica da teoria do sistema aberto demonstrando uma tendência ao equilíbrio ambiental. O equilíbrio entre a organização e o seu ambiente considera a troca entre estes e o processo de mudança resultante desse intercâmbio, identificando a interação presente entre ambos (HREBINIAK E JOYCE, 1985).

A comunicação estabelecida entre ambiente e empresa evidencia um processo recíproco entre um e outro, no qual a mudança em um destes é estabelecida por necessidade de ajuste às condições impostas pelo outro. A organização busca se adequar ao que é proposto pelo ambiente e este é moldado pela organização no momento em que esta expõe suas necessidades ao ambiente (LAWRENCE; DYER, 1981). O atendimento dos requisitos ambientais pode ser realizado de diversas maneiras, conforme a percepção dos integrantes da organização. Sendo assim, o comportamento organizacional é explicado pelas variáveis ambientais que influenciam a empresa, resultando na escolha por determinadas tomadas de decisão e nas mudanças adotadas (ROSSETTO, 1998)

O estudo do comportamento das organizações e sua relação com o ambiente são aspectos centrais do aprendizado sobre a teoria que autores das ciências sociais têm exposto. E, a partir do que esses autores expressam com suas teorias, é possível entender que existem particularidades em suas inferências, sistematizando a adaptação estratégica, basicamente, em duas orientações, sendo a visão voluntarista orientada por uma dinâmica da relação ambiente e organização a partir de pressões e contrapressões com sua sustentação baseada no poder. Por outro lado, a visão determinista parte do foco das empresas em alcançar uma adequação entre suas estruturas e o ambiente (MILES; SNOW, 1978).

Para compreender a visão determinista, a teoria institucional, por meio de pesquisas e estudos organizacionais, explica o comportamento das organizações e suas variadas formas de troca e de ajustes ao ambiente. Com essa teoria é possível compreender que as empresas resistem às pressões do ambiente até um limite que se situa entre os princípios organizacionais e o contexto ambiental. A adaptação ao ambiente ocorre na medida em que for do interesse dos gestores da empresa ou quando representar vantagens desta sobre as demais. Conforme as organizações permitem ou entendem que as pressões ambientais devem ser incorporadas ao seu ambiente interno, seu comportamento será de resposta a essas influências. Essa reação pode se tornar semelhante para inúmeras organizações que sejam similares e que estejam sob o efeito de pressões ambientais equivalentes (ZUCKER, 1987).

Oposta à visão determinista, a voluntarista se posiciona expondo a organização como forte influente sobre o ambiente, dominando-o conforme seus interesses. Para essa visão, a organização se ajusta ao ambiente em decorrência da dependência de recursos e da escolha estratégica. Como primeiro aspecto de adaptação da visão voluntarista, a dependência de recursos obriga a organização a interagir com o ambiente e atender suas condições de forma a obter os recursos

dos quais necessita. O segundo enfoque está relacionado com a escolha estratégica, a qual revela que, além do ambiente exercer influência sobre a organização pressionando-a a realizar ajustes para sua adaptação, a organização também influencia o ambiente quando executa sua escolha estratégica (ZAMMUTO, 1988).

2.2. METODOLOGIA

Esta pesquisa, de natureza descritiva e exploratória, com abrangência qualitativa, busca identificar a presença da inovação no processo de adaptação estratégica, por meio da análise longitudinal de uma empresa desenvolvedora de *software*. A pesquisa deverá proporcionar em seu delineamento o principal objetivo de assegurar que os procedimentos metodológicos escolhidos permitam que o pesquisador possa responder de forma lógica e formal às perguntas de pesquisa planejadas (YIN, 2010).

A pesquisa descritiva possui como principal objetivo estudar as características de um objeto. Esta pesquisa é considerada como sendo descritiva por apresentar uma descrição da empresa, considerando todo o seu percurso, o seu posicionamento e sua adaptação ao mercado. A obtenção dessas informações pelo pesquisador sobre o que se pretende pesquisar atende às exigências da pesquisa descritiva, uma vez que a principal característica deste tipo de pesquisa é relatar os fatos e fenômenos de determinada realidade de modo fidedigno (YIN, 2010).

Por pesquisa exploratória pode-se compreender que objetiva desenvolver, modificar e tornar claros conceitos e ideias, a fim de que estudos subsequentes sejam produzidos a partir de problemas com exatidão ou hipóteses que possam ser investigadas (GIL, 2006). Para a investigação, recomenda-se que não se tenha conhecimento sobre o tema a ser estudado (RICHARDSON, 1999), como ocorre para a pesquisa em questão. A investigação da empresa percorrendo o seu contexto, sua história e sua concepção em uma análise longitudinal, considerando tanto a dimensão social quanto a econômica, cumpre com o requisito de se explorar o desconhecido.

Quanto à abordagem dos dados, para a sua coleta e análise foram adotados os procedimentos propostos pela *direct research*. O método proposto pela *direct research* sugere uma pesquisa qualitativa baseada na descrição e indução, em vez de prescrição e dedução implícita e explícita. A principal característica deste método de investigação está na sua forma direta e simples de executar. O investigador examina o seu redor com sua busca de possibilidades e quando ocorrem os "saltos criativos" é provável que se possam gerar novas conclusões e novas possibilidades. Por meio dos "saltos criativos" e da investigação que o pesquisador determina situações e compreende o fluxo de decisões de uma organização (MINTZBERG, 1978). A investigação também foi composta por entrevistas com um dos sócios fundadores e com o gestor de recursos humanos da empresa, sendo estes atores importantes nas decisões de caráter estratégico da organização.

A compreensão do comportamento organizacional por meio da *direct research* é realizada

estabelecendo-se um modelo longitudinal de análise. Esse modelo aborda o avanço organizacional considerando um determinado período de existência desta. Esse avanço é descrito, inicialmente, com a coleta de dados e a definição dos períodos e suas respectivas estratégias de mudança. Depois de realizada esta correspondência entre período e mudança, é executada uma análise mais detalhada desses períodos e da teoria aplicada ao estudo (MINTZBERG, 1978).

Para a análise dos dados, especificamente, utilizou-se da abordagem longitudinal e histórica e a abordagem processual e contextual. Para essas abordagens, levou-se em conta a forma como a empresa idealizou, implementou e justificou sua mudança organizacional e suas estratégias, considerando nesse contexto a inovação como importante fator na adaptação ao ambiente.

As abordagens realizadas na pesquisa e a busca pelo conhecimento do contexto da empresa, partindo de uma análise longitudinal, foram realizadas considerando o período de 1989 a 2015. Para um melhor entendimento do que compreendeu esse período, utilizou-se do modelo de análise do processo de mudança, o qual frui das dimensões do contexto, do processo e do conteúdo da mudança. Esse modelo busca entender o avanço organizacional e, respectivamente, as mudanças implementadas ao longo do período estudado por meio de questionamentos. As questões constituintes do modelo são: “o que mudou?”, “por que mudou?”; e “como mudou?”. A primeira questão refere-se ao conteúdo e com essa pergunta pode-se obter conhecimento a respeito do que envolve uma decisão estratégica, por exemplo. A segunda questão possibilita que se compreenda o motivo pela escolha de uma determinada estratégia. E, a última pergunta permite explorar o modo como a estratégia foi implementada (PETTIGREW, 1996).

Com o apoio desse modelo e com a realização de uma abordagem longitudinal/histórica e uma abordagem processual e contextual, pretendeu-se analisar as mudanças e as estratégias adaptativas de uma empresa desenvolvedora de *software* e compreender como esta empresa se ajustou às imposições do ambiente ou moldou o ambiente conforme sua necessidade. O período selecionado foi assim definido por estar compreendido em um espaço temporal marcado por grandes mudanças e acontecimentos importantes para a organização e que esclarecem sua evolução, crescimento e desempenho no setor de desenvolvimento de *software*.

2.3. RESULTADOS DA PESQUISA

2.3.1. Organização Objeto do Estudo

O objeto de estudo utilizado por essa pesquisa foi uma empresa desenvolvedora de *software*, uma organização do setor de tecnologia da informação. Essa organização foi escolhida por ser uma importante empresa para a implementação e fornecimento de *software* na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e por seu expressivo tempo de existência que no ano de 2015 completou 26 anos desde sua fundação.

Com fundação em 1989, a empresa está instalada no município de Três de Maio e tem sua origem na parceria realizada entre quatro colegas que

trabalhavam em uma cooperativa local e que tiveram o mesmo desejo: explorar a oportunidade que havia pela falta de sistemas em gestão pública com módulos que atendessem todas as suas rotinas diárias e que fossem integrados. Inicialmente, a empresa voltava-se para o desenvolvimento de sistemas que atendessem algumas necessidades específicas de prefeituras, instalação de redes, venda de computadores e equipamentos, bem como sua manutenção.

Com a expansão de seus negócios, escritórios nas cidades de Santa Maria e Porto Alegre, sua estrutura passou a atender dois segmentos bem definidos: desenvolvimento de sistemas para a gestão pública e, outro, para a gestão privada. Na gestão pública, a empresa descobriu uma importante oportunidade de mercado passando a atender o segmento público municipal, com mais de 50 entidades públicas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina utilizando seus sistemas. Dentre estas entidades estão prefeituras, câmaras e instituições de ensino, as quais fazem com que a organização se destaque e se mantenha como um dos principais fornecedores de *software* de gestão pública da região sul do país.

A expressividade da empresa no mercado também tem se repetido com os seus sistemas para a gestão privada, a partir de soluções simples, preços diferenciados, atendimento eficaz e especializado e com possibilidade de implementações adicionais para cada perfil de cliente. A empresa tem se posicionado como uma das principais fornecedoras do segmento de automação comercial. Os seus sistemas abrangem um mercado composto por importantes redes comerciais em variados ramos como vestuário, drogarias, supermercados, postos de combustíveis, dentre outros.

O bom desempenho alcançado pela empresa está fundamentado nos investimentos realizados em tecnologia e inovação, e nas boas práticas de atendimento, manutenção e suporte. Os investimentos são direcionados para o que há de mais recente em acesso e disponibilidade da informação, garantindo sua integridade, confidencialidade e autenticidade. A empresa também dispõe de equipes de profissionais especializados para atendimento in loco e proporciona a facilidade e flexibilidade em produzir sistemas de acordo com as particularidades de seus clientes. A parceria com representantes de localidades em outras regiões do país tem possibilitado que seus sistemas sejam comercializados em cidades distantes de sua sede. Essas ações e características colocam a organização em um *significante patamar* como uma empresa desenvolvedora de *software* que proporciona determinadas vantagens sobre os demais fornecedores.

Apesar do foco de estudo dessa pesquisa ser seu segmento de desenvolvimento de sistemas, o conhecimento da trajetória histórica da empresa considera, além do segmento de *software*, discorrendo sobre suas outras divisões de negócios: a venda de equipamentos e a ministração de cursos. O proveito que se pode obter pelo conhecimento dos demais negócios da empresa está em compreender como a organização iniciou e a origem dos investimentos para o desenvolvimento dos sistemas de gestão, uma vez que implementar um sistema desse porte requer muitos recursos, tanto financeiros quanto de pessoas; isto é,

enquanto a organização atuava como uma empresa comercial e de ensino, em segundo plano estavam sendo implementados módulos que mais tarde fariam parte de um grande sistema de gestão a ser oferecido para o mercado. E foi o que aconteceu, em pouco tempo a empresa já estava participando de licitações públicas, com vitórias em alguns certames e seus sistemas rodando nas principais prefeituras da região.

2.3.2. Apresentação dos dados

Os dados coletados para o estudo do processo de adaptação estratégica da empresa desenvolvedora de *software* foram levantados por meio da compreensão do desenrolar de sua história e evolução descritas em documentos e transmitidas pelas entrevistas realizadas. Com a exploração das importantes transformações e acontecimentos decorridos ao longo dos 25 anos de existência da organização, foram identificados 10 eventos de importância significativa agrupados em 5 períodos estratégicos.

Durante os 25 anos de existência, a organização se posicionou com uma postura de ser conduzida pelo ambiente e aproveitar as oportunidades que o mercado proporcionava. Suas decisões estratégicas foram pautadas por demandas que surgiam e precisavam de uma resposta. Assim, a empresa se moldava ao ambiente, compreendendo suas necessidades e atendendo as suas exigências, porém sem perder o foco na decisão de produto final a ser ofertado no mercado: sistemas integrados para gestão pública e gestão privada.

O conhecimento do seu produto e exploração do seu negócio foi um aspecto chave para o levantamento dos eventos. Os eventos principais foram assim determinados por meio da observação de como os mesmos eram tratados pelos entrevistados. Caso tais eventos demandassem um relevante tempo em sua exposição e fossem colocados com certa ênfase, demonstrando uma relação com acontecimentos futuros e tivessem influência sobre o desempenho organizacional, fosse essa negativa ou positiva, esse evento era considerado como relevante e coletado para estar presente nos resultados da pesquisa.

Depois de determinar quais os eventos que deveriam fazer parte da compreensão histórica e evolutiva da empresa, uma análise mais abrangente em torno do ambiente interno e externo foi realizada. Com essa análise de maior abordagem, foram definitivamente definidos os eventos com relevância decisiva para a compreensão do processo de adaptação estratégica da organização. Os eventos relevantes selecionados estão compreendidos no período de 1989 a 2015 e contemplam um total de 10. Para a seleção dos mesmos, foram consideradas as colocações dos entrevistados que vivenciaram a história e evolução da empresa por esses 25 anos e que ocupavam cargos da alta cúpula organizacional.

Quadro 1 – Eventos Críticos

Evento Crítico	Ano
1. Fundação	1989
2. Construção do sistema	1990
3. Investimentos	1992
4. Foco no desenvolvimento de sistemas	1994
5. Divisão comercial	1999
6. Divisão de negócios	2001
7. Crescimento e Competição	2002
8. Reanálise de mercado	2008
9. Fortalecimento área privada	2014
10. Planejamento nova sede / novos aplicativos	2015

A partir dos eventos elencados no quadro anterior, foram definidos os períodos estratégicos da organização. A pesquisa entende como período estratégico um agrupamento de decisões e ações que traduzem uma conduta estratégica característica do período. No período 1989-2015, foram identificados 5 períodos estratégicos apresentados no quadro abaixo e descritos a seguir:

Quadro 2 – Períodos estratégicos

Período	Descrição	Duração
1	O começo	1989 – 1994
2	Posicionamento de mercado	1995 – 1999
3	O processo de consolidação	2000 – 2005
4	Reestruturação	2006 – 2008
5	Estabilidade	2009 – 2015

Período 1 – O começo

A organização se originou de uma sociedade de quatro colegas de trabalho com o mesmo desejo de atender a uma demanda de mercado que era o desenvolvimento de sistemas para a gestão pública. Para a concretização desse desejo, a criação da empresa se baseou em sistemas que já eram fornecidos para entidades públicas da região e que foi sendo aprimorado com novas funcionalidades e módulos para atender às necessidades dos clientes de forma integrada.

Para que houvesse condições de implementar um sistema robusto, uma grande quantidade de pessoas e tempo precisariam estar envolvidos. Com essa situação, foi preciso uma grande quantia de investimentos em algo que só daria retorno após alguns meses ou até mesmo anos. Então, observou-se uma necessidade de mercado para custear o desenvolvimento do sistema. Naquela época havia uma grande demanda para aquisição de equipamentos de informática, manutenção, suporte e ministração de cursos, e os sócios então decidiram que a organização iria comercializar esses equipamentos e atender a essa necessidade.

O atendimento ao o que o ambiente externo requiritava trouxe para a empresa uma inovação de paradigma e conduziu seu negócio para um rumo antes não determinado. O estabelecimento de uma empresa que comercializasse equipamentos não era o plano inicial, mas foi uma mudança na orientação empresarial que proporcionou o meio de se investir na construção de um sistema de gestão pública e que depois se poderia focar especificamente no negócio de desenvolvimento de sistemas.

Período 2 – Posicionamento de mercado

O posicionamento organizacional e estratégico da empresa estudada é característico de um modelo incremental de formulação da estratégia, o qual é construído com um passo após o outro, à medida que uma atuação e reação é necessária por parte da empresa. Com uma adaptação estratégica baseada em uma escolha indiferenciada, a qual se dá com escolha incremental e adaptação por oportunidade. Esse fenômeno contínuo conduziu a empresa para decisões importantes e ponderadas sobre o ambiente externo e interno.

Para o ambiente interno, definiram-se os negócios, dividiu-se comercialmente e houve uma repartição formalizada do que seria a organização para o

mercado. A empresa se distinguiu por nome e marca, e um novo canal de comunicação com os clientes foi proposto.

Para o ambiente externo, uma nova empresa surgiu, com inovação em produtos e processos. O novo se expôs sobre o que era fornecido para os seus clientes antigos e a mudança em estrutura organizacional e seus métodos modernizou o atendimento, o suporte e o relacionamento com o mercado.

Período 3 – O processo de consolidação

Durante esse período, a empresa tomou importantes decisões para sua ascensão e fortalecimento como fornecedor de sistemas de gestão no mercado regional. Decidiu dispor de um produto para gestão de empresas privadas, inovou em seus processos internos projetando duas cadeias bem definidas de proposta de produto para os clientes e as compôs com equipes, gerências e coordenação separadas. Essa mudança culminou numa inovação de posição, inserindo os produtos da empresa em um novo mercado ainda não explorado. Observou-se um momento em que o modelo estratégico empreendedor se revelou e um dos sócios, com perfil de liderança, que imprimiu na direção da empresa uma orientação com seus aspectos comportamentais como a busca constante de novas oportunidades, foco no crescimento e liderança proativa.

A presença do perfil de liderança empreendedora trouxe para a organização interesse em explorar novos mercados, ocupar espaços ainda não dominados e apossar-se de outros ocupados e que davam brecha para que fossem tomados pela concorrência. Por meio desse perfil, a organização se adaptou ao ambiente com uma visão determinista, a qual se sucedeu na medida em que a gestão organizacional entendeu que seria do interesse dos gestores da empresa e que retornaria vantagens para a empresa sobre as demais. Com esse despertar de novas possibilidades, dois nichos de mercado foram explorados e importantes clientes conquistados. Foi um período de grandes acontecimentos para o departamento comercial, pois prefeituras e empresas expressivas da região passaram a utilizar os sistemas da empresa.

Período 4 – Reestruturação

Durante este período a empresa concentrou-se em analisar o mercado a fim de constatar os resultados alcançados e reparar os prejuízos oriundos de decisões de estruturação e expansão. Como conserto de definições erradas, decidiu-se unificar a marca e firmá-la no mercado. Além disso, optou-se por permanecer no mercado regional, não por um processo de retração, mas por escolha e determinação de gestão da empresa.

Internamente, observou-se um acerto em se ter dividido estruturalmente a empresa para atender os dois produtos da empresa: gestão pública e gestão privada. Este fato propiciou o projeto de se ter, em longo prazo, um produto para ser utilizado em dispositivos móveis como *smartphones*, disponibilizando o acesso a determinadas funções e a consulta a informações.

Período 5 – Estabilidade

A situação atual da organização aponta para uma condição de certa estabilidade, principalmente com relação aos clientes do sistema de gestão pública.

Como esses clientes são finitos, uma vez que o processo de criação de novos municípios está mais rigoroso, não existe uma busca agressiva por novos clientes. Basicamente, os clientes que se desejava conquistar são hoje usuários do sistema. Desta forma, a empresa tem mantido sua carteira por meio de um bom atendimento, atendimento in loco, produto customizado para as particularidades e preço diferenciado.

Mediante esses aspectos que fazem a organização se manter como principal fornecedor de sistemas de gestão pública pode-se compreender que a permanência da empresa no mercado tem se dado através de inovação em processos. A inovação em produtos tem sido um aspecto que ainda está em fase de projeto e não se tem uma previsão de lançamento no mercado.

3. CONCLUSÃO

A influência do ambiente sobre a organização se demonstrou como fator relevante e se destacou durante toda a realização do estudo. A análise realizada sobre o processo decisório da organização chamou a atenção para uma adaptação que considera as exigências e requisições do mercado. Sua adaptação se molda conforme o ambiente externo comanda e, desta forma, a organização responde com ações e reações de modo a se manter e se ajustar ao que é demandado pelo ambiente.

Além disso, outro fator que se destacou como importante elemento influenciador na elaboração da estratégia foi o perfil empreendedor revelado por um dos sócios. Esse perfil permitiu que aspectos comportamentais motivassem a busca por novas oportunidades de mercado e, conseqüentemente, pelo crescimento. Essa busca acarretou para a empresa a necessidade de inovar em produtos e processos e de mudar os paradigmas na condução dos negócios.

A presença da inovação no processo de elaboração e adaptação estratégica se deu como necessária desde o início da empresa. A empresa inovou de forma paradigmática para reposicionar seu produto; inovou também em processos para oferecer aos seus clientes um diferencial em termos de serviços quando o seu produto já estava consolidado e não havia mais o que ofertar de novo. Agora, planeja inovar para acompanhar as tendências de mercado e mais uma vez se adequar às exigências do ambiente. O fator inovação está presente nas transformações da organização e também nos planos de mudança futura.

A importância da inovação para o processo de adaptação e mudança estratégica da organização em estudo demonstra que inovar foi um aspecto que acompanhou todo o desenvolvimento e crescimento organizacional. A ascensão da empresa sempre esteve marcada por um progresso que teve como principal elemento articulador a adequação às exigências e demandas do mercado. Os ajustes realizados para atender o que o ambiente demandava fizeram com que a organização tomasse decisões direcionadas e orientadas às oportunidades de mercado.

A busca por oportunidades e o emprego de determinadas decisões com foco no crescimento demonstrou, em determinados momentos, o modelo

empreendedor retratado em um dos sócios. Em outros momentos, pôde-se observar que a elaboração da estratégia foi baseada no modelo incremental por meio de ações e reações que responderam às provocações que o ambiente lançava sobre o contexto organizacional.

Porém, nem todos os estímulos do mercado foram correspondidos. Em muitos momentos, constatou-se que os interesses da gestão e a validação das vantagens que se obteria por atender determinada demanda do ambiente foram elementos determinantes para a decisão de se moldar às imposições do mercado ou permanecer inalterado. Esse aspecto presente na visão determinista de adaptação se revelou em decisões importantes como, por exemplo, no processo de expansão e ocupação de espaços já absorvido pela concorrência.

Esses aspectos culminam no entendimento do que os estudos de Pettigrew (1996), que define a adaptação organizacional como não sendo um processo apenas da organização, mas que também envolve o ambiente e com este se relaciona. Essa relação é traçada por coalizões internas e externas que se desenrolam e se desenvolvem por meio de interesses e influências de indivíduos e grupos, com poder para mudar e manipular o contexto organizacional.

As abordagens teóricas apontadas nesta pesquisa deram elementos para relacionar acontecimentos do ambiente externo e interno relevante para contextualizar a maneira como a organização vem operando sua evolução organizacional. Entretanto, pode-se sugerir a realização de pesquisa semelhante com a inclusão de outras organizações desenvolvedoras de *software* com o intuito de analisar, comparar e identificar, em maior amplitude, os aspectos abordados neste estudo.

REFERÊNCIAS

ADAMS, R.; BESSANT, J.; PHELPS, R. 2006. **Innovation management measurement: a review**. *International Journal of Management Review*, v. 8, n. 1.

AMABILE, T. M. 1996 **Creativity in context**. Boulder, CO: Westview Press.

DOWNS, G. W.; MOHR, L. B. 1976. **Conceptual issues in the study of innovation**. *Administrative Science Quarterly*, v. 21.

DRUCKER, P. F. 1985. **Inovação e Espírito Empreendedor – Entrepreneurship**. 6 ed. São Paulo: Pioneira.

GARCIA, R.; CALANTONE, R. 2002. **A critical look at technological innovation typology and innovativeness terminology: a literature review**. *Journal of Product Innovation Management*, v. 19, n. 2, p. 110-132

GIBSON, R. e SKARZYNSKI, P. 2008. **Inovação: prioridade nº 1**. Rio de Janeiro: Elsevier.

GIL, A. C. 2006. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Atlas.

HACKLIN, F., RAURICH, V., MARXT, C. 2005 **Implications of technological convergence on innovation trajectories: the case of ICT industry**. *International Journal Of Innovation & Technology Management*.

HREBINIAK, L.G.; JOYCE, W.F. 1985. **Organizational adaptation: strategic choice and environmental determinism**. *Administrative Science Quarterly*, v.30, p.336-349.

IDENBURG, P. 1993. **Four styles of strategy development**. *Long Range Planning*, v.26, n.6, p.132-137, dec.

LAWRENCE, P.; DYER, D. 1981. **Toward a theory of organizational and industrial adaptation**. Boston. Working paper (Graduate School of Business Administration) Harvard University.

LEITÃO, S.P.; PITASSI, C. 2002 **Tecnologia de informação e mudança: uma abordagem crítica**. RAE revista de administração de empresas. v. 42, n.2. seção: Gestão da Informação.

MILES, R.E.; SNOW, C.C. 1978. **Organizational Strategy, Structure, and Process**. McGrawHill.

MINTZBERG, H. 1973. **Strategy-making in three modes**. *California Management Review*, v. 16, n. 2, p. 44-53.

MINTZBERG, H. 1978. **Patterns in strategy formation (in strategy formulation)**. *Management Science*, v. 24, n. 9, p. 934-48.

MINTZBERG, H. 1994. **The rise and fall of strategic planning: reconceiving roles for planning, plans, planners**. New York /Toronto : Free Press /Maxwell Macmillan Canada.

OCDE – European Commission Eurostat. OSLO MANUAL. **The measurement of scientific and technological activities**. Proposed guidelines for collecting and interpreting technological innovation data. Paris, 3. ed., 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/35/61/2367580.pdf>> Acesso em 03 nov. 2015.

PETTIGREW, A. M. 1996. **A cultura das organizações é Administrável?** In: FLEURY, M.T.L.; FISCHER, R.M. (coord.). *Cultura e poder nas organizações*. São Paulo: Atlas.

PORTER, M. E.; STERN, S. 2001. **Innovation: Location Matters**. *MIT Sloan Management Review*, 42(4).

RICHARDSON, R. J. 1999. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas.

ROGERS, M. 1998. **The definition and measurement of innovation**. *Melbourne Institute Working Paper*. n. 10/98.

ROSSETTO, C. R. 1998. **Adaptação estratégica organizacional: um estudo multi-caso na indústria de construção civil – setor de edificações – Cap. III. Florianópolis**. Tese Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal de SC.

SBRAGIA, R.; KRUGLIANSKAS, I.; CAMARGOS, S. P. 1998. **Inovação e desempenho empresarial no novo contexto brasileiro: uma análise evolutiva no período de 1993 a 1995**. RAUSP. Revista de Administração , São Paulo, v. 33, n.2, p. 21-28.

SCHUMPETER, J. A. 1942. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

TIDD, J.; BESSANT, J.; PAVITT, K. 2008. **Gestão da inovação**. Porto Alegre: Bookman.

YIN. R. 2010. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4 ed. Porto Alegre: Bookman.

ZAMMUTO, R. F. 1988. **Organizational Adaptation: some implications of organizational ecology for strategic choice**. 25-2:105-120.

ZUCKER, L.G. 1987. **Normal change or risk business: institutional effects on the "hazard" of change in hospital organizations, 1959-79**. *Journal of Management Studies*, v.24, n.6, p.671-700.

BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO – PNCF E O PROJETO PRODUTIVO EM SANTA ROSA/RS

Renato Rigo Junior¹
 Jorge Raminelli Júnior²
 Cléia dos Santos Moraes³
 SETREM⁴

RESUMO

O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) foi criado em 2003 para financiar a compra de terras para os trabalhadores rurais. Este trabalho objetivou avaliar a relevância da execução do projeto produtivo para as famílias beneficiadas, no período de 2003 até 2012, em Santa Rosa/RS. O trabalho foi realizado através de entrevista aos beneficiários do programa. A maioria das famílias desenvolveu seus projetos direcionando-os para atividade leite, tradicional na região. Esses projetos produtivos foram elaborados como critério para o acesso ao recurso, contudo, sem efetiva participação de técnicos e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Os mutuários estão saldando seus financiamentos nos prazos e melhoraram suas rendas e qualidade de vida. Conclui-se que a execução dos projetos produtivos proporciona a reprodução social das famílias. Contudo, os beneficiários reconhecem necessidade de melhorias. Assim, o PNCF cumpre seus objetivos, garantindo renda, dignidade, bem-estar e esperança de uma vida melhor para os filhos.

Palavras chave: Programa Nacional de Crédito Fundiário. Projeto Produtivo. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

The National Program for Land Credit (PNCF) was created in 2003 to finance the purchase of land for rural workers. This study aimed to evaluate the relevance of the implementation of productive project for the families benefited, from 2003 to 2012, in Santa Rosa / RS. The study was conducted through interviews with program beneficiaries. Most families developed their projects directing them to milk activity, traditional in the region. These productive projects were drawn up as a criterion for access to the resource, however, without effective participation of technical and Municipal Councils for Rural Development. Borrowers are paying off their loans within the time limits and improved their incomes and quality of life. It is concluded that the implementation of productive projects provides the social reproduction of families. However, the beneficiaries recognize the need for improvements. So the PNCF fulfills its objectives, ensuring income, dignity and well-being hope of a better life for their children.

Keywords: Land Credit National Program. Productive Project. Family-based Agriculture

1. INTRODUÇÃO

Estrutura agrária de um país. Trata-se da maneira como as terras estão distribuídas e a Reforma Agrária. Segundo Veiga (1982), trata-se da modificação dessa estrutura agrária visando uma distribuição mais equitativa da terra e, conseqüentemente, da renda agrícola. Ao se falar em países colonizados, logo se deparam com uma realidade de impedimento de acesso de trabalhadores rurais à terra, devido à distribuição realizada das terras existentes. Assim, a falta de acesso desses trabalhadores rurais às terras, das quais necessitam para viver, é fruto da manutenção de terras inativas ou mal aproveitadas (VEIGA, 1982).

Assim, a reforma agrária é uma demanda pública antiga e provoca discussões polêmicas no contexto social, político e acadêmico, considerando que uma reforma na estrutura agrária de um país requer severas transformações que implicam em escolhas e interesses. Nos anos da década de 1990, a discussão sobre a reforma agrária e o processo em si, ganhou nova força e dimensão; neste período, a reforma agrária alcançou resultados expressivos em número de famílias assentadas (GUANZIROLI, 1998).

Essa demanda da sociedade organizada, através dos movimentos sociais gerou, também, uma série de estratégias que buscaram ampliar o acesso ao uso da terra pelos agricultores que estavam excluídos; assim, alguns programas foram criados e tomaram força entre os agricultores. Dentre esses programas estão o Programa Cédula da Terra, Banco da Terra que atualmente se encontram sintetizados no Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF.

Após algumas modificações, o Programa Cédula da Terra e posterior Banco da Terra passaram a ser o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) o qual traz uma versão mais ampla e com algumas melhorias em relação aos dois programas anteriores. O PNCF busca como resultado direto a criação de ocupações produtivas permanentes para as famílias beneficiadas, buscando um aumento de sua renda e, conseqüentemente, uma melhoria nas condições de vida da população rural. O recurso é liberado para a compra de terras e também para posterior investimento em infraestrutura.

Tendo em vista o anteriormente exposto, é importante que se tenha uma visão acerca da situação

¹ Acadêmico do Curso de Agronomia. Autor. renatorigojr@hotmail.com

² Acadêmico do Curso de Agronomia. Autor.

³ Doutora em Extensão Rural. Professora do Curso de Agronomia - SETREM. Orientadora. cleiamoraes@setrem.com.br

⁴ Sociedade Educacional Três de Maio - Av. Santa Rosa, 2504, Três de Maio – RS. setrem@setrem.com.br

das famílias que vêm sendo beneficiadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário. O programa apresenta uma série de exigências, como a elaboração de um plano produtivo que considere as especificidades da área que está sendo adquirida, bem como da família que está sendo beneficiada, visando possibilitar a renda e adimplência do financiamento.

Foi essa a motivação da presente pesquisa, que buscou identificar se os projetos produtivos têm sido relevantes para as famílias, garantindo a adequada manutenção da família e adimplência no financiamento.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Considerando a história da propriedade territorial no Brasil, verifica-se que ainda existem possibilidades para inúmeras redistribuições de áreas, ou seja, reforma agrária. Fato é que a divisão de terras no Brasil já começa de forma equivocada, uma vez que Portugal e Espanha dividem, entre si, áreas de terras, através de um ato jurídico "perfeito e legítimo" ignorando a presença de verdadeiros donos do território.

Com o Advento das Sesmarias, casas grandes foram se formando em torno da monocultura da cana-de-açúcar. As Sesmarias eram grandes extensões de áreas que variavam entre 10 e 13 mil ha, no Estado do Rio Grande do Sul, que eram concedidas aos sesmeiros para que houvesse ali, algum tipo de exploração econômica (LAYTANO, 1983). Segundo o autor, as primeiras sesmarias cedidas no Rio Grande do Sul foram em 1732 e 1733 pelo Conde Sarzedas, fato que demonstra o quão antiga é a questão agrária no estado.

Uma estrutura agrária concentrada, como é o caso do Brasil, torna-se um entrave ao processo de desenvolvimento rural sustentável, visando a uma equidade entre os diferentes tipos de agricultores. Este processo tem sido muito lento, porém vem demonstrando bons resultados onde implantados. Cabe ao governo todo o processo de reforma agrária através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

2.1. O PROGRAMA NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA - PNCF

Segundo o Manual de Operações do Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre PNCF, buscando aperfeiçoar o desenho de projetos anteriores, o projeto avança na descentralização, atribui mais poderes aos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável e abre espaço para uma participação mais ampla dos movimentos sociais organizados em sua execução.

Ainda, de acordo com o Manual de Operações do Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre PNCF, o acesso a terra se dará por meio do financiamento da aquisição de terras e dos investimentos necessários à estruturação das unidades produtivas constituídas pelas comunidades e famílias beneficiárias. Os recursos destinados para este fim poderão ser inteiramente providos pelo Governo Federal, por meio do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, ou contar com contrapartidas dos próprios beneficiários, de estados e municípios ou de outras fontes.

Desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário, o projeto visa oferecer condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de financiamento. O financiamento pode tanto ser individual quanto coletivo. O PNCF possui duas linhas de financiamento de acordo com as necessidades dos beneficiários. São elas: o combate à Pobreza Rural (CPR) e a consolidação da Agricultura Familiar (CAF). A linha de Combate à Pobreza Rural (CPR) foi criada para atender as famílias rurais de menor renda. Os recursos podem ser usados para a aquisição da terra e em projetos de infraestrutura comunitários.

A linha Consolidação da Agricultura Familiar, mais comum no RS e na Região Fronteira Noroeste do RS, região do presente estudo, atende a agricultores que geralmente já estão na terra, como os meeiros e arrendatários, ou ainda os que possuem minifúndios e querem aumentar sua área. A CAF utiliza recursos do Subprojeto de Aquisição de Terras - SAT e do Subprojeto de Investimento Básico - SIB, sendo o SAT destinado à compra do imóvel e o SIB à estruturação produtiva.

Conforme o Manual de Operações do CPR-SIB, CAF e NPT (2013), podem ser beneficiários os titulares que tenham idade acima de 18 anos, jovens de 16 e menores de 18 emancipados; trabalhadores sem-terra (assalariados permanentes ou temporários, arrendatários, parceiros, meeiros, agregados, comodatários, moradores, posseiros ou vinculados à terra por outras modalidades.

Ainda entre os critérios para acesso ao programa, a renda bruta familiar anual deve ser inferior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e patrimônio inferior R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Funcionário público, nos últimos 15 (quinze) anos também estão fora dos critérios estabelecidos e também são exigidos no mínimo 5 (cinco) anos de experiência com a exploração agropecuária, bem como não tenha sido nos últimos 3 (três) anos proprietário de imóvel rural com área maior que uma propriedade familiar, dentre outros critérios. Todas as condições de elegibilidade serão comprovadas mediante autodeclaração do candidato, devidamente assinada, inclusive pelo cônjuge, quando houver, bem como pelo representante legal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Agricultura Familiar.

Uma característica do PNCF, que busca a descentralização do processo de distribuição fundiária, é a possibilidade, segundo o Manual de Operações do CPR-SIB, CAF e NPT (2013), de os estados, municípios e a sociedade civil terem participação no PNCF, podendo ser executado por aqueles que firmarem acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA.

Nesse sentido, a aprovação dos Planos Operativos Anuais do PNCF é realizada pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável CEDRS. A Unidade Técnica Estadual UTE, executa o PNCF no estado e em nível nacional compete ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, CONDRAF, estabelecer as diretrizes globais e as metas anuais do PNCF, sendo que a

participação das Federações de Trabalhadores da Agricultura e na Agricultura familiar e de seus sindicatos está também assegurada por meio dos conselhos de desenvolvimento rural sustentável dos quais participam.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo é parte do Trabalho de Conclusão do curso de Bacharelado em Agronomia da Sociedade Educacional Três de Maio, apresentado no ano de 2014, e buscou analisar a importância da execução do projeto produtivo, exigência do Programa Nacional de Crédito Fundiário, para as famílias da agricultura familiar no município de Santa Rosa/RS.

Foi realizada análise quantitativa e qualitativa. A coleta de dados se deu através da técnica de entrevista que foi aplicada aos produtores rurais beneficiários do PNCF, no município de Santa Rosa/RS. A entrevista buscou levantar dados referentes aos recursos que foram necessários para a implementação do projeto produtivo elaborado pelo técnico responsável para a área. Além disso, análises estatísticas foram elaboradas a partir da categorização de algumas respostas dos participantes da pesquisa, buscando elucidar e representar quantitativamente o peso de algumas variáveis estudadas.

Foram utilizadas as técnicas de estatística descritiva e análise de conteúdo. Os dados sobre os agricultores a serem entrevistados foram disponibilizados pela agência Santa Rosa do Banco do Brasil S/A, Emater-ASCAR e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rosa/RS.

Conforme dados levantados junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rosa/RS, no período compreendido entre 2003 e 2012, período da pesquisa, foram efetivados 73 contratos de financiamento através do PNCF. Dessa população a pesquisa atingiu, efetivamente, 54 beneficiários, que perfazem 74% da população total, sendo que os demais não foram encontrados ou não quiseram participar do levantamento.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. DESCRIÇÃO DO PÚBLICO BENEFICIÁRIO DO PNCF EM SANTAROSA/RS

O levantamento de dados, a partir das entrevistas realizadas para a presente pesquisa, revelou que a maioria, 96%, dos beneficiários do PNCF é do sexo masculino. Esse dado confirma que o gênero masculino como representação principal da agricultura familiar reflete a cultura que secularmente elegeu o masculino como responsável pelo exercício das atividades desenvolvidas “fora do espaço da casa”, uma vez que o âmbito de trabalho “da casa” é o “lugar da mulher”. No geral, essa ideologia existe, mesmo quando a participação da mulher no mundo do trabalho é cada vez mais crescente; assim, ainda predomina uma busca das mulheres por autonomia nos processos produtivos.

Desta forma, pode-se perceber que, mesmo o programa privilegiando contratos em nome das mulheres, visando reduzir a cultura acima mencionada, isso não tem se concretizado na efetivação dos contratos no âmbito do programa.

Sobre a idade desses beneficiários, os dados revelam que mais da metade dos entrevistados, 59% se situam na faixa acima dos 40 anos de idade, ou seja, não são os jovens os maiores beneficiários do programa. A segunda faixa com maior participação é de idade entre 31 e 40 anos, em que se concentraram 22% dos beneficiários entrevistados. Ainda sobre a escolaridade, verificou-se que a maior parte dos entrevistados, 69% possuem somente o Ensino Fundamental e 31% deles, o Ensino Médio.

Ao analisar a idade e escolaridade dos beneficiários é possível perceber que a política está beneficiando agricultores com idade elevada e que não tiveram acesso ao ensino além do fundamental, ou seja, o maior público existente no meio rural. Esses dados levam a inferir que os jovens, público prioritário do PNCF, não estão acessando o programa de modo que as dificuldades de sucessão familiar não terão uma efetiva redução a partir da implementação dessa política pública, especificamente. Esse fato merece uma especial atenção, podendo ser objeto de nova pesquisa.

Dois perfis principais foram identificados na análise dos dados referentes à origem das famílias antes de serem beneficiadas com a aquisição das terras pelo PNCF. A maioria dos beneficiados, 72%, é oriunda do próprio município de Santa Rosa, demonstrando que os agricultores preferem aderir ao plano no município em que residem por possuírem experiência com a agricultura local e conhecerem as condições de solo das áreas que pretendem adquirir. Além disso, a proximidade com os demais familiares também é considerada por eles, sendo que desfazer-se de sistemas de produção (contratos de arrendamento ou meeiro), mudar de casa, adequar-se à vida escolar e aos compromissos da família são fatores que influenciam na escolha da permanência no município.

Sobre a preferência pelo local para a escolha da terra a ser adquirida pelo programa, ADIB diz o seguinte: “O território pode ser visto como um espaço que sintetiza e materializa num determinado espaço geográfico um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo, em interação com outros espaços diferenciados” (ADIB, 2005, p. 5). Outro fator relevante nesses dados é a aquisição de terras para aumentar a área que a família já possui, para consolidar e expandir a produção familiar. Já os 26% dos beneficiados com o PNCF, provenientes de municípios vizinhos, vêm em busca de oportunidades que a aquisição da terra possa proporcionar.

Promover o acesso à terra por meio de financiamento para a compra de imóveis rurais não passíveis de desapropriação, para trabalhadores rurais sem-terra, mini fundistas, arrendatários, meeiros, pequenos agricultores familiares e jovens rurais é premissa do programa. Os dados permitiram verificar que essa está se confirmando no município de Santa Rosa, pois, ao avaliar os dados, percebeu-se que 63% dos beneficiários do PNCF afirmam que não possuíam terra. Esse dado ratifica a importância do programa que, segundo o MDA desde sua implantação em 2003, já beneficiou mais de 135 mil famílias de agricultores familiares, com investimentos de R\$ 3,4 bilhões.

Cerca de 80% dos beneficiários possuíam menos de um módulo fiscal (20ha, na região), sendo que dos entrevistados 37% afirmaram já possuir áreas, demonstrando assim que são agricultores em busca da consolidação de sua atividade e melhoria de vida para a família.

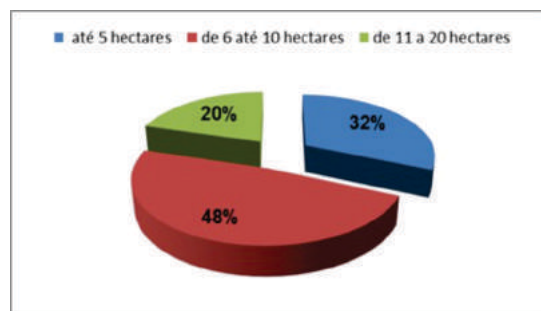
4.2. O VALOR DAS ÁREAS E OS RECURSOS DO PNCF

Foi realizado um levantamento junto a três imobiliárias que realizam transações com imóveis rurais acerca dos valores dos mesmos. As empresas afirmaram que as terras são avaliadas conforme seu potencial, sendo que em média os valores giram em torno de R\$ 27.360,00 e R\$ 28.500,00 por hectare. Assim, pode-se inferir que para a aquisição de 1ha é necessária mais que a quarta parte do valor total de financiamento liberado pelo PNCF, R\$ 80.000,00, na época da pesquisa.

Essas informações corroboram com as afirmações dos entrevistados, de que os valores cobrados pelas áreas são bastante caros. Os elevados preços de mercado tornam-se um entrave para a aquisição de áreas pelos agricultores que buscam o programa. O valor máximo de financiamento do programa permite, no município de Santa Rosa/RS, a aquisição de áreas que variam entre 2,8 e 2,9 hectares pelos preços vigentes.

Considerando que, conforme a figura 1, 68% dos entrevistados adquiriram áreas variando entre 6 e 20 hectares, os dados levam a inferir que a maioria dos beneficiários entrevistados precisaram dispor de recursos próprios para efetivar a aquisição delas.

Figura 1: Tamanho das áreas adquiridas pelos entrevistados.



Assim, pode-se inferir que talvez uma regionalização do PNCF pudesse ser um importante avanço do programa, permitindo aos agricultores das diferentes regiões do país o acesso a áreas em quantidade suficiente para a sua reprodução social e econômica. O valor atual na Região de Santa Rosa/RS pode ser significativo em outras regiões do Brasil, garantindo a compra de maiores áreas de terra. Na realidade local, as áreas adquiridas com o valor teto são insuficientes para a manutenção do agricultor e sua família, considerando as atividades agropecuárias desenvolvidas na região.

4.3. AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NAS ÁREAS E A ESTRUTURAÇÃO DA PROPRIEDADE

Os entrevistados foram questionados sobre as atividades desenvolvidas antes da aquisição das terras

pelo PNCF e a maioria, 50%, afirmou que trabalhavam com culturas anuais e 22%, pecuária de leite. Ao serem questionados sobre a atividade desenvolvida nas áreas adquiridas, percebeu-se que o aumento de área pelo PNCF proporcionou às famílias a possibilidade de se inserir na atividade leiteira, considerando que 83% dos agricultores entrevistados estão atualmente trabalhando com a mesma.

Essas atividades exigem uma estruturação mínima de maneira que a produção obtenha qualidade e quantidade suficientes para manter a família em condições adequadas de vida e de trabalho.

Acerca da estruturação das unidades produtivas adquiridas através do PNCF – implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura, como aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, animais para trabalho e produção leiteira, armazenagem de produção, preparação da área para culturas, cercas para animais, implantação de pastagem – os beneficiários podem contar com o limite de crédito garantido no âmbito do Pronaf Grupo A.

Considerando a existência do Pronaf A, as benfeitorias não foram fator determinante para a aquisição das terras pelo PNCF, pois, 63% dos entrevistados adquiriram terra nua e 37% com alguma benfeitoria. Mais uma vez é possível inferir que a questão gira em torno do aumento de área como fator principal de ingresso no PNCF.

Outro importante critério a ser observado no âmbito do PNCF é a capacitação para que os agricultores possam se inserir de maneira qualificada nas atividades produtivas. Nesse sentido, a Norma de Execução NE/PNCF 01/2004, aponta a capacitação com o objetivo de auxiliar um público que tem um longo histórico de exclusão social e necessidades específicas, em particular a de garantir a segurança alimentar da família, estruturar uma unidade produtiva, adquirir capacidade gerencial, inserir-se nos mercados e nas cadeias produtivas, construir capital social e, ao mesmo tempo, gerar a poupança necessária para o pagamento dos financiamentos.

Como é possível ver, a capacitação é um fator preponderante para êxito dos projetos realizados pelo PNCF; contudo, a pesquisa constatou que 100% dos beneficiários afirmam não ter recebido nenhum tipo de capacitação ao aderirem ao programa.

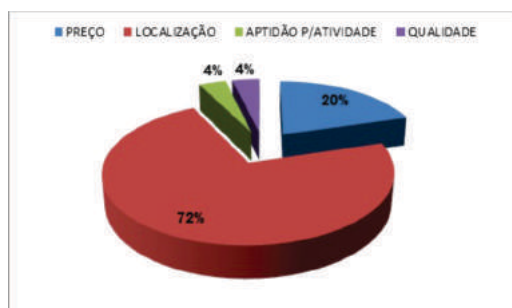
Nesse sentido, é necessário que os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural, juntamente com as instituições ligadas aos agricultores, pensem em estratégias de capacitação aos beneficiários do programa, tendo em vista que existem recursos destinados exclusivamente à capacitação e à assistência técnica para os beneficiados. Como aponta o manual para o PNCF do MDA, para os serviços de capacitação inicial e apoio à elaboração das propostas de financiamento, R\$ 800,00 para agrupamentos com menos de 15 beneficiários, R\$ 1.500,00 para agrupamentos com mais de 15 e até 25 beneficiários e R\$ 2.000,00 para agrupamentos de mais de 25 beneficiários.

4.4. OS CRITÉRIOS DE ESCOLHA DOS IMÓVEIS

Segundo, Sparovek (2006) os imóveis são escolhidos com base nas suas características de solo, localização e acesso. A maioria escolhe próximo às sedes municipais, pois é referência de serviços como educação e saúde, bem como são locais que garantem a venda dos produtos e compra de insumos. Os dados levantados na pesquisa confirmam esta afirmativa, já que 72% dos entrevistados preferiram manter a proximidade do município de referência, alegando que, assim, aumentam a garantia de continuidade dos projetos que desejam desenvolver.

A figura 2 traz todas as motivações apontadas pelos entrevistados para a escolha do imóvel. O preço foi o segundo fator mais importante para a escolha, considerando o limite baixo de financiamento. Já os fatores aptidão e qualidade das terras foram relegados a um terceiro lugar com índices de 4% os dois. Embora estes sejam os fatores determinantes para a produção agrícola, tiveram uma baixa priorização na hora da escolha. Considerando isso, é possível afirmar que os beneficiários do programa precisam ser orientados no momento da inscrição ao plano, priorizando a produção e, conseqüentemente, a rentabilidade da família.

Figura 2: Motivações para a escolha do imóvel a ser adquirido



Essa orientação acerca da necessidade de conhecimento sobre a aptidão produtiva da área a ser adquirida pode, inclusive, ser inserida em uma estratégia de capacitação que pode iniciar ainda no momento da inscrição do beneficiário, tendo em vista que isso poderá proporcionar áreas mais qualificadas para os sistemas produtivos que os agricultores pretendem adotar.

4.5. OS PROJETOS PRODUTIVOS

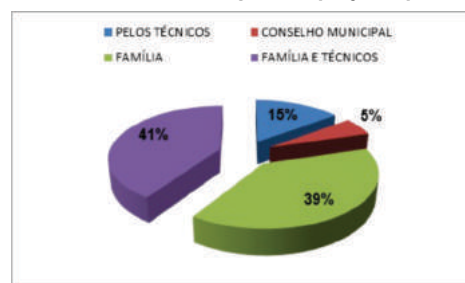
Todos os fatores apontados anteriormente possuem íntima relação com a adequada execução do projeto produtivo que deve ser elaborado para a unidade produtiva a ser adquirida. Esse projeto produtivo é uma exigência para o encaminhamento do processo de aquisição das áreas e deve ser elaborado de acordo com as expectativas da família, bem como considerando a aptidão das áreas que serão adquiridas.

O manual de operações para o PNCF do MDA incentiva que os projetos, sempre que possível, sejam executados pelas próprias famílias beneficiárias e devem constar aqueles considerados prioritários e seu custo estimado. Com a aprovação da proposta, os recursos previstos para estes investimentos ficam disponíveis em conta específica do beneficiário, para serem liberados ao serem executados.

Assim, a estratégia para o comprometimento das famílias, dos técnicos e demais instituições envolvidas no processo de elegibilidade do PNCF precisa ser a participação dos beneficiários e técnicos em todos os momentos da definição e elaboração do projeto produtivo, discutindo sobre as condições técnicas e os recursos disponíveis na propriedade.

A pesquisa revela que as famílias beneficiadas tiveram participação efetiva na elaboração dos projetos, conforme pode ser observado na figura 3. Os dados revelam que, segundo a afirmação dos entrevistados, 39% dos projetos foram escolhidos unicamente pelas famílias, sendo que o técnico somente procedeu à elaboração formal do projeto. A participação de família e técnicos na definição e elaboração do projeto produtivo não alcançou 50% dos entrevistados. E os projetos definidos e elaborados unicamente pelos técnicos atingiu um percentual de 15% dos entrevistados.

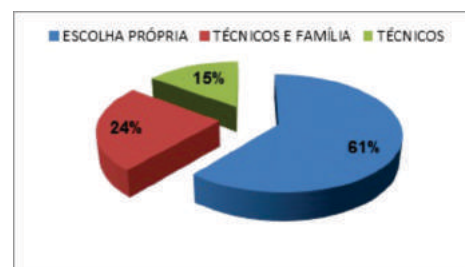
Figura 3: Envolvidos na elaboração dos projetos produtivos



Por isso, pode-se perceber que este índice de participação, embora seja muito importante, pois, garante a segurança alimentar, a estruturação da produção e as fontes de renda para as famílias, ainda é pouco expressivo. A participação do CMDRS Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, com apenas 5%, segundo os entrevistados, revela que não existe um comprometimento em todo o processo do programa.

Quando perguntados sobre de que forma foi escolhida a proposta do projeto produtivo, embora seja importante considerar que a maior parte dos beneficiários possui experiência com as atividades agropecuárias, é importante salientar que o percentual de definição unicamente pelos beneficiários é elevado, 61%, conforme pode ser observado na figura 4.

Figura 4: Escolha das atividades do projeto produtivo



Embora a experiência dos beneficiários não possa ser subjugada, é importante que o profissional possa colaborar com a estruturação das atividades a serem desenvolvidas na propriedade de maneira que não haja isenção da responsabilidade técnica diante do projeto produtivo elaborado.

Nesse sentido, cabe ainda ressaltar que a implantação do projeto produtivo, na maior parte dos casos, vai exigir investimentos que, por sua vez, serão realizados através de financiamentos, ou seja, a partir do endividamento da família de agricultores. Nesse sentido, mais uma vez, ressalta-se a importância do aporte técnico na definição e elaboração dos projetos produtivos.

Acerca dos recursos buscados para a implementação destes projetos, a pesquisa revelou que 100% dos entrevistados acessaram os recursos para investimentos na nova área adquirida, em que 39% usaram os recursos para comprar animais; estes dados vêm ao encontro dos dados apresentados anteriormente, os quais revelam que a atividade leiteira vem se expandindo no estado e no município, 24% adquiriram máquinas e equipamentos, elegendo como principais: ordenhadeiras, picadores de pasto e resfriadores, equipamentos destinados à atividade leiteira, confirmando a vocação do município para esta atividade. Ainda, 28% adquiriram mais de um item em que também estavam incluídos itens para a atividade do leite, e os demais, usaram para correção do solo e compra de insumos.

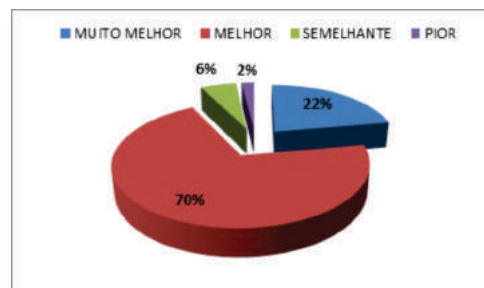
A pesquisa também revelou que 72% dos entrevistados afirmam que os recursos disponibilizados não eram suficientes para viabilizar o projeto produtivo. Assim, é possível inferir que o valor disponibilizado através do PRONAF A, de R\$ 20.000,00 está defasado, não sendo suficiente para a execução da maioria dos projetos.

Embora os dados tenham demonstrado que existe pouca participação de técnicos e beneficiários na definição dos projetos produtivos, a maioria dos entrevistados, 96%, afirmaram obter sucesso ou pelo menos conseguem prosseguir sem precisar trocar de atividade. Com relação aos 4% que alegam que não permanecem com a mesma atividade que deu origem à adesão ao programa, ao serem questionados os motivos por terem trocado de atividade, responderam que não tiveram um projeto inicial, fato que causa estranheza, pois, segundo o manual para PNCf do MDA, uma das exigências para apresentação da proposta de financiamento é: descrição do projeto a ser implantado (investimento em infraestrutura a ser realizadas, atividades produtivas, forma de organização, projetos complementares previstos) o que leva a inferir que as famílias não tiveram acesso ao projeto produtivo encaminhado ao MDA.

A pesquisa revelou que os agricultores não estão encontrando dificuldade para desenvolverem as atividades propostas para a propriedade. 93% afirmam que não possuem dificuldades. Este dado revela o acerto dos projetos implantados. Quanto aos 7% que afirmam que tiveram dificuldades para desenvolver as atividades, ao serem questionados do motivo, relataram se tratar de doença em membro da família, valor dos produtos baixos, falta de investimento.

Como essa pesquisa abrangeu um período bastante longo que compreende o período de 2003, início do PNCf e 2012, acredita-se que muitos destes projetos estejam consolidados, já que, segundo a figura 5, a maior parte dos agricultores, 70% afirmam que suas rendas melhoraram, sendo que mais de 20% afirmam que melhorou muito.

Figura 5: Situação da renda a partir da implementação do projeto produtivo.



Desta forma, é possível verificar que a premissa principal do programa: contribuir para a melhoria da qualidade de vida, mediante o acesso a terra e ao aumento de renda dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra se confirmou nos beneficiários do PNCf em Santa Rosa/RS.

A presente pesquisa identificou que 100% dos beneficiários do programa estão adimplentes com seus pagamentos, todos afirmam que pagam no prazo suas parcelas e, dentre estes, com exceção de um integrante, todos afirmam que recebem os subsídios regulamentares. Confrontando o agente financeiro a respeito da adimplência dos contratos foi verificado que havia problema com apenas dois. Um referente ao PNCf e outro com o PRONAF A. O mutuário do PNCf conseguiu saldar sua dívida no início de out/2014 e o mutuário inadimplente do PRONAF A, solicitou através do decreto 8.177 a renegociação de sua dívida auferindo um desconto de 80% e, assim, liquidando o saldo devedor da operação. Com relação à afirmação do mutuário que não recebeu o rebate regulamentar foi verificado, através do agente financeiro, que o mesmo pagou a parcela alguns dias após o prazo, perdendo o direito ao rebate regulamentar.

Também é importante salientar que 85% dos entrevistados afirmam que não possuem outra fonte de renda, vivendo da produção advinda de suas propriedades. Os produtores que possuem outra fonte de renda, 15%, são compostos por alguns agricultores do grupo acima de 40 anos e que continuam trabalhando na terra e complementam seus ganhos com o benefício do INSS a que fazem jus.

Considerando que o incremento de renda, por si, não permite que se conheça a qualidade de vida, pois, embora a renda possa sofrer incremento, os custos também podem ser elevados. Foi levantada durante a entrevista a percepção das famílias no que se refere à qualidade de vida após o acesso ao programa.

Quando questionados sobre a percepção da qualidade de vida das famílias depois da adesão do PNCf, 26%, dos entrevistados afirmam que a qualidade de vida melhorou muito e 68% afirmam que melhorou. Somado, atingiu-se um percentual de 94% dos beneficiários afirmando que a qualidade de suas vidas melhorou de alguma forma. Índice elevado de satisfação com o programa e que comprova a eficácia do PNCf.

4.6. O PNCF NA PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

Ao serem questionados sobre a necessidade de mudanças no PNCF, para qualificar ainda mais, as famílias beneficiadas dos agricultores elegeram três itens principais, quais sejam: recursos, treinamento e mais subsídios. Ainda, do total de entrevistados, 15% acham que assim como está o programa é suficiente para proporcionar aos agricultores beneficiários condições para a sua reprodução social com uma área produtiva própria.

Os maiores desejos de mudança, para 74% dos entrevistados, são referentes ao aumento de recursos. De fato, como discutido anteriormente, o teto de R\$ 80.000,00 para aquisição de terra num município em que o mercado de imóveis está aquecido e valorizado não é suficiente, pois possibilita a compra de menos de 3 hectares, área que dificulta a garantia da reprodução social da família, tendo em vista a produção agropecuária da região.

5. CONCLUSÃO

O Programa Nacional de Crédito Fundiário tem se mostrado uma importante ferramenta para promoção da redução de concentração de áreas, ou seja, no apoio à reestruturação fundiária do país e também para o desenvolvimento rural sustentável, à medida que permite o acesso à terra a agricultores que foram historicamente excluídos do processo de modernização da agricultura no Brasil. Essa pesquisa demonstrou a relevância desse programa para diversas famílias de agricultores e também alguns pontos que provocam entraves para o adequado andamento das propriedades rurais.

A pesquisa permitiu concluir que os beneficiários do PNCF, no município de Santa Rosa/RS, não têm sido em sua maioria jovens agricultores, de maneira que o programa não consegue atender um de seus objetivos. Essa conclusão corrobora a realidade de envelhecimento do meio rural, sendo que a juventude tem buscado outras oportunidades que não a agricultura. Assim, é necessário que o programa crie oportunidades ou, então, alie-se mais efetivamente a outras políticas públicas que busquem estratégias de melhorias nas condições produtivas e de qualidade de vida, visando que os jovens possam perceber a agricultura enquanto uma atividade atraente e rentável, ou seja, enquanto uma oportunidade de qualificação de vida.

Ao verificar quais são as áreas de terra que vêm sendo adquiridas através do PNCF, constata-se que em quase sua totalidade ficaram abaixo de um módulo rural. Este fato é explicado pela valorização das *commodities* agrícolas que aqueceu o comércio de terras em todo o país, aliado ao teto do financiamento que, limitado a R\$ 80.000,00, no momento, dificulta a aquisição de áreas maiores. Assim, foi possível concluir que o PNCF não tem conseguido fornecer um adequado valor para a aquisição de áreas que sejam em tamanho e qualidade suficientes para a reprodução social das famílias beneficiárias, no município de Santa Rosa/RS. O elevado valor das áreas tem se tornado um entrave para a inserção de famílias, potenciais beneficiadas do programa nessa política de acesso a terras.

Acerca das atividades desenvolvidas pelas famílias, concluiu-se também que houve um incremento na atividade de pecuária de leite, atividade com bastante representatividade na Região. A produção de leite quase dobrou na última década, e esta região de colonização Europeia, não encontrou dificuldades em seguir esta tendência. Dessa forma, verificou-se que a aptidão da família, através das atividades já desenvolvidas por elas em seus históricos de vida influenciam positivamente na execução do projeto produtivo.

Fator imprescindível para o sucesso de qualquer empreendimento, a capacitação das famílias para o desenvolvimento das atividades priorizadas no projeto produtivo foi uma questão negligenciada. Segundo a pesquisa, nenhum dos beneficiários recebeu capacitação para desempenhar melhor suas funções, isto demonstra que os órgãos organizadores do PNCF devem trabalhar de forma articulada, promovendo os treinamentos convenientes às condições da região e das atividades desenvolvidas. A falta de capacitação foi evidenciada, muito embora os beneficiários afirmem que o projeto produtivo foi elaborado em conjunto com a equipe técnica executora do PNCF.

Sabe-se que muitas das instituições que atuam junto aos agricultores familiares como instituições de assistência técnica, prefeituras, instituições de ensino e de pesquisa, entre outros, desenvolvem atividades de capacitação em diversas áreas de produção agropecuária. Nesse sentido, uma articulação entre essas instituições e equipe administrativa do PNCF pode ser uma alternativa interessante para vencer essa dificuldade que foi apontada por todos os beneficiários como importante e necessária.

Sobre os diversos motivos eleitos pelos beneficiários para efetuarem a compra da terra, foi possível concluir que a localização foi o mais relevante para a maioria dos beneficiados em função do conhecimento prévio da qualidade agrônômica da terra. Adquirida as terras, os projetos foram escolhidos pelos próprios agricultores em mais da metade dos casos, os demais obtiveram ajuda dos técnicos e uma pequena parcela delegou o projeto somente aos técnicos.

Todos os entrevistados realizaram contrato de investimento, cujo financiamento envolveu diversas finalidades, mas novamente a atividade leiteira teve maior direcionamento de recursos com a compra de animais e equipamentos ligados à atividade. Esses investimentos tiveram importância àquelas famílias que não tinham capital necessário para iniciar suas produções, e, com isso, a maioria das famílias afirma que não tem tido dificuldades para desenvolver suas atividades.

Questionados sobre a possibilidade de fazer os pagamentos do financiamento dentro dos prazos estabelecidos, todos afirmaram estar adimplentes com seus compromissos, sinalizando que os projetos estão dando o esperado retorno financeiro. Esse fato demonstra a relevância do PNCF para que os agricultores possam acessar áreas próprias para a sua atividade agropecuária, pois ele tem permitido que os beneficiários do município de Santa Rosa/RS sejam capazes de administrar as áreas adquiridas, levantando renda suficiente para a amortização da dívida adquirida, bem como para a manutenção de suas famílias.

Outra evidência alcançada na pesquisa é que um pequeno grupo tinha outra fonte de renda, provenientes de aposentadorias, principalmente e que, apesar dessa constatação, a grande maioria tira suas receitas exclusivamente da atividade agropecuária. Assim, com o apoio de renda extra, mas tendo a atividade agropecuária como principal, foi possível concluir que, segundo os entrevistados, suas condições de vida e de renda melhoraram ou melhoraram muito, o que demonstra novamente a relevância do programa, bem como de um adequado projeto produtivo.

Também, conclui-se que os projetos produtivos precisam ser pensados, efetivamente em conjunto entre técnicos e beneficiários, com a inserção também dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, de maneira que não haja nenhum tipo de isenção técnica, social, econômica ou ambiental acerca dos resultados desses projetos produtivos, tendo em vista que o grande movimento mundial em torno da agricultura prioriza a produção de alimentos saudáveis e fortalecimento da agricultura familiar visando ao Desenvolvimento Rural Sustentável.

Mesmo com todos estes avanços, percebeu-se, ainda, que os agricultores anseiam por melhorias no programa, o que se releva em um importante dado, pois demonstra que os agricultores atuam criticamente no acesso ao programa, compreendendo a sua importância, contudo, sem deixar de perceber que ele ainda pode ser mais bem qualificado, demonstrando que os agricultores, beneficiários do PNCF do município de Santa Rosa/RS, exercem sua capacidade crítica e de cidadania quanto às políticas públicas voltadas para o meio rural.

A pesquisa demonstrou que o Programa Nacional de Crédito Fundiário representa mais do que a simples compra de um pedaço de terra, ele é um processo ágil, flexível e descentralizado que proporciona o acesso ao solo agrícola por famílias com pouca ou nenhuma terra. A pesquisa ainda comprovou que o PNCF reúne condições operativas capazes de formar um contingente de agricultores viáveis técnica e economicamente no município de Santa Rosa/RS, oferecendo perspectivas claras de emancipação social para as famílias beneficiadas e que a elaboração e execução de um adequado projeto produtivo, que considere a realidade da região e da família, bem como as especificidades agrônômicas de cada situação, são fundamentais para que se alcance esse resultado.

Assumindo os riscos de uma conclusão pessoal, para os pesquisadores ficou a certeza de que ainda há muito a ser feito, mas que o balanço é positivo, o PNCF cumpre seus objetivos primários, a vida destas pessoas é modificada em sua essência, o sustento, a dignidade e o bem-estar do trabalho na terra e a esperança concreta de uma vida melhor para os filhos. Por estas e outras razões o público rural, beneficiário ou não do PNCF, deve continuar lutando pelo programa, pela sua melhoria, solicitando correções no que está errado, melhorias no que está funcionando e tornar muito mais qualificado o que está bom.

REFERÊNCIAS

ADIB, A. R. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável – guia para o planejamento**. Brasília 2005. Acessado em 07 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/hile/Documents/Plano>>.

BRASIL. 2005. **Manual de Operações do PNCF**. Programa Nacional de Crédito Fundiário. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário.

_____. 2013. **Manual de operações do CPR-SIB, CAF E NPT**. Ministério do Desenvolvimento Agrário Secretaria de Reordenamento Agrário. Programa Nacional de Crédito Manual de operação do CPR-SIB, CAF e NPT, Brasília.

_____. 2009. **Manual operacional do CPR**. Ministério do Desenvolvimento Agrário Secretaria de Reordenamento Agrário. Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF linha de financiamento combate à pobreza rural manual de operações (Aprovado pelo Comitê Permanente do Fundo de Terras e de Reordenamento Agrário do CONDRAF em Sessão Plenária do dia 15 de abril de 2009, conforme Ata da 12ª Reunião).

C. GUANZIROLI, 1998. **A reforma agrária no marco de uma economia global: o caso do Brasil**, FAO, Reforma Agrária, vol. 1.

LAYTANO, D. 1983. **Origem da propriedade privada no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro.

SPAROVEK, G. *et al.* 2006. **Crédito fundiário e qualidade de vida no campo**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD.

VEIGA, José Eli da. 1982. **Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo, SP: Edusp.

POPULAÇÃO DE INIMIGOS NATURAIS ASSOCIADOS AO COMPLEXO DE PERCEVEJOS E LAGARTAS DA SOJA NA REGIÃO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL, SAFRA 2015/2016

Daniela Pilecco¹
Cinei Teresinha Riffel²
SETREM³

RESUMO

O monitoramento das lavouras, a identificação correta das pragas e dos inimigos naturais, o conhecimento do estágio de desenvolvimento da planta e dos níveis de ação são componentes essenciais para o Manejo Integrado de Pragas (MIP), e indispensáveis no redesenho do processo produtivo (HOFFMANN-CAMPO, *et al.*, 2010). Assim, o estudo propôs identificar a população de inimigos naturais associados ao complexo de percevejos e lagartas da soja na região noroeste do Rio Grande do Sul, safra 2015/2016. A pesquisa teve caráter quantitativo, com procedimento estatístico, coleta de dados efetuada por observação direta intensiva e observação e a análise dos dados realizada através da média, com gráficos de frequência. Os inimigos naturais identificados nas áreas com sistemática de cultivo orgânica foram aranhas, louva Deus, nabis, *Metharizium rileyi*, *Baculovirus anticarsia*, *Callida spp.* e percevejo parasitado de dípteros. Nas áreas de sistemática preventiva os inimigos identificados foram apenas aranhas, nabis, joaninhas e lagarta com *Baculovirus anticarsia* e nas áreas de MIP foram aranhas, louva Deus, nabis, tesourinhas, e lagarta com *Metharizium rileyi*, sendo que nas áreas de sistemática orgânica e MIP a população de inimigos naturais foi bem superior a da área de sistemática preventiva. Conclui-se que o uso do MIP, aliado ao uso de inseticidas fisiológicos e controle de percevejos na bordadura, são ferramentas eficientes e indispensáveis nos cultivos agrícolas, diminuindo os custos de produção, preservando a população de inimigos naturais existentes e diminuindo a quantidade de aplicações de agrotóxicos, reduzindo, assim, a contaminação ambiental.

Palavras chaves: Soja. Sistemáticas de cultivo. Monitoramento. Agentes de controle biológico.

1. INTRODUÇÃO

O soja (*Glycine max*) é a oleaginosa mais produzida mundialmente, sendo a quarta granífera mais produzida, ficando atrás apenas do milho, arroz e trigo. A produção mundial na safra 2014/2015 foi de 317,253 milhões de toneladas, com uma área plantada de 118,135 milhões de hectares, sendo o maior produtor mundial do grão os EUA, com uma produção de 108,014 milhões de toneladas e uma área plantada de 33,614 milhões de hectares, com produtividade média de 3.213 kg ha⁻¹ (USDA, 2015, *apud* EMBRAPA, 2015).

A soja é uma das culturas de maior área cultivada no estado do Rio Grande do Sul, conforme dados da

ABSTRACT

*Monitoring of crops, correct identification of pests and natural enemies, knowledge of the stage of development of the plant and levels of action are essential components for Integrated Pest Management (IPM), and indispensable in the redesign of the productive process (HOFFMANN-CAMPO, et al., 2010). Thus, the study proposed to identify the population of natural enemies associated to the complex of bedbugs and caterpillars of the soybean in the northwest region of Rio Grande do Sul, 2015/2016 harvest. The research had a quantitative character, with statistical procedure, data collection performed by intensive direct observation and observation and data analysis performed through the average, with frequency charts. The natural enemies identified in the areas with systematic organic cultivation were spiders, praying god, nabis, *Metharizium rileyi*, *Baculovirus anticarsia*, *Callida spp.* And parasitic bug of diptera. In the areas of preventive systematics the identified enemies were only spiders, nabis, ladybugs and *Baculovirus anticarsia* caterpillar and in the areas of IPM were spiders, praises God, nabis, scissors, and caterpillar with *Metharizium rileyi*, being in the areas of organic systematics and IPM The population of natural enemies was far superior to that of the area of preventive systematics. It is concluded that the use of IPM, together with the use of physiological insecticides and control of bedbugs, are efficient and indispensable tools in agricultural crops, reducing production costs, preserving the population of existing natural enemies and reducing the amount of Pesticides, thus reducing environmental contamination.*

Keywords: Soybean. Systematic cultivation. Monitoring. Biological control agents.

CONAB (2015), sendo a base econômica de várias propriedades rurais gaúchas, fator esse que justifica o grande investimento em pesquisas e melhoramento genético da cultura. A soja produzida na região noroeste do RS é na sua grande maioria transgênica, produzida com o uso de uma grande quantidade de produtos químicos, principalmente os agrotóxicos (herbicidas, fungicidas e inseticidas), os quais estão ocasionando vários impactos ambientais, sociais e econômicos.

O consumo de agrotóxicos cresceu abusivamente nos últimos anos, principalmente pela resistência de várias plantas daninhas, doenças e insetos, o que leva a um aumento na dosagem, ou até associação de dois ou mais produtos para efetuar o controle. Conforme Kugler (2012), ao longo da última década, o consumo de

¹ Acadêmica do curso de Agronomia SETREM. dpilecco89@gmail.com.br

² Doutora em Fitossanidade, Orientadora. cinei@setrem.com.br

³ Sociedade Educacional Três de Maio - Av. Santa Rosa, 2504, Três de Maio - RS. setrem@setrem.com.br

agrotóxicos no mundo cresceu 93%. Porém, no Brasil, segundo a ANVISA esse crescimento foi de 190%. O Brasil é considerado o quinto maior consumidor de agrotóxicos do mundo.

Devido ao potencial de danos dos agrotóxicos ao ambiente e para as populações rurais, a produção transgênica passou a ser questionada pelos movimentos sociais de ambientalistas e de agricultores que buscam uma vida digna no campo, pois o atual modelo de agricultura causa redução da biodiversidade, através da agricultura industrializada e da produção em larga escala (DAL SOGLIO, 2009).

Nesse sentido, surgem algumas alternativas de produção e manejo das culturas para que se possam minimizar esses impactos; entre eles, a produção orgânica (que exclui totalmente o uso de químicos) e o controle de doenças, plantas daninhas e pragas através do manejo integrado, utilizando a associação de vários métodos de controle. Para o controle de pragas, de forma que não agrida o meio ambiente, o principal método disponível é o controle biológico.

O Manejo Integrado de pragas da Soja (MIP-Soja) foi implantado no Brasil na década de 1970 com o objetivo de orientar na tomada de decisões de controle de pragas com base nas informações sobre os insetos e sua densidade populacional, na ocorrência de inimigos naturais e na capacidade da cultura de tolerar os danos. Portanto, o monitoramento das lavouras, a identificação correta das pragas e dos inimigos naturais, o conhecimento do estágio de desenvolvimento da planta e dos níveis de ação são componentes fundamentais do MIP-Soja (HOFFMANN-CAMPO, *et al.*, 2010).

O controle biológico consiste na regulação da densidade populacional da população de pragas por meio dos inimigos naturais. Segundo Parra *et al.* (2002), o controle biológico assume cada vez mais importância dentro do MIP, principalmente no cenário atual, no qual se discute muito a produção integrada rumo a uma agricultura sustentável.

Por mais que alguns insetos causem danos considerados, e em alguns casos alarmantes, não se recomenda a aplicação preventiva de produtos químicos, porque, além da poluição ambiental ocasionada, pode ocorrer a eliminação de inimigos naturais e as aplicações desnecessárias podem elevar significativamente o custo de produção (HOFFMANN-CAMPO *et al.*, 2010).

O uso do controle químico deve ser efetuado apenas quando o monitoramento indicar um nível populacional que cause dano econômico e não houver outros métodos de controle disponíveis. Neste caso, deve-se optar por produtos de menor toxicidade, menor impacto negativo sobre organismos não alvos.

Esse estudo propôs identificar a população de inimigos naturais associados ao complexo de percevejos e lagartas na soja na região noroeste do Rio Grande do Sul, safra 2015/2016, através do monitoramento semanal por meio de batidas de pano, em lavouras com três diferentes formas de manejo para o controle das pragas: orgânico, preventivo ou calendarizado e MIP (Manejo Integrado de pragas).

O objetivo geral foi identificar a população de inimigos naturais associados ao complexo de percevejos e lagartas da soja na região noroeste do Rio Grande do Sul, safra 2015/2016, levantando-se como problema: quais os inimigos naturais associados ao complexo de percevejos e lagartas que nas diferentes sistemáticas de cultivo, podem ser identificados na cultura da soja na região noroeste do Rio Grande do Sul na safra 2015/2016?

As hipóteses que norteiam o presente projeto foram: O manejo das pragas com a adoção do MIP reduz significativamente o custo de controle das mesmas na cultura da soja. O controle preventivo ou "calendarizado" de pragas diminui significativamente a população de lagartas quando comparado com o MIP durante a infestação. O controle químico com produtos de contato reduz significativamente o número de pragas quando comparado ao controle químico com uso de produtos fisiológicos. Em lavouras em que se pratica MIP os inimigos naturais dos percevejos ocorrem em maior frequência que nas outras sistemáticas de controle. Na condução das lavouras nos sistemas de Produção Orgânica e Manejo Integrado a ocorrência de doenças em lagartas é maior do que no manejo Calendarizado de pragas. A aplicação de inseticidas em manejo calendarizado de pragas tem impacto direto na frequência de inimigos naturais de lagartas e percevejos.

A realização de pesquisas na área do controle biológico de pragas da cultura da soja, principalmente identificação dos inimigos naturais associados ao complexo de lagartas e percevejos carece de pesquisas, visto que não se tem informações sobre quais os inimigos naturais mais presentes na cultura da soja na região noroeste do Rio Grande do Sul. Além destes fatores, necessita-se quantificar os inimigos naturais, a fim de identificar os que possuem maior adaptabilidade, para que no futuro essas informações possam ser utilizadas e agregadas ao manejo integrado de pragas na região. O trabalho se justifica pela falta de pesquisa existente na área do controle biológico (tanto natural como aplicado) e de dados referente às condições de manejo e adaptação das diversas espécies de inimigos naturais às condições edafoclimáticas da região noroeste do Rio Grande do Sul.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo utilizou a abordagem quantitativa, a fim de aferir os dados referentes à quantificação dos insetos, em cada amostragem, e quantificar a frequência que os mesmos ocorreram. O método de procedimento estatístico foi utilizado para avaliação e tratamento dos dados numéricos obtidos com a execução do estudo, referentes à obtenção de médias, frequência, possibilitando apontar diferenças ou não entre os sistemas avaliados.

Para a coleta dos dados foi utilizada a observação direta intensiva e a observação, tendo como técnica de coleta de dados utilizada um pano de batida. Os dados coletados semanalmente foram submetidos à média, gerando o número médio de insetos, pragas e inimigos naturais por batida de pano; em seguida, foram elaborados gráficos de frequência das pragas e inimigos naturais durante o ciclo da cultura, a fim de identificar quando ocorreu o nível de controle.

A população estudada foi composta por onze (11) áreas de soja que realizam manejo de pragas de três diferentes formas: três (3) destas manejadas de forma orgânica no município de Cândido Godói; três (3) de forma convencional, com aplicações preventivas ou calendarizadas, localizadas no município de Giruá; e, cinco (5) com MIP, localizadas no município de Independência.

A amostragem utilizada foi de uma batida de pano por hectare de soja cultivada, sendo que as amostragens foram repetidas semanalmente durante as fases de início do florescimento (R1) até a maturação fisiológica (R7). O pano de batida utilizado foi do modelo disponibilizado pela Embrapa.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O sistema tecnológico para produzir soja tem evoluído principalmente pela alteração em três fatores de produção importantes: avanço genético, melhoria nas práticas de manejo da cultura e evolução da qualidade do ambiente de produção. O equilíbrio desses fatores representa a base para o sucesso no cultivo de soja no sul do Brasil (PIRES *et al.*, 2005).

Para Thomas e Costa (2010, p. 13) “o potencial de rendimento de uma lavoura de soja expressa à interação entre o genótipo e o ambiente”. Os mesmos autores acrescentam que a o alto potencial produtivo depende de um conhecimento detalhado do crescimento e desenvolvimento da cultura, as exigências edafoclimáticas e nutricionais, e do potencial genético das cultivares.

3.1. MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS

O Manejo Integrado de Pragas da Soja é um dos exemplos mais significativos do mundo em relação ao impacto econômico, ambiental e social. Com a adoção do MIP-Soja, uma grande quantidade de agroquímicos deixou de ser aplicada no ambiente e as aplicações passaram a ter critérios técnicos, baseados nos níveis de ação, estimados através dos dados obtidos no monitoramento das pragas. O MIP promoveu uma racionalização no controle de pragas, reduzindo substancialmente o volume e mudando o perfil dos inseticidas utilizados (HOFFMANN-CAMPO *et al.*, 2010).

3.1.1. Complexo de lagartas

As principais lagartas que causam danos à cultura da soja são: a lagarta-da-soja (*Anticarsia gemmatalis*) e as lagartas falsas-medideiras (*Chrysodeixis includens* e *Rachiplusia nu*), que desfolham as plantas durante o estágio vegetativo e reprodutivo. O nível médio para controle das lagartas em geral é de 20 lagartas maiores de 1,5 cm por batida de pano ou 30% de desfolhamento na fase vegetativa e de 15% de desfolhamento na fase reprodutiva. Para controle biológico com *Baculovirus*, deve-se levar em consideração 20 lagartas pequenas (no fio) ou 15 lagartas pequenas e 5 lagartas grandes por metro linear. Se o clima for de seca prolongada e com plantas menores de 50 cm de altura, reduzir esses níveis para a metade (TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO DE SOJA, 2013).

A lagarta-da-soja (*Anticarsia gemmatalis*) é o desfolhador mais comum da soja no Brasil, atacando as

lavouras a partir de dezembro a janeiro no Sul do País, consumindo tanto o limbo foliar como as nervuras, podendo ocasionar desfolhamento de até 100%. A mariposa possui hábitos noturnos, período esse que ocorre a reprodução (acasalamento e ovoposição). Caracteriza-se pela coloração cinza, marrom ou bege, e na maioria das vezes apresentando uma listra transversal escura ao longo das asas, unindo as pontas do primeiro par de asas. A lagarta apresenta coloração geral verde, com estrias longitudinais brancas sobre o dorso. Em altas populações ou escassez de alimento, a lagarta torna-se escura mantendo as estrias brancas. Possui quatro falsas pernas, no abdômen, e pode atingir 40 mm de comprimento (SILVA, 2009).

O adulto da lagarta falsa-medideira (*Chrysodeixis includens* e *Rachiplusia nu*) apresenta a coloração marrom acinzentada, com duas manchas prateadas no primeiro par de asas. Quando em repouso, as asas da mariposa formam um ângulo de aproximadamente 90 graus. O acasalamento ocorre à noite e os ovos são depositados individualmente, a maioria na face inferior das folhas. A lagarta é verde-clara, com linhas longitudinais esbranquiçadas no dorso, podendo medir 35 mm. Possui dois pares de falsas pernas abdominais e movimenta-se arqueando o corpo como se estivesse “medindo palmos” (HOFFMANN-CAMPO *et al.*, 2010).

3.1.2. Complexo de percevejos

Os principais percevejos que causam danos à cultura da soja são: percevejo-verde (*Nezara viridula*), percevejo-verde-pequeno (*Piezodorus guildinii*), percevejo-marrom (*Euschistus heros*), percevejo-barriga-verde (*Dichelops melacanthus* D. *furcatus*), percevejo-edessa (*Edessa meditabunda*) e *Chinavia* spp. (CORRÊA-FERREIRA *et al.*, 2013).

O nível de ação para o controle dos percevejos, segundo Corrêa-Ferreira *et al.* (2013), independente da espécie, é de 1 percevejo por metro de fileira para lavouras de produção de semente e de 2 percevejos por metro de fileira para lavouras de produção de grãos. Devem-se considerar adultos e ninfas acima de 0,5 cm. Os percevejos causam danos à soja a partir do início do desenvolvimento das vagens (R3), sugando as vagens, danificando os grãos da soja, prejudicando o rendimento e qualidade da soja.

Conforme Corrêa-Ferreira *et al.* (2013), para monitorar a ocorrência de percevejos deve-se realizar amostragens periódicas, com pano-de-batida em um metro de fileira, intensificando-as nos períodos mais críticos ou quando houver entrada de percevejos adultos provenientes de áreas vizinhas em que a soja se encontra em fase de maturação ou colheita.

Quando for necessário, realizar o controle químico; em alguns casos, pode ser efetuado apenas nas bordas da lavoura, sem necessidade de aplicação de inseticida na totalidade da área, porque o ataque destes insetos se inicia pelas áreas marginais (TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO DE SOJA, 2013).

3.1.1.3. Inimigos naturais

Segundo Simonato *et al.* (2013/2014) os inimigos naturais são agentes bióticos de mortalidade, sendo os

principais inimigos naturais observados na cultura da soja divididos por grupos de Parasitóides, Predadores e Microrganismos Entomopatogênicos.

Os parasitóides são insetos pequenos, geralmente menores ou do mesmo tamanho que seu hospedeiro e se desenvolvem em um único indivíduo. São específicos para uma determinada espécie ou para um grupo de espécies. Há 20 espécies de parasitóides de ovos identificadas para a cultura da soja, com destaque para *Trissolcus basalís*, *Telenomus podisi* (mais abundantes) e *Trichogramma pretiosum* (CORRÊA-FERREIRA; PANIZZI, 1999, *apud* SIMONATO *et al.*, 2013/2014).

Os insetos predadores são organismos de vida livre durante todo o ciclo de vida, atacando sua presa, matando-a e a consumindo. Normalmente os predadores são maiores que suas presas e necessitam, geralmente, consumir mais de uma presa para completar o seu desenvolvimento (PARRA *et al.*, 2002). Os principais predadores, segundo Simonato *et al.* (2013/2014), são: *Podisus nigrispinus*, *Geocoris spp.*, *Orius insidiosus*, joaninhas, formigas e aranhas.

Para Simonato *et al.* (2013/2014) os principais microrganismos entomopatogênicos encontrados na soja são fungos, bactérias e vírus, que causam a morte de insetos-praga, contribuindo para a manutenção das populações de pragas abaixo do nível de controle, sendo os principais *Baculovirus anticarsia*, *Bacillus thuringiensis* e *Nomuraea rileyi*.

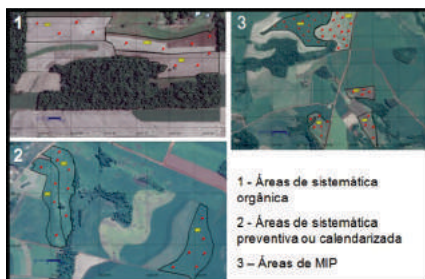
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresentam-se os resultados obtidos com a realização do estudo, bem como sua análise e discussão, comparando com resultados obtidos em outros estudos. Nesse contexto, foi realizada uma caracterização das áreas e apresentado os resultados de identificação e quantificação da população do complexo de lagartas, percevejos e inimigos naturais, estimando custos de controle e comparando os resultados obtidos nas diferentes sistemáticas de cultivo.

4.1. CARACTERIZAÇÃO DAS ÁREAS

As áreas que foram monitoradas localizam-se em três municípios da região noroeste do Rio Grande do Sul, sendo em Cândido Godói as áreas com sistemática orgânica, em Giruá as áreas com sistemática preventiva ou calendarizada e em Independência as áreas de MIP. O croqui de localização pode ser observado na figura 01.

Figura 01 - Croqui de localização das áreas



As áreas de sistemática orgânica no município de Cândido Godói, na localidade de Pederneiras, somam 10,5 hectares, sendo uma área de 3 hectares, uma de 3,5 hectares e a outra de 4 hectares.

As áreas com sistemática preventiva ou calendarizada pertencem ao município de Giruá, na localidade de Lajeado Reginaldo e somam 15 hectares. O MIP foi executado em cinco áreas localizadas no interior de Independência, na localidade de Esquina Motta, totalizando 43 hectares. As áreas podem ser observadas na figura 01.

4.2. IDENTIFICAÇÃO DO COMPLEXO DE LAGARTAS E PERCEVEJOS

Iniciou-se o monitoramento e a identificação das lagartas quando as cultivares atingiam o estágio de desenvolvimento R1, levando em consideração a metodologia adotada por Riffel (2010), em que se realizou uma batida de pano por hectare monitorada. As lagartas desfolhadoras identificadas e quantificadas foram a lagarta-da-soja (*Anticarsia gemmatalis*), a falsa-medideira (*Chrysodeixis includens*) e *Spodoptera sp.*

De acordo com o monitoramento efetuado, as principais espécies de percevejos presentes nas amostragens foram o percevejo-verde (*Nezara viridula*), percevejo-verde-pequeno (*Piezodorus guildinii*), percevejo-marrom (*Euschistus heros*), percevejo-barriga-verde (*Dichelops melacanthus* e *D. furcatus*), percevejo-edessa (*Edessa mediatubunda*) e *Chinavia spp.*

A identificação e reconhecimento das espécies de percevejos sugadores de sementes e suas formas jovens é fundamental nos programas de MIP, segundo Corrêa-Ferreira (2013), pois os mesmos se alimentam e sugam os grãos da soja, contribuindo para aumentar a severidade dos prejuízos causados.

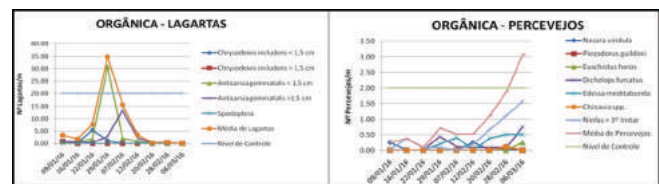
O foco do monitoramento dos percevejos iniciou no estágio R3, ou seja, início do desenvolvimento das vagens, estágio em que, segundo Corrêa-Ferreira *et al.* (2013), os percevejos começam a sugar as vagens, danificando os grãos da soja, prejudicando o rendimento e qualidade da soja.

Cabe ressaltar, antes de realizar as análises e discussões dos resultados, que conforme dados da estação meteorológica da SETREM (2016) no período de 10 de janeiro a 25 de janeiro de 2016, houve um período de estiagem.

4.2.1. Flutuação populacional de lagartas e percevejos nas áreas de sistemática orgânica

As lagartas desfolhadoras com maiores níveis populacionais, em todo o ciclo das cultivares com sistemática orgânica foram a lagarta-da-soja (*A. gemmatalis*) e a falsa-medideira (*C. includens*), com maior destaque para a primeira, conforme pode ser observado na figura 02.

Figura 02- Flutuação populacional de lagartas e percevejos nas áreas de sistemática orgânica



Conforme observado na figura 02, a lagarta-da-soja (*A. gemmatalis*) foi a que apresentou maior infestação durante o ciclo da cultura da soja. O monitoramento das áreas iniciou-se no dia 09 de janeiro de 2016, sendo que os produtores já estavam programados para realizar uma aplicação de *Baculovirus anticarsia*, a qual ocorreu no dia 10 de janeiro de 2016. Esse manejo ocasionou um pequeno decréscimo da população de lagartas, porém em virtude da falta de umidade, devido à estiagem ocorrida nas duas semanas, que sucederam a aplicação o vírus, não conseguiu agir sobre a população já existente, ocorrendo um novo aumento na população de lagartas, ocorrendo o pico populacional da lagarta-da-soja (*A. gemmatalis*) na entre as semanas de 22 e 29 de janeiro de 2016. As lagartas presentes neste momento eram menores que 1,5 cm, sendo consideradas pequenas segundo a metodologia de monitoramento, sendo que para nível de controle, as lagartas são consideradas apenas as que tiverem mais de 1,5 cm, porém, como a sistemática de cultivo desta área é orgânica e se utilizam produtos biológicos, a recomendação é que deve-se levar em consideração 20 lagartas pequenas (no fio) ou 15 lagartas pequenas e 5 lagartas grandes por 1m, conforme Tecnologia de Produção de Soja (2013).

Nos dias 29 e 30 de janeiro de 2016, foi realizada uma aplicação de *Bacillus thuringiensis*, com reaplicação no dia 05 de fevereiro de 2016, após chuva ocorrida nas áreas, sendo que na semana seguinte, quando o monitoramento foi realizado, o nível populacional já havia diminuído significativamente, restando apenas lagartas de tamanho grande, as quais completaram o ciclo, não havendo reinfestação. Com relação ao nível populacional da lagarta-da-soja (*A. gemmatalis*), a qual foi a mais expressiva no monitoramento das áreas com sistemática orgânica, estudo realizado por Conte *et al.* (2014) na região norte e oeste do estado do Paraná, em unidades de MIP, obtiveram resultado semelhante. As condições de clima seco durante o mês de janeiro também favoreceram o aumento do nível populacional, pois com baixa umidade, os fungos e vírus têm seu desenvolvimento prejudicado.

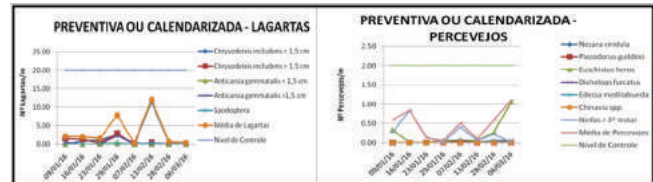
Pode-se verificar ainda na mesma figura 02 que a população de percevejos durante o monitoramento atinge o nível de controle em 28 de fevereiro de 2016, sendo que no dia seguinte foi realizada a aplicação de *Beauveria bassiana* (400 mL ha⁻¹). Devido à cultura estar atingindo o estágio R6, o monitoramento das áreas só ocorreu na semana seguinte, sendo registrada uma população significativa de ninfas e de *Dichelops furcatus* no último monitoramento.

Observa-se que há uma diversidade de espécies de percevejos que foram identificados no monitoramento, não tendo destaque para nenhuma espécie no período ao final e do ciclo da cultura houve um aumento significativo da população de percevejos, semelhante ao que ocorreu no Paraná na safra 2010/2011 em área testemunha, em que a população de percevejos apresentou um crescimento acelerado, principalmente das formas jovens (ninfas), a partir de R4 até R6, conforme Corrêa-Ferreira *et al.* (2013). Esse comportamento de diversidade de espécies de percevejos se deve pelo fato da não utilização de inseticidas químicos, estimulando assim a biodiversidade das espécies.

4.2.2. Flutuação populacional de lagartas e percevejos nas áreas de sistemática preventiva ou calendarizada

Nas áreas de sistemática preventiva ou calendarizada, as lagartas desfolhadoras que se destacaram foram as lagarta-da-soja (*A. gemmatalis*), a falsa-medideira (*C. includens*) e a *Spodoptera sp.*, sendo a de maior intensidade a falsa-medideira (*C. includens*), conforme pode ser observado na figura 03.

Figura 03 – Flutuação populacional de lagartas e percevejos nas áreas de sistemática preventiva ou calendarizadas



Observa-se, conforme a figura 03, que em nenhum momento do monitoramento das áreas de sistemática preventiva ou calendarizadas houve ocorrência significativa de lagartas desfolhadoras. Isso se deve principalmente pelo manejo preventivo realizado nas áreas, sendo que, antes de iniciar o monitoramento, em todas as áreas, já havia sido aplicado inseticida fisiológico Difluchem® 240 SC (*Diflubenzuron*) classe toxicológica III, na dose de 75 mL ha⁻¹, juntamente com a aplicação de fungicida. Cabe ressaltar que o inseticida fisiológico Difluchem® 240 SC, possui período residual de no mínimo 14 dias.

Apesar de não haver lagartas em quantidade populacional para atingir o nível de controle, foram realizadas de duas (áreas de 4 e 5 hectares) a três (área de 6 hectares) aplicações a mais de inseticidas nas áreas, sendo que as duas últimas foram com inseticidas de contato e ingestão Platinum (*Cipermetrina*) classe toxicológica III, na dose de 300 mL ha⁻¹ e Talisman (*Bifentrina* + *Carbosulfano*) classe toxicológica II, na dose de 350 mL ha⁻¹.

Outro fator levantado por Corrêa-Ferreira *et al.* (2013), que se confirma neste estudo, é que muitas vezes as aplicações de inseticidas realizadas não seriam necessárias, pois a população não atingiu nível de controle e, ainda, são realizadas concomitantes com aplicações de herbicidas e fungicidas, o que configura uma violação da legislação que impede a mistura em tanque de produtos não formulados para esta finalidade.

Observa-se, também, na figura 03 que houve um período de 15 dias no qual não foi realizado o monitoramento, entre os dias 13 a 28 de fevereiro de 2016, sendo justificada por obedecer ao intervalo de segurança do inseticida Platinum (*Cipermetrina*) e do fungicida Elatus® (*Azoxistrobina* + *Benzovindiflupir*) aplicados no dia 17 de fevereiro de 2016. Analisa-se que as aplicações preventivas são na maioria das vezes desnecessárias, afetando a população de inimigos naturais, aumentando o consumo de agrotóxicos e poluindo o ambiente.

De acordo com a figura 03, a flutuação populacional dos percevejos nas áreas de sistemática preventiva ou calendarizadas não se deu de forma

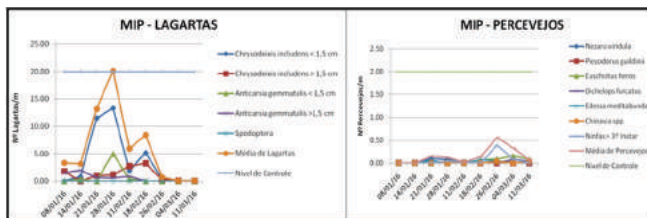
expressiva, pois não atingiram nível de controle em nenhum momento do ciclo da cultura. Preventivamente foram realizadas duas aplicações de inseticidas de amplo espectro, sendo o primeiro Platinum (*Cipermetrina*), classe toxicológica III, na dose de 300 mL ha⁻¹ e, o segundo, Talisman (*Bifentrina* + *Carbosulfano*), classe toxicológica III, na dose de 350 mL ha⁻¹.

Observa-se que, apesar de não atingir o nível de controle, o percevejo com maior incidência foi o percevejo-marrom (*Euschistus heros*), o que já havia ocorrido em outros estudos realizados por Corrêa-Ferreira *et al.* (2013) no Paraná onde esta espécie foi predominante nas unidades acompanhadas. As aplicações preventivas, além de desnecessárias, aumentam o consumo de agrotóxicos, contaminam o ambiente e prejudicam a biodiversidade de espécies, sendo que nestas áreas apenas ocorreram três espécies de percevejos.

4.2.3. Flutuação populacional de lagartas e percevejos nas áreas de MIP

As lagartas desfolhadoras que se destacaram nas áreas de MIP, também foram as lagarta-da-soja (*A. gemmatilis*) e a falsa-medideira (*C. includens*), com maior nível populacional da segunda, conforme nas áreas de sistemática MIP, conforme pode ser observado na figura 04. Para a média das lagartas nas áreas de MIP, não se levou em consideração a área de 14 hectares, devido a mesma ter a tecnologia IPRO.

Figura 04 – Flutuação populacional de lagartas e percevejos nas áreas de MIP



Conforme observado na figura 04, as áreas com MIP atingiram o nível de controle no monitoramento realizado no dia 28 de janeiro de 2016, sendo que apenas neste momento foi realizada a aplicação de inseticida. Devido às condições climáticas de umidade, o produto utilizado foi o inseticida fisiológico Wasp® 480 SC (*Triflumurom*) classe toxicológica III, na dose de 30 mL ha⁻¹, o qual possui período residual de no mínimo 14 dias. Observa-se que o manejo realizado foi eficiente, reduzindo drasticamente a população de lagartas nas semanas seguintes. Os resultados obtidos não diferem das citações de Hoffmann-Campo *et al.* (2010) que afirmam que o MIP promoveu uma racionalização no controle de pragas, reduzindo substancialmente o volume e mudando o perfil dos inseticidas utilizados. As lagartas que restaram foram eliminadas após a aplicação de inseticida de contato e ingestão Rapel® (*Acefato*), classe toxicológica III, na dose de 750 g ha⁻¹, o qual tinha como foco a população de percevejos.

Observa-se na figura 04 que não foi possível realizar o monitoramento entre os dias 28 de janeiro a 11 de fevereiro de 2016, sendo justificado por obedecer ao intervalo de segurança do fungicida Fox® (*Trifloxistrobina* + *Prothioconazol*) e inseticida Wasp® 480 SC (*Triflumurom*),

aplicados no dia 29 de janeiro de 2016. Cabe ressaltar que na área de 14 hectares a cultivar utilizada era com a tecnologia IPRO; por isso, a mesma não foi considerada na contagem da média de monitoramento de lagartas.

Os percevejos com maior população encontradas nas áreas de MIP foram percevejo-verde (*Nezara viridula*), percevejo-marrom (*Euschistus heros*), percevejo-barriga-verde (*Dichelops furcatus*), percevejo-edessa (*Edessa meditabunda*) e *Chinavia spp.* De acordo com a Figura 04 observa-se que a flutuação populacional dos percevejos nas áreas de MIP foi baixa, sendo que em nenhum momento a população chegou ao nível de controle. Mesmo assim, no final do ciclo dos cultivos, em algumas áreas foi realizado o controle nas bordaduras, aplicando o produto Rapel® (*Acefato*), classe toxicológica III, na dose de 750 g ha⁻¹, nas duas passadas de pulverizador na bordadura, ou seja, 36 metros na borda nas áreas de 14 e 15 hectares e nas áreas menores a aplicação foi na área total.

Comprovou-se que esta estratégia de controle foi eficiente, pois reduziu drasticamente a população de percevejos após a aplicação, porém desnecessária, se levar em consideração que a população de percevejos não estava em nível de controle, mas pelo controle ser realizado apenas na bordadura, esta estratégia pode ser utilizada quando a população atingir um percevejo por batida de pano. O controle de percevejos nas bordaduras já foi discutido e recomendado, com base que o ataque destes insetos se inicia pelas áreas marginais (TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO DE SOJA, 2013).

Na área de 6 hectares, o manejo realizado foi diferenciado, conforme já foi apresentado na caracterização das áreas. Isso ocorreu devido à infestação de lagartas, próximo ao nível de controle, ter ocorrido no monitoramento realizado no dia 21 de janeiro de 2016, conforme pode ser observado na figura 05.

Figura 05 – Flutuação populacional e desfolha de lagartas em área de 6 hectares de MIP



Devido a esta infestação, e por estar num período de estiagem, no dia 23 de janeiro de 2016 foi realizada uma aplicação com o inseticida de contato e ingestão Connect® (*Imidacloprido* + *Beta-ciflutrina*) classe toxicológica II, na dose de 750 mL ha⁻¹, o qual não conseguiu um controle da população de lagartas, sendo reaplicado no dia 02 de fevereiro de 2016, porém na dose de 1 L ha⁻¹. Observa-se na figura 05 que a aplicação não foi eficiente e, em 15 de fevereiro, foi aplicado Orthene 750 BR (*Acefato*), classe toxicológica I, na dose de 830 g ha⁻¹, e no dia 20 de fevereiro aplicado novamente Connect® (*Imidacloprido* + *Beta-ciflutrina*) na dose de 1 L ha⁻¹.

Após essas aplicações observa-se que o nível populacional de lagartas diminuiu drasticamente, porém não se pode afirmar se foi pelas aplicações ou pela fase de desenvolvimento da cultura que já se encontrava em R6.

Observou-se que em média houve um desfolhamento de 40% na área, porém, em algumas partes, em torno de 2 hectares, o desfolhamento foi superior a 60%, sendo que através do rendilhamento das folhas ocasionado pelo consumo das lagartas e pela flutuação populacional das lagartas, o dano foi ocasionado por lagartas falsa-medideira (*C. includens*), de acordo com a figura 05.

Os principais fatores que podem ter ocorrido, conforme Corrêa-Ferreira *et al.* (2013), foi aplicação direta de um inseticida de amplo espectro, o qual pode ter eliminado o complexo de inimigos naturais, agravando o fato de fazer uma reaplicação com o mesmo produto, aumentando a dose, fazendo com que a população ficasse resistente, não sendo controlada por nenhum dos inseticidas utilizados.

Outro fator que se deve levar em consideração com as lagartas falsa-medideira (*C. includens*), segundo Conte *et al.* (2014), é o seu hábito de posicionamento, sendo concentrado no terço mediano das plantas de soja, tornando-a de difícil controle.

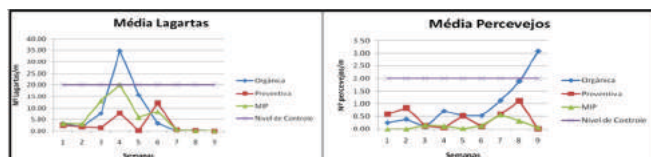
Nesse sentido, Conte *et al.* (2014) afirmam que a racionalização do uso de inseticidas é fator fundamental para o manejo de resistência, além da rotação de produtos com modo de ação diferentes, uso de inseticidas seletivos e aplicação somente quando a densidade da praga encontra-se no nível de dano, fatos estes que não foram obedecidos e preconizados nesta área.

Com relação à desfolha ocasionada e com base em Bueno *et al.* (2010), pode-se afirmar que os níveis de desfolha preconizados pelo MIP, que é de 30% na fase vegetativa e de 15% na fase reprodutiva da cultura, são altamente eficientes e confiáveis, pois, apesar do alto nível de desfolha, a produtividade da área não foi afetada drasticamente, sendo que a produção média da área foi de 54,85 sacas por hectare, não diferindo significativamente da média das áreas de MIP que foi de 58,15 sacas por hectare.

4.2.4. Comparação da média da flutuação populacional de lagartas e percevejos nas diferentes sistemáticas de cultivo

A comparação do nível de infestação das lagartas desfolhadoras pode ser observada na figura 06.

Figura 06 – Comparação da média da flutuação populacional de lagartas e percevejos nas diferentes sistemáticas de cultivo



Como se pode observar na figura 06, a área com sistemática orgânica apresentou o maior nível de população de lagartas, seguido pela área de MIP, as quais atingiram os níveis de controle. Já a área de sistemática preventiva ou calendarizadas, devido à aplicação preventiva de inseticidas, o nível populacional não atingiu o nível de controle durante o ciclo da cultura da soja.

Observa-se que os maiores níveis populacionais em todas as áreas ocorreram na quarta semana de monitoramento, entre os dias 28 e 29 de janeiro de 2016, período em que haviam passado os 15 dias sem a ocorrência de precipitações pluviométricas, fator este que deve ser levado em consideração segundo Conte *et al.* (2014), na tomada de decisão para o controle de insetos pragas.

O uso de inseticidas fisiológicos, os quais possuem período residual em torno de 14 dias, torna-se uma alternativa eficiente no controle das lagartas, conforme demonstrado no MIP, além de estimular a permanência dos inimigos naturais pela sua seletividade. Já os inseticidas de contato e ingestão, além de não terem período residual, agem sobre a maioria dos insetos (pragas e inimigos naturais).

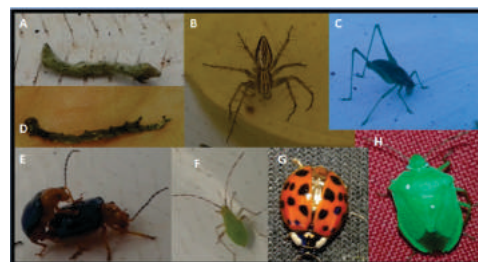
De acordo com a figura 06, observa-se que os percevejos atingiram nível de controle apenas nas áreas de sistemática orgânica, no final do ciclo reprodutivo da cultura. Nas áreas de MIP e sistemática preventiva e calendarizadas a população de percevejos permaneceu abaixo do nível de controle, principalmente nas áreas de MIP, em que a população foi bem inferior às demais populações nas outras sistemáticas de cultivo.

Para Conte *et al.* (2014), o uso de inseticidas para o controle das principais pragas é hoje uma necessidade, porém essa ferramenta deve ser usada com critério, integrada com outras estratégias de controle e no momento adequado (nível de controle), a fim de contribuir para potencializar o controle biológico através da atuação de predadores e parasitóides e a preservação da eficácia das moléculas de inseticidas perante a seleção de indivíduos resistentes, fatores estes que não foram levados em consideração nas sistemáticas preventiva ou calendarizadas e no MIP.

4.4. IDENTIFICAÇÃO DOS INIMIGOS NATURAIS

Conhecer o complexo de inimigos naturais que estão presentes nas lavouras é de fundamental importância, sendo estes fundamentais no processo de tomada de decisão de controle e mecanismo de ação dos inseticidas. Saber identificar e conhecer o modo de ação dos inimigos naturais sobre os insetos-pragas, bem como o tempo que alguns levam para atingir os alvos, faz-se necessário neste processo, sendo que alguns inimigos naturais identificados nos monitoramentos podem ser observados na figura 07.

Figura 07 – Inimigos naturais presentes na cultura da soja



A - *Metharizium rileyi*; B - Aranha; C - Louva Deus; D - *Baculovirus anticarsia*; E - *Callida* spp.; F - Nabís; G - Joaninha; H - Percevejo parasitado de díptero.

Na figura 07 apresenta-se a diversidade da população de inimigos naturais identificados nas diferentes sistemáticas de cultivo. A seguir, foram quantificados e descritos os inimigos naturais presentes em cada uma das sistemáticas de cultivo em estudo.

4.4.1. Flutuação populacional de inimigos naturais nas áreas de sistemática orgânica, sistemática preventiva ou calendarizada e MIP

Nas áreas de soja com sistemática de cultivo orgânico, a presença de inimigos naturais foi verificada em maior número bem como em diversidade de espécies, sendo identificadas aranhas, louva Deus, nabis, *Metharizium rileyi*, *Baculovirus anticarsia*, *Callida spp.* e percevejo parasitado de dípteros, conforme pode ser observado na figura 08.

Figura 08 – Flutuação populacional de inimigos naturais nas áreas de sistemática orgânica, preventiva ou calendarizadas e MIP.



Conforme observado na Figura 08, existe uma grande diversidade de inimigos naturais nas áreas de sistemáticas de cultivo orgânico, estando presentes em grande quantidade durante todo o ciclo da cultura, ou seja, foi detectada a sua presença por todo período avaliado, em quase todas as amostragens. Isso se deve principalmente pela não aplicação de inseticidas, pois, conforme Conte *et al.* (2013), a não aplicação de inseticidas favorece a ação espontânea dos inimigos naturais.

As espécies de inimigos naturais presentes nas áreas de sistemática preventiva ou calendarizadas foram menores em comparação com as demais áreas, sendo que apenas se teve a presença de aranhas, nabis, joaninhas e lagarta com *Baculovirus*, sendo que após a segunda aplicação de inseticida de amplo espectro, por volta de 18 de fevereiro de 2016, não houve mais ocorrência de inimigos naturais, o que confirma a afirmação de Corrêa-Ferreira *et al.* (2013), que as aplicações antecipadas, abaixo no nível de controle, principalmente com inseticidas piretróides, contribuem para a redução da densidade de agentes naturais de controle biológico.

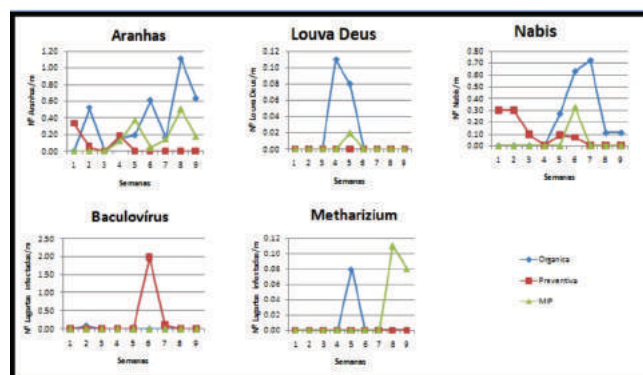
Conforme observado na figura 08, os inimigos naturais presentes nas áreas de MIP apresentaram maior quantidade e diversidade, se comparados com os ocorrentes nas áreas de sistemática preventiva ou calendarizada, principalmente na quantidade de aranhas, as quais são predadoras de diversas pragas. Após a aplicação de inseticida de amplo espectro, no dia 29 de fevereiro de 2016, apenas as aranhas foram identificadas no monitoramento das áreas, sendo que nas condições de realização do trabalho não tem trabalhos de comparabilidade, porém, Moraes *et al.* (1991, *apud* SIMONATO *et al.*, 2013/2014) afirma que as aranhas constituem o grupo mais importante e abundante durante todo o ciclo da soja, predando uma grande variedade de pragas.

Conforme afirmação de Conte *et al.* (2014), a aplicação de inseticidas desfavorece a população de inimigos naturais e o uso de inseticidas seletivos preserva a população dos inimigos naturais e a sustentabilidade das lavouras de soja, sendo uma das premissas do MIP.

4.4.2. Comparação da flutuação populacional de inimigos naturais nas diferentes sistemáticas de cultivo

Com base na figura 09, identificam-se os principais inimigos naturais presentes nas diferentes sistemáticas de cultivo, bem como sua quantificação em cada área, durante o ciclo da cultura da soja.

Figura 09 – Comparação da flutuação populacional de inimigos naturais nas diferentes sistemáticas de cultivo



Observa-se que, dos inimigos naturais apresentados na figura 09, apenas as lagartas doentes, infectadas com *Baculovirus*, não estavam presentes na sistemática orgânica, sendo que os demais estavam presentes e com população significativa.

Nas áreas de MIP observa-se uma população mediana, com decréscimo após a oitava semana de monitoramento, devido provavelmente, à aplicação de inseticida de amplo espectro, o que é comprovado por Conte *et al.* (2014), os quais afirma que a ação espontânea dos inimigos naturais é amplamente favorecida ao se evitar aplicações de inseticidas.

4.5. CUSTO DE CONTROLE (INSETICIDA + APLICAÇÃO) NAS DIFERENTES SISTEMÁTICAS DE MANEJO

As reduções dos custos de controle, juntamente com a diminuição de aplicação de produtos químicos no ambiente, contribuem para a maior rentabilidade dos cultivos, bem como a diminuição dos impactos ambientais ocasionados ao ambiente.

O custo de controle de insetos praga nas áreas de sistemática orgânica são expressos pela aplicação de *Baculovirus* na dose de 20 g ha⁻¹, duas aplicações de Bt Control SC (*Bacillus thuringiensis*) na dose de 500 mL ha⁻¹, e uma aplicação de Boveril WP (*Beauveria bassiana*) 400 mL ha⁻¹. Os custos totalizaram R\$ 2.290,00, dividindo pelas 10,5 hectares, o valor é de R\$ 218,09 por hectare, sendo que transformando em sacas de soja por hectare, levando em consideração que para o cálculo foi utilizado o valor de R\$ 65,00 por saca, sendo que cada saca na produção orgânica tem uma bonificação de 35%, o preço considerado por saca para esta sistemática de cultivo é de R\$ 87,75. Assim, foram necessárias 2,48 sacas de soja por hectare para o controle dos insetos pragas.

O custo de controle de insetos praga nas áreas de sistemática preventiva ou calendarizada são expressos pela aplicação de Difluchem® 240 SC (*Diflubenzuron*) na dose de 75 mL, sendo que na área de 6 hectares o mesmo foi aplicado 2 vezes, Platinum (*Cipermetrina*) na dose de 300 mL ha⁻¹ e Talisman (*Bifentrina + Carbosulfano*) na dose de 350 mL ha⁻¹. Os custos com o controle dos insetos pragas foi de R\$ 3.061,92, nas 15 hectares, assim o controle de insetos praga totalizou R\$ 204,13 por hectare, sendo que transformando isso em sacas por hectare, levando em consideração que para o cálculo foi utilizado o valor de R\$ 65,00 por saca, foram necessárias 3,14 sacas de soja por hectare para o controle dos insetos pragas.

O custo de controle de insetos praga nas áreas de MIP são expressos pela aplicação de Wasp® 480 SC (*Triflumurom*) em 22 hectares na dose de 30 mL ha⁻¹, Connect® (*Imidacloprido + Beta-ciflutrina*) na dose de 750 ml e 1 L ha⁻¹ na área de 6 hectares sendo aplicado 3 vezes, Rapel® (*Acefato*) em 12 hectares na dose de 750 gr ha⁻¹, e Orthene 750 BR (*Acefato*) em 6 hectares na dose de 830 gr ha⁻¹. Os custos com o controle totalizam R\$ 2.855,42, nas 43 hectares. Assim, o custo de controle foi de R\$ 66,40 por hectare, sendo que transformando isso em sacas por hectare, levando em consideração que para o cálculo foi utilizado o valor de R\$ 65,00 por saca, foram necessárias 1,02 sacas de soja por hectare para o controle dos insetos pragas.

Os custos de controle nas diferentes sistemáticas de cultivo podem ser comparados na tabela 01.

Tabela 01 – Comparação dos custos de controle dos insetos pragas nas diferentes sistemáticas de cultivo

Sistemática	Nº médio de aplicações	Custo (R\$/ha)	Custo (sc/ha) ¹
Orgânica	4	218,09	2,48
Preventiva	3,6	204,13	3,14
MIP	2	66,40	1,02

¹Preço base para cálculo R\$ 65,00 a saca para sistemática preventiva e MIP e R\$ 87,75 para orgânica (35% superior).

De acordo com a Tabela 01, os custos de controle nas diferentes sistemáticas de cultivo variaram, principalmente na área de MIP em relação com as demais. Apesar de uma das áreas de MIP ter tido dificuldade de controle, sendo utilizadas 4 aplicações de inseticidas de contato, o custo de controle das áreas foi de apenas R\$ 66,40, o que equivale a 1,02 sacas de soja por hectares. Resultado proporcional foi obtido no Paraná, na safra 2013/14, onde o custo com o MIP foi de 2,41 sacas por hectares com média de 2,6 aplicações, e no preventivo foi de 5,03 sacas por hectares com média de 4,99 aplicações de inseticidas (CONTE *et al.* 2014).

Na sistemática orgânica e na preventiva ou calendarizadas o custo com o controle dos insetos praga foi semelhante, porém quando equivalido em sacas por hectare, devido à receita da produção de soja orgânica ser 35% superior a da soja convencional, precisaria apenas 2,48 sacas por hectares, enquanto que na preventiva ou calendarizadas foi de 3,14 sacas por hectare.

5. CONCLUSÃO

Para a conclusão do estudo serão analisadas as hipóteses, a fim de confirmá-las ou não, justificando-as. Com relação à primeira hipótese que afirmava que o

manejo das pragas com a adoção do MIP reduz significativamente o custo de controle das mesmas na cultura da soja, esta se confirma, pois na sistemática orgânica foram necessárias 2,48 sacas por hectare, nas áreas de sistemática preventiva 3,14 sacas por hectares, enquanto que nas áreas de MIP o custo foi de 1,02 sacas por hectare.

A segunda hipótese também se confirma, pois o controle preventivo ou “calendarizado” de pragas diminuiu significativamente a população de lagartas quando comparado com o MIP durante a infestação, sendo que na sistemática preventiva a população de lagartas desfolhadoras nem chegou próxima ao nível de controle, sendo que nas áreas de MIP o nível de controle foi atingido no monitoramento do dia 28 de janeiro de 2016.

A hipótese que afirmava que o controle químico com produtos de contato reduz significativamente o número de pragas quando comparado ao controle químico com uso de produtos fisiológicos não se confirma, pois nas áreas em que foi realizado o controle com produtos fisiológicos o mesmo foi eficiente, de igual forma ao controle químico com produto de contato utilizado na sistemática preventiva ou calendarizadas, e bem superior no controle de insetos praga no MIP, comparando as demais áreas com a área de 6 hectares, em que foi realizado 4 aplicações com produtos de contato e não se conseguiu um controle eficiente, sendo que nas demais foi utilizado apenas uma aplicação de inseticida fisiológico.

Na hipótese quarta que afirmava que em lavouras nas quais se pratica MIP, os inimigos naturais dos percevejos ocorrem em maior frequência que nas outras sistemáticas de controle, conclui-se que a mesma é falsa, pois a maior quantidade de inimigos naturais dos percevejos ocorreu nas áreas de sistemática orgânica.

Quando se afirmou que na condução das lavouras nos sistemas de produção orgânica e manejo integrado a ocorrência de doenças em lagartas é maior do que no manejo calendarizado de pragas, pode-se confirmar a hipótese em partes, pois nas áreas de sistemática orgânica e MIP houve a identificação de lagartas com *Metharizium rileyi*, porém nas áreas de sistemática preventiva ou calendarizadas houve identificação de lagartas com *Baculovirus*, o que não ocorreu nas áreas de MIP. Nas áreas com sistemática orgânica o aparecimento de lagartas com *Metharizium rileyi* e *Baculovirus* foi bem superior que nas demais sistemáticas de cultivo.

Na última hipótese afirmava-se que a aplicação de inseticidas em manejo calendarizado de pragas tem impacto direto na frequência de inimigos naturais de lagartas e percevejos, sendo que a mesma se confirma, pois nessas áreas os inimigos diminuíram em quantidade e na diversidade de espécies, sendo que após as aplicações de inseticidas de contato apenas identificou-se a presença de nabes.

O presente estudo levantou como problema quais eram os inimigos naturais associados ao complexo de percevejos e lagartas, que nas diferentes sistemáticas de cultivo, podem ser identificados na cultura da soja na região noroeste do Rio Grande do Sul

na safra 2015/2016, sendo que os resultados obtidos foram que nas áreas com sistemática de cultivo orgânica os inimigos identificados foram aranhas, louva Deus, nabís, *Metharizium rileyi*, *Baculovirus anticarsia*, *Callida spp.* e percevejo parasitado de dípteros. Nas áreas de sistemática preventiva ou calendarizada os inimigos naturais identificados foram apenas aranhas, nabís, joaninhas e lagarta com *Baculovirus anticarsia* e nas áreas de MIP foram aranhas, louva Deus, nabís, tesourinhas, e lagarta com *Metharizium rileyi*.

Monitorar as áreas, a fim de quantificar e identificar o nível de controle dos insetos praga é fundamental nos sistemas de produção, pois, além de trazer benefícios da ordem econômica, como foi comprovado no estudo através do MIP, diminui a quantidade de aplicações de agrotóxicos reduzindo assim a contaminação ambiental. A aplicação de inseticida no momento correto, apenas quando os insetos praga atingirem o nível de controle, dando preferência para inseticidas fisiológicos e quando necessário utilizar inseticidas de amplo espectro rotacionando os grupos químicos, pode contribuir para um manejo mais eficiente e sustentável. Além disso, pode-se concluir que com a utilização de estratégias de controle de insetos, pragas com o manejo orgânico ou com o uso de inseticidas fisiológicos ocasiona uma preservação do controle biológico (inimigos naturais), os quais permaneceram durante todo o ciclo da cultura nestas áreas nas quais não se utilizou inseticidas de contato e ingestão de amplo espectro.

Ainda, é possível concluir que a estratégia que se comprovou eficiente foi o monitoramento das áreas na bordadura, identificando os insetos que estão entrando nas áreas, e o controle dos percevejos apenas nas bordas, conforme foi realizado nas áreas de MIP, sendo que essa estratégia ocasionou a redução do uso de inseticidas, o qual foi aplicado apenas nas bordaduras das áreas e foi eficiente, pois não se atingiu o nível de controle de percevejos nestas áreas.

Conclui-se que o uso do MIP, aliado ao uso de inseticidas fisiológicos e controle de percevejos na bordadura são ferramentas eficientes e indispensáveis nos cultivos agrícolas, pois diminuem os custos de produção e a quantidade de inseticidas utilizados por área, sem riscos a produtividade da soja, além de preservar a população de inimigos naturais existentes nas áreas.

REFERÊNCIAS

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, 2015. **Séries históricas**. Acesso em 05/03/2016. Disponível em: <[http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=2&P](http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=2&Pagina_objcmsconteudos=3#A_objcmsconteudos)agina_objcmsconteudos=3#A_objcmsconteudos>.

CONTE, Osmar; OLIVEIRA, Fernando Teixeira de; HARGER, Nelson; CORRÊA-FERREIRA, Beatriz Spalding. 2014. **Resultados do manejo integrado de pragas da soja na safra 2013/14 no Paraná**. Londrina: Embrapa Soja. 56 p. ISSN 1516-781X n.356

CORRÊA-FERREIRA, Beatriz Spalding; CASTRO, Luiz Carlos de; ROGGIA, Samuel; CESCINETTO, Nei Leocadio; COSTA, Joaquim Mariano da; OLIVEIRA, Maria Cristina Neves de. 2013. **MIP-Soja: resultados**

de uma tecnologia eficiente e sustentável no manejo de percevejos no atual sistema produtivo da soja. – Londrina: Embrapa Soja. 55 p. ISSN 1516-781X n.341

DAL SOGLIO, Fábio. 2009. **A crise ambiental planetária, a agricultura e o desenvolvimento**. Acesso em: 14/06/2013. Disponível em: <[http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/19605/dese](http://moodleinstitucional.ufrgs.br/file.php/19605/desevolvimento_e_crise_ambiental_1_.pdf)nvolvimento_e_crise_ambiental_1_.pdf>.

EMBRAPA SOJA. 2015. **Soja em números (safra 2014/2015)**. Acessado em: 21/01/2016. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>>.

HOFFMANN-CAMPO, Clara Beatriz; MOSCARDI, Flávio; CORRÊA-FERREIRA, Beatriz S.; OLIVEIRA, Lenita Jacob; SOSA-GÓMEZ, Daniel Ricardo; PANIZZI, Antonio Ricardo; CORSO, Ivan Carlos; GAZZONI, Décio Luiz; OLIVEIRA, Edilson Bassoli de. 2010. **Pragas da soja no Brasil e seu manejo integrado**. Londrina: Embrapa Soja, 2010. 70 p. - (Circular Técnica / Embrapa Soja, ISSN 1516-7860; n.30).

KUGLER, H. 2012. **Paraíso dos agrotóxicos**. In *Revista Ciência Hoje*, vol.50, 296, Rio de Janeiro. Set. pp. 20-26. Acesso em: 10/05/2012. Disponível em: http://moodleinstitucional.ufrgs.br/pluginfile.php/668501/mod_resource/content/0/Agricultura_e_sustentabilidade_bibliografia/Agrotoxicos/agrotoxicos_Ciencia_Hoje.pdf

PARRA, José Roberto Postali; BOTELHO, Paulo Sérgio Machado; CORRÊA-FERREIRA, Beatriz Spalding; BENTO, José Maurício Simões. 2002. **Controle biológico: terminologia**. In: PARRA, José Roberto Postali; BOTELHO, Paulo Sérgio Machado; CORRÊA-FERREIRA, Beatriz Spalding; BENTO, José Maurício Simões (Ed.). *Controle biológico no Brasil: parasitoides e predadores*. São Paulo: Manole, p. 1-16. ISBN – 85-204-1554-7.

PIRES, João Leonardo Fernandes; CUNHA, Gilberto Rocca da; THOMAS, André Luís. 2005. **Fatores promotores de rendimento em modelos de produção para soja**. In: Henrique Pereira dos Santos, Renato Serena Fontaneli, Silvio Tulio Spera, João Leonardo Pires, Gilberto Omar Tomm (org.). *Eficiência de soja cultivada em modelos de produção sob sistema plantio direto*. Passo Fundo: Embrapa Trigo. 248 p. ISBN 85-7574-014-8.

RIFFEL, Cinei Teresinha. 2010. **Ferramentas da agricultura de precisão no monitoramento e manejo da lagarta da soja *Anticarsia gemmatalis* (Hübner, 1818) (Lepidoptera: Noctuidae) na região do planalto do Rio Grande do Sul, Brasil**. - Pelotas, 93 p.; il.- Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Fitossanidade. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2010.

SETREM – Sociedade Educacional Três de Maio. 2016. **Dados Estação Meteorológica**. Acesso em: 13/11/2016. Disponível em: <<http://estacao.setrem.com.br/>>.

SILVA, Mauro Tadeu Braga da. 2009. **Controle da lagarta-da-soja**. Cruz Alta: CEP FECOTRIGO: FUNDACEP FECOTRIGO: CCGL TEC FUNDACEP. 140 p. ISSN 978-85-910160-0-6.

SIMONATO, Juliana; GRIGOLLI José Fernando Jurca; OLIVEIRA, Harley Nonato de. 2013/2014. **Controle Biológico de Insetos-Praga na Soja**. Acesso em: 23/02/2016. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/102097/1/cap.-8.pdf>>.

TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO DE SOJA – Região Central do Brasil 2014. 2013. Londrina: Embrapa Soja. Acesso em: 23/02/2016. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/95489/1/SP-16-online.pdf>>. ISSN 2176-2902.

THOMAS, André Luís; COSTA, José Antonio. 2010. **Desenvolvimento da planta de soja e o potencial de rendimento de grãos**. In André Luís Thomas; José Antonio Costa (org). *Soja: manejo para alta produtividade de grãos*. Porto Alegre: Evangraf. 248 p. ISBN 978-85-7727-226-6.

POLÍTICAS DE GOVERNO NO ÂMBITO EDUCACIONAL: ANÁLISE DO PROCESSO DE MUDANÇA ESTRATÉGICA NA CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Esp. Aline Prestes Roque¹
Esp. Carla Micheli Maron Araújo²

RESUMO

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia representou um marco na história da educação brasileira. A constituição destes tem como objetivo a implantação de um novo modelo de educação profissional e tecnológica, oferecendo a possibilidade de educação continuada, oportunizando o aluno percorrer os diversos níveis e modalidades de educação. Dessa forma, o objetivo deste artigo é apresentar as abordagens teóricas sobre mudança e adaptação estratégica organizacional. Buscou-se na história a sustentação teórica para explicar a evolução das políticas de governo no âmbito educacional e como essas mudanças ocorreram. A construção do trabalho foi feita por meio de estudo de caso de natureza qualitativa e as coletas de dados foram realizadas através de pesquisa bibliográfica. Observou-se que a educação tecnológica é apresentada como a responsável pelo aumento da produtividade e da qualidade em um processo de desenvolvimento econômico e social, pois os Institutos atuam em prol do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania. Assim, a universalização da educação básica passa, obrigatoriamente, pela decisão política da sociedade de ampliar os investimentos na educação.

Palavras- chave: Educação Profissional. Estratégia. Desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

Em 24 de abril de 2007 foi lançado o Decreto 6.095 que estabelece diretrizes para o processo de integração de Instituições Federais de Educação Tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Estimulando o processo de reorganização das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, a fim de que atuem de forma integrada regionalmente.

A Rede Federal de Educação Profissional, segundo dados do Ministério de Educação (MEC) e da Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), até o final de 2008, contava com 36 Escolas Agrotécnicas, 33 Centros Federais de Educação Tecnológica CEFETs com suas 58 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs), 32 Escolas Vinculadas, 1 Universidade Tecnológica Federal e 1 Escola Técnica Federal. Conforme Célia Regina Otranto (2010), a

ABSTRACT

The creation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology represented a milestone in the history of Brazilian education. The establishment of these aims to implement a new model of professional and technological education, offering the possibility of continuing education, allowing the student to go through the various levels and modes of education. Thus, the main purpose of this article is to present the theoretical approaches on organizational strategic change and adaptation. In history theoretical support to explain the evolution of government policies in education and how these changes happened was sought. The construction of the work was done through a qualitative case study and data collection through bibliographic research. It was observed that technological education is presented as responsible for increasing productivity and quality in a process of economic and social development, since the Institutes act in favor of local and regional development with a view to building citizenship. Thus, the universalization of basic education necessarily goes through the political decision of society to expand investments in education.

Keywords: Professional Education. Strategy. Development.

inserção das Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), explicitado no texto da CONEAF, tinha seu foco central na transformação das EAFs em CEFETs, alertando que isso implicaria em ajuste imediato no aporte de recursos e na melhoria da infraestrutura. Propunha que, durante o tempo de ajuste, o novo e o velho coexistissem, até que um prevalecesse sobre o outro. Dessa forma, as EAFs “poderiam cumprir um papel estratégico na consolidação do PDE”, que estaria referenciado tanto na lógica da interiorização quanto do atendimento das necessidades técnicas ao desenvolvimento dos municípios, das regiões e dos estados, “respeitando os processos de desenvolvimento desencadeados pelos ‘Arranjos Produtivos Locais’ – APLs.” (CONEAF, 2007, p. 3). Com isso, este artigo apresenta uma breve explanação do contexto histórico em que as instituições que deram origem aos IFs (CEFETs, ETFs, EAFs e Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais), e que compunham até 2008, a Rede Federal de Educação Tecnológica, foram criadas assim como sua caracterização.

¹ Bacharel em Gastronomia – Especialista em Finanças Empresariais (UNIVALI), Docência no Ensino Técnico e Tecnológico (IF Farroupilha) e Mestranda em Desenvolvimento Regional (UNIJUÍ).

² Bacharel em Comunicação Social – habilitação Jornalismo (UNICRUZ), Licenciada em Letras Língua Portuguesa e Especialista em Gestão e Tutoria de Educação a Distância (UNIASSELVI), Mestranda em Desenvolvimento Regional (UNIJUÍ).

O objetivo do estudo é analisar o processo de mudança estratégica que transcorreu no período de 1909 a 2008. A realização do trabalho foi feita por meio de estudo de caso de natureza qualitativa, construído através de um contexto histórico. Na pesquisa foram utilizadas as seguintes técnicas de coleta de dados: pesquisa documental e pesquisa bibliográfica.

Para analisar a adaptação estratégica da Rede Federal de Educação Profissional, foi relacionado (qual a mudança) ao seu contexto (o porquê da mudança) e ao seu processo (como se deu a mudança), baseado no modelo de análise de mudanças organizacionais que segue a proposta de Pettigrew, Ferlie e Mckee (1992).

A pesquisa teve como base o histórico da Rede Federal de Educação Profissional que completou 100 anos em 2009, e mais especificamente foi utilizado como exemplo o Instituto Federal Farroupilha, localizado no estado do Rio Grande do Sul.

O presente artigo se encontra dividido em quatro partes: na primeira apresenta-se o estudo; posteriormente, a metodologia adotada para a execução da pesquisa; na sequência, é posta a análise do processo de mudança e adaptação estratégica, iniciando pelo histórico e construção dos principais eventos críticos e períodos estratégicos, seguindo a análise teórica do estudo como um todo. Por fim, as considerações finais.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

2.1. TIPO DE ESTUDO

No que tange aos aspectos metodológicos, a presente pesquisa é de natureza qualitativa, e trata-se de um estudo de caso do tipo descritivo. O estudo descritivo tem suas características pautadas na descrição de um fenômeno ou situação, mediante um estudo realizado em determinado local ou tempo (MARCONI; LAKATOS, 1990). A abordagem é de um estudo de caso de análise longitudinal e processual, que aponta seu caráter temporal, determinado pelo período histórico abarcado pela pesquisa (1909-2008). A opção por este período considerou o fato de que este espaço temporal retrata a história do programa de governo e uma grande expansão em termos de reposicionamento estratégico.

A pesquisa tem caráter qualitativo e segue um processo que não admite visões isoladas, parceladas, estanques. Ela assume características de um processo simultâneo, não linear (TRIVIÑOS, 1987). Nesta pesquisa foi utilizada como técnica de coleta de dados: pesquisa bibliográfica. Esta pesquisa é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, entre outros (VERGARA, 2009).

2.2. MÉTODOS DE PESQUISA

Para a execução da coleta e da análise de dados foram utilizados como instrumentos: pesquisa documental e bibliográfica, tendo como base livros e periódicos especializados, essencialmente quanto à caracterização da composição ambiental, em que a escola se encontra inserida. Tomando como referência tais procedimentos

metodológicos, a presente pesquisa cumpriu as seguintes etapas de construção do trabalho: pesquisa documental e bibliográfica; elaboração da lista de eventos críticos considerados pertinentes sob a ótica estratégica, sustentado pelas informações obtidas por meio da pesquisa documental; definição dos períodos estratégicos históricos; caracterização do contexto socioeconômico, político e cultural que exerceram algumas influências nas decisões e nas ações da gestão educacional.

2.3. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Posteriormente, realizou-se a análise teórica de cada período estratégico e do estudo em sua totalidade, de acordo com os procedimentos de análise propostos pela abordagem da *“direct research”* (MINTZBERG, 1979). A *“direct research”*, que utiliza um método longitudinal de análise abordando a evolução da organização em um determinado período histórico, é desenvolvida nas seguintes etapas: a) coleta de dados básicos; b) inferência dos períodos e estratégias de mudança; c) análise intensiva dos períodos de mudança e; d) análise teórica do estudo.

3. HISTÓRICO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Segundo o histórico produzido pelo Ministério da Educação, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica completou 100 anos em 2009. Com o falecimento do presidente Afonso Pena, em julho de 1909, Nilo Peçanha assumiu a Presidência do Brasil e assinou em 23 de setembro do mesmo ano, o Decreto nº 7.566, criando, em diferentes unidades federativas, sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices”, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito.

Em 14 de novembro de 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que estruturou a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, que passava a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices.

Em 13 de janeiro de 1937 foi assinada a Lei 378 transformando as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional de todos os ramos e graus.

Em 1941 vigorou uma série de leis conhecidas como a “Reforma Capanema”, que remodelou todo o ensino no país, e tinha como principais pontos: o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio; o ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão; os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria; o segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades.

O Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. A partir desse ano, inicia-se, formalmente, o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura

do ensino do país como um todo, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) a indústria automobilística surge como o grande ícone da consolidação da indústria nacional. Pela primeira vez contempla-se o setor de educação com 3,4% do total de investimentos previstos. O objetivo era a formação de profissionais orientados para as metas de desenvolvimento do país. No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, torna, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos.

Em 1978, com a Lei nº 6.545, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs. Esta mudança confere àquelas instituições mais uma atribuição, formar engenheiros de operação e tecnólogos, processo esse que se estende às outras instituições bem mais tarde.

Em 08 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.948 dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica que transformou todas as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs.

Em 20 de novembro de 1996 foi sancionada uma nova LDB. Sob o número 9.394, dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo separado da Educação Básica, superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país, fazendo uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. Além disso, define o sistema de certificação profissional que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar.

O Decreto 2.208, de abril de 1997, regulamenta a educação profissional e criou o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP. De 1909 a 2002 foram construídas 140 unidades, melhor configurando a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira.

Em 18 de novembro de 2005 na Lei 11.195 modifica a Lei no 8.948 e ocorre o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a construção de 64 novas unidades de ensino.

Em 13 de julho de 2006, o Decreto 5.840 institui no âmbito federal o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA com o ensino fundamental, médio e

educação indígena. No mesmo ano é lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia para disciplinar as denominações dos cursos oferecidos por instituições de ensino público e privado.

Em 2007 há o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como meta entregar à população mais 150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades, até o final de 2010, cobrindo todas as regiões do país.

Em 29 de dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro do mesmo ano. A mencionada lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no âmbito do Sistema Federal de Ensino, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG; Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.

4. PERÍODOS ESTRATÉGICOS E EVENTOS CRÍTICOS

A seguir são apresentados os eventos marcantes entre os anos de 1909 a 2008, de acordo com a metodologia do estudo. A Figura 1 apresenta a sistematização dos períodos estratégicos que determinaram as mudanças estratégicas da rede federal de ensino.

Períodos Estratégicos	Contexto Histórico	Passagem
1909	Decreto que criou as escolas de Aprendizizes e Artífices.	Maior formação pré-industrial ou artesanal do que educacional, além de terem sido um cunho muito mais social do que técnico.
1930	Busca de consolidação do capitalismo e formação de força de trabalho.	Redefinição do papel do Estado em matéria econômica.
1950	Multinacionais instalam-se no país.	Investimentos em qualificação de mão-de-obra.
1990	Maior aproximação da educação básica.	Alto índice de aprovação no vestibular.
2008	O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892/08, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.	Desenvolvimento de diferentes estratégias de integração que constituem espaços adequados ao diálogo com a sociedade.

Fonte: Autoras do artigo, 2016.

4.1. PERÍODO I (1909)

A construção da força de trabalho no âmbito da educação escolar brasileira tem como marco inaugural a criação das escolas de Aprendizizes e Artífices no século XX, a partir do Decreto de lei n. 7.566 de setembro de 1909, mais ligadas à formação pré-industrial ou artesanal do que educacional.

Destinada à recém-formada classe operária brasileira, em virtude da ainda incipiente industrialização do país, do crescimento do setor terciário e da própria urbanização. Dentro dessa perspectiva, a educação profissional foi criada para atender jovens e adultos que viviam à margem da sociedade. As primeiras escolas que constituíram a Rede Federal de Educação Tecnológica tinham a função

de instituir tais indivíduos através de um ensino de um ofício ou profissão. De acordo com Fonseca (1961, p. 68) “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”.

4.2. PERÍODO II (1930)

Com a ruptura que aconteceu com o golpe de 1930 e que deu um novo rumo ao avanço da acumulação capitalista no país, “no sentido da implantação de um núcleo básico de indústrias de bens de produção, bem como na redefinição do papel do Estado em matéria econômica, visando tornar o polo urbano industrial o eixo dinâmico da economia” (MENDONÇA, 1988, p. 13).

Se por um lado o processo de desenvolvimento da indústria nacional ainda não demandava grandes quantidades de trabalhadores qualificados, por encontrar-se ainda em fase inicial, por outro lado, a educação profissional era vista como alternativa ao problema da ociosidade dos desfavorecidos, que geravam elevados índices de criminalidade e impediam o progresso no país.

Favorecendo a indústria brasileira e pretendendo consolidar com o capitalismo nacional foram tomadas uma série de medidas, pelo governo do então presidente Getúlio Vargas, buscando ajustar os processos de formação da força do trabalho no país a esses objetivos no âmbito da economia e da política (TAVARES, 2012; IGNACIO, ASSIS, 2012).

4.3. PERÍODO III (1950)

Apesar do processo de industrialização do Brasil ganhar impulso já nas décadas de 1930-1940, o setor industrial só adquiriu uma nova feição a partir da década de 1950, quando empresas multinacionais se instalaram no país, fazendo com que o Brasil passasse a depender do capital internacional, que passa a requisitar investimentos em qualificação de mão-de-obra.

As políticas de intervenção do Estado na economia, no período que vai de 1946-1964, não são abandonadas, mas perdem seu caráter nacionalista, em razão da abertura indiscriminada ao capital internacional. Sem dúvida que essa fase trazia novas exigências educacionais, trazendo modificações no horizonte cultural, sobretudo nas áreas atingidas pela industrialização, trazendo uma forte demanda social pela educação e pela expansão do ensino (TAVARES, 2012; IGNACIO, ASSIS, 2012).

4.4. PERÍODO IV (1990)

No decorrer do século XX, a Rede Federal foi se adequando às novas demandas apresentadas pela sociedade. Neste processo, o ensino técnico teve momentos de maior ou menor proximidade e equivalência com relação à educação básica preparatória. Na década de 1990, por exemplo, os egressos destas instituições tinham altos índices de aprovação em vestibulares. Nas regiões em que a oferta de bom ensino preparatório para o vestibular era escassa, as Escolas Técnicas acabaram se tornando a opção de estudos preparatórios (BRASIL/CNE/CEB, 1999).

Dessa forma, a educação tecnológica é apresentada como a responsável pelo aumento da produtividade e da qualidade e, conseqüentemente, pela competitividade da nossa economia no cenário internacional, em um processo de desenvolvimento econômico e social (TAVARES, 2012; IGNACIO, ASSIS, 2012).

4.5. PERÍODO V (2008)

Em 29 de dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892/08, que criou os 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro do mesmo ano. A implantação dos Institutos surgiu da necessidade de desenvolver as comunidades e as regiões em que os mesmos estão inseridos, devendo ter uma forte inserção na área de pesquisa e extensão, visando estimular o desenvolvimento de soluções tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade.

Os Institutos Federais enfatizam que o atual modelo de Educação Profissional e Tecnológica busca superar a formação centrada exclusivamente na preparação para ocupação de postos de trabalho. A despeito de considerar imprescindível a interação com o mundo produtivo, especialmente porque ainda se constata grande carência de mão de obra qualificada no Brasil, a educação profissional deve extrapolar os ditames mercadológicos e proporcionar uma formação que dialogue com o universo multifacetado do mundo do trabalho do qual o mercado é apenas parte constitutivo (NERI, 2008; OTRANTO, 2010).

No Brasil, os Institutos Federais são as únicas Instituições de ensino que possuem esse formato, apresentando um grande diferencial em termos da oferta da educação nos diversos níveis de ensino e modalidade de cursos, bem como no modelo administrativo e organizacional.

5. O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OS INSTITUTOS FEDERAIS

Atuar no sentido do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal, constitui um preceito que fundamenta a ação dos Institutos Federais. O diálogo vivo e próximo dos Institutos com a realidade local e regional objetiva provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão que castiga a sociedade brasileira, no que se refere ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação. É por isso que o desenvolvimento local e regional deve vir no bojo do conjunto de políticas públicas que transpassam determinada região e não como única agência desse processo de desenvolvimento.

O termo desenvolvimento é muito amplo e tem vários significados; não se referindo apenas aos aspectos econômicos, pode ser entendido como um processo de evolução. Geralmente tem uma conotação positiva, já que implica numa evolução e pode servir para fazer referência tanto a coisas, pessoas, situações ou fenômenos de diferentes tipos.

Franz (2003) entende desenvolvimento “como um processo complexo em virtude das relações sociais envolvidas, sendo composto pelos mais diversos aspectos da vida humana”. É um processo que contém dimensões culturais, expressas no comportamento das pessoas, na explicação dos fatos, na afirmação de valores.

Para Siedenberg (2012), o termo desenvolvimento surgiu da palavra latina *involvere*, com o significado de ato, efeito ou processo. Em praticamente todas as línguas, este substantivo abstrato está nas notícias no rádio, na televisão e nos jornais, manifestações governamentais, promessas políticas, declarações institucionais, textos legais, decisões jurídicas, relatos históricos, entre outras aplicações, além da enorme quantidade de construtos sociais relacionados indistintamente com desenvolvimento. Na sua essência, desenvolvimento significa, sobretudo, um processo, mas em alguns casos também é entendido como um estágio, ou até mesmo como um objetivo, assumindo funções avaliativas e normativas.

Não seria suficiente perceber que os Institutos Federais estão situados numa determinada área geográfica e associados a projetos e programas mais amplos e globais. É preciso estabelecer o vínculo entre o local e o global. É necessário que suas ações conduzam à construção de uma cultura que supere a identidade global a partir de uma identidade sedimentada no sentimento de pertencimento territorial.

Nas Concepções e Diretrizes dos IFs, os Institutos Federais reservam aos protagonistas do processo educativo, além do incontestável papel de lidar com o conhecimento científico-tecnológico, uma práxis que revela os lugares ocupados por cada indivíduo no tecido social, que traz à tona as diferentes concepções ideológicas e assegura aos sujeitos as condições de interpretar essa sociedade e exercer sua cidadania na perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade.

Os IFs constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional. Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera formadora de pessoas para o trabalho determinado por um mercado que impõe seus objetivos.

Atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania constitui uma das finalidades dos Institutos Federais. Para tanto, é necessário um diálogo vivo e próximo dessas instituições com a realidade local e regional, buscando a compreensão de seus aspectos essenciais, ou seja, do que existe de universal nessa realidade.

De acordo com as Concepções e Diretrizes dos IFs, a razão de ser dos Institutos Federais, enquanto instituições voltadas para educação profissional e tecnológica e comprometidas com o desenvolvimento local e regional, está associada à conduta articulada ao contexto em que está instalada, ao relacionamento do trabalho desenvolvido, à vocação produtiva de seu lócus, à busca de maior inserção da mão de obra qualificada neste mesmo espaço, à elevação do padrão

do fazer de matriz local com o incremento de novos saberes; aspectos que deverão estar consubstanciados no monitoramento permanente do perfil socioeconômico político cultural de sua região de abrangência.

Na necessária articulação com outras políticas sociais, os IFs devem buscar a constituição de Observatórios de Políticas Públicas, tornando-as objetos de sua intervenção através das ações de ensino, pesquisa e extensão articulada com as forças sociais da região. É neste sentido que os Institutos Federais constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional.

Os Institutos Federais nasceram de uma mesma lei de criação, com objetivos e estrutura básica pré-determinada. Porém, cada uma dessas instituições, na sua interação com o contexto local e regional, assume propósitos e se organiza conforme dispositivos estatutários e regimentais próprios. A implementação e o controle da oferta das atividades educacionais a que se propõe exigem planejamento criterioso e intencional voltado para o cumprimento de sua função social.

Para Chiavenato (2008), “planejamento é a função administrativa, que define objetivos e decide sobre os recursos e tarefas necessários para alcançá-los adequadamente”. Como principais decorrências do planejamento estão os planos que facilitam a organização no alcance de suas metas e objetivos.

De acordo com Borges e Araújo (2001), o planejamento estratégico “é um processo intencional de interferência organizacional, através do qual uma organização, a partir da análise dos ambientes externos e de sua situação interna, define sua missão, seus objetivos e suas metas, bem como as estratégias e meios para alcançá-los”.

Na concepção de Cunha (1995 *apud* Estrada 2001), as Instituições Públicas “pouco se preocupam com ameaças e oportunidades por serem sustentadas pelo poder público”. Ao mesmo tempo, encontram grandes dificuldades para definir e operacionalizar os seus objetivos, assim como carecem de habilidade gerencial para estabelecer mudanças rápidas.

O serviço público deve buscar a excelência de suas ações, almejando resultados significativos através de sua atuação, desenvolvendo a instituição e, conseqüentemente, o local em que está inserido. A discussão de estratégias educacionais para promover a aprendizagem científica não deve se limitar ao campo puramente pedagógico, mas sim sobre um projeto de sociedade.

Conforme as Concepções e Diretrizes dos IFs, “o planejamento estratégico trata o futuro das decisões atuais, pois as escolhas ou decisões em relação aos caminhos futuros representam a base das decisões atuais”. Assim, identificar sistematicamente oportunidades e ameaças do futuro, e combiná-las com outros dados relevantes, constituem os fundamentos para que sejam tomadas decisões atuais mais acertadas aproveitando-se as oportunidades e evitando as ameaças.

Para Kaufman (1991 *apud* Estrada 2001), apesar das diferenças fundamentais entre as Empresas

Privadas e as Instituições Públicas, as características essenciais de organização de ambas tornam o conceito de planejamento estratégico aplicável às universidades, pois ele diz respeito à necessidade de estabelecer sua missão, seu papel e os seus objetivos.

O primeiro passo do planejamento consiste na definição dos objetivos para a organização. Para Chiavenato (2008) "objetivos são resultados específicos que se pretende atingir". Vale ressaltar que o planejamento não possui um fim em si mesmo. Sua finalidade é subsidiar os gestores no processo de tomada de decisão.

As organizações têm uma crescente necessidade e/ou desejo por mudanças organizacionais. Para tanto, é preciso adotar processos que implementem mudanças planejadas ou que aloquem recursos para resolver questões estratégicas. Justifica-se a implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, a partir do Plano de Expansão de Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, um processo de mudança com o objetivo de preencher um vazio regional de ensino técnico, especificamente na área de indústria e serviços, objetivando o desenvolvimento da região e o estancamento do êxodo dos jovens da região.

A implementação de um sistema que seja favorável à aprendizagem contínua, como a expansão da rede federal, requer qualificação e politização dos indivíduos, a fim de estimular a autonomia de trabalho, bem como a capacidade de questionamento e de inovação. Aprendizagem organizacional, de acordo com Mascarenhas; Vasconcelos (2007), é "um processo contínuo, caracterizado pela interação entre os indivíduos e entre os grupos de trabalho" (que aprendem com as experiências cotidianas), inseridos em sistemas sociais e tecnológicos integrados e capazes de viabilizar o desenvolvimento e a mudança na organização. Assim, a aprendizagem significa mudança sistêmica.

Como instituições de ensino superior, os Institutos Federais devem ter um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), requisito imprescindível para reconhecimento e avaliação de cursos superiores, de acordo com o Decreto Nº 5.773, de 2006. O conteúdo mínimo do PDI é definido pelo Artigo 16 do mesmo decreto, em que destacam seu perfil institucional, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a organização didático-pedagógica, o planejamento de oferta de cursos, o funcionamento administrativo e a infraestrutura.

Ainda, de acordo com o Decreto nº 5.773/2006, a cada cinco anos as instituições de ensino superior devem elaborar um novo PDI. Por se constituírem como autarquias federais, com características específicas, os Institutos têm a obrigatoriedade de também elaborar anualmente um Plano de Trabalho ou Plano de Ação contendo as estratégias/ações, estratégicas e metas para o período.

O PDI é considerado uma ferramenta de gestão, um documento que retrata a identidade da Instituição de Ensino Superior (IES) no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão, às estratégias para atingir as

metas e objetivos, estrutura organizacional, diretrizes didático-pedagógicas, administrativas, orçamentárias e de infraestrutura.

Deve ser elaborado visando ao cumprimento da missão institucional e à consecução dos seus objetivos, envolvendo quatro vertentes: a manutenção do funcionamento da instituição, a melhoria dos processos de trabalhos e da efetividade dos resultados, a expansão (como ampliação quantitativa das ofertas de serviço e atividades já existentes) e o desenvolvimento (como a possibilidade de diversificação dos serviços prestados, das atividades e processos desenvolvidos).

Em termos temporais, o planejamento pode ser de curto, médio e longo prazo, que pode corresponder ao operacional (plano de atividades), tático (plano de trabalho anual ou plano de ação anual) e estratégico (o próprio PDI). Entretanto, o fundamental é que eles sejam integrados, conhecidos e utilizados pela comunidade acadêmica e funcionem efetivamente como instrumentos de gestão.

A construção de um PDI deve ser embasada em diagnóstico interno e externo e ter transparência em todas as etapas, ações e propostas de documentos elaborados, visando dar legalidade e legitimidade ao Plano. É importante o envolvimento dos três segmentos (docentes, discentes e técnico-administrativos em educação) por meio da realização de eventos/atividades que contem com a participação coletiva ou por representação. Também devem ser utilizadas ferramentas informatizadas para coleta de sugestões, realização de eventos, divulgação de cronogramas de atividades, resultados de eventos e documentos elaborados.

Sobretudo, é imprescindível para o sucesso de um PDI o comprometimento da equipe gestora em todas as etapas, ações e atividades de elaboração, devendo a construção do documento acontecer na perspectiva de um processo de consolidação da identidade Institucional. Sendo assim, o Plano não deve apenas embasar o discurso dos gestores, mas sim proporcionar as diretrizes a serem seguidas por todos os segmentos, de forma que aconteça uma transformação dentro e fora da instituição.

Em busca dos objetivos e finalidades, os IFs têm papel privilegiado ao desenvolver diferentes estratégias de integração que constituem espaços adequados ao diálogo com a sociedade, como por exemplo: os projetos de extensão. Em seu artigo 7º, inciso IV, consta que estes deverão desenvolver atividades de extensão, de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos. Nesse mesmo artigo, no inciso VI, os institutos também devem ofertar formação de ensino superior, devendo priorizar no mínimo 20% das vagas para as licenciaturas.

A estrutura multicampi e a clara definição do território de abrangência das ações dos Institutos Federais afirmam, na missão destas instituições, o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento

sustentável com inclusão social. Os Institutos se revelam espaços privilegiados de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias capazes de gerar mudança na qualidade de vida de milhares de brasileiros.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se afirmar que a educação profissional tem sido o campo preferencial das intervenções massivas, verticalizadas do Governo Federal, promovendo modificações substantivas no seu *ethos* organizacional, estrutural e didático-pedagógico, a fim de se adequar ao cenário globalizado. Nesse contexto, marcado pela primazia da pós-modernidade, da globalização, do neoliberalismo e das novas tecnologias, as políticas públicas em educação passam a focar no conhecimento do aluno, desempenho e competências, em plena sintonia com as necessidades e prioridades do mercado.

Os Institutos Federais são hoje, mais do que um novo modelo institucional/educacional, são a expressão maior da atual política pública de educação profissional brasileira, que está produzindo mudanças altamente significativas na vida e na história das instituições que aderiram a essa proposta governamental. Dessa forma, essas mudanças estratégicas que aconteceram no período de 1909 até a criação dos IFs em 2008, devem ser acompanhadas e divulgadas à população brasileira.

Diante do exposto, pode-se concluir que a universalização da educação básica passa, obrigatoriamente, pela decisão política da sociedade de ampliar os investimentos na educação. É possível constatar que os Institutos ressaltam a valorização da educação atuando em prol do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Concepção e Diretrizes dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. Junho de 2008.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 out. 2016.

_____. Decreto nº 7.566. Criação das Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. 23 de setembro de 1909.

_____. Decreto nº 4.127. Transforma as Escolas de Aprendizizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas. 25 de fevereiro de 1942.

_____. Decreto 2.208. Regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP. 17 de abril de 1997.

_____. Decreto 5.840- institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA com o ensino fundamental, médio e educação indígena. 13 de julho de 2006.

_____. Decreto nº 5.773 – Instruções para Elaboração de Plano de Desenvolvimento Institucional. Maio de 2006.

_____. Lei nº 378 – Transforma as Escolas de Aprendizizes e Artífices em Liceus Profissionais. 13 de janeiro de 1937.

_____. Lei nº 6.545 - Transforma as Escolas Técnicas Federais do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs. 30 de junho 1978.

_____. Lei nº 8.948 - Transforma as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs. 08 de dezembro de 1994.

_____. Lei nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei 11.195. Primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. 18 de novembro de 2005.

_____. Lei nº 11.892. Lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. 29 de dezembro de 2008.

BORGES, D. F.; ARAUJO, M. A. D. **Uma experiência de planejamento estratégico em universidade: o caso do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFRN**. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, Julho e Agosto de 2001.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Geral e Pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CONEAF. **Proposta do Conselho das Escolas Agrotécnicas Federais – CONEAF – para o novo desenho da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Sertão-RS, 6 de junho de 2007, mimeo.

ESTRADA, Rolando Juan Soliz. **Os Rumos do Planejamento Estratégico nas Instituições Públicas de Ensino Superior**. In: *XXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção e VII International Conference on Industrial Engineering and Operations Management*, 2001, Salvador. Anais do XXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção e VII International Conference on Industrial Engineering and Operations Management, 2001.

FDI – Fórum de Pró-Reitores de Desenvolvimento Institucional da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - **O PDI como ferramenta de gestão: orientações para elaboração**. Julho de 2013.

FONSECA, C. S. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica 1961.

FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento: um fenômeno social complexo**. Ijuí: Ed. Ujuí, 2003. (Cadernos Unijuí).

IGNÁCIO, P. C. S.; ASSIS, L. S. **A expansão da educação superior no Brasil a partir da criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise preliminar**. In: *IX Seminário Nacional de estudos e pesquisas "história, sociedade e educação no Brasil"*. ISBN: 978-85-7745-551-5. João Pessoa, 2012.

NERI, Marcelo. **Você no mercado de trabalho**. Centro de Políticas Sociais. Fundação Getúlio Vargas, 2008.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETs**. Campinas: Papyrus, 2003.

OTRANTO, Celia Regina. **Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs**. Publicado pela Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ), Ano I, n. 1, jan-jun 2010, p. 89-110.

IFFar. **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Farroupilha**. 2014. Disponível em: <http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/20148309056884pdi_14_18pdf.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2016.

PETTIGREW, Andrew; FERLIE, Ewan; MCKEE, Lorna. **Shaping Strategic Change**. London: Sage Publications, 1992.

PFEIFFER, Peter. **Gerenciamento de projetos de desenvolvimento: conceitos, instrumentos, aplicações**. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

MASCARENHAS, Flavio Carvalho de; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. **Organizações em Aprendizagem**. São Paulo: Thomson Learning, 2007. (Coleção Debates em Administração).

MEC. **Portal do Ministério da Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 15 de out. de 2016.

RAMOS, Marise. A educação tecnológica como política de estado. In: OLIVEIRA, Ramon. (Org.) **Jovens, ensino médio e educação profissional: políticas públicas em debate**. Campinas: Papyrus, 2012.

SIEDENBERG. Dieter. R. **Fundamentos, trajetória e abordagens contemporâneas do desenvolvimento**. (capítulo 1 – p. 20 -100). In: SIEDENBERG. D. R. *Desenvolvimento sob múltiplos olhares*. Ijuí. Editora Unijuí. 2012.

TAVARES, M. G. **Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil**. In: IX ANPED Seminário de pesquisa em educação da região sul, Caxias do Sul, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 10ª ed. São Paulo:Atlas, 2009.

A EMANCIPAÇÃO DO SUJEITO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO POLÍTICA: UMA PERSPECTIVA DE PROMOÇÃO DA AUTONOMIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS

Roberta Taís Recktenwald¹
 Carolaine Schreder²
 Rudinei Barichelo Augusti³

RESUMO

A educação crítica possibilita a formação política de sujeitos. Em uma educação política, propõe-se constituir sujeitos ativos e autônomos, cidadãos dotados de virtudes e capacidade de reflexão e ação perante a mudança. O objetivo do trabalho foi desenvolver a autonomia dos sujeitos através da reflexão sobre a moral, para que estes consigam refletir sobre suas atitudes e atuem de forma positiva na sociedade. Realizou-se uma pesquisa aplicada de abordagem qualitativa e descritiva. Desta forma, trabalha-se com referência à Paulo Freire, o qual seguiu o pensamento de Aristóteles, visando atingir os objetivos estabelecidos pelo Centro de Referência e Assistência Social- CRAS Bem Viver de São José do Inhacorá-RS. As experiências de atividades pedagógicas realizadas neste espaço com os grupos de crianças que ali frequentam são de suma importância para as acadêmicas do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, através da extensão acadêmica, a qual possibilita comunicação entre teoria e prática, visando transformações da realidade.

Palavras chave: Emancipação Política. Autonomia. Transformação Social.

ABSTRACT

La educación crítica permite a los sujetos de educación política. En una educación política, se propone para ser sujetos activos y ciudadanos autónomos con virtudes y la capacidad de reflexión y acción hacia el cambio. El objetivo era desarrollar la autonomía del sujeto a través de la reflexión sobre la moral, de modo que sean capaces de reflexionar sobre sus actitudes y actúan positivamente en la sociedad. Hemos llevado a cabo una investigación aplicada cualitativa y enfoque descriptivo. Por lo tanto, el trabajo con referencia a Paulo Freire, que siguió el pensamiento de Aristóteles, dirigida a la consecución de los objetivos fijados por el Centro de Referencia de Asistencia Social-CRAS buena vida de San José de Inhacorá-RS. Las actividades educativas de los experimentos llevados a cabo en este espacio con grupos de niños allí asistir, son de suma importancia para el curso académico de Licenciatura en Educación completa a través de la extensión académica, que permite la comunicación entre la teoría y la práctica, con el objetivo de la realidad transformaciones.

Palabras clave: Política de Emancipación. Autonomía. La transformación social.

1. INTRODUÇÃO

Quando se fala sobre educação, necessita-se refletir sobre algumas questões, em especial, o compromisso do educador com a sociedade. Este compromisso pode ser expresso através da reflexão-ação-reflexão, ou seja, todo ato pedagógico realizado pelo docente parte de uma reflexão prévia, e, após sua execução, é novamente repensada e analisada, levando assim a uma transformação da realidade. Desta forma, a partir dos conhecimentos produzidos no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Sociedade Educacional Três de Maio- SETREM, percebeu-se a importância de inseri-los na comunidade, ou seja, a relevância da extensão universitária emancipando os sujeitos vinculados às atividades propostas, bem como conquistando autonomia dos acadêmicos. Portanto, a partir da extensão realizada, ir-se-á retratar o trabalho e a importância do pedagogo no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS).

Em busca da emancipação do sujeito através da educação política, ou seja, a percepção das contradições

evidenciadas na convivência social, procura-se atuar na comunidade de forma a desenvolver a autonomia dos indivíduos para que estes se reconheçam como sujeitos ativos e construtores de cidadania. O objetivo desta produção é mostrar desafios do papel do educador para emancipação do sujeito, através das virtudes e da convivência social, embasando-se em estudos sobre Aristóteles e Paulo Freire.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. MATERIALE METODOLOGIA

A instituição na qual buscou-se vincular os conhecimentos teóricos na prática a favor da comunidade, é o Centro de Referência e Assistência Social- CRAS Bem Viver, localizado no município de São José do Inhacorá- Rio Grande do Sul. Os encontros com as crianças de 6 a 12 anos ocorrem semanalmente no espaço físico do CRAS. Para a realização dos grupos, utilizou-se jogos, brincadeiras, discussões e, principalmente, dinâmicas que proporcionam aprendizado, enfatizando-se valores.

¹ Acadêmica do quarto semestre do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Sociedade Educacional Três de Maio- SETREM. robertarecktenwald@gmail.com

² Acadêmica do quarto semestre do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Sociedade Educacional Três de Maio- SETREM. carolaine.schreder@gmail.com

³ Licenciatura Plena em Filosofia, Mestre em Educação e Doutorando em Educação nas ciências pela UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Professor de Filosofia e Sociologia bem como Extensionista da SETREM – Sociedade Educacional Três de Maio/RS. rudinei.augusti@gmail.com

Para a pesquisa, realizou-se uma revisão de literatura em especial, embasando-se em estudos sobre Aristóteles e Paulo Freire, e Extensão Universitária, compreendendo a educação como praxiológica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Sabe-se que na sociedade do século XXI precisa-se de cidadãos que se preocupam com a educação que promova transformação. Desde a antiguidade, os filósofos já se preocupavam com este tema. Aristóteles diz que a finalidade da vida é ser feliz (eudaemonia), e para isto, é preciso viver com virtude, a qual se dá através da educação. A virtude, segundo ele, é um meio-termo, um equilíbrio entre os vícios e para ser um bom cidadão deve-se alcançar esta estabilidade. Assim sendo, “[...] não basta ao homem ter consciência das leis para viver em sociedade, mas faz-se necessária uma vida virtuosa para este viver e, especialmente, viver bem.” (FERREIRA; ZANCANARO, p. 800, 2007).

Ainda, segundo a concepção aristotélica, deve-se ensinar a virtude moral, ou seja, o bom caráter. O cidadão moralmente correto é aquele que atua, dialogando, refletindo suas ações, utilizando sua capacidade de raciocínio almejando a mudança. Desta forma,

Para Aristóteles o homem é um animal político (zoonpolitikon) e um animal racional (zoonlogonekon), ou seja, alguém que vive em sociedades e que é dotado de fala, da capacidade de pensar. (FERREIRA; ZANCANARO, p. 807, 2007)

A linha teórica de Paulo Freire segue a abordagem do filósofo Aristóteles. Ambos falam sobre a importância do diálogo para o enriquecimento dos conhecimentos. “Somente um diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo.” (FREIRE, 1987, p. 83).

Freire também defende a ideia de liberdade de consciência, criticidade e que o homem deve atuar na sua existência, ou seja, o protagonismo em prol da transformação da realidade social, compreendida como espaço de ação política. Ele instiga a criticidade por meio da problematização e visa uma educação democrática.

Assim, pode-se relacionar estas ideias com a extensão universitária, que tem como objetivo a transformação da realidade com o uso do diálogo e da comunicação, para que se atue de forma crítica e se torne um sujeito ativo em sua trajetória como acadêmico.

Portanto, o compromisso do ensino, pesquisa e extensão é buscar transformar a realidade a partir da releitura da mesma. Essa atitude requer ações diferenciadas cujo grau de comprometimento ético permeia a vida organizacional e sua interlocução comunitária. (SETREM, p.1, 2010)

Os conhecimentos produzidos na academia e que são colocados na prática, como espaço de reflexão, de acordo com o contexto, seja em grupos, comunidades ou mesmo instituições são os que verdadeiramente remetem à aprendizagem. Assim, percebe-se a importância da articulação entre ensino, pesquisa e extensão para a formação do estudante e, nesta mesma

abordagem, também nota-se a ampliação do acesso à educação para a população. Assim, cumprindo com o que está estabelecido na Política Nacional de Extensão Universitária, a qual diz que

A Extensão Universitária tomou-se o instrumento por excelência de inter-relação da Universidade com a sociedade, de oxigenação da própria Universidade, de democratização do conhecimento acadêmico, assim como de (re)produção desse conhecimento por meio da troca de saberes com as comunidades. (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, p. 09, 2012)

Através do fortalecimento do vínculo entre universidade e sociedade é que se terá maior capacidade de transformação, além de mais conhecimentos que poderão servir como ideias inovadoras para, gradativamente, criar uma realidade social cada vez melhor.

No ano de 2003 retoma-se o Programa de Extensão Universitária (PROEXT). Este tem ganhado bastante relevância ultimamente, pois quando o estudante age sobre a realidade, aperfeiçoa seus conhecimentos, além da troca de saberes que se dará através de atividades propostas que envolvem a participação da comunidade; por isso que a extensão tem sido considerada como essencial na universidade. Também ampliará o universo do acadêmico e irá enriquecer sua experiência.

Assim definida, a Extensão Universitária denota uma postura da Universidade na sociedade em que se insere. Seu escopo é o de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a Universidade, mas também os setores sociais com os quais ela interage. (POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, p.15, 2012)

A instituição na qual buscou-se vincular os conhecimentos teóricos na prática a favor da comunidade, é o Centro de Referência e Assistência Social- CRAS Bem Viver, localizado no município de São José do Inhacorá- Rio Grande do Sul, que tem a finalidade da mudança social, através da prevenção da ocorrência de situações de risco social, além de fortalecer a convivência familiar e comunitária, desenvolver capacidades e potencialidades dos usuários, estimular trocas culturais e compartilhamento de vivências. Portanto, foca-se no fortalecimento da autoestima, nos laços de solidariedade, a ideia de coletividade e um espaço educativo e lúdico que busca atender as necessidades dos sujeitos integrantes da população local. Destaca-se o seguinte objetivo da política da assistência social: “Oportunizar o acesso às informações sobre direitos e sobre participação cidadã, estimulando o desenvolvimento do protagonismo dos usuários.” (BRASÍLIA, p. 10, 2016) Percebe-se, assim, que é um espaço comprometido com a emancipação política dos indivíduos. Paulo Freire diz: “O homem deve ser o sujeito de sua própria educação” (FREIRE, p. 28, 2002)

A prática aqui relatada e relacionada com a conquista da autonomia do sujeito tem caráter de educação não formal que busca formar o espírito crítico

no indivíduo. Como já se disse, a convivência é uma forma de criar relações e comunicações para o crescimento e superação de dificuldades da criança; neste ambiente ela possui a liberdade de usar toda sua imaginação e criatividade e expressar isso para que se tenha uma melhor compreensão. Muitas vezes na escola os docentes não têm tempo para esse diálogo de acordo com o interesse do sujeito, pois há conteúdos para vencer e tarefas a cumprir. Desta forma, não existe uma data específica para ser autônomo, é preciso passar por um processo, o qual é construído a partir das experiências vividas, portanto,

A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade. (FREIRE, 1996, p. 107)

O CRAS propõe a interação social como desenvolvimento da autonomia, pois neste há espaço para demonstrar emoção e promover autocontrole, havendo comunicação e diálogo, capacidade de realizar tarefas em grupos, e, conseqüentemente, maior facilidade de encontrar soluções para os conflitos. Assim, se estas questões forem trabalhadas desde a infância, irão se formar adultos com moral e virtuosos. Desta forma, o sujeito será protagonista da sua história pois estará experimentando e aprendendo, formando, gradativamente, sua identidade de cidadania. Ainda, o CRAS visa:

Desenvolvimento da autonomia: - Vivenciar experiências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos-políticos de defesa da cidadania e justiça social; -Vivenciar experiências potencializadoras da participação cidadã, tais como espaços de livre expressão de opiniões [...]; -Vivenciar experiências que contribuam para a construção de projetos individuais e coletivos, desenvolvimento da autoestima, autonomia e sustentabilidade; -Vivenciar experiências que permitem o desenvolvimento de potencialidades e ampliação do universo informacional e cultural. (BRASIL, p. 08, 2009)

Quando se fala de um grupo, de vínculo, a primeira coisa a se fazer é criar uma relação de confiança com as pessoas envolvidas para que se sintam acolhidas e seguras neste local. Portanto, é preciso ser amigo e amar o que faz. “Não há educação sem amor.” (FREIRE, p. 29, 2002)

A pedagogia social aqui tratada busca trabalhar com o contexto do indivíduo, levando em consideração as diversas experiências que traz consigo, sua bagagem histórico-cultural. É preciso aperfeiçoar-se de acordo com a demanda da realidade para que se consiga compreender o indivíduo e aos poucos desenvolvendo-o. Assim, “Ama-se na medida em que se busca comunicação, integração a partir da comunicação com os demais” (FREIRE, p. 29, 2002).

As atividades sempre são elaboradas segundo a necessidade do grupo; assim, o pedagogo no CRAS

quer que os sujeitos se tornem protagonistas de sua história. Por isso também a importância de trabalhar a educação política: que busca trabalhar os valores morais para que se tornem pessoas comprometidas e possuem olhar crítico com sua própria atuação como cidadão e também seja crítico em relação à sociedade. Deste modo, “O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão.” (FREIRE, 1996, p. 26)

A atuação desse profissional é um grande desafio, ele precisa se adaptar ao contexto daquela realidade e, a partir daí, criar o planejamento para após dar execução das atividades no grupo. Sendo que “A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio técnico a serviço da mudança ou, lamentavelmente, da permanência do hoje.” (FREIRE, 1996, p. 143)

Voltando novamente para a extensão, a universidade muitas vezes se acha a detentora de todo conhecimento, mas na realidade o acadêmico extensionista também irá aprender com as pessoas que irá trabalhar, pois eles também possuem diversos saberes. Portanto, é de extrema importância essa prática libertadora que amplia a capacidade de inteirar-se sobre as mais variadas culturas e que se tenha essa ação dialógica que humaniza a todos. Assim sendo, [...] o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. (FREIRE, 1987, p. 68)

Essas intervenções pedagógicas como prática de extensão com certeza auxiliarão o acadêmico a aprender a ser, a fazer e a conviver, ou seja, são diversos fatores que acarretam na formação do acadêmico. “A prática docente crítica, implicante do pensar, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer.” (FREIRE, 1996, p. 38) Este processo de interação propõe provocar transformações, tanto no educando atuante, e na realidade na qual atua, proporcionando uma busca constante de conhecimento e descobertas, constituindo um profissional mais qualificado.

Essa práxis também pode contribuir para a solução de problemas sociais, utilizando-se de espaços de reflexão para a articulação de ensino, pesquisa e extensão e querendo ou não o acesso à educação é uma exigência social.

Paulo Freire dizia que o homem precisa ser educado para viver em sociedade e isto se dá pela sua capacidade de aprendizagem. Isto também é uma preocupação pedagógica a de abrir a mente para o aprendizado. É preciso ter vontade de buscar, de aperfeiçoar-se para que se possa fazer um trabalho melhor.

Como foi visto, a transformação da realidade acontece pela atuação ativa dos indivíduos que dela fazem parte, propondo que estes sejam seres autônomos, dotados de virtudes. “No fundo, o essencial nas relações entre educador e educando, entre autoridade e liberdades, entre pais, mães, filhos e filhas é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia.” (FREIRE, p. 94). Freire, vê como a

emancipação humanizadora e que os profissionais da educação, precisam emancipar essas crianças para que se tornem humanos responsáveis e que tenha voz e poder para transformar o mundo.

A produção de conhecimento por si só não adianta nada, é preciso implementá-la. Busca-se, através da comunicação, construir uma sociedade mais justa, ética e democrática, trabalhando com valores que orientam as pessoas.

3.1. ATIVIDADES PROPORCIONADAS PELO CRAS QUE DESENVOLVEM AUTONOMIA E TRANSFORMAÇÃO

A autonomia é uma virtude essencial para a constituição e formação de sujeitos ativos, com olhar dotado de criticidade, exercendo a cidadania em meio à sociedade na qual estão inseridos. Com o intuito de desenvolver esta virtude, o Centro de Referência e Assistência Social- CRAS, planeja e tem práticas de atividades que proporcionam atitudes vinculadas ao avanço de cada sujeito integrante do meio. Para isto, as atividades são desenvolvidas em grupos, mediadas pela Estudante de Licenciatura Plena em Pedagogia Roberta Taís Recktenwald, auxiliada pelos demais profissionais que atuam nesta instituição.

Uma atividade muito marcante realizada com as crianças foi a caixa mágica de perguntas. Nesta se encontravam as mais diversas questões pessoais e cada um deveria refletir um pouco mais sobre si para responder. De acordo com cada pensamento compartilhado com o grupo era realizada uma reflexão sobre as atitudes tidas na escola, na família e no próprio CRAS. Dessa maneira, cada um pôde se auto conhecer, pois é raro o momento ao qual dedica-se tempo para pensar em si mesmo, sobre as próprias ações. Também pôde-se retomar alguns valores que são muito importantes para a convivência em grupo. Este exercício proporciona aos sujeitos a capacidade de reflexão e a autocrítica, a fim de se apresentar melhor nos próximos momentos vivenciados.

Durante os encontros, também há a contação de inúmeras histórias com moral. Por exemplo, “A Raposa” que fala sobre o valor da amizade, da confiança, de que não se deve deixar ser influenciados, principalmente pelas más amizades e que não se devem fazer julgamentos, pois não se sabe o que se passa na vida daquela pessoa. São nestes momentos que elas trazem exemplos de sua própria vivência e são instigados a almejar a mudança.

Além disso, são realizadas oficinas de pintura, em que os integrantes do grupo são livres para usufruírem da criatividade e imaginação. Para a Páscoa, por exemplo, cada um trouxe uma casquinha de ovo pra colorir com tinta, podendo enfeitar da maneira que quisesse. Também foi contada a história “A lenda dos ovos de páscoa”, além de serem realizadas brincadeiras tradicionais como coelhinho sai da toca e passeio em um ponto de referência em nosso município que é o Parque Santuário São Francisco de Assis- Calvário. Fomos nesse local com o objetivo de repensar sobre a fé e fazer um momento de oração.

Nos encontros realizaram-se diversas dinâmicas como, a Árvore do Sonho. Cada um recebeu uma folha e nesta deveriam escrever quais são seus sonhos. Surgiram

coisas muito diferentes, pois cada um possui interesses e opiniões próprias e é preciso respeitar. Ainda, refletiu-se em conjunto: de que forma será possível conseguir alcançar esses objetivos? Então, foi muito importante para cada um cuidar e repensar sobre seus planejamentos.

Para o dia das mães, foi feita uma oficina de culinária e eles foram para a cozinha e fizeram bolachas. Primeiramente, lembrou-se sobre a questão da higiene, todos foram lavar as mãos e usar toucas. Depois eles misturaram os ingredientes, sovaram a massa e deram forma às bolachas. Por fim, colocaram em um recipiente decorado por eles para levarem para casa como forma de agradecimento para as mães. Desta forma, a receita foi anexada para que pudessem fazer em casa com algum adulto, assim aproximando a família.

Desenvolvem-se também oficinas de teatros. Cada grupo escolhe um e vai ensaiando, juntamente com jogos teatrais para que desenvolvam a expressão corporal, facial e oral. Aos poucos vão apresentando nas oportunidades que surgem, como eventos do município e nas escolas. Assim eles vão superando a timidez e se aperfeiçoando.

As crianças reagem muito bem às propostas, elas se envolvem, opinam e são muito participativas. Portanto, sempre buscam-se realizar atividades que propiciam a interação das crianças e desenvolvem tanto o físico como o mental e que podem ser executadas em casa com a família para fortalecer esse vínculo. É através dessas atividades que elas refletem sobre a sociedade, pois sempre se direciona aos valores morais, para que se possa ter uma convivência melhor nos diversos ambientes que frequentam. Outra questão muito importante que se está falando ao longo de todo trabalho é a educação política, ou seja, com as estratégias pedagógicas desenvolvidas, as crianças vão construindo a autonomia; elas aprendem a tomar decisões e desenvolvem o senso crítico para que possam contribuir para a sociedade de forma positiva, inclusive com as relações entre as pessoas e com o meio, respeitando o outro e agindo com moralidade, fazendo-os desenvolver sua autonomia e possibilitando diversas experiências.

O pedagogo atuando em diversos espaços sociais tem como maior objetivo a formação de sujeitos que buscam a transformação da realidade, sujeitos que pensem e tenham atitude.

4. CONCLUSÃO

Através da experiência proporcionada pela extensão, aqui abordada como sendo a comunicação entre o conhecimento acadêmico adquirido, aplicado em prol da comunidade, visando mudanças, percebeu-se que a autonomia defendida por Paulo Freire é item principal a ser trabalhado no Centro de Referência e Assistência Social- CRAS Bem Viver de São José do Inhacorá- RS.

Assim, através de atividades pedagógicas como dinâmicas, contação de histórias, pinturas, teatros, experiências culinárias, caixas de perguntas e discussões grupais, realizadas com os grupos de crianças e adolescentes da instituição referenciada, foram de suma importância para retratar as diferentes realidades, opiniões, e perspectivas de cada indivíduo, promovendo o respeito, a equidade, a integração,

conseguindo-se alcançar o objetivo de formar sujeitos ativos, sendo também cidadãos autônomos, através da educação política.

Desta maneira, promover a integração da teoria e prática, ligada com uma frequente reflexão que leva à mudança, é de grande relevância, para uma melhor qualificação profissional para os sujeitos que agem nesta perspectiva de conhecer novos espaços como o CRAS, e interagir de forma a contribuir para o crescimento local e individual, como a experiência vivenciada neste espaço institucional, que promove uma educação diferenciada, no qual o pedagogo é peça fundamental.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. 2003. **Política**. São Paulo. Tradução: Editora Martin Claret.

BRASIL. Brasília, 25 de nov. de 2009. **Resolução nº 109, de 11 de nov. de 2009. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Diário Oficial da União.

BRASÍLIA. Brasília, 29 de jan. de 2016. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, Perguntas Frequentes**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, Departamento de Proteção Social Básica.

FERREIRA, João Vicente Hadich; ZANCANARO, Lourenço. EDUCERE 2007. **Sobre A Ética: Da Educação Para A Virtude Na Grécia Como Busca De Um Éthos Público**. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-085-04.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2016.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS . 2012. **Política Nacional de |Extensão Universitária**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Manaus-AM.

FREIRE, Paulo. 1979. **Educação e Mudança**. 26ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. 1996. **Pedagogia da Autonomia**. 37ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

_____. 1982. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra.

MONTEIRO, Elaine; SACRAMENTO, Mônica. **Para repensar a extensão universitária: contribuição do diálogo entre Paulo Freire e Boaventura de Souza Santos**.

SETREM. Sociedade Educacional Três de Maio – RS. 2010. **Política de Extensão SETREM**. Disponível em files1.setrem.com.br/files/downloads/1276257925_72.doc. Acesso em 16.05.2016.

A ATUAÇÃO DO(A) PEDAGOGO(A) EM ORGANIZAÇÕES: ALÉM DOS ESPAÇOS ESCOLARES

Elen Fabiane Garrot Pinheiro¹
Fátima Cristina de Almeida²
Sílvia Natália de Mello³

RESUMO

Este artigo faz parte de uma pesquisa que se originou a partir dos conhecimentos, das discussões e das reflexões que ocorreram durante a caminhada acadêmica, na qual se instituiu a necessidade de analisar e compreender os diferentes espaços que o(a) profissional pedagogo(a) pode atuar, sendo eles organizações públicas e empresas privadas. Assim, a pesquisa tem como seu objetivo conhecer e entender a atuação nas organizações não escolares, sua inserção e o papel na efetivação das políticas institucionais. Para a efetivação da presente pesquisa foram delimitados os municípios de Três de Maio, Horizontina e Boa Vista do Buricá, localizados na região Noroeste do RS. Para tanto, utilizou-se a pesquisa qualitativa, sendo esta uma abordagem pertinente para maior contato com a realidade pesquisada. Da mesma forma, para a realização dos objetivos gerais, necessitou-se a exploração e a descrição, tendo como procedimentos técnicos da pesquisa-ação, revisão bibliográfica sobre a temática e coleta dos dados através de entrevista semiestruturada com profissionais pedagogos(as) e gestores das instituições. Portanto, buscaram-se contribuições de autores como: ALMEIDA (2006), FREIRE (2002), LIBÂNEO (2010- 2015) e MINAYO (2015), entre outros. A proposta da pesquisa é essencial para a formação como pedagogas, bem como reflexões, questionamentos, suporte teórico, que vêm enriquecer o trabalho dos profissionais que atuam com a educação em todas as modalidades, ou seja, neste momento o(a) pedagogo(a), fazendo com que haja olhares mais atentos, de oportunidades e perspectivas, assim, obtendo maiores expectativas em relação à profissão.

Palavras-chaves: Atuação do(a) pedagogo(a). Espaços não escolares. ONG's.

1. INTRODUÇÃO

A busca por esta temática surgiu a partir das inquietações, discussões e interesse em pesquisar a respeito desse assunto, que ao mesmo tempo é atual e notável, ou seja, conexo à atuação do(a) pedagogo(a) em espaços não escolares.

Para tanto, em conformidade ao que se ouviu atualmente, sobre os espaços que o(a) pedagogo(a) está abrangendo na sociedade, seja no meio escolar e não escolar, buscou-se possíveis espaços em que o

ABSTRACT

This research is part of a research that has originated from knowledge, talking and thinking that happened during graduation, due the increasing of the necessity to consider and understand different spaces that the pedagogue professional can act, among them, public organizations and private companies. So, the research aims to know and understand the actuation of pedagogue in non-school organizations, its insertion and his role in the effectuation of institutional policies. To do this research were chosen the towns of Três de Maio, Horizontina and Boa vista do Buricá, located in Norwest region of Rio Grande do Sul. To do that, qualitative research was applied, which is a reasonable approach for greater contact with reality studied; to achieve the general objectives, exploration and description were needed, using technical procedures of action-research, literature review about the theme and data collection through semistructured questionnaires with pedagogues and managers of institutions. Therefore, authors as: ALMEIDA (2006), FREIRE (2002), LIBÂNEO (2010- 2015) and MINAYO (2015), among others were searched. The proposal of this research is essential for training as pedagogues, thinking, questionings, theoretical support, which can make better the work of professionals who deal with education in all modalities, i. e., in this moment the pedagogue can help to more attentive looks, opportunities and prospects, so that it is possible higher expectations for the profession.

Keywords: Pedagogueacting. Non-schoolspaces. Companies. NGO.

profissional estaria atuando, bem como seu papel na efetivação das políticas institucionais e os olhares sobre a influência do mesmo na gestão dos conhecimentos.

Com isso, a pesquisa teve como seu objetivo de estudo explicar e provocar reflexões sobre o assunto, envolvendo os(as) futuros(as) pedagogos(as) que estão buscando essa formação, os profissionais já formados e, até mesmo, os colaboradores que compõem as empresas.

O(A) pedagogo(a) nas empresas tem como uma das suas tarefas a de ser mediador e articulador de ações educacionais, na administração de possíveis mudanças e na gestão dos conhecimentos, em que, ao gerenciar mudanças no espaço, exige destes profissionais nova postura, uma boa relação e comunicação com as

¹ Acadêmica do 8º semestre de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM. E-mail: elengarrot@hotmail.com

² Acadêmica do 8º semestre de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM. E-mail: faticris.f@gmail.com

³ Mestre em Educação nas Ciências. Professora de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM. E-mail: silvianmello@gmail.com

diferentes profissões. Neste contexto, o papel do(a) pedagogo(a) é essencial, pois quando se exigem mudanças, precisa-se de ações educacionais.

Visto que as organizações públicas e as empresas privadas também possuem o contexto de formação profissional para seus funcionários, o papel da Pedagogia se faz importante e eficaz neste contexto, atuando com metodologias e estratégias para a efetivação das políticas institucionais. E, com isso, busca-se como resultados, o aprimoramento de atividades e qualificação dos profissionais inseridos nestes espaços, indiferente dos setores que trabalham.

Para o desenvolver e a efetivação da pesquisa, fomos em busca de profissionais formados em Pedagogia; para isso, delimitamos os seguintes municípios: Três de Maio, Horizontina e Boa Vista do Buricá, todos situados na região Noroeste do RS. Os locais pesquisados foram muitos, sendo estes, empresas, hospitais, projetos sociais, CIEEs, ONG's, CRAS, Lares de adoção, entre outros. Porém, não foi em cada um destes que encontramos pedagogos(as) atuando. Em algumas destas instituições a intenção era entrevistar o gestor. O resultado desta busca será mostrado durante a escrita do artigo.

A realização da pesquisa deu-se em etapas, respeitando a preservação da identidade dos profissionais que contribuíram, bem como suas respostas. No decorrer da escrita abordam-se as "Técnicas e ações para a pesquisa sob a temática", a qual traz todos os procedimentos delimitados, sendo eles necessários para a pesquisa, como também os principais autores que contribuíram para a construção metodológica da pesquisa do trabalho, os quais foram: ALMEIDA (2006), BRASIL (2006-2015), FREIRE (2002), LIBÂNEO (2010-2015) e MINAYO (2015).

Para tanto, o desenvolvimento é caracterizado pelo referencial teórico, ou seja, o contexto da pesquisa trazendo, perpassando diversos setores, do público ao privado, abrangendo novos espaços como o Terceiro Setor, Centro de Integração Empresa- Escola - CIEE e Lar Bom Pastor de Ivagaci e Escola profissional. Buscaram-se subsídios no Conselho Nacional de Educação (CNE/CP) para compreender a que se destina a formação do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. Utilizou-se a Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Neste momento são apresentados os resultados da pesquisa, intitulado como olhares diante da atuação do(a) pedagogo(a) nos espaços não-escolares, bem como as entrevistas e conversas realizadas com os profissionais atuantes nos espaços não escolares, para fundamentar e refletir acerca da escrita. Nesse teor, vimos a miscigenar os conhecimentos e os saberes estabelecidos durante a busca teórica, em conformidade com a temática escolhida.

A compreensão da pesquisa realizada faz entender os possíveis espaços que o(a) profissional pedagogo(a) pode atuar, compreendendo que, ao

buscar inserir-se nos espaços não-formais, é inerente ao pedagogo(a) perceber que nestes contextos há, também, desafios, atribuições e competências, relações com diferentes profissionais, sendo estes, necessários para a efetivação das políticas institucionais.

Ampliar a proposta da pesquisa se faz para obter novas reflexões, questionamentos, suporte teórico, que possam enriquecer o trabalho dos profissionais da educação, neste caso, diretamente o(a) pedagogo(a), trazendo também um olhar mais atento de oportunidades e perspectivas em relação à profissão.

2. TÉCNICAS E AÇÕES PARA A PESQUISA SOB A TEMÁTICA

A partir da temática proposta, fomos provocadas a analisar e conhecer a atuação do(a) pedagogo(a) e sua abrangência nestes espaços não escolares. Minayo (2015) contribui descrevendo que a definição do objeto de pesquisa é uma tarefa difícil, mas que oportuniza novos conhecimentos.

A definição do problema ou objeto de pesquisa às vezes é tarefa difícil, mas também é a razão da existência de um projeto. A construção de um objeto de estudo científico constitui um verdadeiro exercício contra a ideia de que as coisas estão dadas na realidade e que basta apenas estar atento ao que acontece no cotidiano. (MINAYO, 2015. p. 39)

A realização de uma pesquisa: "Trata-se de relevância, do porquê tal pesquisa deve ser realizada. Quais motivos a justificam? Os motivos de ordem teórica são aqueles que apontam as contribuições do estudo para a compreensão do problema apresentado". (MINAYO, 2015, p.45)

Por conseguinte, a metodologia envolve diferentes métodos intencionais para a construção dos conhecimentos, abrangendo um conjunto de etapas que explicam um melhor entendimento de como a pesquisa será realizada, sendo a pesquisa uma inquietude da humanidade em que se faz uma busca constante por respostas e um impulso para o conhecimento. Sendo Freire (2002):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervindo, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. (FREIRE, 2002. p. 32)

Para realizar o projeto, fizemos uso da pesquisa qualitativa, sendo que esta modalidade de pesquisa se destina para os âmbitos social, cultural e educacional. Esta abordagem permite que os pesquisadores tenham maior contato com a realidade que será pesquisada. Também é muito utilizada para aprofundar os conhecimentos já existentes. Neste tipo de pesquisa é possível interpretar as informações adquiridas da melhor maneira, refletindo a partir do objeto de estudo e aprendendo com o mesmo. Minayo (2015) relata que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. (MINAYO, 2015. p. 21)

Este tipo de abordagem é indicado para buscar e conhecer os assuntos que causam indagações aos pesquisadores; é possível saber de fato a realidade em que se encontra; como acontece na prática e como se apresenta na atualidade ou para a sociedade. A pesquisa qualitativa possibilita a investigação, permite pensar livremente sobre o tema ou objeto de estudo, abre espaços para a interpretação e para a interação, a pesquisa vai direcionando-se durante o desenvolvimento, pois ela não busca quantificar dados e nem obtê-los. Sendo assim, é possível, a partir da coleta de dados, fazer comparações entre teorias, conceitos e desenvolver novas ideias e entendimentos mediante o objeto estudado.

Para que a pesquisa ocorresse, também foi realizada uma revisão bibliográfica para uma melhor compreensão da atuação e da inserção do(a) pedagogo(a) nas organizações institucionais não escolares, o papel na efetivação das políticas institucionais e a visão que os gestores possuem atualmente destes profissionais.

Para MINAYO (2015, p.26) “O processo de trabalho científico em pesquisa qualitativa é dividido em três etapas: (1) fase exploratória; (2) trabalho de campo; (3) análise e trabalho empírico e documental”. Cada uma destas etapas é entendida como: “Fase exploratória: consiste na produção do projeto de pesquisa e de todos os procedimentos necessários para a entrada em campo”, precisa delimitar, definir, escolher e descrever os procedimentos do trabalho. (MINAYO, 2015. p.26)

O Trabalho de campo: Parte da primeira etapa e consiste na elaboração de um instrumento de exploração. MINAYO (2015, p.26) contribui salientando que “Ela realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação e refutação de hipóteses e de construção de teoria”. E, por fim, a análise do trabalho empírico e documental: trata-se da maneira que estes dados serão explorados, compreendidos e interpretados para o melhor entendimento sobre o objeto de estudo.

Quanto ao objetivo da pesquisa deu-se de maneira exploratória e a técnica utilizada foi a entrevista semiestruturada. Conforme Minayo (2015) expõe que:

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por

iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objeto. (MINAYO, 2015. p.64)

Partindo desta contribuição da autora, entendemos que a entrevista tem por finalidade conceder informações e dados a partir do diálogo realizado com o objeto de pesquisa. A entrevista que utilizamos classifica-se em “semiestruturada, que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. (MINAYO, 2015.p. 64).

Partindo destes pressupostos, o procedimento utilizado foi de pesquisa de campo. Minayo (2015), explica que:

Essa fase combina instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e interlocução com os pesquisados, levantamento de material documental e outros. Ela realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação e refutação de hipóteses e de construção de teoria. (MINAYO, 2015. p. 26)

Com isso, o trabalho de campo permite a aproximação com os sujeitos pesquisados e com a realidade a qual estão inseridos. Através deste procedimento é possível construir conhecimentos importantes e necessários para a realização da pesquisa. Desta forma, podemos salientar que na pesquisa qualitativa a interação entre o pesquisador e os objetos de investigação é fundamental para que se tenha seguimento da pesquisa e bons resultados.

3. OLHARES DIANTE DA ATUAÇÃO DO(A) PEDAGOGO(A) NOS ESPAÇOS NÃO-ESCOLARES

Uma das entrevistadas trabalha na ONG Global Communities, uma Organização não-governamental, que se apresenta como sendo politicamente neutra e sem fins lucrativos; fica situada no Município de Horizontina-RS. A profissional em questão está inserida neste espaço há dois anos e possui carga horária semanal de quarenta horas. Denominaremos a mesma, por Profissional do Terceiro Setor, já que em nosso trabalho optamos por manter em sigilo o nome dos profissionais que colaboraram com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A ONG *Global Communities* foi fundada no ano de 1952. É uma organização internacional humanitária e de desenvolvimento e atende cerca de 20 milhões de pessoas por ano. Sua sede principal localiza-se nos Estados Unidos-EUA. É uma organização sem fins lucrativos; portanto, faz parte do Terceiro Setor.

Trabalha em estreita colaboração com a comunidade, tornando as pessoas capacitadas para que melhorem suas próprias vidas e sua estabilidade e que as mudanças possam ocorrer de forma sustentável para que tenham uma vida melhor. A ONG *Global Communities* trabalha com as pessoas da própria

comunidade, porque acredita que elas são as que melhor conhecem sua realidade e necessidades. Portanto, a *Global Communities* tem como sua Missão: “Criar uma mudança duradoura, positiva e liderada pela comunidade de viver e prosperar com dignidade”.

No Brasil, a ONG está instalada desde o ano de dois mil e quatorze (2014). Para dar início aos seus projetos implantou o programa Semeando o Futuro. Este é um programa de três anos de duração e foi estabelecido em parceria entre Fundação John Deere e *Global Communities*. O Objetivo do Semeando o Futuro é trabalhar nas comunidades mais carentes da cidade. O Programa escolheu os bairros Vila Paraíso, Vila Bela União e Vila Cascata, em que se priorizou o desenvolvimento das comunidades.

Existem três objetivos principais neste programa, que se destacam: formar e capacitar líderes comunitários e das instituições locais, formar líderes jovens e aumentar a participação destes nas atividades públicas e providenciar para as pessoas em condições de risco, oportunidades de emprego.

Esta ONG trabalha em parceria com voluntários. Qualquer pessoa interessada em ajudar pode fazer parte desta rede. Não existe restrição para aqueles que possuem vontade em ajudar, podendo ser jovem, adulto ou idoso. Desse modo, este trabalho realiza diferentes tarefas que precisam de apoio das pessoas.

A entrevista, neste local, deu-se da seguinte maneira: através de um questionário semiestruturado, em que as perguntas nortearam a conversa, porém deixando a Profissional do Terceiro Setor à vontade para contribuir com seus relatos e experiências.

A primeira pergunta realizada foi a seguinte: Sua instituição possui pedagogo (a)? Se não possui, por quê? A Profissional do Terceiro Setor (2016) relata que:

possui profissional com especialização na área. Tendo como primeira formação Magistério/Graduação em Educação Física, posteriormente Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Especialista em Psicologia das Organizações e Especialista em transtorno e desenvolvimento da Infância e Adolescência.

A partir de sua resposta podemos perceber que neste espaço abriu-se a oportunidade para o profissional que possui especialização na área da Pedagogia; neste caso a Psicopedagogia, uma vez que esta é uma ciência que consiste em aliar conhecimentos da Psicologia e da Pedagogia. Porém, seus saberes não ficam restritos nas duas áreas. “Dessa maneira, o papel do psicopedagogo seria reconhecer o sujeito sem psicoterapia, enxergar o outro como pessoa reflexiva, capaz de avaliar a si mesma e ao outro. (GONZÁLEZ REY, 2007, p. 163). Assim, percebemos que as aptidões do psicopedagogo estão auxiliando a profissional do Terceiro Setor na realização de seu trabalho, como da mesma maneira o(a) pedagogo(a) poderia estar atuando no contexto desta organização não-governamental.

Logo depois foi realizado o seguinte questionamento. Quais as competências e atribuições do(a) pedagogo(a) neste local de trabalho?

“A principal competência é ser ouvinte. Considerar as capacidades individuais dos sujeitos que vai interagir, não importando se é comunidade ou sujeito individualmente. Porque estas diferenças precisam ser respeitadas para construir novas ideias com a comunidade. Ouvir e respeitar seriam as habilidades e competências fundamentais na ONG. Também precisa ter a habilidade da coletividade, construir em conjunto as ações que ele estará conduzindo e é preciso ter o aspecto de liderança”. (PROFISSIONAL DO TERCEIRO SETOR, 2016)

Ela aborda que estas habilidades e competências podem ser exigidas do(a) Pedagogo(a) em outras áreas em que for atuar, porém na ONG *Global Communities* são muito importantes para que ocorram os planejamentos e efetivação dos projetos com a comunidade.

Relata que a experiência que adquiriu na comunidade escolar se encaixa com as atividades e metodologia usadas na ONG. À vista disso, traz como exemplo o grupo de professores: “Se você vai conduzi-los para uma ação determinada, precisará ouvi-los para que possa ter o trabalho coletivo, também para construir ações, a liderança, os conhecimentos, os planejamentos e delegar algumas tarefas”. (Profissional do Terceiro Setor. 2016).

Desta forma, ela ressalta a importância do ouvir e respeitar as pessoas e que as habilidades e competências do(a) pedagogo(a) se encaixam ao trabalho da ONG porque todo o embasamento teórico que ele possui acaba tendo condições de executar na comunidade escolar e na ONG.

Logo a seguir: Como é o trabalho desenvolvido pelo(a) pedagogo(a) em sua instituição?

“Primeiramente preciso identificar e conhecer as pessoas, suas aptidões. Aquele que fala muito e faz pouco ou o que faz quieto e é bem competente. Meu trabalho é mobilização comunitária, iniciando por lideranças, início as atividades trabalhando com grupos, mobilizando a comunidade, neste aspecto. Emprego as ferramentas da área da Pedagogia para identificar os líderes em potencial; a partir deste momento se desenvolve o trabalho na comunidade. Desenvolvendo os projetos e assim buscando as melhorias para o bairro em que se está atuando”. (PROFISSIONAL DO TERCEIRO SETOR, 2016)

Percebe-se que a atuação desta profissional vai além dos planejamentos na ONG, trabalha direto com as pessoas envolvidas neste processo, potencializando competências nestas pessoas e principalmente responsabilidades com os grupos, pois, para o sujeito constituir-se líder, terá que demonstrar talentos e aptidões que os farão sobressair aos demais, para que desta maneira ele possa dar continuidade aos projetos que poderão ser desenvolvidos no seu bairro. Porém, para que isso ocorra, precisará haver comprometimento dos líderes com a ONG e os moradores do bairro com o líder, para que juntos possam desenvolver os projetos, pensando no bem comum a todos.

Qual a importância do papel do(a) pedagogo(a) para a efetivação das políticas institucionais?

“A autonomia do(a) pedagogo(a) para utilizar das ferramentas da graduação para realizar os trabalhos. Trabalhar dentro da metodologia comunitária participativa, gestão de pessoas, participação da comunidade, nortear os princípios e as pessoas para que possam resolver os problemas do seu bairro”. (PROFISSIONAL DO TERCEIRO SETOR, 2016)

A partir deste relato da profissional que atua na ONG, podemos perceber a grandiosidade que o seu papel tem para que as políticas institucionais aconteçam. Percebe-se que neste espaço ela possui um papel de grande importância, pois na maioria das vezes ela que está à frente, trabalhando diretamente com estes grupos, com estas famílias. Para que um profissional faça este enfrentamento é necessária muita experiência e conhecimento sobre o que está sendo proposto e para que se realize.

Dando sequência à entrevista, perguntou-se: Na sua opinião, os(as) profissionais formados(as) em Pedagogia podem trabalhar em Organizações públicas e Empresas privadas? Por quê?

“Com certeza, deveria estar tendo mais oportunidades, pois o conhecimento adquirido e realizado na graduação é muito abrangente. Estão se abrindo muitos caminhos, de desenvolvimento humano, gerar projetos, ele poderá atuar em uma área que não é escolar. A Pedagogia não é utilizada apenas no contexto escolar, pode atuar também em setores em que existem grupos de pessoas, como Recursos Humanos e Hospitais. O pedagogo equilibraria os grupos, as pessoas. Podendo atuar pedagogicamente e organizacional nestes locais”. (PROFISSIONAL DO TERCEIRO SETOR, 2016)

No momento em que a profissional do Terceiro Setor traz que o(a) pedagogo(a) pode atuar em Recursos Humanos e Hospitais, enfatiza que este profissional está capacitado para desenvolver trabalhos com os grupos de pessoas que exercem diferentes funções nestes espaços.

Podemos usar como exemplo o profissional de Recursos Humanos que, além de ser responsável pela folha de pagamento dos funcionários, poderia implantar projetos que envolveriam as relações de trabalho dos colaboradores, bem como formações continuadas com temas e propostas voltadas à instituição, podendo ser nas mais diversas áreas.

O papel do(a) pedagogo(a) neste espaço está diretamente ligado a atividades de planejamentos e de gestão, em que realiza o desenvolvimento das pessoas e auxilia nas atividades para a efetivação das estratégias da organização em questão. Lopes (2006) enfatiza que “o pedagogo empresarial promove a reconstrução de conceitos básicos, como criatividade, espírito de equipe e autonomia emocional e cognitiva” (p.74)

Não deixando esquecido que estes espaços de trabalho procuram sempre valorizar os sujeitos que ali se encontram, pois a valorização dos trabalhos desenvolvidos faz com que os sujeitos se sintam motivados a realizar um bom trabalho; com isso todos ganham.

Na verdade, o impacto das transformações da sociedade nas organizações possibilita constatar o destaque dado a pontos como competências necessárias ao profissional moderno, o espírito de liderança, a orientação para o cliente, a orientação para resultados, a comunicação clara e objetiva, a flexibilidade e a adaptabilidade, a criatividade e a pró-atividade, e a aprendizagem contínua. (LOPES, TRINDADE, CARVALHO e CADINHA, 2006)

Todo este trabalho desenvolvido nas organizações tem como objetivo a melhoria da qualidade dos processos, incluindo desde serviços prestados e bens produzidos pelos integrantes deste local, abrangendo todos os setores assim como os gestores e os funcionários.

Por conseguinte, em hospitais, o(a) pedagogo(a) poderia trabalhar as relações neste ambiente de trabalho, entre a equipe de saúde, envolvendo a família e os pacientes que estão neste local, podemos perceber que muitos destes pacientes passam longos períodos internados, tendo que deixar suas casas em prol de realizar procedimentos, tratamentos, enfim para cuidar de sua saúde.

O mesmo acontece com as crianças e adolescentes hospitalizadas, quando se encontram em hospitais, deixam de frequentar escolas, o convívio com seus colegas, amigos e familiares, a vida na sociedade acaba ficando para trás; essas mudanças de rotina se tornam muito difíceis para eles.

Podemos pensar que com a presença do(a) pedagogo(a), trabalhos pedagógicos e lúdicos podem ser realizados. Adequando a sua faixa etária de idade e principalmente a suas condições, estas atividades podem ser planejadas cuidadosamente entre o(a) pedagogo(a) e equipe de saúde. Para Matos e Mugiatti (2007), a Pedagogia Hospitalar:

É um processo alternativo de educação continuada que ultrapassa o contexto formal da escola, pois levanta parâmetros para o atendimento de necessidades especiais transitórias do educando, em ambiente hospitalar e/ou domiciliar. (MATOS E MUGIATTI. 2007,p.37)

O pedagogo escolar pode vir a contribuir com toda a comunidade hospitalar, principalmente com a família e o paciente, preparando este sujeito para readaptar-se a este local e a retornar a seus afazeres cotidianos, como a escola. Não trabalhando somente o pedagógico, mas o emocional e a autoestima.

Para dar continuidade à entrevista, perguntou-se: Você acredita que a sociedade percebe a atuação do(a) pedagogo(a) além da sala de aula?

"Ainda não. Estamos construindo esta ideia, as oportunidades que alguns pedagogos (as) estão tendo, estão fazendo com que comecem a visualizar um novo espaço de atuação para o(a) pedagogo(a). Vem sendo percebido como um ator importante não só no setor da educação, mas nos outros setores em função de seu grande conhecimento". (PROFISSIONAL DO TERCEIRO SETOR, 2016)

Para tanto, ainda pouco se encontra do(a) pedagogo(a) atuando em áreas não-formais na região. Percebe-se que nos espaços em que este profissional pode atuar já existem outros inseridos com formações diversas, desde profissionais graduados em Recursos Humanos e Psicologia. Podemos usar como exemplo na Empresa John Deree, em que há uma psicóloga atuando.

Para que este contexto ganhe novas formas, é necessário que exista mais divulgação nos trabalhos desenvolvidos pelo(a) pedagogo(a) nestes outros espaços não-formais. A sociedade está habituada com pedagogos(as) professores nas escolas, perpassando desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental, Coordenações, Supervisões e Diretoria, uma vez que estes profissionais estão inseridos em todos os espaços possíveis de atuação formal.

Outro aspecto importante a ser lembrado é que o(a) pedagogo(a) ao, inserir-se em outras áreas, deve estar disposto a ser desafiado. Cada empresa ou organização possui suas políticas institucionais próprias, com suas normas e respectivas atribuições. O espaço formal é um local habitual, então, tornando-se de mais fácil acesso, podendo inserir-se através de contratações e de concursos públicos e, a partir disso, torna-se um trabalho estável.

Ao adentrar em outros espaços, como Organizações Públicas e Empresas Privadas, o(a) pedagogo(a), estará constantemente sendo desafiado e instigado a dar o seu melhor para, desta forma, contribuir com os objetivos da instituição na qual está inserido(a).

A empresa CIEE-Centro de Integração Empresa-Escola, situa-se no Município de Três de Maio-RS. Esta é uma instituição filantrópica, privada, de assistência social, mas reconhecida de utilidade pública, que entre vários programas, é a que oportuniza aos jovens estudantes brasileiros de nível médio, técnico e superior, formação integral e ingresso no mercado de trabalho através de estágio ou aprendizado. A mesma não possui finalidades lucrativas.

A empresa CIEE, visa ser reconhecida como transformadora que garante oportunidades para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos. Tendo como seu objetivo, desenvolver atividades socioeducativas, promovendo e integrando os jovens ao mundo do trabalho, tendo parceria com diversos públicos que possuem esse mesmo objetivo.

O Desenvolvimento social da empresa CIEE acontece por meio da ação socioeducativa, a qual permite aos integrantes o desenvolvimento integral, de preparação, de integração e de aproximação com o mercado de trabalho. As ações articulam-se por oficinas

que estão estruturadas por eixos temáticos: Cidadania e Fortalecimentos de vínculos; Mundo do Trabalho e Geração de Renda e Mobilidade Social.

As palestras e oficinas acontecem nas instituições de ensino, nas associações comunitárias, na própria sede e até mesmo nas entidades parceiras, sejam públicas ou privadas, são destinadas ao público geral, acima de quatorze anos de idade. A ação social vai além de palestras e oficinas socioeducativas, sobrevivendo de um conjunto de ações, sendo elas: Cidadania e Talento, que são Programas de capacitação a distância; assessoramento e Grupo de Convivência para Idosos.

A empresa considera que estes fatores de atendimento sócio assistencial são contribuintes para a qualidade de vida dos sujeitos e que reduz a vulnerabilidade dos mesmos, sendo ocasionadas por ações reflexivas e de socialização de informações abordadas em grupos, individuais, família e comunidade.

Por conseguinte, façamos nesta escrita a análise e apresentação dos aspectos da entrevista realizada com uma das pedagogas que atuam na empresa CIEE, trazendo de forma contínua as perguntas e suas consecutivas respostas, sendo discutidas e refletidas. Optou-se por não identificar os entrevistados, a mesma será chamada de Pedagoga CIEE.

Diante do primeiro questionamento, tínhamos a intenção de saber se há atuação de pedagogo(a) na instituição. Conforme o relato, são três pedagogas que atuam no espaço. Mas, é importante ressaltar que apenas uma das profissionais retornou, deixando suas contribuições para a pesquisa.

A pedagoga entrevistada tem a formação em Licenciatura Plena em Pedagogia, sua formação se deu na Sociedade Educacional de Três de Maio- SETREM. A profissional atua na empresa CIEE há oito anos, tendo quarenta horas de carga horária.

A pedagoga da Empresa CIEE- Centro de Integração Empresa Escola compartilhou quais são suas competências, atribuições e como é desenvolvido seu trabalho nesta Empresa, salientando:

[...] O pedagogo(a) trabalha em sala de aula, sendo sua atribuição principal mediar o processo de ensino/aprendizagem, sendo um trabalho voltado para o crescimento, desenvolvimento do educando, em que prevalece a mediação da aprendizagem e a troca de conhecimento. (PEDAGOGA. CIEE, 2016)

Percebemos que a profissional está inserida em um ambiente não escolar; no entanto, intervém igualmente no desenvolvimento humano dos indivíduos, auxiliando no processo de ensino e aprendizagem, a partir das ações socioeducativas e sócio assistenciais.

Desta forma, refletirmos a atuação do(a) pedagogo(a) na empresa e seu trabalho na área social, e entendemos que ele até poderá intervir da mesma forma no desenvolvimento dos sujeitos, como o faz no espaço escolar, mas tende a ter uma função e um perfil diferenciado. Neste contexto, cabe ao profissional rever e associar a teoria

com a prática na instituição e a consolidação entre a gestão e a educação profissionalizante.

Lembrando que Libâneo (2010) traz que a educação se faz a partir de ações diversas, seja de processos, como pelas influências e estruturas que contribuem para o desenvolvimento humano das pessoas em suas relações com o meio social, em um determinado contexto em que há relações entre grupos e classes sociais.

Toda e qualquer empresa possui pessoas em sua estrutura organizacional; desta forma, seu maior desafio é na administração de pessoas, em manter e melhorar os relacionamentos interpessoais, o desenvolvimento do sujeito e qualidade no trabalho. Para tanto, as empresas buscam meios que preparam e qualificam as pessoas de acordo com o perfil que almejam.

Por conseguinte, no que se refere à atuação do(a) profissional pedagogo(a) nas instituições públicas e empresas privadas, as competências e formação do mesmo, a Pedagoga CIEE deixa sua percepção sobre os olhares que acredita existir da sociedade perante a atuação do profissional, além do espaço escolar. São apresentados argumentos próximos, por vezes respostas concisas, o que é possível considerar, que este assunto deixa a profissional, já atuante no espaço além do escolar, pensativa enquanto as possibilidades, reconhecimento, importância do trabalho, desempenho de cada profissional e formação.

De acordo com a pedagoga da Empresa CIEE, este espaço empresarial depende muito do perfil do profissional, sendo este importante para a efetivação das políticas institucionais: *“O pedagogo é o profissional que deve conhecer e colocar em prática as políticas educacionais, somos nós que precisamos conhecer a legislação e fazê-la ser respeitada e seguida nas instituições”* (PEDAGOGA, CIEE. 2016)

Considerando que o ser humano sempre está em um constante processo de aprendizado, iniciando pela família, na escola, na comunidade e por fim no local em que trabalha. Não é possível considerar que alguém não tenha aprendido algum. Sendo assim, o(a) pedagogo(a) inserido(a) dentro das instituições é importante para, assim, ampliar as maneiras de trabalhar com estes, preparando-os para enfrentar situações do meio. Mas, para isso, como bem contribui a pedagoga, o profissional precisa assumir as atribuições que a instituição lhe impõe, sendo o mesmo que irá possibilitar melhores reconhecimentos sobre o trabalho desenvolvido.

Mesmo que na sociedade há pouco reconhecimento da atuação do profissional nos diferentes espaços, não escolares, devido à influência histórica e ao fato da formação do(a) professor(a)/pedagogo(a) em nosso país. Percebe-se que a aprendizagem ocorre em diferentes meios, não sendo restrita apenas na escola; sendo assim, a partir das necessidades do meio e das novas propostas de formação profissional, surgem as possibilidades para a expansão da atuação do(a) pedagogo(a), além do escolar.

A Pedagogia na empresa é uma reformulação para a visão da função do(a) profissional pedagogo(a). É, assim

assumir novas visões e espaços organizacionais, a fim do profissional elaborar bons projetos, solucionar problemas e aprimorar o serviço que a instituição oportuniza.

A próxima pergunta referia-se à visão que as instituições têm do profissional pedagogo(a). A entrevistada pedagoga da empresa CIEE ressalta: *“Na minha opinião as organizações poderiam valorizar mais os(as) pedagogos(as), não na questão financeira, mas sim no desempenho das atividades e atribuições de cada um”*. Diante disso, a pedagoga aponta para a questão da valorização dos profissionais, mas ressalva que precisam valorizar pelas funções desempenhadas pelo(a) pedagogo(a).

Desta forma, o que a Pedagoga CIEE traz atribui-se a todos os pedagogos, seja os que atualmente atuam no espaço escolar, quanto a estes em que estão inseridos nos espaços além do escolar. Precisam de valorização e de reconhecimento, seja da sociedade como de todas as instituições.

Na opinião da Pedagoga CIEE, a partir do questionamento, referente à possível atuação de todos os profissionais com formação em Pedagogia em organizações públicas e empresas privadas, a mesma adverte:

Acredito que sim, entretanto percebo que os cursos de graduação deveriam abordar mais (mais componentes curriculares) que vão além das escolas, que “entram” nas empresas privadas. Nós pedagogos(as) somos profissionais capacitados para trabalhar em qualquer instituição, só falta abertura e um maior reconhecimento do nosso trabalho e importância em todas as instituições”. (PEDAGOGA CIEE, 2016)

A partir do relato da pedagoga entrevistada, os(as) profissionais pedagogos(as) necessitam de qualificação para atuarem nestas organizações institucionais, pois, se a grande dificuldade hoje é a necessidade de aperfeiçoamento dos profissionais de todas as áreas, a responsabilidade fica cada vez maior para o gestor; sendo assim, é pertinente que o profissional envolvido com a organização da instituição se adapte à realidade, trazendo melhorias.

Ainda, a pedagoga nos deixa sua última consideração, seu ponto de vista diante do que a sociedade percebe da atuação do(a) pedagogo(a) além da sala de aula: *“Acredito, que a atuação do(a) pedagogo(a) ainda não é percebida além da sala de aula, ainda não conquistamos esses espaços e reconhecimento perante as atividades que realizamos, que vão além da sala e do trabalho com crianças”* (PEDAGOGA CIEE. 2016)

Desta forma, a pedagoga CIEE pondera sobre o desempenho do profissional na sociedade e enfatiza que ainda a ela vê o(a) pedagogo(a) inserido na sala de aula, tendo seu trabalho desenvolvido com crianças, somente.

A atuação do pedagogo na empresa passa a ter outro objetivo, o de prestar serviço para a instituição em que trabalha, priorizando atender suas necessidades, valorizando, impulsionando os funcionários com quem

trabalha. Desta maneira, o(a) pedagogo(a) é desafiado a integrar-se com as políticas que a empresa preza e procurar nunca deixar de auxiliar os sujeitos nas suas habilidades e competências.

Perante este contexto, é notório refletir a formação dos profissionais e as possibilidades de atuação que recebem para estarem em ambientes não formais. Por mais que o curso de Pedagogia não esteja voltado para estas específicas áreas, e fixam-se à escola, é pertinente que o(a) profissional pedagogo(a) que pretende estar atuando nesses espaços, busque seguir seus estudos, cursando uma pós-graduação, que esteja voltada para o trabalho com os recursos humanos e empresas.

Neste momento, apresenta-se o Lar Bom Pastor e Escola Profissionalizante escolhida para a realização da pesquisa, bem como o sujeito que trabalha neste espaço. Optou-se por não identificar os(as) entrevistados(as). No decorrer da escrita será usado como nome fictício, Pedagoga LBP. O Lar Bom Pastor e Escola Profissionalizante localiza-se em Ivagaci- RS.

Da mesma forma, como as demais profissionais entrevistadas, a partir dos questionamentos realizados para a Pedagoga do Lar, a mesma nos relata suas visões e experiências diante do cargo que desempenha nesta organização, durante os seis anos em que está no Lar e atualmente exercendo a carga horária de quarenta horas semanais.

Começamos a pesquisa a partir da primeira pergunta feita: sua instituição possui pedagogo(a)? A respeito da atuação de profissionais pedagogos(as), neste espaço, a mesma nos traz que: "Atualmente possui duas pedagogas, mais uma além de mim, a outra profissional que recentemente iniciou o trabalho no Lar encontra-se em período de adaptação e conhecendo as funções e atribuições que possuirá no Lar". (PEDAGOGALBP. 2016)

Esclareceu que a contratação desta se deu devido ao aumento de alunos(as); com isso, tornou-se necessária a contratação de mais uma profissional para dividir e auxiliar nas responsabilidades que vêm aumentando.

O Lar Bom Pastor possui atualmente todas as vagas preenchidas, totalizando oitenta e cinco (85) crianças e adolescentes. Este volume de alunos faz com que as responsabilidades de toda a equipe técnica dobre; com isso, as demandas aumentam constantemente, pois, cada aluno no Lar precisa de um acompanhamento e cuidados específicos, tornando o trabalho da equipe técnica minucioso e rigoroso.

Para que nenhum integrante sintam-se sobrecarregado, as atividades são divididas por todos, porém as cargas horárias são diferentes. Como a pedagoga do Lar demanda de diversas funções, desde gestão, organização e acompanhamento dos alunos e aprendizagem, a divisão das atividades com outra profissional foi de suma importância, para que o bom andamento, o acompanhamento dos alunos e a qualidade das atividades realizadas seguissem acontecendo da mesma maneira.

Diante disso, surge a importância do papel do(a) pedagogo(a) dentro do Lar, que, através de

seus conhecimentos, tentará ir além de exercer o papel de educador para o domínio de técnicas e de recursos necessários que auxiliam o trabalho com as crianças carentes.

Desempenhando um trabalho que vai além do que normalmente se busca na sociedade, que é despertar no indivíduo a busca por cada vez mais conhecimentos para melhorar seu desempenho profissional e, principalmente, para que este aluno consiga adaptar-se a uma nova família quando adotado e até mesmo na sociedade durante o desenvolver do cotidiano. E passa a ser um trabalho que traz consigo um carinho, afeto, companheirismo e ajuda, sendo estes de grande valia para o desenvolvimento das crianças e adolescentes inseridos neste espaço.

Perguntou-se para a pedagoga do Lar Bom Pastor: Quais as competências e atribuições do(a) pedagogo(a) neste local de trabalho? Ela nos relata que:

Deve existir grande comprometimento com as crianças e com o Lar, estar sempre a disposição, manter boas relações com todos envolvidos, com os pais e mães sociais, com a equipe técnica e principalmente para com as crianças. Porém, precisa ser uma boa ouvinte, ter paciência e aconselhar, são as principais competências que a pedagoga do lar deve possuir, pois como sabemos as crianças que estão no Lar são o foco. (PEDAGOGALBP. 2016)

Ela traz a importância de ouvir os alunos e, através de suas falas, tentar ajudá-los da melhor forma possível, pelo fato de serem crianças e adolescentes que vêm de famílias problemáticas, desestruturadas e também que sofreram maus tratos, abusos, abandonos, entre outros fatores.

Pode-se dizer que a melhor forma de conhecer a realidade em que estes alunos viviam antes de chegar ao Lar é o diálogo, pois, desta maneira, torna-se possível saber seus medos, angústias e o que pode ser feito para que esta criança ou adolescente se adapte ao Lar, até mesmo em caso de adoção em outras famílias.

Além disso, para que haja um diagnóstico mais próximo da realidade destes, é preciso que exista o diálogo. Para que isso ocorra é necessário que a pedagoga passe a eles uma postura e uma conduta que não fira seus sentimentos, que eles possam confiar. Portanto, para realizar o acompanhamento destas crianças diariamente, elas precisam de pessoas que possam conversar e confiar, neste local que se torna seu lar, por mais que muitas vezes provisório.

Após, questionamos a pedagoga sobre a forma como desenvolve seu trabalho na instituição em que está atuando. Percebemos que é um espaço como os demais mencionados, pois precisa de parcerias e de apoio dos demais profissionais que atuam juntamente à equipe. E, da mesma forma, todos têm um papel importante para a efetivação das políticas da instituição, não somente tendo uma função, e sim, precisando estar a todo momento disponíveis, para qualquer urgência ou necessidades.

É um trabalho coletivo, em que há muitas tarefas, responsabilidades e conhecimentos e estes são divididos por toda a equipe técnica, sem muitas distinções de funções, pois a equipe trabalha junto em prol de um mesmo objetivo, ou seja, o bem estar das crianças. Realiza-se a adaptação das crianças recém- chegadas ao Lar, o acompanhamento dos mesmos ao hospital, para consultas, dentista, medicamentos, reuniões, Cras e demais necessidades que possam surgir com o tempo, acompanhar a equipe técnica e os alunos em audiências, rever as vagas para aqueles que estão esperando e, no que se diz respeito à reaproximação da família com a criança, quando assim for decidido pelas autoridades competentes. (PEDAGOGALBP. 2016)

Por conseguinte, a pedagoga foi questionada sobre a visão que a instituição tem sobre a atuação do(a) profissional Pedagogo(a) nesse espaço. Diante do relato, percebemos que seus conhecimentos em relação ao espaço, alunos e as políticas que a instituição preza, iniciaram-se enquanto cursava Pedagogia, por sua vez, no começo da graduação, e o quanto suas atribuições neste espaço foram crescendo, e esta profissional sendo importante.

Como um ator muito importante neste meio. Pois, iniciei meu trabalho durante a graduação, estava cursando o terceiro semestre do curso de Pedagogia. Iniciei realizando atividades de aprendizagem com os alunos, com o passar do tempo surgiu na escola o turno integral, assim não sendo mais necessário este trabalho naquele momento. A partir deste momento aconteceram novas mudanças. Percebeu-se que as crianças se aproximavam e faziam confidências para a pedagoga e com a psicóloga não facilitam as conversas, ficando calados, preferiam contar sobre sua vida e seus problemas para mim. Desta maneira, passei a realizar reuniões semanais com a psicóloga, passando as informações que eram necessárias, assim ajudando a mesma a realizar os diagnósticos dos alunos; desta forma, fui convidada para fazer parte da gestão do Lar. Atualmente trabalho em conjunto com a psicóloga, assistente social e equipe diretiva. (PEDAGOGALBP. 2016)

Com este relato, é notório refletirmos sobre o(a) profissional pedagogo(a) e o(a) psicólogo(a) e as demais profissões, mas em principal estas duas, pois a Pedagogia e a Psicologia estão atuando juntas na gestão de pessoas e dos Recurso Humanos, ou seja, estão ligadas e muitas vezes se confundem no âmbito das empresas, sendo que a parceria dentre estas é eficaz, pois ambas têm como objetivo central o bem estar e o desenvolvimento dos sujeitos.

Portanto, entendemos que os alunos, ao se aproximarem da pedagoga no Lar Bom Pastor, tinham maior afinidade, porque enxergavam a psicóloga como alguém que apenas queria investigar suas vidas ou que tinha como obrigação invadir e mexer com seu emocional.

Posteriormente, perguntou-se à pedagoga sobre a importância do papel do(a) pedagogo(a) para a efetivação das políticas institucionais e quais seriam. A Pedagoga LBP (2016), salienta que: *“É importante seguir as normas, tendo os cuidados necessários para que os trabalhos ocorram sempre com responsabilidade, lembrando sempre que o dever é proteger os alunos”*.

Com isso, o centro é os alunos, e para que o trabalho com estes seja satisfatório, é preciso que todos os profissionais da equipe técnica busquem integrar-se e seguir corretamente as políticas da instituição, para a construção de uma boa gestão, coordenação e desenvolvimento e bem estar dos alunos inseridos neste espaço.

De acordo com os pensamentos de Almeida (2006, p. 7)

O Pedagogo Empresarial tem domínio de conhecimentos, técnicas e práticas que, somadas a experiência dos profissionais de outras áreas, constituem instrumentos importantes para atuação na gestão de pessoas. (ALMEIDA, 2006. p. 7)

Desta maneira, para que haja sucesso no espaço enquanto o(a) pedagogo(a) esteja atuando, é necessário que os profissionais tenham uma relação de companheirismo, como podemos citar a Pedagoga LBP e sua equipe técnica, que tem a participação de Psicóloga, Assistente Social, Mães e Pais do Lar. Sem a participação destes e das demais áreas, não teriam bons resultados, ou seja, não teriam como atender os alunos e, sendo assim, o Lar Bom Pastor não poderia seguir com seu objetivo.

A seguir, foi feita a seguinte pergunta: Na sua opinião, os(as) profissionais formados(as) em Pedagogia podem trabalhar em Organizações públicas e Empresas privadas? Por quê? A profissional em questão responde com clareza e objetividade, dizendo que: *“Sim, podem. Mas, precisam de espaço e abertura para que estes profissionais possam estar desempenhando seus trabalhos, aos poucos estes espaços estão surgindo”*. (PEDAGOGALBP. 2016)

Para ela, que já está trabalhando em um espaço não formal, possui uma visão diferenciada de muitos outros gestores e proprietários de empresas e organizações. Por sua própria experiência sabe que o(a) pedagogo(a) pode adentrar a estes espaços, trazendo um novo contexto organizacional e pedagógico e trabalhar em prol das políticas destes locais.

Porém, por mais que ela esteja inserida neste contexto não formal, gostaria de ter maiores perspectivas para esta profissão em um espaço menor de tempo; até enfatiza que para contratar uma nova pedagoga para trabalhar no Lar não foi fácil, pois a grande parte das(os) pedagogas(os) que se formaram com ela, atuam na modalidade normal, possuindo contratos ou assumiram concursos nas escolas da região.

Desta maneira, percebemos o quanto o(a) pedagogo(a) está inserido nas escolas, muitas vezes por não receber oportunidades em empresas privadas e

organizações públicas e também por ser um espaço atualmente de difícil acesso.

Para finalizarmos a entrevista, perguntou-se para a pedagoga do Lar, se acreditava que a sociedade percebia a atuação do(a) pedagogo(a) além da sala de aula? Ressaltou o prazer que sentiu em responder esta pergunta.

"Porque faz seis anos que trabalho no Lar e durante este tempo, respondo e assino documentos, faço pareceres dos alunos, acompanho-os no que for necessário. E, há pouco tempo em uma audiência, fui incluída (reconhecida) como integrante da comissão técnica. Nas ligações feitas para o Lar, normalmente perguntam da assistente social ou da psicóloga e se estas não se encontram, acham que a pedagoga não pode receber o recado, sanar dúvidas, ou solucionar algum problema". (PEDAGOGALBP. 2016)

Dessa maneira, salienta que a sociedade ainda não percebe esta atuação, que está muito presente no cotidiano do Lar e em outros espaços não formais, existindo pouca valorização das competências desta profissão. Contudo, que sempre se deve lembrar das competências, atribuições e alçada de cada profissional, por mais que a profissão não seja reconhecida em todas as suas possibilidades pela sociedade, ela é de grande relevância para a mesma e aos poucos mostrará a proporção que possui.

Podemos perceber, através destas entrevistas, alguns espaços em que pedagogos(as) estão atuando na sociedade, bem como suas funções, compromissos, responsabilidades, habilidades, competências, importância do seu trabalho e visões que possuem sobre a inserção de sua profissão em espaços não escolares.

E, com isso, remeteu-nos a pensar na individualidade de cada local de trabalho e as experiências de cada um dos sujeitos. Assim, percebemos como é grandiosa esta profissão, que possibilita a estes profissionais transitar em diversas modalidades da educação, sem perder sua identidade e sendo um profissional versátil, possuindo qualidades e funções variadas, conforme o local em que poderá trabalhar ou já tendo adentrado. Sua formação possibilita estar sempre sujeita a mudanças e, com isso, ser flexível e competente em suas atribuições.

Não podemos esquecer também que para este profissional corresponder a todas as responsabilidades que lhe são impostas durante sua trajetória profissional é de suma importância estar em constante aprendizado. Atualizando através de formações continuadas, cursos, pós-graduação e para aqueles que buscam estudar mais, mestrados, doutorados, entre outros.

A sociedade como sabemos está em constante mudança e, com isso, torna-se necessário para o(a) pedagogo(a) ser um profissional qualificado, buscar novos conhecimentos; desta maneira, complementando e melhorando sua formação inicial, a Pedagogia.

4. CONCLUSÃO

Com este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e a partir da pesquisa realizada, foi possível fazer

uma busca e descoberta dos espaços de atuação do(a) profissional pedagogo(a). Percebemos a importância de seus conhecimentos para a efetivação das políticas das instituições; por outro lado, estes campos de atuação são pouco conhecidos pela sociedade e pouco procurados pelos profissionais de Pedagogia.

Nossa região atualmente apresenta poucas oportunidades de trabalhos nos espaços não formais; ainda existe o entendimento que esta formação possibilita ao pedagogo(a) apenas a docência, estando em sala de aula como professor, atuando em Educação Infantil, Séries Iniciais, outros, atuando no Ensino Médio Modalidade Normal (Magistério) e os demais podemos dizer deste montante, uma pequena parcela inseridos na comunidade escolar em cargos de gestão, supervisão e coordenação escolar.

Sendo assim, algumas instituições nas quais o(a) pedagogo(a) está trabalhando, ainda existe uma diminuição da importância em torno de suas atribuições, de uma maneira a qual deveria ser ao contrário, este profissional acaba precisando exaltar estas atividades desempenhadas e seus resultados nos espaços não escolares. Uma vez que podemos afirmar que a relevância dos trabalhos desenvolvidos em cada instituição as quais estivemos realizando a pesquisa é de grande magnitude, tanto para as pessoas envolvidas com os processos quanto para os beneficiados por estes.

É importante esclarecer que atualmente existem profissionais com outras formações nestes cargos nos quais poderiam ser ocupados pelos(as) pedagogos(as); neste aspecto podemos atribuir o senso comum como um fator influente na sociedade, em que há uma herança cultural que nas instituições tanto particulares quanto públicas, trabalham profissionais com outras formações. Podemos citar, como exemplo, profissionais formados em Administração, Direito, Contabilidade, Economia, Recursos Humanos ou áreas afins e para trabalhar diretamente com as pessoas, o profissional habilitado era e ainda é na maior parte dos locais o psicólogo.

Se olharmos por este ângulo, da mesma maneira acontece em hospitais, em que existem diversos profissionais trabalhando. Porém nas cidades que realizamos nossa pesquisa, não encontramos na área hospitalar nenhum(a) profissional pedagogo(a), também não conseguimos com que os responsáveis respondessem nossa pesquisa, tínhamos o intuito de saber qual a visão e opinião que os gestores possuem sobre a atuação do(a) pedagogo(a) neste espaço. Este que possui pessoas de todas as idades, os quais, além de cuidados com a saúde, necessitam de práticas pedagógicas, pois os(as) pedagogos(as) poderiam trabalhar diretamente na equipe dos profissionais da saúde.

Como nossa pesquisa direcionou-se a espaços não escolares, ou seja, à área não formal, em alguns lugares não tivemos retorno, devido aos obstáculos ou a falta deste profissional no espaço. Da mesma forma, seguimos levando em consideração, as expectativas postas em torno do trabalho.

Na mesma perspectiva, nem tudo que imaginamos, desejamos e procurávamos encontrar em nossa pesquisa foi alcançado, ou seja, a realidade nos

apresentou algumas contestações e ainda nos deixou uma inquietação, a de descobrir mais locais em que haja pedagogos(as) trabalhando e assim saber mais sobre estas atribuições e responsabilidades.

Para tanto, os conhecimentos neste momento de formação acadêmica, as experiências que tivemos ao longo da pesquisa foram válidas e imensuráveis. Para nossa formação profissional e constituição como futuros(as) pedagogos(as) os resultados encontrados vieram ao encontro de nossas perspectivas e curiosidades. Como durante a graduação, nosso foco foi a área escolar, perpassando por todos os âmbitos educacionais. Com esta pesquisa pudemos nos deleitar com mais conhecimentos nas áreas que não foi possível adentrarmos neste período de formação profissional.

Constatamos que a profissão de pedagogos(as) vai muito além da docência, que é sua principal atribuição; desta maneira, foi possível constatar que o trabalho dos(as) pedagogos(as) na modalidade de educação não formal demanda muito mais do que teorias e técnicas e sim de espírito de equipe e liderança, em que todos devem trabalhar em conjunto em prol de um objetivo comum.

Por fim, percebe-se que as relações nestes locais de trabalho devem e precisam ser mantidas, através de cooperação, motivação, empenho, proatividade e respeito, em que cada profissional desempenhe suas funções para que ao final, somando as atitudes e ações de cada profissional, alcancem os propósitos e as políticas de cada instituição.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. de. 2006. **Pedagogia Empresarial: Saberes Práticos e Referências**. Rio de Janeiro. Brasport. ISBN: 85-74-5223-17

FREIRE, Paulo. 2002. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 25. Ed. São Paulo: Paz e Terra. ISBN: 85-219-0243-3

GONZÁLEZ REY, F. L. 2007. **Psicoterapia, Subjetividade e Pós-modernidade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Thomson Learning.

LIBÂNEO, José Carlos. 2010. **Pedagogia e pedagogos, para quê?**. 12ed. São Paulo: Cortez. ISBN 978-85-249-0697-8

MINAYO, Maria Cecília de Souza. 2015. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. ISBN 978-85-326-1145-1

LOPES, I.; TRINDADE, A.B.; CARVALHO, C.; CADINHA, M. A. 2006. **Pedagogia empresarial: uma nova visão de aprendizagem nas organizações**. Rio de Janeiro: o autor.

MATOS, Elizete Lúcia Moreira; MUGIATTI, Margarida Maria Teixeira de Freitas. 2007. **Pedagogia hospitalar: A humanização integrando educação e saúde**. 2 ed. Petrópolis: Vozes.

MAPEAMENTO DO PROCESSO PRODUTIVO EM UMA FÁBRICA DE RAÇÕES DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Alexandre Chapoval Neto¹
Alessandra Karin Johann²
SETREM³

RESUMO

O objetivo deste estudo é propor ações de melhorias com vista à redução dos desperdícios envolvidos no processo produtivo de uma fábrica de rações a partir do mapeamento do processo produtivo na fábrica Camera Nutrição Animal localizada no noroeste do estado do Rio Grande do sul, no período de fevereiro a outubro de 2016. Para tanto, foi realizado um estudo com utilização das abordagens dedutiva, qualitativa e quantitativa; como procedimentos a pesquisa descritiva e estudo de caso; técnicas de coleta de dados baseada na pesquisa bibliográfica, observação indireta intensiva através da observação e entrevista, levantamento fotográfico e do histórico de produção; e, como técnicas de análise de dados a análise conteúdo, *software* Microsoft Office Excel, gráfico Spaghetti e análise Muda. O estudo permite concluir que, a partir da sequência das melhorias sugeridas, constituídas basicamente de medidas de gestão administrativa, aquisições, manutenções e alterações no *layout* fabril, a empresa caminhará no rumo da maximização das operações, redução dos custos, garantia da qualidade e segurança alimentar dos produtos acabados. Portanto, através da realização deste estudo é possível constatar que a partir do conjunto de sugestões propostas à unidade fabril será possível melhorar a eficiência dos processos, potencializar os aspectos técnicos e econômicos e maximizar a gestão da qualidade.

Palavras-chave: Mapeamento de processos. Fábrica de Rações. Redução de Desperdícios.

1. INTRODUÇÃO

O atual cenário econômico de intensa competitividade entre as organizações, advindo principalmente da globalização, somado à evolução constante dos processos e produtos, exige que as empresas busquem, constantemente, atualização tecnológica e, principalmente, aperfeiçoamento dos seus produtos e processos com vistas à eliminação dos desperdícios, melhoria do processo produtivo e planejamento estratégico da produção, destacando-se estes como fatores fundamentais para o sucesso organizacional (CORSO *et al.*, 2015).

Em busca de melhores desempenhos do processo produtivo, identificar os fatores, etapas e pontos críticos do processo para que haja interferência direta sobre estes, é tão imprescindível, quanto importante. Para tanto, verifica-se a necessidade de

ABSTRACT

The objective of this study is to propose improvement actions to reduce waste involved in the production process of a feed plant from the mapping of the production process in the Camera Animal Nutrition plant located in the northwest of Rio Grande do Sul state, in the period from February to October of 2016. Thus, a study was conducted using deductive, qualitative and quantitative approaches, as procedures descriptive research and case study; data collection techniques based on literature; intensive indirect observation through observation and interview, photographic survey and production history; and as data analysis techniques to analyze the content, Microsoft Office Excel software, Spaghetti chart and MUDA analysis. The study concludes that from a sequence of the suggested improvements; basically consist of administrative management measures, acquisitions, maintenance and changes in plant layout, the company will move in the direction of maximizing the operations, cost reduction, quality assurance and food safety of finished products. Therefore, through this study, it is possible to find that from the set of suggestions proposed to the plant will be possible to improve the efficiency of processes, enhance the technical and economic aspects and maximize quality management.

Keywords: Process Mapping. Feed Plant. Waste Reduction.

utilização de ferramentas, técnicas e métodos que facilitem o alcance dos objetivos organizacionais.

Uma das ferramentas que se apresenta como uma solução para esta problemática é o mapeamento do processo, que permite de uma maneira simplificada, a visualização detalhada do atual processo produtivo, corrigindo qualquer etapa que apresente algum problema, auxiliando na detecção de atividades que não agregaram valor ou que são fonte de desperdícios (MELLO, 2008).

Na percepção de Slack *et al.* (2009) o mapeamento dos processos envolve a descrição de como as atividades inter-relacionam-se no decorrer do processo, de modo a auxiliar as organizações na identificação das atividades redundantes e de baixo valor agregado e permitir a redução de custos e avaliação da complexidade do processo produtivo, bem como a identificação dos seus pontos fortes e oportunidades de melhoria.

Em vista disto, o presente trabalho tem por finalidade propor ações de melhorias com vista à

¹Bacharel em Administração, Mestre em Engenharia de Produção – Professor do Curso de Administração e Engenharia de Produção - SETREM. alexandrechapoval@setrem.com.br

²Bacharela em Engenharia de Produção – SETREM. alessandra_bugen@hotmail.com

³Sociedade Educacional Três de Maio - Av. Santa Rosa, 2504, Três de Maio – RS. setrem@setrem.com.br

redução dos desperdícios envolvidos no processo produtivo da fábrica de rações Camera Nutrição Animal a partir do mapeamento do processo produtivo da mesma.

Localizada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, a fábrica da Camera Nutrição Animal situa-se estrategicamente em uma das maiores bacias leiteiras do estado. Em específico o município de Santo Cristo ocupa, atualmente, a terceira posição em maior volume de leite produzido no estado; por conseguinte, para atingir esse status, demanda de um grande volume de insumos para alimentação do rebanho leiteiro. Dada a expressividade da produção leiteria de Santo Cristo perante o estado, justifica-se a importância da inserção da fábrica no município e, em detrimento da intensa competitividade no setor de nutrição animal, ressalta-se a necessidade do máximo desempenho operacional com vistas ao aperfeiçoamento dos processos, redução de custos e maximização dos lucros.

Para tanto, o presente estudo está estruturado em quatro tópicos. No primeiro tem-se a introdução; no segundo está inserido o referencial teórico, que busca na literatura a ênfase da temática escolhida; o terceiro apresenta a contextualização do estudo e os aspectos metodológicos utilizados; o quarto tópico contempla as fases de apresentação, análise e discussão dos resultados. Por fim, na seção considerações finais, buscou-se responder ao questionamento do problema da pesquisa, bem como aos objetivos geral e específicos que guiaram a realização e alcance dos resultados deste estudo.

2. METODOLOGIA

O método, segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 65), “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo [...], traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. Com base nestes conceitos, foram empregados do âmbito deste estudo os métodos de abordagem dedutiva, quantitativa e qualitativa.

O método de abordagem dedutiva consiste, no âmbito deste estudo, no raciocínio do processo produtivo de rações em uma ordem descendente, ou seja, partirá do geral para o específico, a fim de chegar à conclusão desejada.

O método qualitativo serviu para a descrição dos processos da linha de fabricação de rações e a posterior aplicação da ferramenta mapeamento de processos na identificação dos principais desperdícios do processo.

A abordagem quantitativa, como o próprio nome sugere, foi empregada para avaliar os dados numéricos do processo produtivo, os quais englobam a questão dos desperdícios, análise 3 M (muda, mura e muri) e histórico de produção.

Segundo Lakatos e Marconi (2012, p. 110), os métodos de procedimento constituem as “etapas mais concretas da investigação, com a finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos”.

O presente estudo iniciou-se pela coleta de dados, os quais foram analisados para em decorrência

verificar quais os pontos críticos do processo de fabricação de ração que podem ser melhorados. De modo a atingir este objetivo, como procedimentos para o estudo, foram utilizados a pesquisa descritiva e estudo de caso.

Em princípio, a descrição foi empregada para retratar e descrever a atual situação do processo produtivo alvo do estudo e, também, para decorrente análise e identificação dos pontos oportunos de melhoria. Já o estudo de caso evidenciou a investigação da real situação do processo produtivo em estudo, com a posterior aplicação da parte conceitual do processo.

Técnica, na visão de Lakatos e Marconi (2010, p. 157) “é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a arte prática. Toda ciência utiliza inúmeras técnicas na obtenção de seus propósitos”.

A definição das técnicas de coletas de dados baseia-se nos objetivos que se almeja atingir com o estudo e do assunto a ser investigado (PEREIRA, 2012, p. 90). Neste sentido, os instrumentos de coletas de dados estão correlacionados com o problema e as hipóteses da pesquisa, no intuito que os objetivos traçados sejam alcançados.

Para tanto, a pesquisa contou com as técnicas de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, observação, entrevista e levantamento do histórico de produção.

A primeira etapa da pesquisa fez uso da pesquisa bibliográfica com o propósito de aprofundar os conhecimentos do pesquisador com todo o referencial escrito sobre determinado assunto, permitindo assim sustentação ao estudo.

A segunda etapa da pesquisa utilizou da técnica de observação direta intensiva denominada observação, que serviu de meio de observação propriamente dita da situação atual do fenômeno estudado; neste caso em específico, o processo de fabricação de rações para bovinos de leite e eventuais registros fotográficos das situações chaves do processo.

No terceiro momento, utilizou-se da técnica de entrevista, aplicada neste estudo de forma despadronizada não dirigida, no intuito de instituir ao entrevistador liberdade na condução da pesquisa, direcionando-a conforme julgar adequado e, do mesmo modo ao entrevistado, oferecendo liberdade em expressar seus sentimentos e opiniões a respeito de dado questionamento.

A técnica de levantamento do histórico produtivo serviu como base para análise da representatividade do item selecionado em relação ao portfólio produtivo da empresa e para retratar os volumes produzidos nos últimos seis anos.

A fase de análise dos dados envolve a interpretação das informações coletadas ao longo do estudo. Deste modo, utilizou-se como ferramentas de análise e interpretação dos dados desta pesquisa e de suas variáveis envolvidas a análise de conteúdo, o *software* Microsoft Office Excel, gráfico Spaghetti e análise Muda.

A análise de conteúdo foi empregada na presente pesquisa de modo a permitir a análise tanto a

bibliografia empregada para o desenvolvimento da pesquisa, como também as atividades acompanhadas durante o período de estágio.

O *software* Microsoft Office Excel serviu como uma ferramenta de análise estatística das informações coletadas ao longo do período de estudo.

O diagrama Espaguete ou de Spaghetti serviu como meio para evidenciar os problemas, desperdícios e entraves gerados pelo mau estabelecimento do *layout* da linha de produção de rações.

A análise Muda foi empregada na identificação das atividades da linha de fabricação de ração que geram desperdícios.

3. FUNDAMENTAÇÃO

Esta seção resgata as referências bibliográficas que dizem respeito ao presente estudo, desde os aspectos básicos da produção, qualidade, processos, até o campo específico de estudo, o mapeamento de processos.

3.1. PRODUÇÃO

O processo de produção consiste, sob um olhar operacional, na transformação de entradas (insumos) em saídas (produto final), ou seja, processo de produção de bens e serviços destinados à satisfação das necessidades do mercado consumidor a partir de recursos transformados e transformadores, (PEINADO; GRAEML, 2007).

Sob a ótica de Slack *et al.* (1996, p. 04) a função da produção na organização,

[...] representa a reunião de recursos destinados à produção de seus bens e serviços. Qualquer organização possui uma função produção porque produz algum tipo de bem e/ou serviço, [...] se a função produção for eficaz, deve usar eficientemente seus recursos e produzir bens e serviços de maneira que satisfaça a seus consumidores (SLACK *et al.*, 1996, p. 33).

O processo de produção envolve a todos os departamentos de uma organização, de modo que administrar as atividades dos diferentes setores é primordial para o sucesso da organização, por facilitar o alcance das metas e objetivos (SLACK *et al.*, 2009).

A administração da produção compreende a “tomada de decisões com relação aos processos de produção, de modo que a mercadoria ou o serviço resultante seja produzido de acordo com as especificações, segundo as quantidades e programas requeridos pelo menor custo possível” (MARQUES, 2012, p. 15).

Para Slack *et al.* (2009), a atividade da administração da produção contempla o gerenciamento dos recursos necessários para a produção de bens ou serviços, de modo que todos os setores estejam em perfeita harmonia para atingir os objetivos e metas da organização. Para que isto seja possível, os responsáveis pela produção têm o dever do entendimento dos objetivos estratégicos da produção, do desenvolvimento de uma estratégia de produção, ou seja, da definição de diversos

aspectos que auxiliam nas tomadas de decisão, decidir sobre a melhor utilização dos recursos de produção e, diretamente, do desempenho da produção e atendimento à demanda (PASQUALINI; LOPES; SIEDENBERG, 2010).

A atividade de gestão da produção compreende uma série de elementos que interferem diretamente na administração da produção, em específico, na capacidade competitiva da empresa, dos quais Marques (2012) ressalta: a) Qualidade: constitui-se em atender às exigências pré-estabelecidas no projeto do produto, especificadas por influência de dentro e fora da organização; b) Prazos: refere-se à capacidade da organização de executar os processos de transformação do produto com base nas necessidades do mercado consumidor; c) Custos: representa a somatória dos custos que constituem um bem ou serviço; d) Flexibilidade: refere-se à capacidade da organização em adaptar seus produtos e o processo produtivo conforme a demanda e exigências do mercado consumidor; e) Confiabilidade: trata-se do reconhecimento do trabalho e empenho de uma Empresa pelo cumprimento do processo produtivo com qualidade, prazo e preço competitivo.

Os responsáveis pela produção têm o dever do entendimento dos objetivos estratégicos da produção, do desenvolvimento de uma estratégia de produção, ou seja, da definição de diversos aspectos que auxiliam nas tomadas de decisão, decidir sobre a melhor utilização dos recursos de produção e, diretamente, do desempenho da produção e atendimento à demanda (PASQUALINI; LOPES; SIEDENBERG, 2010).

3.2. PROCESSO

Um processo é claramente conceituado por Martins e Laugeni (2007) como “o percurso realizado por um material desde que entra na empresa até que dela sai com um grau determinado de transformação”.

Peinado e Graeml (2007), afirmam que,

À sequência de atividades que, executadas sempre da mesma forma e na mesma ordem, resulta no produto ou serviço pretendido dá-se o nome de processo produtivo. A norma ISO 9000:2000 define processo como um conjunto de atividades inter-relacionadas ou interativas que transforma insumos (entradas) em produtos (saídas) (PEINADO; GRAEML, 2007, p. 142).

Neste sentido, o processo é tido como uma sequência lógica de atividades que interligadas com um conjunto de recursos *input*, denominado entradas, empregados para transformá-lo em *outputs*, um bem ou serviço a ser ofertado ao cliente (SLACK *et al.*, 2009).

Os recursos *input* referem-se aos recursos transformados, ou seja, os recursos que serão convertidos no produto final, dos quais Slack *et al.* (2009) salientam os materiais, as informações e os consumidores.

O processo de transformação das entradas constitui-se basicamente na alteração das propriedades das mesmas, de modo que, como proposto por Slack *et al.* (2009) nos recursos: a) Materiais: as operações são capazes de alterar sua propriedade física; b) Informações:

as operações transformam sua propriedade informativa;
c) Consumidores: operações podem alterar suas propriedades físicas (cabelereiros), bem como estado fisiológico (hospitais), ou mesmo estocá-las (hotéis).

A análise do processo pode ser realizada em uma atividade já em execução ou na elaboração de uma atividade que será implantada (PEINADO; GRAEML, 2007). Dependendo do caso e da oportunidade, um processo pode ser melhorado através de alterações realizadas no processo em si, ou dentro do sistema o qual esteja inserido (SCARTEZINI, 2009).

3.3. MAPEAMENTO DE PROCESSOS

O mapeamento de processos, segundo Scartezini (2009, p. 10), “é uma ferramenta gerencial analítica e de comunicação que tem a intenção de ajudar a melhorar os processos existentes ou de implantar uma nova estrutura voltada para processos”.

Para Neumann (2013), é um importante método de identificar sequência de processos, atividades e operações com o objetivo de melhorar o entendimento, e a análise do processo para determinar o quanto o processo tem valor no produto, agrega ou é desperdício.

A análise estruturada dos processos possibilita a redução nas falhas de integração entre sistemas e aumenta a produtividade da organização, além de ser uma excelente ferramenta que permite o entendimento dos processos atuais e eliminar ou simplificar aqueles que necessitam de mudanças (SCARTEZINI, 2009).

Conforme Campos e Lima (2012), os dez passos para mapear os processos abrangem:

- Passo 1: Identificar os objetivos do processo.
- Passo 2: Identificar as saídas do processo.
- Passo 3: Identificar os clientes do processo.
- Passo 4: Identificar as entradas e componentes do processo.
- Passo 5: Identificar os fornecedores do processo.
- Passo 6: Determinar os limites do processo.
- Passo 7: Documentar o processo atual.
- Passo 8: Identificar melhorias necessárias ao processo.
- Passo 9: Consenso sobre melhorias a serem aplicadas ao processo.
- Passo 10: Documentar o processo revisado. (CAMPOS; LIMA, 2012, p. 8).

Esta ferramenta serve para indicar a sequência de atividades desenvolvidas dentro de um processo, devendo ser feito de forma gráfica, utilizando-se a ferramenta fluxograma, para representá-lo (SCARTEZINI, 2009).

Dentre as várias técnicas para realizar o mapeamento de processo, Cunha (2012) salienta:

- SIPOC: é uma ferramenta usada por um time para identificar todos os elementos pertinentes de um projeto de melhoria de processo antes de o trabalho começar (FERNANDES, 2006).
- Blueprinting*: representa um fluxograma de todas as transações integrantes do

processo de prestação de serviço (FITZSIMMONS & FITZSIMMONS, 1998); Fluxograma: técnica que permite o registro de ações de algum tipo e pontos de tomada de decisão que ocorrem no fluxo real.

Mapofluxograma: segundo Barnes (1982), o mapofluxograma é um fluxograma desenhado sobre a planta de um edifício ou *layout* para visualizar melhor o processo.

Diagrama homem-máquina: tem por objetivo o estudo da inter-relação entre o trabalho do homem e o da máquina, identificando os tempos ociosos de ambos e balanceando a atividade do posto de trabalho (BARNES, 1982).

IDEF0 a IDEF9: Diagramas que representam um desenho do comportamento dos clientes (CUNHA, 2012, p. 16 e 17).

A análise estruturada permite, ainda, a redução de custos no desenvolvimento dos produtos, a redução nas falhas de coerência entre sistemas e melhora do desempenho da organização como um todo (VILLELA, 2000).

3.4. LAYOUT

Layout, também chamado de arranjo físico, de acordo com Chiavenato (2005) citado por Fernandes, Strapazon e Carvalho (2013) é a disposição de máquinas e equipamentos dentro da organização que objetiva o andamento mais adequado de processos de produção e com o menor desperdício possível.

Conforme Curto Junior (2011), o arranjo físico, ou *layout*, objetiva determinar e facilitar a disposição dos centros de atividade econômica em uma unidade de produção, facilitar o fluxo de materiais e informações, aumentar a eficiência da mão de obra e equipamentos, melhorar o acesso de clientes em lojas varejistas, reduzir os riscos de acidentes para os trabalhadores, aumentar o moral dos funcionários e até melhorar a comunicação entre os mesmos.

Segundo Cury (2007), citado por Fernandes, Strapazon e Carvalho (2013), deve-se levar em conta ainda que o *layout* ideal objetiva preencher da forma mais adequada os ambientes na organização em geral para a melhor adaptação e garantia da satisfação da mão-de-obra quanto à qualidade no trabalho.

Neste sentido, Slack *et al.*, (1996, p. 211) salienta:

Projetar o arranjo físico de uma operação produtiva, assim como qualquer atividade de projeto, deve iniciar-se com uma análise sobre o que se pretende que o arranjo físico propicie. Neste caso, são os objetivos estratégicos da produção que devem ser muito bem compreendidos. Compreender os objetivos estratégicos da produção, entretanto, é apenas o ponto de partida do que é um processo de múltiplos estágios que leva ao arranjo físico final da produção (SLACK *et al.*, 1996, p. 211).

De acordo com Neumann e Scalice (2015), existem quatro principais tipos de *layout*, classificados de acordo com os tipos de operação: o *layout* posicional, o *layout* por processo, o celular e por produto.

No Figura 1 é apresentada a correlação de adequação entre os tipos de processos e serviços na prática de produção para cada tipo de situação de *layout*.

Figura 1 - Correlação entre tipo de processo e serviço, para o tipo de *layout* adequado

Tipo de processo	Tipo de <i>layout</i>	Tipo de serviço
Processo por projeto	<i>Layout</i> posicional	Serviços profissionais
Processo tipo <i>jobbing</i>	<i>Layout</i> por processo	
Processo tipo batelada	<i>Layout</i> celular	Loja de serviços
Processo em massa	<i>Layout</i> por produto	Serviço de massa
Processo contínuo		

Fonte – Adaptado Neumann e Scalice (2015, p 52).

Com base na Figura 1, cada ramo de produção, ou tipo de processo ou subprocesso tem o tipo de *layout* adequado, podendo, dentro de um mesmo processo, variação de tipos de *layouts*.

3.5. DESPERDÍCIO

Desperdício é simplificada o que o consumidor não está disposto a pagar ao adquirir seu produto ou serviço e não significa somente a perda de tempo, mas também de recursos, que poderiam ser utilizados em outras funções, e por causa de ineficiências inseridas nos processos, serão inseridos, de uma forma ou outra, no preço final do produto (LIMA, 2008).

Bornia (1995) *apud* Abreu (2002, p. 10), afirma que os desperdícios não só deixam de adicionar valor aos produtos como também não são necessários ao processo ou atividade, ocorrendo, por vezes, a redução do valor do produto. Para o autor, “enquadra nesta categoria a produção de itens defeituosos, a movimentação desnecessária, a inspeção de qualidade, capacidade ociosa,” (p. 10) entre outros.

Ohno (1997) *apud* Bellei (2010, p. 22) afirma que,

[...] os desperdícios seriam todos os elementos que acrescentam custos sem agregarem valor ao produto, portanto, se configuram como perdas e por esta razão devem ser identificados e eliminados como forma de garantia de maior produtividade (OHNO, 1997, *apud* BELLEI, 2010, p. 22).

Portanto, atividades como transportar peças, contar peças, inspecionar, armazenar, retrabalhar, são desperdícios, pois não agregam valor ao produto (ALVES, 2008).

Segundo Rezende *et al.* (2015), os sete desperdícios que incidem em processos de produção são: espera, defeito, transporte, movimentação, estoque, excesso de produção e reprocessamento.

3.6. 3M's

Os 3M's significam os termos tradicionais japoneses *Muri*, *Mura* e *Muda*. O Sistema Toyota de Produção, abreviado como “STP”, tem como seu principal fundamento a eliminação dos 3M's na indústria (SILVA, 2014). Porém, essa filosofia dos 3M's já era utilizada e foi originada pelas artes marciais japonesas, muito antes do desenvolvimento do STP (PINTO, 2015).

Uma situação de *Muda* é observada quando uma máquina produz menos que a sua real capacidade, o que é considerado desperdício de recursos (SILVEIRA, 2013). Já no *Mura*, segundo a mesma bibliografia, observa-se uma máquina produzindo além do normal e a outra produzindo menos que a sua capacidade, gerando então uma variação, um desequilíbrio. No *Muri*, ainda comenta o autor, apresenta-se a sobrecarga da máquina que leva a uma consequente fadiga ou quebra.

A condição ideal é onde não ocorre *Muda*, *Mura* ou *Muri* com objetivo de evitar problemas ergonômicos ou de manutenção corretiva, mantendo uma igualdade entre setores de um processo e se utilizando da sua capacidade dimensionada para a demanda (SILVEIRA, 2013).

3.7. QUALIDADE

Sendo o objetivo principal a produção com eficiência e eficácia, torna-se uma necessidade a adoção de um sistema de qualidade adequado ao produto ou serviço oferecido (GUELBERT, 2012).

A qualidade, segundo Carvalho e Paladini (2012), é a relação entre a empresa com o mercado. No Brasil, segundo os autores, a qualidade ainda é tratada como uma melhoria pontual nos processos ou no produto para minimização de defeitos, porém deve-se perceber a qualidade não como um diferencial, mas sim uma ferramenta de manutenção da empresa perante a concorrência.

Martins e Laugeni (2007, p. 498) salientam:

Um excelente projeto e um alto e consistente nível de qualidade, aliados a preços competitivos e condições de bons serviços pós-venda fizeram com que os japoneses conquistassem fatias expressivas de diferentes mercados de produtos. Nos dias atuais, a qualidade está no conceito de gerenciamento das empresas, pois não há como sobreviver no mercado sem qualidade (MARTINS; LAUGENI, 2007, p. 498).

De acordo com Marshall Junior *et al.* (2010), a qualidade deve ser determinada de acordo com as necessidades e requisições do consumidor e, como estas mudam frequentemente, as especificações e conceituações de qualidade alteram-se da mesma forma.

A manutenção da competitividade de uma empresa precisa, essencialmente, de qualidade e essa necessidade de buscar continuamente a inovação de métodos e a suprir a necessidade dos clientes revela que a qualidade deixou de ser um diferencial para se tornar uma condição básica de competitividade (BLÖDORN; SOARES, 2011).

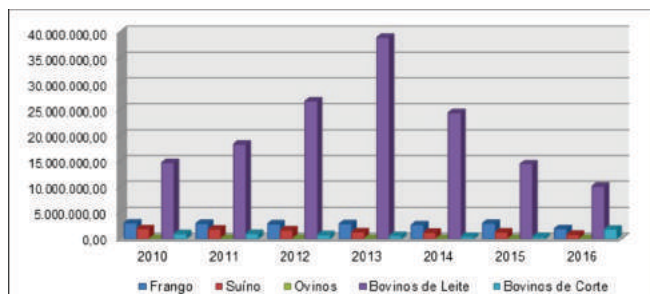
De acordo com Blödorn e Soares (2011), tem-se como objetivo principal das organizações a busca pela normalização e padronização da qualidade, em que é exigida sua certificação através de órgãos credenciados para garantia do padrão de qualidade. Para os autores, “uma vez que esse padrão é reconhecido, as organizações podem atuar em mercados nacionais e internacionais com um número reduzido de restrições” (p. 8).

4. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A fábrica de rações objeto deste estudo, Camera Nutrição Animal, localiza-se no município de Santo Cristo, com capacidade produtiva de 3000 toneladas por mês e com suas instalações ampliadas ocupando uma área edificada de 1.165,57 m². Sua linha completa de rações e concentrados é formada por mais de 25 produtos das linhas de bovinos de leite, bovinos de corte, aves, suínos e ovinos, zootecnicamente corretos, balanceados a partir das necessidades nutricionais de cada fase, conforto térmico, densidade populacional, desafio sanitário e bem-estar animal (CAMERA, 2016).

O estudo do comportamento produtivo da organização, considerando o período de janeiro de 2010 a agosto de 2016, aponta o crescimento gradativo da produção até o ano de 2013, em que se observa o ápice de produção com cerca de 44.004 toneladas, um aumento de 110,58% de produção quando comparado com o ano de 2010.

Figura 2 - Demonstrativo de produção acumulada anual por linha produtiva de rações



Fonte – JOHANN; CHAPOVAL NETO (2016).

Conforme evidenciado na Figura 2, o gráfico de produção da fábrica em estudo chega ao seu ápice no ano de 2013, além da notória expressividade da participação das rações de bovinos de leite no volume produtivo acumulado anual, fato que explica a opção pelo foco desta linha produtiva no processo fabril. Considerando um período acumulado de janeiro de 2010 a agosto de 2016, as rações pertencentes à linha produtiva de bovinos de leite representam mais de 80% do volume produzido, cerca de 147.852 toneladas de ração, seguida da linha de frangos com 10,68%, suínos com 5,55%, bovinos de corte com 3,37% e novamente com menor volume de produção, as rações da linha ovinos com 0,29% de volume produzido.

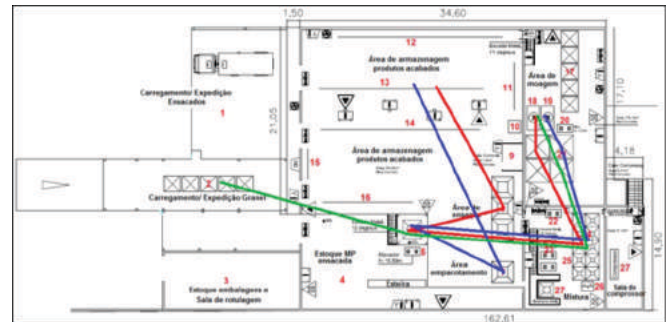
4.1. LAYOUT DA UNIDADE FABRIL

A planta fabril, objeto deste estudo, foi construída no ano de 1986 pelo grupo Ircosel, que atuou no ramo de produção e comercialização de rações e cereais até o ano de 1996, quando negociou a estrutura com o grupo Madrugada. Em fevereiro de 2004, após inúmeras negociações o grupo Camera, adquiriu a estrutura existente, que, desde então, vem recebendo melhorias para atender às necessidades do processo produtivo.

O planejamento das máquinas ao longo do setor produtivo não representa a melhor opção de fluxograma operacional, visto que existem pontos críticos como:

cruzamento do produto final com a matéria-prima, a exemplo do cruzamento das matérias-primas ensacadas no setor de ensaque e empacotamento para o abastecimento da sala de mistura; localização da máquina peletizadora PEL 01 junto do setor de estoque de matéria-prima ensacada, podendo se caracterizar como um ponto de contaminação, visto que o produto acabado pode ter contato com matéria-prima bruta, além de não possibilitar um fluxo unidirecional das operações (Ver Figura 3); área de produção limpa, caracterizada pela área de estocagem dos produtos acabados, estar em contato com a área de produção suja, ou seja, os setores de ensaque, empacotamento e peletização.

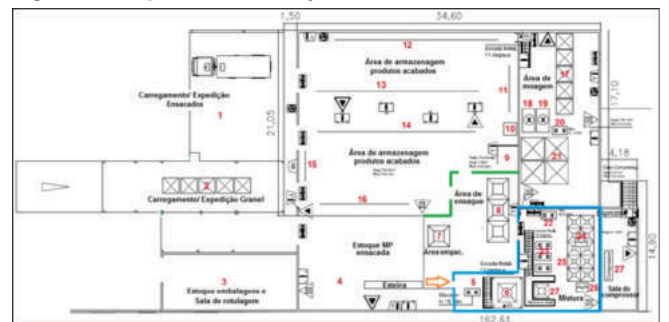
Figura 3 - Gráfico de espaguete do produto saindo da PEL 01



Fonte – JOHANN; CHAPOVAL NETO (2016).

O planejamento da disposição das máquinas e equipamentos deve priorizar o princípio de sequência de trabalho. De modo a possibilitar um fluxograma operacional mais adequado às atuais realidades da unidade fabril, surgem como oportunidades de melhoria a realocação das máquinas de empacotamento e peletizadora PEL 01, possibilitando a expansão da sala de mistura e atendendo à premissa de um fluxo de operações unidirecional, conforme retratado na Figura 4.

Figura 4 – Proposta de novo layout da unidade fabril



Fonte – JOHANN; CHAPOVAL NETO (2016).

Com base nesta proposta evidenciada na Figura 4, esta realocação permitirá ainda que o abastecimento da matéria-prima ensacada pela esteira à sala de mistura ocorra em ambiente adequado, evitando a circulação da matéria-prima nos setores de ensaque e empacotamento, reduzindo as chances de contaminação cruzada. A máquina de empacotamento pode ser realocada de frente à operação de ensaque, favorecendo o isolamento destas áreas com o setor de estocagem do produto acabado, preconizando a eliminação do acúmulo de sujeira sobre os produtos acabados. A Figura 4 apresenta a proposta do novo layout da unidade fabril.

4.2. SISTEMAS DE GESTÃO DA UNIDADE FABRIL

Atualmente a empresa utiliza de dois sistemas de informação para o gerenciamento de suas operações, um sistema *Enterprise Resource Planning* (ERP) e um sistema *Materials Requirements Planning* (MRP). O sistema ERP (*Maxis*) consiste em um *software* desenvolvido para integrar todas as informações dos departamentos da organização, enquanto que o sistema MRP (*Ampla*) relaciona-se apenas ao processo produtivo da fábrica. O operador do sistema MRP determina o que será produzido, qual a fórmula do produto, quais as origens da matéria-prima utilizada e qual destino de linha de produção serão seguidos para produzir determinado tipo de ração ou concentrado.

Contudo, verificam-se ausência de alguns equipamentos no referido sistema MRP, como o elevador EL XX que conduz o produto acabado da peletizadora PEL 02, bem como sistema de transporte (roscas transportadoras e elevador EL XX2) que conduzem os grãos armazenados nos três silos da parte externa da unidade fabril até o moinho MM 01.

O acionamento do transporte dos grãos destes silos até o moinho MM1 ocorre de modo manual, exigindo que um operador se dirija até o silo para puxar a válvula de transporte e que outro operador suba as escadas do silo de armazenagem pós-moagem, para verificar o momento em que este estará cheio do produto moído.

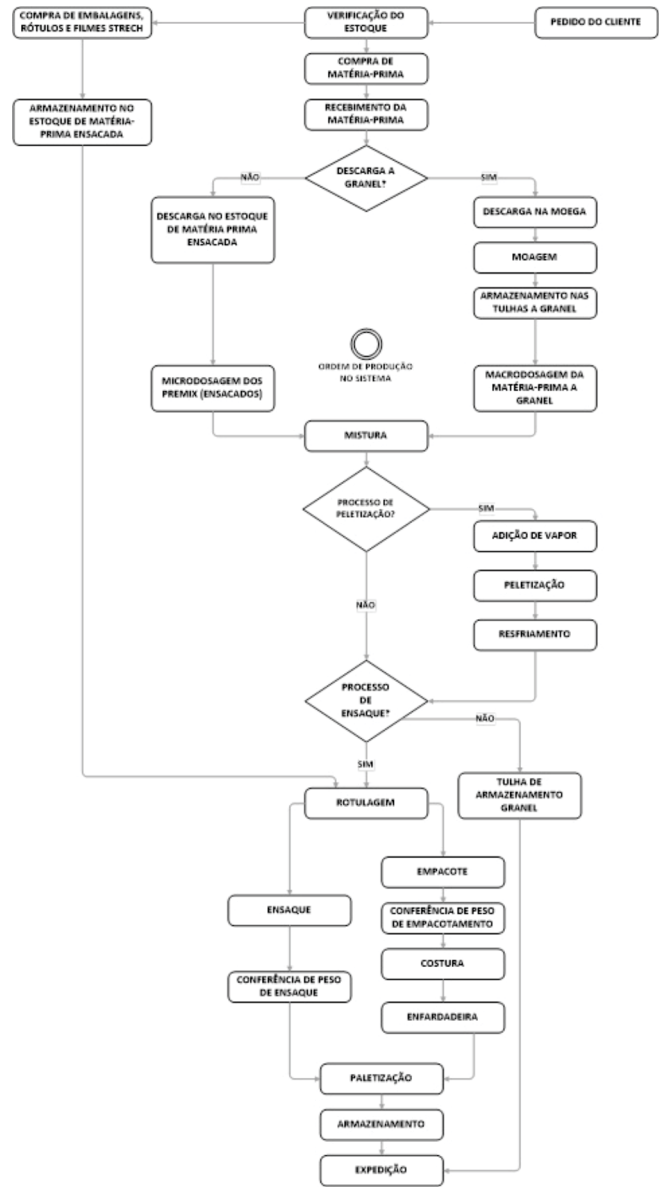
Deste modo, sugere-se à empresa a automatização desta operação tendo em vista as premissas de redução de desperdício de duas pessoas envolvidas em um processo que passará a ser executado apenas por uma - o operador do sistema MRP; a redução de chances de acidentes de trabalho e desconforto ergonômico do colaborador que necessita subir as escadas e ficar a uma altura média de 3 metros para acompanhar a operação de enchimento do silo pós-moagem, além das vantagens de acompanhamento e identificação em tempo real por sistema de eventuais problemas no transporte dos grãos (Ex.: falha de algum transportador), os quais permitirão a tomadas de decisões imediatas e assertivas.

4.3. MAPEAMENTO DO PROCESSO PRODUTIVO

O mapeamento de processos é uma ferramenta chave para um gerenciamento de qualidade, permitindo ao gestor uma visão clara e ampla das potencialidades e fraquezas da empresa, além de ser uma alternativa de melhorar o entendimento sobre os processos e melhorar a performance do negócio.

Neste intuito, realizou-se um mapeamento do processo produtivo da fábrica de rações em estudo, o qual está ilustrado na Figura 5.

Figura 5 – Mapeamento do processo produtivo



Fonte – JOHANN; CHAPOVAL NETO (2016).

Conforme ilustrado na Figura 5, o processo produtivo da unidade fabril em estudo inicia-se com a confirmação do pedido de venda pela equipe de vendas ao setor de programação de logística, que realizam a formação das cargas de entrega. Definidas as cargas e as datas de entrega aos clientes, o setor de logística repassa estas informações à líder de produção da unidade fabril, a qual, diariamente analisa o estoque existente e emite a ordem de compras quando o estoque de determinado ingrediente atingir o nível mínimo.

As etapas subsequentes referem-se à compra efetiva da matéria-prima, o transporte, recebimento, estocagem das mesmas em local adequado e, se necessário, moagem da matéria-prima (quando a granel) e armazenamento nos silos pós-moagem a granel.

Definida a programação da produção do dia, o operador do Sistema MRP lança no sistema o produto a ser produzido, a fórmula e quantidade de ingredientes por batida e qual a linha produtiva será utilizada; só então inicia-se de fato o processo de produção da ração.

A primeira etapa do processo de fabricação é a dosagem dos macroingredientes, processo realizado automaticamente pelo sistema através de uma balança de pesagem localizada no inferior dos silos dosadores. Após a pesagem de cada macroingrediente o produto é direcionado a um dos dois misturadores que inicia a mistura dos ingredientes macro e micro; este último, adicionado manualmente por um colaborador. Ao atingir o ponto de homogeneidade da mistura dos ingredientes, processo que varia conforme a fórmula de ração em produção, o produto é retirado do misturador via roscas transportadoras e conduzido até ao processo seguinte. A etapa inicia com a decisão de necessidade de peletização do produto. Caso existir necessidade, o produto é conduzido a uma das duas peletizadoras, em que ocorre a adição de vapor, peletização do produto e resfriamento do mesmo. Se o produto em produção for ração farelada, a peletização não será necessária.

Terminado o processo de peletização ou dispensado o mesmo, o próximo passo consiste na decisão do modo de apresentação do produto. Para produtos comercializados nas embalagens de 25 kg, a etapa seguinte será o ensaque, seguida da conferência do peso do ensaque. A etapa de rotulagem, em que devem constar informações básicas do produto como classificação, composição básica, níveis de garantia dos ingredientes, indicações e restrições de uso, data e lote de fabricação, ocorre concomitantemente com a realização das demais atividades que antecedem a etapa do ensaque. O ensaque ocorre nas embalagens que já foram rotuladas. Em sequência ocorrem as etapas de paletização e armazenagem no depósito de expedição e, então, a expedição do produto.

Produtos comercializados em pacotes de 5 kg seguirão para a etapa de empacotamento nas embalagens já rotuladas, conferência de peso, costura do pacote, enfardamento (agrupamento de 5 pacotes por fardo), paletização, armazenamento no depósito de expedição e expedição.

Por outro lado, se a ração requerida for na modalidade a granel, a mesma dispensa as etapas de embalagem e é direcionada ao armazenamento das tulhas de expedição a granel e, por fim, a expedição do produto acabado.

4.4. RESUMO DAS OPORTUNIDADES DE MELHORIA DO PROCESSO PRODUTIVO

Na sequência estão relacionadas todas as propostas de melhorias do processo produtivo elencadas pela acadêmica no decorrer do estudo. As propostas foram construídas no intuito de reduzir e/ou eliminar os gargalos, agilizar os processos e, conseqüentemente, favorecer a operacionalização dos mesmos. A Figura 6 apresenta de forma sintética as propostas de melhorias.

Figura 6 - Resumo das propostas de melhoria do processo produtivo

Setor	Ação	Descrição da ação	Efeito
Pedido de compra dos clientes/ Programação da Produção	Medidas de gestão	Estruturação e capacitação do departamento de comercial; conscientização da equipe de vendas; plano de rotas de entregas (logística); interação entre departamentos.	Programação de produção eficiente; melhor aproveitamento da capacidade produtiva, máquinas, pessoas, linhas produtivas e matérias-primas.
Recebimento de matéria-prima	Investimentos em estrutura e equipamentos	Criação de um segundo acesso ao pátio.	Redução de congestionamento na entrada / saída da unidade
		Aquisição de plataforma de pesagem com variação de 10 kg.	Redução em mais de 44% com as possíveis perdas por pagamento de um produto não recebido.
Descarga da matéria-prima a granel	Aumentar a capacidade de armazenagem o das matérias-primas	Instalação de novos silos a granel ou adequação do armazém de depósito de insumos com caixas metálicas armazenadoras.	Redução de perdas do produto pelo transporte ou impossibilidade de retirada total do produto; melhora na qualidade da matéria-prima; redução de retrabalhos.
Moagem da matéria-prima a granel	Medidas de gestão	Prospecção de novos fornecedores.	Melhora na qualidade da matéria-prima recebida, possibilitando posteriormente a dispensa da moagem de farelo de arroz, fato que impactaria positivamente em um menor consumo de energia elétrica; otimizar a capacidade de moagem e preservaria a vida útil do motor elétrico.
Dosagem dos macro e microingredientes	Automatização da operação	Verificação do custo x benefício da	Aumento da produtividade - <u>microdosagens</u> mais
Mistura	Investimentos em adequação do sistema de transporte	Implantação de um sistema de dosagem e abastecimento dos <u>microingredientes</u> .	rápidas e eficientes; redução de custos - processo mais rápido e com maior exatidão; realocação de pessoas; redução da probabilidade de erros e tempo nas <u>microdosagens</u> .
Peletização	Atualização do sistema MRP	Atualização da representação esquemática da PEL 02.	Prevenção de futuras falhas do processo.
Ensaqueira	Investimentos em equipamentos	Verificação do custo x benefício da instalação de uma máquina <u>ensaqueira</u> automatizada.	Redução do desperdício de produto depositado no chão do ambiente do ensaque; maior precisão no ensaque; menor dependência de colaboradores para desempenhar a atividade.
		Implantação de um equipamento de separação magnética.	Retirar partículas ferrosas de fração de milímetros; garantia da qualidade e idoneidade dos produtos produzidos.
Empacotadeira	Investimentos em equipamentos	Verificação do custo x benefício da instalação de uma máquina <u>ensaqueira</u> automatizada.	Redução do desperdício de produto depositado no chão do ambiente do ensaque; maior precisão no ensaque; menor dependência de colaboradores para desempenhar a atividade.
		Implantação de um equipamento de separação magnética.	Retirar partículas ferrosas de fração de milímetros; garantia da <u>qualidade e</u> idoneidade dos produtos produzidos.
Armazenagem, carregamento e expedição	Atualização do sistema MRP	Remoção da <u>ensaqueira</u> 2 do sistema MRP, visto que a mesma está desativada e já foi retirada da planta fabril.	Evitar erros do caminho produtivo; atualizar o sistema com a realidade.
		Expandir a área externa coberta no setor de expedição	Evitar o contato de chuvas intensas com o produto acabado que aguarda carregamento ou em processo de carregamento.
Armazenagem, carregamento e expedição	Adequações estruturais	Concretar a área externa coberta no setor de expedição	Eliminação do acúmulo de barro no setor de carregamento; favorecer o trânsito dos veículos e máquinas empilhadeiras no local.
		Reforma do piso do setor de armazenagem interna do produto acabado	Favorecer o trânsito das empilhadeiras sobre os mesmos; reduzir possibilidades de tombamento de cargas.
		Reforma das paredes de alvenaria da unidade fabril	Eliminar pontos trincados e rachaduras que <u>constituem-se</u> como ponto de acúmulo de sujeira - contaminação.

Fonte – JOHANN; CHAPOVAL NETO (2016).

Conforme retratado na Figura 6, as propostas de melhorias englobam vários setores na empresa e se constituem como uma oportunidade de redução de desperdícios; por consequência, redução dos custos do processo produtivo; melhoria da eficiência e maximização das operações, bem como garantia da qualidade e segurança alimentar dos produtos acabados.

5. CONCLUSÃO

As indústrias do segmento de nutrição animal estão em plena ascensão no país, reflexo da importância da atividade pecuária para economia brasileira e o aumento do número de animais que possuem em sua dieta alimentar o fornecimento de rações e concentrados balanceados. Por esta razão, torna-se imprescindível às indústrias deste segmento conquistar a credibilidade de seus clientes pela oferta de produtos de alta qualidade e com segurança alimentar, mantendo sua excelência em competitividade econômica e desempenho operacional. Para que isto seja possível, é necessária a inserção de profissionais capacitados em gerir e planejar o processo produtivo, identificar gargalos e oportunidades de melhorias, bem como problemas que podem comprometer diretamente na qualidade do produto final que será destinado ao consumo humano, como exemplo o leite, carne e ovos.

O estudo do processo produtivo permitiu identificar uma série de gargalos e oportunidades de melhoria que exercem influência direta na eficiência produtiva da unidade fabril, cumprindo com o proposto pelo terceiro objetivo específico. Mapeados os gargalos e oportunidades de melhorias do processo, a etapa seguinte tratou de propor ações de melhorias, que consistem em propostas de: alterações do *layout* fabril; atualização do sistema MRP; medidas de gestão de vendas, logística e programação da produção; prospecção de novos fornecedores; aquisição de uma plataforma de pesagem com menor variação de pesagem, silos armazenadores ou sistema de movimentação de produtos armazenados no depósito de insumos a granel; sistema de microdosagem automatizado; máquinas ensacadeiras e empacotadeiras com maior precisão; investimentos em equipamento de inversor de frequência no elevador EL06 e equipamento de separação magnética no transportador de correntes (TC-02) e na esteira transportadora (ET-01) e um laboratório de análises de matéria-prima e produtos acabados e reformas estruturais como o piso dos setores de estocagem de produtos acabados e carregamento, paredes, telhado do setor de carregamento e expedição.

Apartir das propostas e sugestões de melhorias, buscou-se explicar os possíveis benefícios destas ações, baseados nas premissas de redução de desperdícios, por consequência, custos do processo produtivo; melhoria da eficiência e maximização das operações, bem como garantia da qualidade e segurança alimentar dos produtos acabados, atingindo os objetivos propostos e respondendo à problemática que norteou o presente estudo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Renato Araújo. 2002. **Perdas no processo produtivo**. RAA Consultoria. Rio de Janeiro, RJ.
- ALVES, João Murta. 2008. **O Sistema Just In Time Reduz os Custos do Processo Produtivo**. Instituto de Fomento e Coordenação Industrial-IFI. São José dos Campos, SP.
- BELLEI, Luciana Martins. 2010. **Aplicação do mapeamento do fluxo de valor em uma indústria gráfica**. UFJF. Juiz de Fora, MG.
- BLÖDORN, Milene; SOARES, Marilene. 2011. **Qualidade: Uma questão de sobrevivência para as organizações**. ULBRA, Pelotas, RS. Acessado em 21/02/2016. Disponível em: <<http://www.bancodedadoszonasul.com.br/htmlarea/midi a/artigos/68922112011112554.pdf>>.
- CAMPOS, Renata Alves; LIMA, Sandra Maria Peron de. Mar/2012. **Mapeamento de processos: Importância para as organizações**. UFRRJ. Rio de Janeiro, RJ.
- CAMERA. 2016. **Informações Institucionais**. Acessado em 20/09/2016. Disponível em: <<http://www.camera.ind.br/novo/index.php>>.
- CARVALHO, Marly Monteiro; PALADINI, Edson Pacheco. 2012. **Gestão da qualidade: Teoria e casos**. Elsevier. 2 Ed. ABEPRO. Rio de Janeiro, RJ.
- CORSO, Evandro. *et al.* 2015. **Mapeamento do processo produtivo em uma indústria de móveis**. CONNEXIO. Universidade de Portugal. ISSN 2236-8760.
- CUNHA, Alex Uilamar do Nascimento. 2012. **Mapeamento de processos organizacionais na UnB: Caso Centro de Documentação da UnB – CEDOC**. Universidade de Brasília. Brasília, DF.
- CURTO JUNIOR, Renato Mendes. 2011. **Organização, sistemas e métodos**. E-Tec Brasil. IF Paraná. Curitiba, PR. Acessado em: 20/02/2016. Disponível em: <http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/proeja/org_sist_metodos.pdf>.
- FERNANDES, Giovani; STRAPAZZON, Rafael; CARVALHO, Andriele de Pra. 2013. **Layout de empresas e seus benefícios**. ENEGEP. Salvador, BA.
- GUELBERT, Marcelo. 2012. **Estratégia de gestão de processos e da qualidade**. IESDE Brasil. Curitiba, PR. ISBN 978-85-387-3271-6
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. 2010. **Técnicas de pesquisa**. Atlas. 7. ed. São Paulo, SP.
- LIMA, Emanuel Edwan de. 2008. **Desperdícios, conheça e elimine-os**. Acessado em: 18/02/2016. Disponível em: <http://www.ogerente.com.br/novo/colunas_ ler.php ?canal=13&canallocal=45&canalsub2=183&id=1854>.
- MARQUES, Cícero Fernandes. 2012. **Estratégia de gestão da produção e operações**. IESDE Brasil. Curitiba, PR.
- MARSHALL JUNIOR, Isnard. *Et al.* 2010. **Gestão da qualidade**. 10 Ed. FGV editora. Série gestão empresarial. Rio de Janeiro.

MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando Piero. 2007. **Administração da Produção**. Saraiva, São Paulo, SP.

MELLO, Ana Emília Nascimento Salomon de. 2008. **Aplicação do mapeamento de processos e da simulação no desenvolvimento de projetos de processos produtivos**. Universidade Federal de Itajubá. Itajubá, MG.

NEUMANN, Clóvis. 2013. **Gestão de sistemas de produção e operações**. Elsevier. Rio de Janeiro, RJ. ISBN 978-85-352-5581-2

NEUMANN, Clóvis; SCALICE, Régis Kovacs. 2015. **Projeto de fábrica e layout**. Elsevier. Rio de Janeiro, RJ.

PALADINI, Edson Pacheco. 2002. **Avaliação estratégica da qualidade**. Atlas. São Paulo, SP. ISBN 85-224-3252-X.

PASQUALINI, Fernanda; LOPES, Alceu de Oliveira; SIEDENBERG, Dieter. 2010. **Gestão da produção**. Ed. UNUJUÍ. Ijuí, RS. ISBN 978-85-7429-892-4. Acessado em 23/03/2016. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/189/Gest%C3%A3o%20da%20produ%C3%A7%C3%A3o.pdf?sequence=1>>.

PEINADO, Jurandir; GRAEML, Alexandre Reis. 2007. **Administração da Produção: Operações industriais e de serviços**. UnicenP. Curitiba, PR.

PEREIRA José. 2012. **Manual de metodologia científica**. Atlas. 3 ed. São Paulo, SP. ISBN 978-85-224-6975-8.

PINTO, João Paulo. 2015. **3M – Os três demônios**. Acessado em 21/02/2016. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/3m-os-tr%C3%AAs-dem%C3%B3nios-joao-paulo-pinto-phd-msc?forceNoSplash=true>.

RESENDE, Leandro Fávero. 2010. **Controle de estoque de micro ingredientes utilizados na fabricação de rações para frango de corte**. UNIFOR. Formiga, MG.

SCARTEZINI, Luís Maurício Bessa. 2009. **Análise e melhoria de processos**. [Apostila] Goiânia, GO. Acessado em 21/02/2016. Disponível em: <<http://www.aprendersempre.org.br/arqs/GE%20B%20-%20An%E1lise-e-Melhoria-de-Processos.pdf>>.

SILVEIRA, Cristiano Bertulucci. 2013. **Mapeamento de fluxo de valor**. Acessado em: 24/04/2016. Disponível em: <<http://www.citisystems.com.br/mapeamento-fluxo-valor-1/>>.

SLACK, Nigel. *et al.* 1996. **Administração da produção**. Atlas. São Paulo, SP. ISBN 85-224-1508-0.

_____. 2009. **Administração da Produção**. Atlas. 3. Ed. São Paulo.

VILLELA, Cristiane da Silva Santos. 2000. **Mapeamento de processos como ferramenta de reestruturação e aprendizado organizacional**. UFSC. Florianópolis, SC.

NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E TERCEIRIZAÇÃO: DA CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO À FLEXIBILIZAÇÃO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Ângelo Felipe Zuchetto Ramos, Especialista em Direito Civil¹
 Josnei Machry Weber, Especialista em Ensino de História e Geografia²

RESUMO

O presente estudo busca ressaltar a centralidade da categoria trabalho na construção do pensamento sociológico contemporâneo e como, a partir disto, o processo de globalização e de rearticulação do sistema capitalista influenciou na divisão social do trabalho resultando na flexibilização e terceirização do trabalho. Na sociedade capitalista, esta flexibilização apresenta-se como uma condição específica, à medida que a produção de mercadorias assume papel central, sofrendo assim, processo contínuo de especialização e diversificação, o que, por consequência, potencializa a divisão social (e internacional) do trabalho. Essa, portanto, é a realidade do mundo do trabalho que ora se vivencia: intensificação da exploração do trabalhador, desemprego, flexibilização das relações de trabalho, precarização das relações de trabalho, desregulamentação dos direitos trabalhistas, entre tantos outros aspectos nefastos dessa dura realidade que assola a classe operária e que acaba por provocar a exclusão social de uma crescente massa de trabalhadores. Usar-se-á, para este estudo, de uma abordagem de pesquisa qualitativa com enfoque na revisão de literatura de modo a sustentar a centralidade da categoria trabalho mesmo no pensamento social contemporâneo e em vias de globalização e crescente representatividade da divisão internacional do trabalho.

Palavras-Chave: Constructo Trabalho. Divisão Internacional do trabalho. Flexibilização.

1. INTRODUÇÃO

A discussão apresentada neste estudo perpassa, enquanto eixo estruturante para análise, a problematização acerca da (possível) imersão subordinada do Brasil diante da nova divisão internacional do trabalho e como isso poderia ter influenciado nas relações trabalhistas decorrentes.

Para isso, a temática principal abordada, na primeira parte deste estudo, remeterá aos vários debates (com premissas sociológicas) da contemporaneidade que giram acerca da efetiva centralidade da categoria trabalho mesmo em vias de globalização e de flexibilização do emprego da força trabalhadora. Questiona-se, portanto, se seria assertivo frente à terceirização e precarização do entendimento do constructo trabalho, em termos de satisfação do modelo capitalista moderno e da divisão internacional do trabalho, dizer que o trabalho pode ser considerado –

ABSTRACT

The present study seeks to emphasize the centrality of the work category in the construction of contemporary sociological thinking and how, from this, the process of globalization and rearticulation of the capitalist system influenced the social division of labor resulting in flexibilization and outsourcing of work. In capitalist society, this flexibilization presents itself as a specific condition, as the production of commodities assumes a central role, suffering a continuous process of specialization and diversification, which, consequently, enhances the social (and international) division of the job. This, therefore, is the reality of the world of work that is experienced: intensification of the exploitation of the worker, unemployment, flexibilization of labor relations, precarious labor relations, deregulation of labor rights, among many other nefarious aspects of this harsh reality which plagues the working class and ultimately causes the social exclusion of a growing mass of workers. For this study, a qualitative research approach will be used with a focus on the literature review in order to support the centrality of the work category even in contemporary social thought and in the process of globalization and increasing representation of the international division of labor.

Keywords: Construct Work. International Labor Division. Flexibilization.

ainda – elemento central na construção do pensamento social e no entendimento do sujeito enquanto ser social?

Até meados das décadas de 60/70, do século XX, o pensamento sociológico enraizava-se a partir do entendimento do trabalho enquanto fundante da estrutura social. Tanto Marx, com o entendimento de que o trabalho sistematiza a sociedade em classes sociais, dominantes (os detentores das ferramentas do capital) e dominados (a força trabalhadora) quanto Durkheim com o entendimento da sociedade enquanto um organismo vivo composto por “partes” que juntas trabalham para que este organismo se mantenha vivo e Weber com a premissa de que a sociedade se compõe de indivíduos e que a forma com que estes indivíduos interagem e se relacionam entre si determina e caracteriza esta sociedade. Usavam-se, portanto, estes pensadores da percepção de sociedade que se desenvolve em torno do trabalho.

De certa forma, as teorias marxistas são as que mais se usaram desta centralidade do trabalho para o

¹ Advogado com Especialização em Direito Civil, Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho. Mestrando em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus Cerro Largo. Contato: zuchettoadvogados@gmail.com

² Professor de História com Especialização em Ensino de História e Geografia. Mestrando em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, campus Cerro Largo. Contato: granweber@hotmail.com

entendimento e até para a criação de uma Teoria Crítica da sociedade. No entanto, uma gama de autores contemporâneos escreve sobre a possibilidade da perda da centralidade da categoria trabalho. Este estudo não buscará entender e desconstruir estas teorias que percebem o trabalho não mais enquanto elemento central no entendimento do pensamento social. De outra forma, a primeira parte deste estudo tratará de fundamentar o pensamento a partir de autores que evidenciam a importância deste constructo mesmo em vias de globalização e precarização do trabalho.

A partir desta (re)afirmação inicial, a discussão se desdobrará, na segunda parte deste estudo, em torno do contínuo e evidenciado processo de divisão social do trabalho, mesmo este observado inicialmente no seio das comunidades primitivas e, conseqüentemente, – com o avanço e modernização das técnicas produtivas – sua estruturação e afirmação na sociedade capitalista, em que esta divisão ganhou força e extrapolou os limites locais e nacionais para se tornar condicionante das relações econômicas entre as nações por meio de uma divisão internacional do trabalho, a qual, inexoravelmente tem poderes determinantes nas (e a partir das) relações no locus do trabalho.

Para o entendimento do Brasil, neste contexto, será feita a análise do período recente da história econômica e social do Brasil. E, para isso, usar-se-á do artigo escrito por Marcelo Arend³ no relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), publicado em 2014 e intitulado *Presente e Futuro do Desenvolvimento Brasileiro*, que analisa o modelo implantado principalmente a partir da crise cambial de 1998, em que se primou por uma política, segundo Arend, de um contínuo processo de desindustrialização (do setor microeletrônico) e de grandes investimentos nos setores de commodities agrícolas e industriais e do complexo fordista, o que de sobremaneira determinou a subordinação do país à nova divisão do trabalho internacional.

Então, para finalizar este estudo, tentar-se-á entender que para atender aos interesses internacionais do capital, as forças produtivas, nos mais variados cantos do planeta, e especialmente no Brasil, ajustam-se às regras do mercado, sendo inevitavelmente, dentro desta lógica, necessárias mudanças para reduzir custos e para preservar os lucros. Este “ajuste das forças produtivas” perpassa pela terceirização do trabalho que, dentro da temática deste trabalho, é bem sintetizada por Tavares quando diz que “a flexibilização proposta ajusta o trabalho aos interesses capitalistas, o que resulta numa maior submissão para a classe trabalhadora” (2004, p. 135).

2. O TRABALHO ENQUANTO CATEGORIA

O trabalho⁴ como força motora da sociedade foi, desde o aparecimento do homem, aprimorado a fim de que o resultado obtido fosse cada vez mais proveitoso. Destarte, as relações do homem com a natureza, e do homem com o homem – empregador e trabalhador – moldaram-se a partir das interações sociais e, mais recentemente, trabalhistas, as quais foram construindo-se ao longo dos séculos. Foi fundamentalmente voltado para a sobrevivência e, mais tarde, direcionou-se para a obtenção do capital (Cf. MARX, 2014, p. 29 *et seq.*); desta forma, o trabalho forjou a sociedade tal como a conhecemos. Classes sociais, hierarquização estatal e políticas, todas girando em torno das relações do trabalho. Lukács, a partir de Marx chega a afirmar que “o trabalho pode ser considerado o fenômeno originário, o modelo do ser social” (2013). Reconhece, ainda, nesta atividade o fundamento que abrange todas as manifestações do ser no âmbito da sociedade, estabelecendo-se enquanto categoria central na análise do homem em termos de relações sociais.

Cardoso esclarece que no âmbito da construção de um método de análise para a sociologia e as ciências sociais, “a redução da realidade social ao constructo categoria permitiu à sociologia operar e classificar as complexas manifestações do social” (2011, p. 266). E segue ainda, Cardoso, argumentando que a categoria trabalho teve fundamental importância desde os primórdios do pensamento social, de forma que “um conjunto significativo de pensadores, anteriores ao nascimento da sociologia, já destacava o trabalho como um elemento central e de grande importância para o entendimento do indivíduo na vida social” (2011, p. 266).

Habermas, ou o jovem Habermas⁵, entendeu o trabalho, na obra *lênica* de Hegel, como uma forma específica de satisfação das necessidades que distingue a natureza do espírito existente. Segue, o autor, argumentando que “o trabalho infringe a imposição do desejo imediato e suspende, por assim dizer, o processo de satisfação das necessidades” (1968, p. 25), demonstrando, desta forma, o pensamento social do segundo enquanto exteriorização do Eu a partir da categorização do trabalho.

A institucionalização da identidade do eu, a autoconsciência juridicamente sancionada concebe-se como resultado de ambos os processos: do trabalho e da luta pelo reconhecimento. Os processos do trabalho, pelos quais nos libertamos da imposição do poder imediato da natureza, entram, pois, de tal modo na luta pelo reconhecimento que,

³ O artigo intitulado *A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho* tem, segundo o próprio autor, por “objetivo principal [...] ressaltar as principais transformações sistêmicas que vêm ocorrendo na economia mundial nas últimas três décadas e seus impactos sobre a dinâmica de desenvolvimento industrial do Brasil” (2014, p. 375). Arend é professor adjunto do Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisador visitante no Programa Nacional de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Ipea.

⁴ Lukács atribuiu a Marx o sentido teleológico do trabalho que passou a ser entendido como um conjunto de atividades realizadas por um indivíduo ou um grupo de indivíduos com um propósito. É a aplicação de uma força, normalmente sobre a natureza, com o objetivo de atingir uma meta. O trabalho faz com que o homem aprenda a conviver com outras pessoas e com as diferenças.

⁵ O jovem Habermas, ou primeiro Habermas, como é conhecido o período anterior à virada linguística localizada a partir dos estudos preparatórios à Teoria da ação comunicativa.

resultado desta luta, na autoconsciência juridicamente reconhecida, também fica incluído e fixo o momento da libertação por meio do trabalho. Hegel associa o trabalho e a interação sob o ponto de vista da emancipação relativamente ao poder tanto da natureza externa como da natureza interna. (HABERMAS, 1968, p. 33)

Além de ser provedor de riqueza, Hegel entendia, então, o trabalho enquanto mediador da externalização do sujeito em relação à natureza num processo de criação de consciência de si. Em outras palavras, usando-se do trabalho o homem foi capaz de “dominar” a natureza constituindo assim as condições essenciais para a efetiva existência de homem enquanto tal no berço das relações sociais.

Marx, herdeiro e crítico da tradição hegeliana, também evidenciou o trabalho enquanto categoria principal para a explicação da sociedade, isto é, entendeu-o como o meio pelo qual se permitiu ao ser impor-se sobre a natureza que o cerca e dominá-la, exercendo, assim, seu reconhecimento sobre ela, transformando-a e, por consequência, transformando-se a si próprio. Arendt, no mesmo sentido, diz que o trabalho produz um mundo “artificial” notoriamente diferente do mundo natural em que homem se encontra em origem (2007, p. 15). Sendo assim reflexo dos desejos do homem. É, então, por meio da satisfação de uma necessidade subjetiva – da imposição do ser sobre o natural – que o trabalho adquire envergadura social. “Desse sistema de necessidades, segundo Hegel, nasce o princípio da divisão do trabalho e, assim, a noção de sociedade civil. Logo, desse ponto de vista da abordagem hegeliana, o social consiste em uma manifestação na qual o homem se liberta das necessidades naturais.” (CARDOSO, 2011, p. 267). Ou seja, o sujeito com necessidades vitais não sendo capaz de satisfazê-las por conta própria deve encontrar na relação com “o outro”, ou outros, a solução, de modo a satisfazer as suas necessidades bem como a dos outros. Em Hegel, então, a divisão do trabalho é simplista e parte sempre no sistema de necessidades, em que a sociedade se move na direção do atendimento das necessidades subjetivas, que, de certa forma, traduzem-se em necessidades coletivas.

A principal contribuição de Hegel ao pensamento de Marx foi, sem dúvida, a adoção do método dialético. Contudo, diferentemente da dialética hegeliana que entendia que tudo em seu fundamento era “ideia” ou pensamento, Marx entendeu enquanto fundamento do método dialético a “matéria”.

Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX, 1996, p. 140)

A partir desta percepção, Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, entendem que o ato fundante do ser social é aquele que se origina nas relações materiais do homem com a natureza de modo a garantir as condições essenciais para sua existência, ganhando, destarte, o trabalho bases ontológicas para o ser social. “O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades.” (MARX e ENGELS, 1991, p. 39)

Em Marx, então, a divisão social do trabalho se torna consequência da própria categoria trabalho, pois como bem detalhou Lukács, a partir do próprio Marx, “não é a consciência dos homens que determina a sua existência, mas, inversamente, é seu ser social que determina a consciência” (MARX *apud* LUKÁCS, 2013), neste sentido, a divisão social e técnica do trabalho perpassam as relações materiais do homem com o meio e com outros homens e, quanto mais desenvolvidas forem as sociedades, mais evidente fica esta divisão. Desta forma, no pensamento de Marx, pode-se perceber a divisão do trabalho enquanto projeção para além da produção material, de forma que esta age enquanto fator de dominação da classe burguesa sobre a classe trabalhadora.

Deste modo, quando comparado com as formas precedentes do ser, orgânicas e inorgânicas, tem-se o trabalho, na ontologia do ser social, como uma categoria qualitativamente nova. O ato teleológico é seu elemento constitutivo central, “que funda pela primeira vez a contínua realização das necessidades, da busca da produção e reprodução da vida societal, a consciência do ser social deixa de ser um epifenômeno, como a consciência animal que [...] permanece no universo da reprodução biológica. [...] O lado ativo e produtivo do ser social “torna-se pela primeira vez ele mesmo visível através do pôr teleológico presente no processo de trabalho (e da práxis social)”. (ANTUNES, 2006, p. 138)

Antunes, em releitura dos escritos de Marx e Lukács, entende ainda a centralidade da categoria trabalho mesmo na contemporaneidade em que se evidencia uma diversidade de interpretações acerca do entendimento de sociedade. Aliás, as novas dinâmicas – tal como a precarização, a adoção de ideais “neoliberais” e a reestruturação e flexibilização da mão-de-obra – propostas (ou impostas) pela globalização ao trabalho foram, de certa forma, os responsáveis pela “reafirmação” desta categoria enquanto elemento central no pensamento social. “Estas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada [...] sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho”

Ao contrário, entretanto, daqueles que defendem o “fim do papel central da classe trabalhadora” no mundo atual, o desafio maior da classe-que-vive-do trabalho, nesta viragem do século XX para o XXI, é soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho. (ANTUNES, 2000, p. 43-44)

É, portanto, justamente a complexificação do mundo do trabalho social que justifica o entendimento, segundo Antunes, da permanência da categoria trabalho enquanto elemento catalizador das relações sociais. Portanto, isso remete a uma concepção ampliada para a apreensão do trabalho na sociedade contemporânea, ao invés de sua negação.

Mesmo tomando-se como ponto de referência o atual, e crescente, processo de flexibilização das relações do trabalho, em Bauman, pode-se entender este “trabalho terceirizado e flexibilizado” enquanto agente estruturante do ser social. Na construção de sua análise da Modernidade Líquida (2001, p. 170), o autor lembra que as incertezas sempre fizeram parte do mundo do trabalho; contudo, na atualidade estas incertezas se acentuaram. Em face da desregulamentação do trabalho, aumento da exploração das forças produtivas e a constante noção de provisoriedade do trabalho – em que o trabalho se torna de curto prazo e precário – os laços de enraizamento entre trabalhador e o próprio trabalho determinam incertezas ainda mais poderosas, as quais Bauman chamou de força individualizadora. Estas novas relações de trabalhador-empregador determinam, de certa forma, e segundo o autor, o momento social em que se encontra a sociedade contemporânea, evidenciando assim, mais uma vez, a importância do constructo trabalho (mesmo que precarizado) na raiz do pensamento social.

3. A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Uma abordagem mais histórica da divisão social do trabalho revela que esta se encontrou presente nas mais variadas formas de produção e de organização da sociedade. Lukács diz que esta divisão do trabalho surge da própria estruturação social do trabalho.

A divisão do trabalho está baseada originalmente na diferenciação biológica dos membros do grupo humano. O afastamento da barreira natural, como consequência da socialização cada vez mais resoluta e pura do ser social, expressa-se sobretudo no fato de que esse princípio originalmente biológico de diferenciação acolhe cada vez mais momentos do social e estes assumem um papel predominante nela, degradando os momentos biológicos à condição de momentos secundários. Isso fica evidente, por exemplo, no papel que desempenham os sexos na divisão social do trabalho. (2013, p. 162)

Lukács adverte, no entanto, que é difícil determinar exatamente a origem e a ordem de evolução da divisão do trabalho; contudo, considera a separação biológica enquanto fator embrionário da referida divisão. Esta primeira polêmica conhecida em face da mencionada divisão, então, é a que separa o trabalho

por idade e sexo. O que, hoje, e de vários autores, enfrenta crítica, como a posição de Silva.

Argumentos de ordem biológica (capacidades inatas aos indivíduos) serviram como justificativa da divisão sexual do trabalho, legitimando-a como um processo natural. Estudos comparativos de sociedades culturalmente distintas demonstram a impropriedade desses argumentos ao revelarem que os supostos “dons naturais” atribuídos aos homens e mulheres não são similares em contextos culturais diferentes. Os estereótipos do “ser humano” e “ser mulher” que sustentam e legitimam a divisão sexual do trabalho, são construções culturais particulares e de conteúdos específicos, concretos e simbólicos, muito diversificados, comportando uma grande variabilidade de arranjos na determinação das funções, tarefas que devem ser desempenhadas por homens ou por mulheres. (1997, p. 62)

Há que se registrar que, neste contexto, mesmo as comunidades primitivas já possuíam alguma forma de divisão do trabalho, seja no interior de cada comunidade ou na diversidade entre elas, na família, na tribo ou na aldeia. A partir disto, entende-se que quanto mais complexa a organização social, mais particular e evidente a divisão social do trabalho.

Marx e Engels iniciam o Manifesto ao Partido Comunista (2014, p. 33) afirmando que “a história de todas as sociedades existentes até hoje⁶ é a história da luta de classes”. Esta declaração primeira perpassa (e fundamenta) toda a abordagem materialista histórico-dialética defendida principalmente por Marx. Seu entendimento, como já dito, é de uma praxis que tem como referência ontológica o trabalho com sentido teleológico, o que determinaria, por consequência, a especificidade do ser social, de forma que, em um determinado momento (da história), acabou por organizar a sociedade antagonicamente de acordo com a sua relação com o trabalho. O desenvolvimento histórico da agricultura na vida do homem deixou isso mais evidente. As especificidades de cada modo de cultivar, bem como as próprias culturas e as formas de o homem se relacionar com elas, determinaram o ritmo da divisão do trabalho nas sociedades.

Segundo Gomes (2009, p. 301), este contínuo crescimento na divisão e complexificação social do trabalho contribuiu, de maneira muito direta, para a obtenção de uma maior produtividade do trabalho, o que, de certa forma, propiciou o aparecimento da propriedade da terra e da apropriação dos excedentes e dos meios de produção. A constante especialização do processo produtivo, já em vias do capitalismo, define um novo sentido teleológico ao trabalho: o lucro.

Na emergente sociedade capitalista, esta divisão social do trabalho se apresenta enquanto condição específica do sistema, uma vez que, à medida que a

⁶ Quer dizer, mais precisamente, a história escrita. Até 1847, a pré-história da sociedade, a organização social que antecedeu toda a história escrita, era praticamente desconhecida. (Nota [de Engels] para a edição inglesa de 1888). (MARX e ENGELS, 2014, p. 69)

produção de mercadorias assume um papel central no modelo, ela sofre um processo contínuo de especialização e diversificação técnica, o que, por consequência, potencializa a divisão social do trabalho de modo a hierarquizá-lo. Para Braudel “o capitalismo necessita sempre de uma hierarquia” (1985, p. 80). Em verdade, esta maiúscula divisão é condição sine qua non para a expansão da produção de mercadorias e para que haja um ambiente propício ao intercâmbio e à concorrência mercantil. “Os limites das economias nacionais são ultrapassados pelo desenvolvimento do comércio internacional, circunstância que dá lugar a uma divisão internacional de trabalho.” (GOMES, 2009, p. 301)

3.1. A NOVA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

O entendimento do conceito ricardiano⁷ de divisão internacional do trabalho remete à noção das funções produtivas desempenhadas por cada país diante do cenário econômico internacional. É, de sobremodo, a primazia da potencialização das “vantagens” – sejam elas naturais (clima, solo) ou artificiais (infraestrutura, tecnologia, capital) – possíveis de cada Estado nação de modo a beneficiar o conjunto das nações com a produção com os menores custos. Trata-se, portanto, de uma divisão social do trabalho em larga escala, atribuindo especificidades às nações de acordo com o conjunto dos interesses internacionais mobilizados nas atividades produtivo-industriais e centradas no trabalho. Ela é melhor definida por Silva como o “processo pelo qual as atividades de produção e reprodução social diferenciam-se e especializam-se, sendo desempenhadas por distintos indivíduos ou grupos” (1997, p. 64), configurando-se dentro da dinâmica atual do capitalismo como um sistema mundial centro-periferia.

Quanto a este sistema, importante lição nos traz Lima Filho

[...] a forma centro-periferia constitui a dinâmica pela qual o capitalismo se desenvolve historicamente, originando neste movimento histórico um processo de contradição entre as economias e sociedades centrais e as periféricas, esta não é a principal contradição do sistema. Ou seja, embora devamos considerar os conflitos e disputa de interesses entre centro e periferia – caracterizados pelos blocos econômicos, monopólios tecnológicos e culturais etc – que dividem países desenvolvidos e não-desenvolvidos, norte e sul, ou primeiro e terceiro mundo, a contradição principal das relações sociais capitalistas reside fundamentalmente no modo de

produção capitalista mesmo, ou seja, na oposição entre capital e trabalho. No processo de produção capitalista, a produção e apropriação privada da mais-valia que caracteriza o metabolismo capitalista, capital e trabalho são categorias históricas que independem da pertença ou localização em determinado Estado-nação. (2004, p. 57)

Como percurso histórico, na sociedade capitalista, na lição de Pochmann (2001), podem-se identificar três movimentos de divisão internacional do trabalho. A primeira, caracterizada pela eclosão da Revolução Industrial, de forma muito particular na Inglaterra, em que se instalou a grande indústria, com ruptura da manufatura, caracterizando-se como um novo modelo de produção, na qual as fábricas tomam o lugar da produção artesanal. A segunda surge no pós-Segunda Guerra, com a hegemonia dos Estados Unidos da América, que ficou conhecida como capitalismo financeiro, oportunidade em que os países subdesenvolvidos começaram a ser financiados pelos países detentores de capital e muitas empresas passaram a instalar filiais em diferentes nações do mundo; o que acabou por transformar os países subdesenvolvidos em exportadores de produtos industrializados. Por fim, temos a terceira divisão internacional do trabalho, que vivenciamos hodiernamente, que se inicia por volta das décadas de 60/70, com o advento da globalização e da revolução microeletrônica, com franca reestruturação empresarial, assim como expansão de investimentos de grandes empresas no exterior, com surgimento de multinacionais e transnacionais, explicando, destarte, a industrialização de alguns países subdesenvolvidos neste período.

Esta terceira divisão internacional do trabalho se deve, em muito, à crise do capital evidenciada principalmente a partir dos anos de 1970, em que o já enraizado sistema produtivo fordista/taylorista⁸ sucumbe a uma série de fatores econômicos⁹, o que repercute diretamente na política do Estado, fazendo com que a reestruturação, própria do capitalismo e necessária em vias da globalização latente, também passasse pela reestruturação do entendimento das políticas públicas do trabalho. Hobsbawm, ao escrever sobre o Abismo Econômico no pós-Primeira Guerra, deixou claro que a “história da economia mundial desde a Revolução Industrial tem sido de acelerado progresso técnico, de contínuo, mas irregular crescimento econômico, e de crescente 'globalização', ou seja de uma divisão mundial cada vez mais elaborada e complexa do trabalho” (1995, p. 92).

⁷ O paradigma da doutrina clássica do comércio diz que os países podem se beneficiar do comércio e da divisão internacional do trabalho. Esta é uma teoria do longo prazo, que atravessa o “véu monetário” e salienta o fato de que tanto as vantagens absolutas de custo quanto as comparativas dão margem a possibilidades de comércio que potencialmente podem ser proveitosas para todos os parceiros; a especialização eleva o padrão de vida, tornando um número maior de bens e serviços disponíveis para o consumo. (ALBUQUERQUE, 1987, p. 95-96)

⁸ Sistema produtivo regado por diversas premissas em que o operário faz seu trabalho em série observando determinados padrões; é um método de racionalização da produção em massa. O taylorismo é um sistema produtivo fundamentado na Racionalização da produção; Economia de mão-de-obra; Aumento da produtividade no trabalho; Corte de “gastos desnecessários de energia” e de “comportamentos supérfluos” por parte do trabalhador; acabar com qualquer desperdício de tempo.

⁹ O aumento do valor da matéria-prima, os altos índices de inflação, uma série de falências, as crises bancárias, a crise do petróleo 1973/74, a queda permanente na taxa de lucro foram sinais importantes de que o excesso de produção decorrente do modelo fordista havia sucumbido.

Arend (2014), nesse sentido, explica que diante do evidente esgotamento das possibilidades de investimento e de crescimento econômico a partir dos complexos metal-mecânico-químico (basilares do paradigma fordista), a partir já da década de 1970, as econômicas norte-americana, alemã e japonesa optaram por investir no processo de renovação e de inovação tecnológica da base técnica industrial, alicerçando nestas novas bases a retomada do desenvolvimento econômico. Segundo Laplane (1992 *apud* AREND, 2014, p. 376), “a partir dos anos 1980, o eixo econômico da atividade industrial nos países desenvolvidos deixou de ser o setor automobilístico (característico do paradigma metal-mecânico-químico) e passou a ser o complexo eletrônico (paradigma microeletrônico)”. Os setores deste complexo, ainda na fala de Arend, foram os irradiadores do progresso técnico para os demais setores industriais, pois, pautados nas novas tecnologias da microeletrônica e da telecomunicação, proporcionaram na mesma medida que necessitaram da capacitação da mão de obra e sua inserção nos mais variados setores limiares.

O Brasil, também por força das grandes restrições¹⁰ à incorporação deste complexo microeletrônico na sua base produtiva, ao contrário do observado nos países desenvolvidos (que melhor se adaptaram ao novo paradigma microeletrônico), voltou-se para setores industriais do paradigma fordista e commodities industriais e agrícolas. As limitações impostas pela nova dinâmica internacional levaram, nos últimos quinze anos, a indústria brasileira a investir fortemente em “setores vinculados à indústria extrativa, commodities primárias agrícolas e industriais, e ao complexo do petróleo” (AREND, 2014, p. 379), os quais, por conta disso, foram os setores que tendenciaram a maiores ganhos de participação na estrutura industrial brasileira.

A crise do capital da década de 70 deu as cartas. As nações precisavam aprender a jogar com elas. Neste contexto, as especialidades produtivas e tecnológicas foram se definindo. As já potentes economias desenvolvidas se firmaram enquanto centrais internacionalmente por se agregarem de maneira muito facilitada ao novo paradigma microeletrônico, enquanto que, por outro lado, o Brasil se direcionou a uma especialização exportadora que não se adere à dinâmica da demanda internacional, pois “eleva sua participação nas exportações mundiais de produtos agrícolas e reduz a participação dos produtos do complexo eletrônico” (AREND, 2014, p. 384). Este “erro”, segundo Arend, somado ao grande investimento no setor industrial do paradigma fordista acabou por demandar uma menor proporção de um alto conhecimento técnico da mão de obra trabalhadora.

O mundo percebeu a inserção, de certa forma, submetida do Brasil ante à nova divisão internacional do trabalho, de tal maneira que praticamente a totalidade do capital externo investido no Brasil e que “se destinaram à indústria concentraram-se em setores

relacionados a *commodities* primárias e industriais, bem como intensivos em tecnologia do paradigma fordista (metal-mecânico-químico)”, percebe-se, “portanto, [que] o capital estrangeiro pouco contribuiu para alterar a estrutura produtiva nacional no período pós-1990” (AREND, 2014, p. 389-390).

Não seria a primeira vez que o Brasil estaria à mercê do mercado internacional. Pereira, em uma análise da obra de Milton Santos, destaca que o próprio processo de regionalização e estruturação do território brasileiro se deu a partir de “situações [...] muito representativas das inserções sempre subordinadas do Brasil nas divisões do trabalho ao longo da história”, podendo isso ser percebido, segundo a autora, “a partir da gênese de regiões e espaços especializados em um tipo de produção que, predominantemente, é voltada para as necessidades do mercado externo” (2010, p. 349).

Para além das feições regionais forjadas no território pelas atividades voltadas ao atendimento das demandas externas, tais atividades e o trabalho alheio às necessidades da nação que elas implicam, foram, no mais das vezes, responsáveis pela própria formação da sociedade e cultura nacionais. O senhor de engenho do Nordeste açucareiro, o seringueiro na Amazônia da produção de borracha, o coronel do cacau no sul da Bahia ou então o usineiro produtor de cana-de-açúcar, cada um deles possui os respectivos tipos e classes sociais que lhes são diretamente subordinados (escravos, seringueiros, trabalhadores da colheita e das barcaças de cacau, boas-frias cortadores de cana), forjando particularidades não só na exploração do meio geográfico e dos seus recursos, mas também mecanismos específicos de exploração social e de acumulação, o que de fato caracteriza e aprofunda as particularidades regionais. Assim, aspectos culturais locais, trabalho, funções e tipos sociais específicos a cada uma das regiões, bem como a criação das cidades e portos, os movimentos de migração (a demanda por mão-de-obra) e, enfim, a própria estrutura social (divisão de classes) e formação cultural das gentes foram, assim, resultados de projetos externos. (PEREIRA, 2010, p. 349)

Não diferente disso, pode-se perceber que a própria inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho, em todos os momentos da história, determinou as condições e as relações do trabalho. A modernização da indústria brasileira, principalmente a relacionada a setores de *commodities* agrícolas e industriais e ao complexo fordista, inserindo-a nas cadeias globais de valor, não significou na mesma medida uma melhora significativa das condições de vida e de trabalho para a maior parte da população. “Assim, no interior do território da nação, divisões muito

¹⁰ Arend destaca dois elementos principais que restringiram a incorporação do complexo microeletrônico nas economias periféricas: i) houve, juntamente com as novas trajetórias tecnológicas, uma elevação da intransferência de conhecimento técnico somado à apropriação do respectivo progresso técnico; ii) a existência de alguns “pré-requisitos (ou exigências) para a assimilação das novas tecnologias do paradigma, como a necessidade de mão de obra capacitada e a qualidade de insumos e infraestrutura. (2014, p. 376)

diferentes do trabalho se sobrepõem e são superpostas atendendo aos interesses do mercado internacional” (SANTOS, 1996, *apud* PEREIRA, 2010, p. 351).

3.2. DA DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO À TERCEIRIZAÇÃO DO TRABALHO

Como decorrência da acumulação de capital proveniente do sistema capitalista, teve-se, então, divisão internacional do trabalho, que entendida enquanto divisão social do trabalho tem caminhado, na sua atual forma, à flexibilização, liberalização e precarização do trabalho, com francas disputadas em torno dos direitos do trabalho e dos trabalhadores, a oferta do emprego e das condições de desemprego, da duração da jornada de trabalho, dos salários, das formas de exercício da força do trabalho. Tem-se a dualidade entre capital e trabalho.

O capitalismo, que foi estruturalmente alçado pelo trabalho, em crise repercute diretamente na força trabalhadora. A rigor, os efeitos do capital em crise são devastadores para o trabalhador: destrói-se força humana que trabalha; destituem-se direitos sociais; brutalizam-se uma grande massa de trabalhadores, tornam-se descartáveis tanto coisas como pessoas, lançando para fora dos circuitos do capital tudo que não lhe serve (ANTUNES, 1997 *apud* TEIXEIRA, 2014).

A reestruturação do sistema capitalista, que marcou esse período, foi, em grande medida, uma resposta à crise estrutural aberta em 1974 e à crescente contestação social. A reestruturação buscou-se recompor a rentabilidade do capital em queda acentuada, reorganizando o processo produtivo, por meio da introdução da chamada “acumulação flexível”, e realocando espacialmente setores importantes da indústria, o que contribuiu para o surgimento de novas fronteiras de acumulação de capital, em especial na Ásia. Nesses complexos processos, foram introduzidas novas tecnologias que poupam trabalho e diferentes formas de reorganização do processo de trabalho, acompanhadas da desregulamentação do mercado e da precarização das condições de trabalho. Mudanças que contribuíram para fragmentar a classe trabalhadora e enfraquecer os sindicatos. Observa-se rápida e acentuada desregulamentação das economias nacionais, caracterizada pela abertura comercial e, sobretudo, financeira. O incremento da concorrência, a reestruturação produtiva e as novas tecnologias têm condicionado profundas alterações nas classes sociais, na luta de classes e na posição dos países no capitalismo globalizado. (BELLUZZO, 2005 *apud* CORSI, 2015)

Vassapolo nos traz elementos que vêm sendo discutidos nesta denominada flexibilização do trabalho.

[...] liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem.
Liberdade da empresa para reduzir

ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite.
Faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho, seja para solucionar negociações salariais, seja para poder participar de uma concorrência internacional.
Possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc).
Liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas.
Possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário, de fazer contratos por tempo parcial, de um técnico assumir um trabalho por tempo determinado, subcontratado, entre outras figuras emergentes do trabalho atípico, diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa. (2006, p. 45-46)

De maneira objetiva, a crise do capital culmina na precarização laboral expressa pelo desemprego crônico, nos trabalhos terceirizados e informais, na ampliação e intensificação das jornadas de trabalho, na exploração da subjetividade dos trabalhadores, na queda dos rendimentos salariais, enfim, na perda de muitos direitos historicamente conquistados (TEIXEIRA, 2014).

No atual contexto mundial, a discussão acerca da possibilidade de flexibilização se mostra importante, à medida que o esgotamento do modelo fordista, aliado à atual crise, atinge em cheio os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora, dentro do Estado de Bem-Estar Social.

Esta flexibilização que, em verdade, trata-se de um movimento de precarização do trabalho, indubitavelmente é fruto da nova divisão internacional do trabalho, calcado no capitalismo globalizado. Neste norte, calham como uma luva os ensinamentos de Mézszáros.

A necessidade de produzir desemprego, ‘diminuição de custos’, necessariamente surge dos imperativos antagônicos do capital, da busca do lucro e da acumulação, aos quais não pode renunciar e aos quais tampouco pode se restringir segundo princípios racional e humanamente gratificantes. Ou o capital mantém seu inexorável impulso em direção aos objetivos de auto expansão, não importa quão devastadoras serão as consequências, ou se torna incapaz de controlar o metabolismo social da reprodução. Esse é o sentido profundamente perturbador da ‘globalização’. (2006, p. 32)

Como se vê, o capitalismo entende como categoria necessária este processo de condições precárias do trabalho e de degradação do processo do trabalho e de trabalhadores, trazendo, destarte, essa “nova ordem mundial”, uma particular divisão internacional do trabalho, separando as relações de trabalho “qualificado” e de trabalho “precarizado”, sob o regime de produção capitalista.

A manifestação mais visível desta precarização do trabalho é o desemprego e as diversas formas de exploração da força do trabalho, o que podemos classificar como efeitos da globalização. Rüdiger (2003, p. 42), nesta mesma direção diz que estamos vivendo uma crise do direito do trabalho estreitamente ligada à desconstrução e à reorganização do trabalhador coletivo em escala mundial, com seus desdobramentos na esfera jurídica pelo esfrelamento do regramento da relação de emprego em múltiplas formas atípicas de normatização das relações de trabalho, um trabalho que é contratado no mercado mundial por meio de formas jurídicas diversificadas e flexíveis. Lembra a autora que a atual situação do mercado de trabalho é apenas aparentemente flexível e desregulamentada. Ocorre que a retirada do Estado como poder regulador do mercado de trabalho e o enfraquecimento dos sindicatos como representantes, inclusive jurídicos, dos trabalhadores, somente fortalecem o poder corporativo das grandes empresas.

A divisão do trabalho, em sua forma capitalista, não é mais do que um método particular de produzir mais-valia relativa, ou de fazer aumentar, às custas do operário, os lucros do capital – é o que chamam de riqueza nacional. Às custas do trabalhador desenvolve-se a força coletiva do trabalho em prol do capitalista. Criam-se novas condições para assegurar a dominação do capital sobre o trabalho. Essa forma de divisão do trabalho é uma fase necessária na formação econômica da sociedade, e um meio civilizado e refinado de exploração. (MARX, 2014, p. 67)

O que estamos assistindo no capitalismo contemporâneo, como referido alhures, é a precarização das relações de trabalho. Os novos postos de trabalho que surgem em virtude da divisão internacional do trabalho e das inovações tecnológicas não mais oferecem, na sua grande maioria, as garantias sociais e trabalhistas, conquistadas pelos trabalhadores ao longo de anos de luta operária. Tudo isto, em razão da estratégia empresarial de eliminar o ócio do trabalhador, introduziu-se a flexibilidade da organização produtiva e, por consequência, do próprio trabalhador, pois não se mostra mais incomum a contratação de prestação de serviço, ao invés do emprego formal do empregado, eis que condicionam estes a constituírem pequenas empresas prestadoras de serviço eliminando, com isto, o vínculo trabalhista e o tempo "morto" do obreiro junto à unidade produtora.

Como consequência desta situação posta pela "nova ordem internacional do trabalho", a massa de trabalhadores precários, na era da globalização, das organizações produtivas flexíveis, é descartada com facilidade, desprovida do gozo de seus direitos legais, ampliando o nível de pobreza – tanto o número de pobres quanto o aumento da miséria.

Essa, portanto, é a realidade do mundo do trabalho que estamos vivenciando: intensificação da exploração do trabalhador, desemprego, flexibilização das relações de trabalho, precarização das relações de trabalho, desregulamentação dos direitos

trabalhistas, entre tantos outros aspectos nefastos dessa dura realidade que assola a classe operária e que acaba por provocar a exclusão social de uma crescente massa de trabalhadores.

Antunes (1997), ao fazer uma análise na repercussão do capitalismo globalizado, das inovações tecnológicas e das políticas de flexibilização como forma de acumulação de capital unicamente, acabam por deteriorar o ser social, e não somente a massa trabalhadora.

Na expressão do autor, o capitalismo promove a redução das necessidades do ser social que trabalha, a desqualificação biológica do indivíduo, a tal ponto que o resultado do trabalho é um produto alheio ao trabalhador que o produz, é a alienação do ser social e a perda de identidade própria e do sentido da vida pode ser entendida como o fim da classe que trabalha para viver e o surgimento da classe que só vive para trabalhar. Nesse contexto, surge a importância das instituições sindicais para funcionarem como alavancas para o gênero humano emancipado. Antunes ainda atribui ao trabalho a função de diferenciação entre o homem e os seres vivos, sendo, portanto, sua condição de ser social. No entanto, no capitalismo, o trabalho é transformado numa mercadoria, num valor de troca, isto é, sem sentido, sem significado social: o trabalho torna-se coisa e o trabalhador é desefetivado. Há uma desconfiguração do ser social, uma forma moderna de escravidão, pois o ser humano não exerce o seu direito de livre arbítrio. Segundo ele, a dimensão abstrata do trabalho contemporâneo mascara e faz desvanecer a sua dimensão concreta, de trabalho útil. Nesse ambiente de valor de troca, o vínculo social torna-se relação entre coisas. Isso ocorre porque o capital é totalmente desprovido de medida e de um quadro de orientações humanas. (SILVA, 2006)

Neste contexto, impõe-se uma união, inclusive, em nível mundial, que discuta a luta por uma nova sociedade, a partir da exploração da contradição do sistema capitalista, na sua forma globalizada, na atual divisão internacional do trabalho, em cada nação, em cada povo, em cada ambiente de trabalho, observando as peculiaridades locais, eis que passivamente não se pode assistir à exploração do trabalho pelo capital, mostrando-se necessária a busca de alternativas ao trabalho humano como forma de inclusão social e efetivação da dignidade da pessoa humana.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão podemos afirmar que o trabalho, enquanto força motora da sociedade e mediador da externalização do sujeito em relação à natureza num processo de criação de consciência de si, vem ganhando contornos diferentes de outrora, na categoria central no pensamento social.

Estamos vivenciando a "nova ordem internacional do trabalho", em face do atual contexto da

divisão do trabalho, uma vez que se está assistindo a uma crise do direito do trabalho, ligado à desconstrução e à reorganização do trabalho coletivo, com retirada considerável do Estado como poder regulador, em face da precarização das relações de trabalho. Hodiernamente, prefere-se a terceirização de prestação de serviço à contratação formal, com os direitos inerentes à tal relação.

Está em voga a flexibilização da organização produtiva e, por via de consequência, do próprio trabalhador, pois estamos diante da intensificação da exploração do trabalho, por meio da flexibilização das relações e, como fator desaguador, o próprio desemprego.

Impõe-se, portanto, o travamento da discussão acerca de uma nova sociedade, de forma a combater, neste aspecto, a face negra da globalização, enquanto esmagamento da dignidade da pessoa humana, enquanto trabalhador.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. C. C. Divisão internacional do trabalho. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 13, p. 95-103, Set 1987.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1997.
- ANTUNES, R. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. *A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- AREND, M. **A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho**. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014. p. 375-421.
- ARENDT, H. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007.
- BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRAUDEL, F. **A Dinâmica do Capitalismo**. Tradução de Carlos da Veiga Ferreira. Lisboa: Teorema, 1985. Coleção Teorema Breve.
- CARDOSO, L. A. **A categoria trabalho no capitalismo contemporâneo**. *Tempo Social*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 265-295, nov 2011.
- GOMES, C. **Antecedentes do Capitalismo**. 2. ed. Portugal: Edições Ecopy, 2009.
- HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1968.
- HOBBSAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LIMA FILHO, L. **Dimensões e limites da globalização**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- LUKÁCS, G. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, v. I, 1996.
- MARX, K. **Compêndio de O Capital**. São Paulo: Hunterbooks, 2014.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto ao partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2014.
- MÉSZÁROS, I. **Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda**. In: ANTUNES, R. *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- PEREIRA, M. F. V. **A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização**. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 347-355, ago 2010.
- POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.
- RUDIGER, D. S. **Globalização, justiça social e emancipação: um debate na perspectiva do direito do trabalho**. Piracicaba: Impulso, 2003.
- SILVA, A. V. **Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho** [resenha]. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, São Paulo, 1, n. 1, ago 2006.
- SILVA, L. H. **Divisão Social do Trabalho: Divisão Sexual do Trabalho**. In: CATTANI, A. D. *Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- TAVARES, M. A. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.
- TEIXEIRA, N. C. M. **Capitalismo contemporâneo e os impactos no mundo do trabalho**. *Trabalho e Sociedade*, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 21-42, Jul/Dez 2014.
- VASSAPOLO, L. **O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista**. In: ANTUNES, R. *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

VIVÊNCIA GRUPAL: CONTRIBUIÇÕES DAS CRENÇAS RELIGIOSAS NO FAZER PSI

Mariele Rambo¹
Fernanda Aparecida Szareski Pezzi²

RESUMO

O século em que vivemos está marcado por grandes mudanças em termo de tecnologias bem como de crenças. Nesta perspectiva, a Psicologia deve assumir um papel de referência na reflexão das questões atuais. O ser humano é um ser que acredita, e, por isso, deve ser trabalhado em sua totalidade. Diante disso, pode-se problematizar qual a função dos grupos e da religiosidade na vida dos casais? O objetivo consistiu em analisar a importância dos grupos e a função da religiosidade nos processos grupais a partir de uma vivência. Trata-se de um relato de experiência e observação de um grupo de Casais Reencontristas da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil no município de Tuparendi (RS). Com o objetivo de fundamentar o relato de experiência, realizou-se um estudo exploratório a partir de uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2008). A religiosidade e os seus efeitos na vida dos indivíduos é uma das discussões presentes no século XXI. Peres *et al.* (2007, p. 143), observaram, através de uma revisão de literatura, que vários estudos internacionais sobre o tema da espiritualidade/religiosidade e psicoterapia, demonstraram pertinência dessa interconexão com bons resultados terapêuticos. Contudo, o grupo tem fundamental importância para todos os seres humanos, inclusive o grupo referido, o qual é enriquecedor para o casal participante, uma vez que surgem fatores terapêuticos, como proposto por Yalom (2006), que influenciam na melhora do mesmo. Nesta proposta, foi optado não trabalhar com as patologias do ser humano, mas sim, com o que ele tem de mais bonito, o amor.

Palavras-chave: Importância do grupo. Religiosidade. Relato de experiência.

1. INTRODUÇÃO

O século atual está marcado por grandes mudanças em termo de tecnologias bem como de crenças. As novas comunicações trouxeram uma série de novidades, e cabe ao ser humano discutir ou alienar-se a elas. Nesta perspectiva, a Psicologia, enquanto ciência, deve assumir um papel de referência na reflexão das questões atuais. O ser humano é um ser que acredita, tem sua espiritualidade, e, por isso, deve ser trabalhado em sua totalidade dentro do consultório, bem como inserido nos grupos.

Segundo Zimerman (2000), o ser humano é gregário, e só existe em função de seus inter-relacionamentos grupais. Desde o nascimento, participa

ABSTRACT

*The century in which we live is marked by major changes in technology as well as beliefs. In this perspective, Psychology should assume a role of reference in the reflection of the current actions. The human being is a being who believes, and therefore must be worked in his totality. Given this, it is possible to problematize what is the function of the groups and the religiosity in the life of the couples? The objective was to analyze the importance of groups and a function of religiosity in group processes based on an experience. This is an account of experience, and observation of a Group of New Couples of the Evangelical Church of Lutheran Confession of Brazil Tuparendi (RS). In order to base the experience report, an exploratory study was carried out based on a bibliographical research (GIL, 2008). Religiousness and its effects on individuals' lives is one of the discussions in the 21st century. Peres *et al.* (2007, p.143), have observed, through a literature review, that several international studies on the topic of spirituality/religiosity and psychotherapy have shown relevance to this interconnection with good therapeutic results. However, the group is of fundamental importance for all human beings, including the referred group, which is enriching for the participating couple, as proposed by Yalom (2006), that influences the improvement of the same. In this proposal, It was not worked with human pathologies, but with what is the most beautiful for him, love.*

Keywords: Importance of the group. Religiosity. Experience report.

de diferentes grupos, numa constante dialética entre a busca de sua identidade individual e a necessidade de uma identidade grupal e social. A importância do conhecimento e a utilização da psicologia grupal decorrem justamente do fato de que todo indivíduo passa a maior parte do tempo de sua vida convivendo e interagindo com distintos grupos, estabelecendo assim, vínculos grupais diversificados (Zimerman, 2000).

Dentre os grupos emergentes, encontra-se o Grupo Operativo, o qual trabalha com um objetivo em comum. Nele, surgem os vínculos, sobre os quais o sujeito interage com a realidade em que está inserido. Dentro dos grupos operativos, podemos incluir os Grupos Comunitários, em que as atividades desenvolvidas têm a ver com o ser humano e seu psicossocial. Segundo Celia (1997), participação comunitária envolve um grupo de pessoas que se reúnem em busca de algo comum, que tem a ver com seus desejos, suas necessidades, para exercerem e viverem melhor seu estado de cidadania, sua qualidade de

¹ Acadêmica do curso de Psicologia da Sociedade Educacional Três de Maio (Setrem). E-mail: mari_rambo@hotmail.com

² Psicóloga, Mestre em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e Professora do Curso de Graduação em Psicologia da Sociedade Educacional Três de Maio (Setrem). E-mail: nandaszareski@yahoo.com.br

vida. Produz-se uma energia social que é o somatório das participações individuais e que quando bem direcionada deixa esses grupos mais “ego-resilientes”, pois conseguem se situar melhor e adaptar-se nas suas interações.

Diante do exposto, pode-se problematizar qual a função da religiosidade na vida dos casais participantes de um grupo na atualidade? O objetivo deste estudo consistiu em analisar a importância dos grupos e a função da religiosidade nos processos grupais a partir de uma vivência num grupo de casais.

Nesta perspectiva, como forma de facilitar a compreensão do assunto, faz-se relevante referir os conceitos de religião, religiosidade e espiritualidade. Segundo Lucchetti *et al.* (2010), religião é o sistema organizado de crenças, práticas, rituais e símbolos designados para facilitar o acesso ao sagrado (Deus, força maior, verdade suprema); a religiosidade é o quanto um indivíduo acredita, segue e pratica uma religião. Pode ser organizacional (participação na igreja ou templo religioso) ou não organizacional (rezar, ler livros, assistir a programas religiosos na televisão); espiritualidade é uma busca pessoal para entender questões relacionadas ao fim da vida, ao seu sentido, sobre as relações com o sagrado ou transcendente que, pode ou não, levar ao desenvolvimento de práticas religiosas ou formações de comunidades religiosas.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, a partir da observação de um grupo de Casais Reencontristas da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil no município de Tuparendi – RS, desenvolvido no decorrer do componente curricular de Processos Grupais do curso de Psicologia da Sociedade Educacional Três de Maio, SETREM.

Com o objetivo de fundamentar o relato de experiência, realizou-se um estudo exploratório a partir de uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2008). Para Gil (2008), a pesquisa bibliográfica desenvolve-se com base em materiais já elaborados, constituindo-se, principalmente, de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Sua principal vantagem reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

2.1. AVIVÊNCIA

O grupo no qual se realizou a vivência tem por nome Casais Reencontristas da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, e como o próprio nome refere, casais que se reencontram com o objetivo de aproximar o casal, fortalecendo vínculos, em um momento único de reflexão, não só individualmente, mas de refletir sobre a caminhada do casal, ao compartilhar vivências, conquistas, angústias.

Os encontros realizam-se nas segundas quartas-feiras de cada mês à noite. O início está marcado para às 19h30min, e término por volta das 21h. O local designado para esta atividade é o próprio Salão da Comunidade. O grupo é classificado como comunitário operativo, uma

vez que é um conjunto de pessoas com um objetivo em comum, e no qual cada um pode entrar em contato com o ECRO (Esquema Conceitual Referencial e Operativo) do outro, compartilhando valores, crenças, medos e fantasias. A cada ano, novos participantes são convidados para integrarem o grupo, e, por este motivo, o grupo não termina. Antes do ingresso, é necessária a realização de um curso de preparação no Mosteiro da Transfiguração em Santa Rosa.

Antes de começar, os integrantes ficam dispersos em pequenos grupos por afinidade. Com 15 minutos de atraso, a porta-voz do grupo pede para que se dê início ao encontro. Segundo Cordioli (1998), cabe ao portador deste papel mostrar mais manifestadamente aquilo que o restante do grupo pode estar pensando ou sentindo. Na noite, oito casais se fizeram presentes, sendo que alguns faltaram. Dificilmente reúnem todos os casais em um encontro.

O primeiro momento é o de boas-vindas e o agradecimento aos que vieram. A porta-voz começa falando, e depois passa a palavra para a Pastora, que no caso é a líder do grupo, para que também dê as boas-vindas. Em um segundo momento, os casais cantam, permitindo-se atenuar ansiedades, angústias. Num terceiro momento, a Pastora fez uma meditação e leu o texto “Há tempo para tudo”.

Logo após, convidou os casais para participarem de uma dinâmica. A dinâmica escolhida propôs uma analogia dos problemas com as pedras. A mesma foi utilizada como símbolo das preocupações, dos medos e das dores. Ao colocarem-se de frente um ao outro, o casal conversou sobre quais são estas “pedras” que estão presente em suas “caminhadas”. Neste momento, faz-se relevante questionar o quão angustiante é carregá-las. Mas se o casal não quer carregar estas pedras, por que ainda carrega tantos problemas?

Concomitantemente a isto, Yalom (2006), afirma que a mudança terapêutica é um processo complexo, que ocorre através da interação intrincada de experiências humanas, a qual chama de “fatores terapêuticos”. A instilação e a manutenção da esperança são cruciais para a psicoterapia. A esperança não apenas é necessária para manter o paciente em terapia para que outros fatores possam ter efeito, como a fé pode em si já ser terapêuticamente efetiva.

Ainda, segundo Yalom (2006), muitos indivíduos começam a terapia com o pensamento perturbador de que são singulares, que apenas eles têm certos problemas, pensamentos, impulsos e fantasias inaceitáveis. Na terapia de grupo, a invalidação dos sentimentos de singularidade de um paciente é uma poderosa fonte de alívio. Após ouvir outros membros revelarem preocupações semelhantes às suas, os pacientes sentem-se mais em contato com o mundo e em contato com o conceito de Universalidade.

O altruísmo é uma abnegação de si mesmo em benefício do outro, o que conseqüentemente trará benefícios ao praticante. É um fator venerável em vários sistemas de cura. Ao desenvolverem técnicas de socialização, membros de grupos adquirem habilidades sociais sofisticadas: sintonizam-se com o processo, aprendem como responder de forma útil aos outros, adquirem métodos de resolução de

conflitos, são menos prováveis de julgamento, bem como mais capazes de experimentar e expressar empatia. A catarse, ainda, tem um papel importante no processo terapêutico, uma vez que o sujeito coloca tudo para fora, aprende a expressar seus sentimentos, sendo capaz de dizer o que o incomoda ao invés de retê-lo (Yalom, 2006).

Em um quarto momento, cada integrante recebe o desenho de um pé e o casal deve colocar um pé do lado do outro, mostrando que, se caminhar é preciso, que caminhem sempre unidos, refletindo sobre as decisões que são tomadas, os caminhos escolhidos, dedicando tempo ao diálogo. As crises nos relacionamentos existem, mas o ser humano é feito de desafios e superações.

Em um quinto momento, há abertura para cada casal falar de sua caminhada. Alguns contaram momentos alegres e de conquistas, como a chegada de um neto, viagens ao exterior, outros, momentos de perdas, ou problemas de saúde. Neste momento, sente-se a instilação da esperança; sente-se, ainda, fé em cada palavra, em não desistir e insistir enfrentando cada dificuldade.

Nesta perspectiva, foram identificados entre os participantes sentimentos de esperança, uma vez que é necessário pensar em novos significados para a palavra “problema”; sentimentos de universalidade, ao ver que todos passam por adversidades, mas tomam-se mais resilientes; momentos de socialização, em que todos veem que estão juntos na caminhada; bem como é vista a importância da fala no processo terapêutico, pois, através de associações, o indivíduo vai ressignificando suas vivências, permitindo um novo olhar para tudo que lhe acontece.

Em um último momento, são feitos os combinados, como amigo secreto, de como será o encerramento do ano, uma vez que o grupo tem seu período de férias durante os meses de dezembro até março. Logo após, é a hora da confraternização em que cada um trouxe um lanche.

Nesta vivência, vê-se que a reunião da crença religiosa e da Psicologia através dos processos grupais trouxe à tona reflexões que contribuem para o enriquecimento dos mesmos, uma vez que não cabe discutir no que o ser humano acredita, mas na importância que o “acreditar” tem na vida desse ser.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Deve o médico, e principalmente, o psicólogo discutir temas espirituais com seus clientes? Quais são os limites entre o médico, psicólogo e o cliente que consideram temas religiosos e espirituais? Essas são algumas das perguntas que norteiam discussões éticas recentes sobre o tema (POST *et al.*, 2000, *apud* PERES, SIMÃO & NASELLO, 2007).

Alguns educadores recomendam que os médicos perguntem rotineiramente sobre a espiritualidade e a religião ao conduzirem a história clínica de seus pacientes (EHMAN *et al.*, 1999, *apud* PERES, SIMÃO & NASELLO, 2007). Entretanto, integrar dimensões espirituais e religiosas de vida dos clientes durante a psicoterapia requer profissionalismo ético, alta qualidade de conhecimento e habilidades para alinhar as informações coletadas sobre as crenças e valores ao benefício do processo terapêutico.

A confiança depositada no terapeuta desempenha um papel central na efetividade do tratamento, ou seja, clientes que estabelecem uma relação de empatia e confiança com seus psicólogos são beneficiados (PERES, SIMÃO & NASELLO, 2007). A Associação Psiquiátrica Americana (*The American Psychiatric Association*, 2006, *apud* PERES, SIMÃO & NASELLO, 2007), recomenda alguns procedimentos para psicoterapeutas ao abordarem os temas espiritualidade e religiosidade: identificar se variáveis religiosas e espirituais são características clínicas relevantes às queixas e aos sintomas apresentados; pesquisar o papel da religião e da espiritualidade; identificar se idealizações religiosas e representações de Deus são relevantes; demonstrar o uso de recursos religiosos e espirituais no tratamento psicológico; utilizar procedimento de entrevista para acessar o histórico e envolvimento com religião e espiritualidade; treinar intervenções apropriadas a assuntos religiosos e espirituais e atualizar a respeito da ética sobre temas religiosos e espirituais na prática clínica.

Os psicoterapeutas devem estar confortáveis com clientes que levantam questões existenciais e espirituais (SHAW *et al.*, 2005; *apud* PERES, SIMÃO & NASELLO, 2007). Explorar crenças religiosas e espirituais pode ser útil no processo psicoterápico (Sparr e FERGUESON, 2000; *apud* PERES, SIMÃO & NASELLO, 2007), é uma necessidade terapêutica e um dever ético respeitar essas opiniões, devendo haver empatia, assim como continência em relação à realidade que o cliente traz, ainda que os terapeutas não compartilhem das mesmas crenças religiosas (Shafranske, 1996; *apud* PERES, SIMÃO & NASELLO, 2007).

Concomitantemente a isto, sabe-se que o século XXI é o período em que discute-se o viés da religiosidade e quais os efeitos desta religiosidade na vida do ser humano. A questão que ainda precisa ser abordada é o resultado positivo que este tema pode trazer para o trabalho não somente individual, como em grupos. Segundo Giovanetti (1999) e Brusgagin (2004), citado em Henning e Moré (2009), a respeito da influência da religião na saúde, nas ideias, valores e comportamento das pessoas, alguns psicoterapeutas veem o tema da religiosidade familiar como irrelevante, e até superficial. Para eles, este seria um assunto que os clientes deveriam abordar apenas no espaço religioso. Contudo, o cliente é um ser total, que ao falar de seus problemas traz consigo suas crenças, inclusive as religiosas. Sobre esta realidade, torna-se necessário perceber a importância que o papel destas crenças tem na vida dos pacientes.

Além disso, Peres *et al.* (2007, p. 143), observaram, através de uma revisão de literatura, que vários estudos internacionais sobre o tema da espiritualidade/religiosidade e psicoterapia, demonstraram pertinência dessa interconexão com bons resultados terapêuticos. Aliar este campo de conhecimento com a Psicologia pode trazer à tona reflexões que irão contribuir para o enriquecimento dos mesmos, uma vez que não cabe aqui discutir no que o ser humano acredita, mas na importância que o “acreditar” tem na vida desse ser.

Paralelamente a isso, Stadtler (2002) afirma que os psicólogos foram quase que proibidos de abordar os clientes pela via da religiosidade, quando o tema apresentar-se no espaço terapêutico. Para a autora, esse

tipo de posicionamento positivista tem causado muitas incompreensões, bem como problemas profissionais devido às pressuposições assumidas sobre a vida mental dos clientes, ao adotar-se o mesmo tratamento para situações que na verdade são bem diferentes: crença religiosa/doença mental, racionalidade/loucura, misticismo/alucinação. Entretanto, segundo Cambuy *et al.* (2006), dada a influência da religiosidade na cultura e nos valores pessoais, o fenômeno religioso se faz presente nos atendimentos psicológicos, existindo observações clínicas e pesquisas que mostram aspectos saudáveis aliados à experiência religiosa.

Desta forma, Cambuy, *et al.* (2006), citado em Henning e Moré (2009), mostram que existe a necessidade de facilitar a emergência da experiência religiosa dos clientes no *setting* terapêutico, atravessando a linguagem dogmática e desenvolvendo atitudes profissionais e referenciais teóricos para abordar esta temática na Psicologia Clínica. Assim, os autores propõem que seja tarefa do psicólogo, com suas atitudes e técnicas científicas, permitir esta religação do Homem consigo mesmo, entendendo que o sagrado é uma dimensão subjacente ao humano.

A crença religiosa constitui uma parte importante da cultura, dos princípios e dos valores utilizados pelos clientes para dar forma a julgamentos e ao processamento de informações. A confirmação de suas crenças e inclinações perceptivas pode fornecer ordem e compreensão de eventos dolorosos, caóticos e imprevisíveis (Carone e Barone, 2001; *apud* PERES, SIMÃO & NASELLO, 2007).

Vários estudos demonstram que o conhecimento e a valorização dos sistemas de crenças dos clientes colaboram com a aderência do indivíduo à psicoterapia, assim como com melhores resultados das intervenções (GIGLIO, 1993; RAZALI *et al.*, 1998; SPERRY e SHARFRANSKE, 2004, *apud* PERES, SIMÃO & NASELLO, 2007). Para isso, o profissional deverá ser capaz de facilitar a emergência da experiência religiosa, deixando o paciente livre para fazer suas associações, despidendo-se de preconceitos e crenças errôneas, permitindo uma escuta atenta à demanda que o paciente traz.

Paralelamente a isto, ao pensar-se a religião como afirmadora do compromisso do casal, segundo Norgren, *et al.* (2004), quando se pensa em relacionamentos conjugais de longa duração, deve-se considerar que estes casais já passaram por várias transformações na sua relação conjugal e familiar. Apesar de atualmente este período ser visto como época de novas oportunidades e expansão de vida, também é momento de rever o que foi feito até então: conquistas, ganhos, decepções e perdas; portanto, de projetar e redirecionar o futuro, corrigir o rumo e – por que não? – o casamento.

Fennel (1987; *apud* Norgren, *et al.*, 2004), em sua pesquisa a respeito dos casamentos, estudou uniões de mais de vinte anos, nas quais encontrou as seguintes características importantes entre os cônjuges: compromisso com a relação; respeito pelo outro como melhor amigo; lealdade para com o mesmo e expectativa de reciprocidade; abertura mútua; valores morais fortes e compartilhados; compromisso com a fidelidade; fé em Deus e compromisso espiritual.

Sharlin *et al.* (2000; *apud* Norgren, *et al.*, 2004) ao apresentarem seus estudos realizados nos Estados Unidos, Suécia, Alemanha, Holanda, Canadá, África do Sul, Israel e Chile, concluíram que em diferentes países as uniões satisfatórias caracterizam-se por apresentar: boa habilidade de resolução de conflitos; confiança entre os cônjuges; compromisso com o outro; apreciação, amor e respeito mútuos; habilidade em dar e receber; comunicação aberta e honesta entre os parceiros; sensibilidade aos sentimentos do outro; sistema de valores e interesses em comum e crença na dimensão espiritual da vida.

Relevante mencionar que os casais satisfeitos com o casamento estão comprometidos com a indissolubilidade do matrimônio. Além disso, estes casais reiteraram a importância de sua crença religiosa nos momentos difíceis pelos quais passaram. Há que se lembrar, ainda, que tais casais praticantes devem ter uma rede que lhes dê apoio nessas ocasiões, como os grupos (Norgren, *et al.*, 2004).

4. CONCLUSÕES

Com base no exposto acima, sabe-se que o psicólogo não pode induzir seus pacientes a convicções religiosas, uma vez que estaria ferindo o Código de Ética que rege a profissão; entretanto, precisa conhecer o assunto e estar disposto a ouvir o paciente quando o mesmo trazer para o *setting* terapêutico sua religiosidade/espiritualidade.

Destarte, vê-se ainda, que o grupo tem fundamental importância para todos os seres humanos, inclusive o grupo de Casais Reencontristas, o qual é enriquecedor para o casal participante, uma vez que surgem fatores terapêuticos, como proposto por Yalom (2006), que influenciam na melhora do mesmo. Nesta proposta, foi optado não trabalhar com as patologias do ser humano, mas sim, com o que ele tem de mais bonito, o amor.

REFERÊNCIAS

- CAMBUY, Karine; AMATUZZI, Mauro Martins; ANTUNES, Thais de Assis. **Psicologia Clínica e Experiência Religiosa**. Revista de Estudos da Religião, 77-93. Disponível em: http://www.pucsp.br/rever/rv3_2006/t_cambuy.htm. Acesso em 22 nov 2016.
- CELIA, Salvador. 1997. **Grupos Comunitários – Capítulo X**. In: *Como trabalhamos com grupos*. Porto Alegre: Artes Médicas. ISBN: 8573072122.
- PERES, Julio Fernando Prieto; SIMÃO, Manoel José Pereira; NASELLO, Antonia Gladys. 2007. **Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia**. Rev. Psiq. Clín. 34 (1); 136-145. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v34s1/a17v34s1.pdf>. Acesso em 22 nov 2016.
- GIL, Antonio Carlos. 2008. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas. ISBN: 8522431698.
- HENNING, Marta Caroline & MORÉ, Carmen. 2009. **Religião e Psicologia: análise das interfaces temáticas**. Revista de Estudos da Religião, 84-114. Disponível em: http://www.pucsp.br/rever/rv4_2009/t_henning.pdf. Acesso em: 10 ago 2016.

LUCCHETTI, Giancarlo; GRANERO, Alessandra Lamas; BASSI, Rodrigo Modena; LATORRACA, Rafael & NACIF, Salete Aparecida da Ponte. 2010. **Espiritualidade na prática clínica: o que o clínico deve saber?** Rev Bras Clin Med, 154-158. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2010/v8n2/a012.pdf>. Acesso em: 22 nov 2016.

NORGREN, Maria de Betânia Paes; SOUZA, Rosane Mantilla de; HAMMERSCHMIDT, Helga; SHARLIN, Shlomo. 2004. **Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível.** Estudos de Psicologia, 9 (3), 575-584. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v9n3/a20v09n3.pdf>. Acesso em: 12 nov 2016.

PERES, Julio Fernando Prieto; SIMÃO, Manoel José Pereira; NASELLO, Antonia Gladys. 2007. **Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia.** Rev. Psiq. Clín. 34(1); 136-145. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v34s1/a17v34s1.pdf>. Acesso em: 10 ago 2016.

STADLER, Hulda. 2002. **Conversão ao pentecostalismo e alterações cognitivas e de identidade.** Revista de Estudos da Religião, 112-135. Disponível em: http://www.pucsp.br/rever/rv2_2002/t_stadtl.htm. Acesso em: 22 nov 2016.

YALOM, Irvin D. 2006. **Os fatores terapêuticos.** In: *Psicoterapia de Grupo: teoria e prática*. 5ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas. ISBN: 8536307374.

COMPREENDENDO O IMPACTO DO DIAGNÓSTICO E O PROCESSO DE ELABORAÇÃO NAS MÃES COM FILHOS DIAGNOSTICADOS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA

Niciane Vanessa Reinehr da Rosa¹
Daniela Pereira Gonzalez²

RESUMO

O artigo "Compreendendo o Impacto do diagnóstico e o processo de elaboração nas mães com filhos diagnosticados com Transtorno de Espectro Autista" é um estudo de casos múltiplo, no qual as mães relatam as experiências vividas após o diagnóstico do filho com TEA. Sadock & Sadock (2011) referem que o TEA ocorre a uma taxa de cerca de oito casos por 10mil crianças (0,08%). Por definição, o início do transtorno ocorre antes dos 03 anos de idade, ainda que possa não ser reconhecido até a criança ser mais velha. Sendo de 4 a 5 vezes mais frequente em meninos do que em meninas. Meninas com transtorno autista têm maior probabilidade de apresentar retardo mental mais grave. Conforme Hornstein (2009), a gravidez é considerada como um período de expectativas para com o bebê que está por vir, além de ser considerada uma fase na qual relacionamentos anteriores são retrabalhados, em que há um constante confronto entre a satisfação dos desejos e a possibilidade de ter que reconhecer a nova realidade. A presença de uma criança com TEA na família passa por uma série de transformações que exigirão alterações e mudanças, após a captura e/ou absorção do impacto. A maneira como cada mãe irá lidar com a experiência de ter um (a) filho (a) com transtorno autista depende dos estilos de enfrentamento e dos mecanismos de defesa mobilizados para tornar suportáveis sua ansiedade e angústia. (SADOCK & SADOCK, 2011).

Palavras-Chave: Transtorno de Espectro Autista. Mães. Diagnóstico.

1. INTRODUÇÃO

Conforme Hornstein (2009), a gravidez é considerada como um período de expectativas para com o bebê que está por vir, além de ser considerada uma fase na qual relacionamentos anteriores são retrabalhados, em que há um constante confronto entre a satisfação dos desejos e a possibilidade de ter que reconhecer a nova realidade.

A presença de uma criança com TEA na família passa por uma série de transformações que exigirão alterações e mudanças, após a captura e/ou absorção do impacto. A maneira como cada mãe irá lidar com a experiência de ter um (a) filho (a) com transtorno autista depende dos estilos de enfrentamento e dos mecanismos de defesa mobilizados para tornar suportáveis sua ansiedade e angústia. (SADOCK & SADOCK, 2011).

Vivemos em uma sociedade com padrões pré-estabelecidos, em que qualquer um que esteja fora deles é

ABSTRACT

The article "Understanding the Impact of Diagnosis and the Drafting Process on Mothers with Children Diagnosed with Autism Spectrum Disorder" is a multiple case study where the mothers report the experiences they had after the diagnosis of the child with ASD. Sadock & Sadock (2011) report that TEA occurs at a rate of about eight cases per 10 thousand children (0.08%). By definition, the onset of the disorder occurs before the age of 03, although it may not be recognized until the child is older. Being 4 to 5 times more frequent in boys than in girls. Girls with autistic disorder are more likely to have more severe mental retardation. According to Hornstein (2009), pregnancy is considered as a period of expectations for the baby that is to come, besides being considered a phase in which previous relationships are reworked, where there is a constant confrontation between the satisfaction of the desires and the possibility of having to recognize the new reality. The presence of a child with ASD in the family undergoes a series of transformations that will require changes and changes after the capture and / or absorption of the impact. The way each mother will deal with the experience of having a child with autistic disorder depends on the coping styles and defense mechanisms deployed to make their anxiety and distress bearable. (SADOCK & SADOCK, 2011).

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Mothers. Diagnosis.

excluído de primeira instância. Diante deste fato, ressalta-se a necessidade de fazer um estudo a respeito do transtorno do espectro autista (TEA), para que se possa compreender melhor o percurso destas famílias. O projeto de pesquisa intitulado "Transtorno de Espectro Autista - O Impacto do diagnóstico e o processo de elaboração para as mães" é um assunto de grande relevância ligado à área da saúde e das ciências humanas, pois atua diretamente com as famílias e as crianças com TEA.

Crianças com Transtorno de Espectro Autista (TEA) se caracterizam pelo *déficit* na comunicação social recíproca e na interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário. (DSM-5, 2014).

O nascimento de um filho portador de uma doença grave representa a necessidade de alterar os sonhos e as expectativas construídas em torno de um filho saudável. Essas expectativas quando não satisfeitas, as limitações e as imperfeições do filho acabam gerando ansiedade nos pais, levando-os a

¹ Acadêmica de Psicologia URI – Santo Ângelo, nicianevanessa@gmail.com

² Prf^a. Ms. Orientadora do Projeto URI – Santo Ângelo, dgonzalez@urisan.tche.br

atravessarem um período de luto. Além disso, a situação envolve outras dificuldades, como por exemplo, a escolha de um cuidador e as necessidades tanto financeiras quanto emocionais. (BROWNS, 1995).

Sendo assim, o nosso problema de pesquisa busca investigar qual a reação das mães quando descobriram que o (a) filho (a) apresenta o transtorno de espectro autista (TEA)?

O objetivo geral da pesquisa é verificar qual a reação das mães quando receberam o diagnóstico que o (a) filho (a) apresenta transtorno de espectro autista. Os objetivos específicos são: investigar através das mães como foi receber diagnóstico do transtorno de espectro autista do filho; averiguar se as mães procuraram atendimento psicológico para auxiliá-lo neste processo de diagnóstico do filho (a) com TEA; examinar os fatores que modificaram a rotina da família após o nascimento do filho com transtorno de espectro autista; investigar as expectativas das mães com relação ao futuro do filho com transtorno autista.

2. DESENVOLVIMENTO

A pesquisa é do tipo qualitativa - exploratória - descritiva. É qualitativa por fazer o levantamento de significados, crenças, valores e atitudes, que se dá pelas relações vividas entre os entrevistados e buscado compreender mais a fundo, não podendo ser quantificados.

Godoy (1995) fala que os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. O autor ainda fala que a pesquisa qualitativa é descritiva, pois a palavra escrita ocupa lugar de destaque nessa abordagem, desempenhando um papel fundamental tanto no processo de obtenção dos dados quanto na disseminação dos resultados seus dados coletados que aparecem sob a forma de transcrições de entrevistas; o ambiente e as pessoas que fazem parte da pesquisa são observados como um todo. A pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema para melhor entendê-lo ou para construir hipóteses.

O delineamento é um estudo de caso, pois: "Partem de questões ou focos de interesse amplos, que vão se tornando mais diretos e específicos no transcorrer da investigação" (GODOY, Arilda S., 1995, p. 63).

Os sujeitos são quatro mães de filhos com TEA. Tendo como critérios de inclusão Mães com crianças autistas com idade a partir de dois anos, sendo de região noroeste do Rio Grande do Sul e que aceitaram participar da pesquisa. Selecionados por acessibilidade.

Instrumento de coleta de dados é uma entrevista semiestruturada e foi realizada com cada responsável em horário e local combinado. As entrevistas foram gravadas, transcritas e em seguida descartadas. A análise de conteúdo se dá em categorias - 1. Diagnóstico do TEA: Reação das mães com a notícia; 2. Família x TEA: o impacto da notícia e mudança no meio familiar; 3. Mãe com filho diagnosticado com TEA: presente e expectativas futuras e 4. Busca de acompanhamento profissional: para o filho com TEA e para as mães.

Godoy (1995) diz que a pesquisa qualitativa apresenta os dados coletados que aparecem sob a forma de transcrições de entrevistas, anotações de campo, fotografias, videoteipes, desenhos e vários tipos de documentos, visando à compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O TEA é um transtorno global do desenvolvimento caracterizado pela perturbação de três domínios: interação social, comunicação e comportamento. (ALMEIDA *et al*, s/d). O TEA Costuma ser diagnosticado nos primeiros anos de vida entre três e cinco anos de idade; o diagnóstico é quatro vezes mais comum em meninos (MARTINS, 2011), seja pela comunicação "pobre", pouco desenvolvida ou muito atrasada, momento em que a criança está desenvolvendo a linguagem falada através das imitações que reproduzem em função ao meio em que vive e também pela questão de apresentar esquivas ao meio social.

A criança com TEA possui dificuldade para estabelecer uma conversa simples, demonstra dificuldades na interação social em forma de criar novos vínculos como na escola por exemplo; dificuldades em transmitir emoções e afetos a outras pessoas a sua volta. Demonstra falta de contato visual, gestos e ainda ausência de expressões faciais como alegria, tristeza e raiva. Apresenta falta de interesse em interagir com outra criança, o que faz com que a criança com TEA brinque isolada das demais do grupo. Demonstra interesse por objetos inusitados, algumas estereotípias motoras como o balançar para frente e para trás, alguns sintomas de Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC), como por exemplo alinhar brinquedos, lápis ou outros objetos na mesma ordem, cor, tamanho, entre outros, causando enorme sofrimento caso não esteja na forma em que deveria estar. Algumas acalalias que se dão por frases repetidas várias vezes e imitações de fala como de desenhos animados, costuma seguir rigorosamente a mesma rotina, por exemplo, como o mesmo caminho e os mesmos alimentos no meio dia. Algumas crianças ainda demonstram indiferença à dor, a temperaturas muito altas ou baixas, a reações contrárias a som alto (PIEROZAN, Myrna R. *et al.*, 2015).

Para realizar o diagnóstico de TEA e deficiência intelectual, a comunicação social deve estar abaixo do esperado para o nível geral do desenvolvimento (DSM-5, 2014).

Anteriormente a publicação do novo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5, o transtorno de espectro autista era diagnosticado como autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância que nesse caso seria as crianças diagnosticadas mais precocemente por volta dos doze meses a vinte e quatro meses e o transtorno de Asperger.

O diagnóstico de TEA mobiliza na família a necessidade de se organizar, reajustar as situações vividas até o presente momento. Após a notícia do

diagnóstico muitas experiências se alternam em momentos de rejeição, aceitação, esperança e angústia. Muitas vezes as mães são mais vulneráveis que os pais com a notícia do diagnóstico e podem sofrer de crises de estresse e depressão. (MILGRAM; ATXIL, 1998).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da entrevista no primeiro ano quatro sujeitos (mães) de filhos com TEA denominados por A, B, C e D.

A partir da análise dos conteúdos das entrevistas com os sujeitos A, B, C e D foram construídas quatro categorias, sendo estas: Diagnóstico do Transtorno de Espectro Autista: reação das mães com a notícia; Família x Transtorno de Espectro Autista: o impacto da notícia e mudanças no meio familiar; Mãe com filho diagnosticado com Transtorno de Espectro Autista: presente e expectativas futuras; Busca de acompanhamento profissional: para o filho com Transtorno de Espectro Autista e para a mãe.

4.1. PRIMEIRA CATEGORIA: DIAGNÓSTICO DO TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA: REAÇÃO DAS MÃES COM A NOTÍCIA

Está categoria tem por objetivo investigar através das mães como foi receber o diagnóstico do transtorno de espectro autista do filho.

Em todas as falas apresentadas pelas mães podemos perceber que já desconfiavam que algo não estava bem com os filhos, pois notaram características “estranhas” a partir do segundo ano de vida da criança.

Souza *et al* (2004) refere que o autismo é caracterizado por um déficit social visualizado pela inabilidade em relacionar-se com o outro, usualmente combinado com *déficit* de linguagem e alterações de comportamento.

...deparar-se com as limitações do filho, em qualquer família, é sempre um encontro com o desconhecido. Enfrentar essa nova e inesperada realidade causa sofrimento, confusão, frustrações e medo. Por isso, exercer tanto a maternidade como a paternidade torna-se uma experiência complexa, e, mesmo existindo o apoio de inúmeros profissionais e outros familiares, é sobre os pais que recaem as maiores responsabilidades. (SMEHA: CEZAR, 2011, p. 44)

A. mãe de L. disse ter notado que algo estava errado com a filha no momento em que o irmão gêmeo passou a desenvolver pequenas palavras e frases e que durante o brincar era de forma diferente da irmã. Ele, o irmão tentava várias vezes aproximar-se dela, e ela o evitava. Hoje brincam juntos, mas ele apresenta uma fala mais evoluída. A mãe diz que imaginavam que elaalaria normal, que fosse uma criança normal, porém pelo fato de ser a “gêmea menor” e sempre se mostrando mais frágil que o irmão, “não pensamos que fosse um transtorno”.

A. diz que na hora parecia não ser real a notícia; agiu de forma natural. Algum tempo depois sentiu tristeza, angústia, aperto no coração por saber que mesmo sendo gêmeos as crianças jamais seriam

“iguais”, não teriam o desenvolvimento normal esperado um igual o outro, ela sempre estaria atrasada, talvez houvesse uma distância entre eles mesmo sendo irmãos tão próximos. A mãe conta que ao mesmo tempo sentiu muita vontade de cuidar e proteger ainda mais a menina.

Smeha e Cezar (2011) trazem que os pais anseiam pela criança perfeita e saudável porque eles encontram no filho a possibilidade de concretizar seus sonhos e ideais; e, quando o filho possui alguma limitação significativa, suas expectativas se fragilizam, já que a criança perfeita que lhes proporcionaria alegrias não nasceu. Nota-se em muitas mães e pais o sentimento de culpa por ter um filho com limitações, e muitas vezes pode ser este o motivo de querer tanto proteger o filho, ou até mesmo uma sobrecarga, que muitas vezes não se sabe como proceder em relação àquela criança que dependerá ainda mais, principalmente, da mãe.

A mãe informa que receberam a notícia através da pediatra, após levar a uma consulta por estranhar que o irmão já estava falando bem e ela ainda quase nada, emitia sons repetidos mas não emitia palavras. Após ser avaliada, receberam a notícia que a filha demonstrava traços autistas que a encaminharia ao neurologista. A pediatra nos disse que os sons emitidos eram estereotípicos e que seria natural no quadro dela, que teria um desenvolvimento mais lento mas que com os tratamentos adequados teria bons resultados. (SMEHA: CEZAR, 2011).

Rêgo (2016) traz que o diagnóstico de autista na criança causa mudanças na família e para o próprio paciente. A família passa a interpretar de forma diferente as atitudes da criança. A relação com esta criança após diagnóstico passa a ser delimitada pelo diagnóstico, e a criança passa a ter que atender a essa denominação da necessidade desta nomeação; a criança deixa de existir e passa a ser um autista que deve se apresentar ao mundo como todos os outros autistas diagnosticados.

B. disse que foi logo que ela começou a frequentar a escolinha que perceberam que algo não estava normal com a filha. A professora havia dito que teria percebido que ela evitava os coleguinhas e preferia brincar sozinha. Em alguns momentos juntava-se a turma como nos lanches e algumas atividades, mas para isso a professora precisava estar trazendo-a para o grupo.

A mãe disse ter sido uma surpresa receber a notícia, mas pelo fato do pai sempre estar muito presente em todos os momentos ela não se sentiu desamparada; sentiu-se com medo em relação à como seria a vida de R. dali por diante. Tudo o que haviam planejado para ela talvez não seria possível realizar, como seria o contato com outras crianças, se sofreria discriminação e como ela iria se ver em relação a outras pessoas.

A presença de uma criança com TEA tende a modificar as relações familiares e, em alguns casos, o rompimento de vínculos. As dificuldades pertinentes ao transtorno devido à sua cronicidade, condições físicas e mentais resultam em uma maior dependência em relação às suas mães, sendo elas as principais cuidadoras dos portadores de autismo e, por isso, estão mais propensas ao desenvolvimento de altos níveis de estresse, resultando em sobrecarga, agravos à saúde física e psicológica. (TABAQUIM *et al*, 2015, p 286).

Souza (2014) diz que a mãe desempenha um papel importante dentro do âmbito da família, mas é necessário o apoio por parte da família para uma melhor integração no seu papel de mãe.

B disse ter sido a psicóloga que comunicou aos pais sobre os sintomas de TEA. R. foi para acompanhamento psicológico com o objetivo de entender o que se passava com a menina, se era um problema psicológico, trauma ou qual seria o motivo dela ter o comportamento diferente das outras crianças. A psicóloga havia lido que ela seria sempre diferente, pois tinha TEA, que talvez fosse preciso medicação se ela desenvolvesse quadros maiores de ansiedade e de angústia, teria que fazer terapia e acompanhamento com outro profissional para ver a questão de medicação, se seria necessário ou não no quadro da menina.

Costa (2012) diz que os pais começam a manifestar diferenças nas relações com o seu filho logo à nascença, o que vem reforçar os seus papéis. Contudo, os momentos seguintes ao nascimento são de intensa adaptação e aprendizagem mútua, não se fazendo notar essa diferença de papéis neste processo de vinculação. Acrescenta que as características individuais das crianças e dos pais, aliadas às expectativas e representações, dão vida a comportamentos e interações. Este período é então constituído por alterações e adaptações comportamentais entre pais e filhos.

C. relata ter começado a perceber algo errado quando a filha estava com mais de dois anos, foi na escola, a professora chamou C para conversar e disse que a menina brincava sozinha, não interagia com outras crianças, não incomodava, porém não sabia como trabalhar com B.

Ao receber o diagnóstico de TEA, C. relata ter buscado informações, pois não conhecia o transtorno e buscou saber de que forma teria que passar a educar ou ensinar sua filha. A neurologista que deu o diagnóstico de TEA para B, disse a C que a menina tinha alguns traços do autismo, porém não todos, seria um caso mais leve.

Costa (2012) comenta que o assunto sobre TEA nos dias de hoje tem se tornado mais discutido e debatido, porém há muitas pessoas ainda que não conhecem ou nunca ouviram comentar sobre o assunto; nesses casos os pais que recebem a notícia do diagnóstico do filho precisam muitas vezes de um suporte maior, por não conhecerem na realidade qual seria o “problema” que a criança estava desenvolvendo; para isso, o apoio da família é muito importante. O apoio psicológico é necessário para uma melhor aceitação e conhecimento do fato e ainda ter um auxílio na educação da criança para que o desenvolvimento seja o melhor possível.

D relatou que o filho falava palavrinhas normais de bebê - mamãe, papai - e após um trauma de ter cortado o cabelo, E passou a não falar mais. A família passou a estranhar o comportamento e foi neste momento que buscou por um profissional.

Com relação ao sentimento após o diagnóstico, D. relata que foi de tristeza, porque nenhum pai quer que seu filho tenha alguma dificuldade, problemas ou algo

do tipo; porém, mesmo assim ele é tratado da mesma forma da irmã, a mãe diz que ajuda E, mas que também o filho é bem cobrado. O profissional que diagnosticou E. com TEA foi a psicóloga que o atendia. D relata ter recebido a notícia de forma tranquila.

Segundo Smeha e Cezar (2011), quando a criança idealizada se torna uma criança com autismo, os sonhos e expectativas que os pais projetavam em relação ao filho se fragilizam, ou seja, a rotina da família sofrerá alterações, o desenvolvimento da criança não se dará como o esperado, terá um desenvolvimento mais lento, uma dificuldade na comunicação, uma distância no contato com a família, terá que haver mais tempo disponível para a criança, pois requer levar a terapias e atendimentos específicos, entre outros compromissos que surgem após ter um filho diagnosticado com TEA.

... a vivência da maternidade é afetada quando o filho apresenta alguma limitação significativa, pois a mãe percebe a diferença existente entre a criança esperada e a criança real. Ela sente esse filho como um desconhecido, surgindo-lhe então muitas dúvidas em relação a como cuidar dessa criança. (SMEHA; CEZAR, 2011, p. 46).

4.2. SEGUNDA CATEGORIA: FAMÍLIA X TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA: O IMPACTO DA NOTÍCIA E MUDANÇAS NO MEIO FAMILIAR

A segunda categoria tem por objetivo examinar os fatores que modificaram a rotina da família após o nascimento do filho com transtorno de espectro autista.

Nas falas das mães nota-se que todas buscaram um apoio na família após receberem o diagnóstico. Elas demonstraram receber bem a notícia e a união entre a família foi um fator essencial na nova situação.

A. disse que a primeira pessoa com quem falou sobre o TEA foi com o pai de L. e após os tios que estavam de visita em sua casa naquele dia. Todos demonstraram estar surpresos, pois ninguém esperava aquela notícia. Foram muitas perguntas de porquê e como teria acontecido isso; não sabiam ao certo o que era, nem mesmo “nós os pais sabíamos explicar”; já haviam ouvido falar mas conhecer de fato sobre o transtorno somente depois que procuramos informações. Com L., a família passou a ser ainda mais atenciosa, tentando chamar a atenção dela com brinquedos, brincadeiras e objetos, “damos muita atenção a ela, o irmãozinho sempre está atrás para brincar, estimulando-a a falar como ele e cantar com ele”.

A. disse que passaram a tentar meios e formas dela interagir mais com eles e com o irmão; a atenção foi dobrada e a estimulavam para falar pedindo que repetisse as palavras, mostrando figuras e objetos e pedindo que falasse o que eram os objetos. FIAES e BICHARA (2009) falam que através do brincar seja com pais, irmãos ou terapeuta que a criança inicia o desenvolvimento afetivo, a comunicação e a aprendizagem.

FIAES e BICHARA (2009) trazem que a ausência da teoria da mente em crianças autistas tem sido utilizada também para justificar o empobrecimento de suas brincadeiras de faz-de-conta. Existe uma menor

frequência nas brincadeiras simbólicas entre crianças autistas dando margem a algumas propostas de trabalhos que estimulem o faz-de-conta nessas crianças. Trazem ainda que através do lúdico a criança aprende os sons dos animais, as cores, a contar os números; aos poucos consegue inserir-se no seu mundo e, de forma lúdica, focar a atenção na hora do jogo e a interagir com o meio externo, e, desta forma, a criança percebe suas habilidades, aprendizagem, comunicação e socialização se tornam reais, quebrando “barreiras” de aproximação criadas por elas mesmas e assim percebem a importância do outro, sendo os pais, irmãos, colegas ou qualquer outra pessoa, diminuindo o isolamento.

É através da brincadeira que a criança irá perceber as habilidades que possui e desenvolverá outras, procurando também interagir com outras crianças. Para isso, o brincar deve ser livre, natural, sem regras, pois é dessa forma que a criança irá perceber suas emoções, conhecer seus desejos e criar sua própria realidade. (ALMEIDA *et al apud* DAGUANO e FANTACIN, s/d, p. 340).

B relata que durante a notícia os pais (pai e mãe) estavam presentes e, após chegar em casa, B. telefonou para os avós para dividir o que estava acontecendo. A família demonstrou preocupação se ela ficaria bem, como seria a escola e até onde o TEA atingiria R. A principal preocupação da família seria se ela teria uma vida normal como outra criança. Os avós demonstram ainda mais apego e amor, a menina adora cavalos e o avô com o pai sempre a levam para cavalgar, o que a deixa muito feliz. Dessa forma, a família tenta interagir com ela, chamando sua atenção. A mãe conta que em casa, à noite “costumamos dar atenção em forma de carinho, pegar no colo, conversar, brincar e ler para ela”.

B, conta que passaram a buscar brinquedos com formas para estimular a fala de R., conversam para estimular a fala. A atenção dobrou, o amor, o carinho e a vontade de proteger como se ela tivesse se tornado ainda mais frágil.

BUENO E MONTEIRO (2011) falam que o autista apesar de características complicada, apesar do isolamento e quieto no “mundo dele”, ele ama os membros de sua família e as pessoas de sua convivência, sente alegria e tristeza, porém da maneira dele, muitas vezes sem saber demonstrar, falar ou tocar, por este motivo é preciso saber como entrar no mundo da criança, seja no brincar imitando personagens ou como algo que a criança goste e chame sua atenção como, no caso citado, o cavalo é usado para ocorrer interação; estando no dorso do cavalo a criança percebe o mundo a sua volta, o meio externo em que está, os objetos que formam este ambiente e a paisagem e ainda faz com que interaja com quem estiver a sua volta, tirando por um momento a criança de seu mundo isolado.

Após receber a notícia, C falou primeiramente com o padrasto da filha, a família não se envolveu muito, pouco falaram sobre o assunto.

C relata ter ficado em choque, mas ela por ser mãe teria que ir trabalhando com a filha, procurando médicos, terapeutas, outras atividades para desenvolver

e auxiliar a filha. A família costuma dar bastante atenção a B pelo fato de ser criança e no momento ser meiga. C diz que a preocupação é em relação ao futuro da filha.

C. refere que não mudou a forma de tratamento com a filha após o diagnóstico, mas que passou a compreender algumas coisas. Antes ela se irritava pelo fato da menina não falar, de ser irritada, de gritar e de chorar. Ela diz que perdia a paciência com a filha e, após, ela começou a ter paciência e com o trabalho da fonoaudióloga foi melhorando.

SMEHA e CEZAR (2011) relatam que crianças com TEA em relação a gritos e birras, muitas vezes é forma como a criança consegue demonstrar a frustração pelo fato da comunicação “pobre”; então, autistas não são crianças “birrentas”, mas com dificuldades de se expressar e falar o que sentem como sede, fome, dor, medo, entre outras coisas.

D. traz que a primeira pessoa que conversou sobre o assunto foi com o pai de E, após a avó, mas independente do diagnóstico, a forma de educar continuou sendo a mesma, porém levando aos atendimentos sugeridos pela psicóloga para a melhora de E. A mãe diz que a família reagiu normal mas ao mesmo tempo foi um susto pelo fato de passar a ter um filho com as limitações. E. foi bem aceito e passaram a puxar mais, exigir coisas dele.

E. sempre foi muito preguiçoso e queria tudo nas mãos; isso aos poucos foi sendo tirados e exigido mais iniciativas dele. A família reagiu dentro do que seria o correto agir, tratando como qualquer outra criança, exigindo, se tiver tema da escola ele senta à mesa e a mãe auxilia, a hora do banho é hora do banho, hora de brincar é hora de brincar, igual à irmã, sem diferenças, apenas com as limitações de E. D. traz que a única mudança que ocorreu no meio familiar foi o fato de exigir que E fizesse as coisas dele sozinho e tivesse mais independência. E não passou a ser visto como um autista ou tratado diferente por isso, ele é o E, apenas incentivado a buscar autonomia e independência dos pais.

Após se dar conta de que o filho, em decorrência do autismo, apresenta muitos comprometimentos, as mães buscam por soluções, na tentativa de amenizar as sequelas da criança. (SMEHA; CEZAR, 2011, p. 46).

Pode se entender, a partir desta citação que, pelo medo de não saber como o filho será visto ou recebido na sociedade, por ser autista, a maioria das mães busca por todas as formas de tratamentos indicados e até mesmo a mudança da rotina no lar com a criança, muitas superprotegem, fazem tudo pelo filho porque a criança não consegue ou por medo de não conseguir sozinha; outras, tentam estimular a criança a possuir maior independência, com questões básicas como comer sozinho, ir ao banheiro sozinho, melhorar a comunicação, entre outros, para ser melhor aceito na escola ou lugares que o filho frequenta.

SMEHA e CEZAR (2011) *apud* Mannoni (1999) afirmam que qualquer ofensa ao filho é sentida pela mãe como se fosse dirigido a ela própria. É justamente por perceber a fragilidade do filho diante do social que as mães também se sentem fragilizadas. Discriminar, ter

preconceito ou até mesmo olhar de forma diferente para a criança mobiliza na mulher a vontade de proteger cada vez mais esse filho que, para ela, é uma criança indefesa. Assim, é devido a essa maior necessidade de proteção que as mães dedicam-se integralmente à maternidade.

4.3. TERCEIRA CATEGORIA: MÃE COM FILHO DIAGNOSTICADO COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA: PRESENTE E EXPECTATIVAS FUTURAS

Esta categoria tem por objetivo averiguar os sentimentos atuais das mães com relação ao filho com transtorno de espectro autista e investigar as expectativas com relação ao futuro do filho com transtorno autista.

A. relata que às vezes sente como se tivessem feito algo errado ou que haveria outro meio para que a filha pudesse melhorar e ficar normal como o irmão, mas que mesmo assim sente-se muito grata e realizada por ter uma filha cheia de saúde.

A. conta que esperam que ela se torne uma pessoa normal, que mesmo com sua limitação tenha uma boa interação social, seja muito inteligente e alcance tudo o que foi sonhado, que consiga um diploma num curso que ela escolher e que para isso a família estará disposta a fazer o que for preciso, terapias, médicos, escolas, cursos, enfim.

B diz que se sente muito feliz pela filha que tem e que não medem esforços para vê-la feliz e com o apoio do pai fica mais fácil de criá-la. Disse que esperam que ela tenha um futuro brilhante, cheio de conquistas e felicidades, que consiga ser independente.

Percebe-se que, com o crescimento do filho e os resultados eficazes dos tratamentos, as mães começam a olhar para outras dimensões de suas vidas. Por meio das intervenções profissionais, a criança autista começa a se desenvolver, mostrando pequenos sinais de autonomia e interesse pela escola. Com isso, algumas mães percebem que podem realizar outras atividades, uma vez que possuem uma rede de apoio para auxiliá-las. (SMEHA; CEZAR, 2011, p. 49).

Em relação a cuidar da filha, C relata ser difícil, sente-se cansada pelo fato da rotina dos atendimentos intensivos e escola de B, por estar tentando tudo o que pode, “não ir aos poucos com o tratamento e ir pra valer”, a recompensa é ter os resultados rápidos que ela está atingindo. Frente ao futuro de B a mãe diz não saber como será, para ela é uma incógnita, tenta tudo que é possível para o desenvolvimento da filha para que possa chegar o máximo possível mais perto do “normal”.

O sentimento de incerteza sempre estará presente na família em relação ao futuro da criança com TEA; o medo de não evoluir, a esperança de conseguir desenvolver autonomia, ter um futuro profissional. Todos os pais sonham com o melhor para seu filho, com ou sem limitações, esperam que tenham diplomas, realização profissional e família. Todos são criados e educados com estes objetivos, porém o momento que se tem um filho com limitações passa a surgir dúvidas e medos.

D relata que mãe é mãe, é o tempo todo, cuida muito da mesma forma que cuida a irmã mas com a diferença deles; por exemplo, a irmã sabe que tem que olhar para os lados para atravessar a rua, E ainda não faz, então a atenção é maior. Fala que ela e o pai pensam muito, sonham que o filho possa terminar os estudos, cursar uma faculdade, tenha uma profissão, uma namorada e uma família, pensam que isso será difícil para ele, mas esperam muito que ele consiga e acreditam nele. Fazem o que podem fazer para ajudar no desenvolvimento e D relata que E ainda não é alfabetizado, mas espera que seja, pretende levá-lo a cursinhos, que tenha uma pessoa como uma “namorada” que goste dele, como uma outra pessoa qualquer, uma vida social normal.

Uma das grandes preocupações dos pais de criança com autismo se dá pelas dificuldades de socialização principalmente em relação à escola; frente a isto, tem-se devolvido programas pelo governo e municípios de educação inclusiva em que o objetivo da escola deve se dar no todo, no contexto, ou seja, o que os pais planejam ou esperam para seu filho na escola em relação ao acolhimento, à aprendizagem e ao conviver com outras crianças, aos professores qualificados e preparados para atender crianças com dificuldades e limitações de todas as ordens, como a escola irá se moldar frente a cada situação, sendo pensada pela equipe e planejada não somente em relação àquela criança (com TEA), mas com as demais crianças presentes na instituição escola, para que nenhuma fique prejudicada, com o objetivo de que todas possam aprender e interagir. (EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2004).

Na medida em que são pensadas a partir do contexto e não apenas a partir de um determinado aluno, entende-se que todas as crianças podem se beneficiar com a implantação de uma adequação curricular, a qual funciona como instrumento para implementar uma prática educativa para a diversidade. (EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2004, p. 20).

SOUZA e FRAGA (2004), para eles uma melhor educação da criança, profissionais da área da psicologia, no caso do TEA, utilizam a prática do método de Tratamento e Educação para crianças autistas ou com problemas relacionados à comunicação (TEACH), o qual auxilia e ensina os pais a como conduzir a educação dos filhos que na maioria dos casos se inicia através da linguagem por figuras. Eles tornaram-se co-terapeutas, dando continuidade ao trabalho desenvolvido no atendimento psicológico da clínica para a criança. O terapeuta inicia as atividades e os pais dão continuidade, estimulando a criança e sempre mostrando algo ou dando à criança o que lhe agrada a cada avanço, demonstrando o quanto é importante a alegria pela conquista e afirmando que ela pode.

...este programa envolve atendimento educacional e clínico, com abordagem psicoeducativa, sendo um programa transdisciplinar. Suas bases teóricas são a Teoria Behaviorista e a Psicolinguística. Com relação à Teoria Behaviorista, valorizam-se as descrições das condutas, a utilização de programas passo a passo e o uso de reforçadores, mostrando as características comportamentais.

Com a Psicolinguística, buscam-se estratégias para compensar os *déficits* comunicativos com recursos visuais, gerando comunicação através da imagem visual. (ALMEIDA *et al apud* KWEE; SAMPAIO; ATHERINO, s/d, p. 339).

4.4. QUARTA CATEGORIA: BUSCA DE ACOMPANHAMENTO PROFISSIONAL: PARA O FILHO COM DIAGNÓSTICO DO TRANSTORNO DE ESPECTROAUTISTA E PARA MÃE

Tem por objetivo averiguar se as mães procuraram algum tipo de acompanhamento profissional para elas e para o filho com TEA.

Serra (2010) ressalta que toda a família é atingida pela notícia. A. explica que a filha possui vários atendimentos diferenciados com os profissionais da equoterapia, psicóloga, pediatra, pedagoga, neurologista. Porém a mãe de L. diz não ter procurado ajuda para a família, no caso de aceitação do transtorno da filha, pois juntos encontraram forças e apoio um do outro para a aceitação.

B fala que os profissionais que acompanham R. é o neurologista, profissionais da equoterapia, pedagoga, pediatra, clínico geral quando necessário e psiquiatra após o início da medicação. B relata não terem procurado profissionais para auxiliar no aceitamento do TEA. Em nenhum momento sentiram necessidade, pois os dois sempre estiveram dispostos a ajudar um ao outro (pai e mãe) e fazer o que estivesse ao alcance de cada um para a educação da filha.

C mãe de B explica que a filha frequenta a fonoaudióloga, psicóloga, equoterapia, monitoras na escola, na APAE e pedagoga. Em relação à mãe ter buscado algum profissional para aceitação da notícia, a mãe relata não ter buscado ajuda. Relata ter sido um choque mas como a filha é carinhosa e meiga ajuda neste processo.

D fala que atualmente E tem acompanhamento de fonoaudióloga, psicóloga, terapeuta ocupacional e equoterapia. Não precisou procurar nenhum profissional para aceitação do transtorno.

Assumpção Jr e Pimentel (2000) trazem uma questão muito importante sobre a medicação dada como tratamento a crianças com TEA, porém deve-se levar em conta que a medicação por si só não leva à “cura do problema” como muitos pensam, a medicação irá mascarar sintomas, diminuir agressividades e ansiedades. Há casos sim que precise de um suporte farmacológico, como nos casos de maior gravidade, porém não significa que toda criança necessite. Como os autores descrevem

...uma abordagem medicamentosa destinada à redução de sintomas-alvo, representados principalmente por agitação, agressividade e irritabilidade, que impedem o encaminhamento dos pacientes a programas de estimulação e educacionais. Considera-se assim o uso de neurolépticos como vinculado, eminentemente, a problemas comportamentais. (ASSUMPCÃO JR e PIMENTEL, 2000, p. 38).

Considerando o fato do uso de neurolépticos, deve-se ter o cuidado por parte dos pais e dos profissionais que atuam com esses pacientes de estar de tempo em tempo refazendo as avaliações médicas seja para regular as doses da medicação como interrupção desta.

Diante de um diagnóstico do Transtorno do Espectro do Autismo, a família pode ficar sem norte. Assim é importante que essa família encontre apoio psicológico, para que essa possa entender sobre o Transtorno do Espectro Autista e dessa forma cooperar para o desenvolvimento do filho. (SOUZA, 2014, p.29).

O pai (marido) auxilia e apoia, assim como os avós da criança. É importante que as relações familiares estejam bem, para que todos continuem a rotina normal e consigam a aceitação não transformando o TEA em algo “sombrio” que mudará definitivamente suas vidas, mas como algo que fará parte da rotina e terão juntos, que encontrar uma forma de adaptação. Além da mãe ser responsável na maioria das vezes por educar os filhos, ainda é responsável pelo lar e precisa dar conta de ser esposa, do emprego que exerce, o que por si só já não é tão simples. Ter um filho com TEA pode deixar essa mãe em um estado de sentimento de culpa como em um estado de sentir-se na obrigação de ajudar o filho, ter o melhor avanço possível como muitos outros sentimentos que a fazem disponibilizar ainda mais tempo para a criança e esquecendo o resto a sua volta, principalmente que ela continua sendo mulher, a autoestima cai bruscamente e muitas vezes podendo adoecer por conta de saber que seu filho tem TEA. (SOUZA, 2014).

...a mãe – cuidadora tomou-se a mulher-mãe que ganha seu espaço conquistado no mercado de trabalho, assumido assim por muitas vezes uma jornada tripla: sua atividade profissional como também os cuidados com o bem-estar dos membros da família e os cuidados pessoal e de seu próprio desenvolvimento. (SOUZA, 2014, p. 34).

Souza (2014) diz que um filho com deficiência exige dos pais, em particular, da mãe, primeira relação e mais investimento de tempo e de afeto.

5. CONCLUSÃO

A partir dos dados levantados foi possível perceber que o cuidado em relação à criança aumentou após o diagnóstico de TEA, deixando visível para outras pessoas e até mesmo para os irmãos que as mães demonstram muita preocupação e amor, desejando que possam vir a ter uma vida normal futuramente com objetivos, sonhos e realizações como qualquer outra pessoa. Não parecem diminuir as expectativas de futuro após o diagnóstico do transtorno de espectro autista.

Com relação à descoberta do diagnóstico pode-se averiguar que as mães ficaram surpresas com a notícia do diagnóstico, apesar de notarem a diferença de seu filho comparado a outras crianças. As mães receberam o diagnóstico através de médicos, psicólogos e professores. Todas tiveram que buscar informações, pois era um assunto desconhecido.

As entrevistadas não demonstram serem mães superprotetoras, apesar da família ter aumentado o cuidado com os(as) filhos(as). São carinhosas, afetuosas e exigentes na estimulação da criança.

As crianças estão sendo muito bem estimuladas e atendidas por diferentes profissionais; no entanto, as mães referem que não estão fazendo nenhum tipo de atendimento, pois não precisam ou encontram no marido ou em outros membros da família força para continuar suas atividades no processo de tratamento do filho com TEA. No entanto, fica claro através dos depoimentos, que estas mães estão precisando de acompanhamento psicológico individual ou grupo terapêutico para que possam trocar experiências e tirar dúvidas, ajudando no desenvolvimento das crianças e principalmente, aliviando as sobrecargas.

Para finalizar, é importante enfatizar que estes dados são parciais, pois para o próximo ano serão entrevistadas outras quatro mães, perfazendo um total de oito sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Cláudia Gomes; CARVALHO, Evelylin da Silva, ROSA; Marta Valéria dos Santos; MELLO, Thaís O'Reilly; FIGUEREDO, Patrícia Vieira da Motta. **O PAPEL DO PSICÓLOGO COMO MEDIADOR NO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS COM CRIANÇAS AUTISTAS CLÁSSICAS**, <<http://revistapresenca.celsolisboa.edu.br/index.php/numerohum/article/view/40>>, 17/02/16 às 13:12 horas.

ASSUMPTÃO Jr, Francisco B., PIMENTEL, Ana Cristina M., **AUTISMO INFANTIL**, 2000. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151644462000000600010&script=sci_arttext&lng=pt>, 18/01/2016 às 17 horas.

BUENO, Rovana K e MONTEIRO, Mariliane A, **PRÁTICA DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO INTERDISCIPLINAR DA EQUOTERAPIA**, 2011 <https://www.researchgate.net/profile/Rovana_Kinas_Bueno/publication/262728804_Prtica_do_psicologo_no_contexto_interdisciplinar_da_Equoterapia_Practice_Of_The_Psychologist_In_The_Context_Of_Interdisciplinry_Of_The_Hippotherapy/links/0deec538a9e4fc9bda00000.pdf>, 24/07/2016 às 16 horas.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais: um desafio ao aconselhamento**. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2006.

FIAES, Carla Silva e BICHARA, Ilka Dias, **BRINCADEIRAS DE FAZ-DE-CONTA EM CRIANÇAS AUTISTAS: LIMITES E POSSIBILIDADES NUMA PERSPECTIVA EVOLUCIONISTA**, 2009 <<https://www.repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2688/1/a07v14n3.pdf>>, 10/07/2016 às 10 horas.

Filhos Autistas, PIEROZAN, Myrna R, YOUNES, Salua, BARELLI, Cristiane, WESCHENFELDER, Eládio V., Volume 1, Passo Fundo: Saluz, 2015.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNO MENTAIS DSM – 5. Associação Brasileira de Pesquisa. Artmed, 2014.

MARTINS, Ana Luísa Ferreira. **AVALIAÇÃO DOS DISTÚRBIOS DA LINGUAGEM NO AUTISMO INFANTIL**. 2011. <<http://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/963/1/Tese%20Ana%20Lu%C3%ADsa%20Martins.pdf>>, 12/07/2016 às 13 horas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria de Educação Especial, **educação inclusiva**, Brasília, 2004.

RÊNGO, Ana Paula Monteiro, **AUTISMO: DISCURSO MÉDICO E DISCURSO ANALÍTICO**, 2016 <<http://www.repositorio.ufal.br:8080/bitstream/riufal/1345/1/Autismo%20discurso%20m%C3%A9dico%20e%20discurso%20anal%C3%ADtico.pdf>>, 16/07/2016 às 13:20.

SADOCK, Benjamin James, SADOCK, Virginia Alcott, 2011, **MANUAL CONCISO DE PSIQUIATRIA DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA**. Porto Alegre: Artmed.

SMEHA, Luciane Najar e CEZAR, Pâmela Kurtz, **A VIVÊNCIA DA MATERNIDADE DE MÃES DE CRIANÇAS COM AUTISMO**, 2011 <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n1/a06v16n1>>, 16/07/2016 às 11 horas.

SOUZA, José C., FRAGA, Liliane L., OLIVEIRA, Marlene R., BUCHARA, Marli S., STRALIOTTO, Neusa C., ROSÁRIO, Senir P. e REZENDE, Tânia M, **ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO FRENTE AOS TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL**, 2004 <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000200004>, 16/07/16 às 08 horas.

TABAQUIM, Maria de Lourdes M., VIEIRA, Roberta Gelain de Souza, RAZERA, Ana Paula Ribeiro, CIASCA, Sylvia Maria, **AUTOEFICÁCIA DE CUIDADORES DE CRIANÇAS COM O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA**, 2015. <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862015000300002>, 20/01/2016 às 15 horas.

ASSISTÊNCIA PRESTADA NA COMUNIDADE TERAPÊUTICA NA PERCEPÇÃO DO USUÁRIO DE DROGAS

Ruth Irmgard Bärtschi Gabatz¹
 Michele Johann²
 Marlene Gomes Terra³
 Stela Maris de Mello Padoin⁴
 Jane Lilian Ribeiro Brum⁵
 Eda Schwartz⁶

RESUMO

O abuso de drogas é um importante problema de saúde pública e seu tratamento é um desafio para os serviços de saúde, exigindo modalidades de atenção diversas. O estudo objetivou conhecer como o usuário de drogas percebe a assistência prestada na Comunidade Terapêutica. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, realizada em um município de pequeno porte da Região Noroeste do RS, Brasil. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada, com 8 usuários de álcool e outras drogas, no segundo semestre do ano de 2010. A análise dos dados ocorreu por meio da análise de conteúdo temática. Os resultados evidenciaram que a Comunidade Terapêutica é considerada como local em que os usuários encontram apoio para reformular sua vida, bem como um lugar em que compartilham suas experiências auxiliando os demais nos encontros que acontecem em reuniões de grupo. Conclui-se que é necessária a estruturação de redes de atenção com equipes multiprofissionais para abranger amplamente e qualificar o tratamento aos usuários.

Palavras-chave: Centros de tratamento de abuso de substâncias. Enfermagem. Usuários de drogas.

1. INTRODUÇÃO

O abuso de drogas é um importante problema de saúde pública, tanto epidemiologicamente como pelas consequências dele no meio social. Dados do Escritório das Nações Unidas de Drogas e Crime (UNODOC, 2015) apontam que no ano de 2013 ocorreram mundialmente aproximadamente 187.000 mortes relacionadas às drogas. Estima-se que nesse mesmo ano, um total de 246 milhões de pessoas na faixa etária dos 15 aos 64 anos consumiram drogas ilícitas, representando uma de cada 20 pessoas. Em 2013, os consumidores problemáticos de drogas (sofrem de transtornos ocasionados pelo consumo de drogas ou da dependência de drogas) foram em torno de 27 milhões de pessoas. No entanto, os dados revelam que apenas

ABSTRACT

Drug abuse is an important public health issue and its treatment is a challenge to health services, demanding diverse modalities of attention. The study aimed to know how drug users perceive assessment provided in the Therapeutic Community. It's a qualitative approach research, developed in a small town from the Northwest region of RS, Brazil. Data were collected through semistructured interviews with eight users of alcohol and other drugs on the second semester of 2010. Data analysis occurred through theme content analysis. Results showed that Therapeutic Community is considered as local in which users seek support to reformulate their lives, as well as on meetings that happen in group sessions. It's concluded that it's necessary to structure assessment network with multiprofessional teams to embrace users broadly and qualify users'treatments.

Keywords: Substance Abuse Treatment Centers. Nursing. Drug Users.

um em cada seis consumidores problemáticos de drogas teve acesso a tratamento da dependência por ano (UNODOC, 2015).

O tratamento do usuário de drogas ainda é considerado como um desafio pelos profissionais de saúde, pois a dependência de drogas tem aumentado nas últimas décadas e refletido nos serviços de saúde. Em virtude disto, estão sendo solicitadas diferentes modalidades de atenção para o tratamento e a reabilitação dos usuários como unidades básicas de saúde, hospitais, centros de atenção psicossociais e Comunidades Terapêuticas (CT) (SILVA; PINTO; MACHINESKI, 2013).

O termo 'comunidade terapêutica' é recente. Seu primeiro uso foi para descrever locais de atenção a pacientes psiquiátricos crônicos na Grã-Bretanha na década de 1940; posteriormente, influenciou o uso do

¹ Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem. Docente da Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. RS. Brasil. E-mail: r.gabatz@yahoo.com.br.

² Enfermeira. Graduada pela Faculdade de Enfermagem da Sociedade Educacional Três de Maio – SETREM. Três de Maio – RS. E-mail: michelecapa@hotmail.com.

³ Enfermeira. Pós-Doutora em Enfermagem. Docente do Departamento e do Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. RS. Brasil. E-mail: martesm@terra.com.br.

⁴ Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Departamento e do Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. RS. Brasil. E-mail: stelamaris_padoin@hotmail.com.

⁵ Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Prefeitura Municipal de Carazinho. Carazinho. RS. Brasil. E-mail: jlbrum@gmail.com.

⁶ Enfermeira. Pós-doutora em Enfermagem. Docente da Faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. RS. Brasil. E-mail: eschwartz@terra.com.br.

termo, na América do Norte, para denominar as comunidades de tratamento de pessoas com problemas de álcool e drogas (DE LEON, 2000). Neste contexto de redes de atenção ao usuário de drogas inserem-se as Comunidades terapêuticas, que são definidas como unidades que têm por função a oferta de um ambiente protegido, técnica e eticamente orientado, fornecendo suporte e tratamento aos usuários abusivos ou dependentes de substâncias psicoativas, durante período estabelecido de acordo com programa terapêutico adaptado às necessidades de cada caso (ANVISA, 2001).

No Brasil, as CTs tiveram crescimento exponencial a partir da década de 1960 e oferecem assistência para uma parcela de pessoas usuárias de álcool e outras drogas. As CTs têm buscado incentivar o cultivo à espiritualidade e ao trabalho como parte importante do tratamento (CRUZ, 2009). Nestas instituições o tempo maior de permanência, o resgate da cidadania, a inserção da família e reinserção social, podem ser destacados como pontos importantes para a reabilitação dos usuários (SILVA; PINTO; MACHINESKI, 2013).

Em 2010, foi instituído um plano que visa a prevenção do uso, o tratamento e a reinserção social do usuário, bem como propõe a inserção da família na assistência prestada ao usuário de drogas. Além disso, recomenda a estruturação e ampliação das redes de atenção à saúde e prevê a formação permanente de atores governamentais e não governamentais nas ações de prevenção, tratamento e reinserção social desses usuários, prevendo a ampliação da participação comunitária nessas ações (BRASIL, 2010).

A Federação Brasileira das Comunidades Terapêuticas (FEBRACT, 2015), fundada em 1990 com o objetivo de fornecer respaldo técnico às CTs, conta atualmente com 96 filiadas em todo país. Contudo, esses dados não refletem a realidade numérica dessas instituições, pois existem ainda várias CTs em funcionamento não filiadas à federação e não adequadas, estrutural e/ou funcionalmente, às normas mínimas exigidas para o funcionamento desses locais.

Conforme Brasil (2012) as CTs são compreendidas como Serviços de Atenção em Regime Residencial, em que os usuários recebem atendimento em regime de moradia, com profissionais qualificados disponíveis em horário integral para prestar assistência. O principal instrumento terapêutico da CT está pautado na convivência entre pares (ANVISA, 2011). Destaca-se a importância da legislação na normatização das instituições que atendem os usuários de álcool e outras drogas, de forma que estas estejam de acordo com uma assistência que visa à integralidade e à reinserção social dessas pessoas.

Segundo Sabino e Cazenave (2005), a reinserção social do usuário compreende o retorno ao seu meio de origem de modo gradativo em que permanece por períodos alternados em casa ou com familiares. Entretanto, é necessário buscar a particularidade nas formas de tratamento, tendo em mente a singularidade de cada usuário.

Nesse sentido, possíveis dificuldades no decorrer do tratamento podem estar relacionadas ao

contexto social e familiar vivenciado pelo usuário, sendo necessária maior interação para ocorrer mudanças e atingir sucesso na atenção à saúde do usuário (SILVA; PINTO; MACHINESKI, 2013). Assim, de acordo com os autores, é imprescindível focar no trabalho intersetorial compreendendo as co-morbidades, buscando condições adequadas de moradia, acesso à educação e desenvolvimento, favorecendo a saúde mental.

Diante dessas considerações, o estudo teve por objetivo conhecer como a pessoa usuária de drogas percebe a assistência prestada na Comunidade Terapêutica, questionando-se: qual a percepção da pessoa usuária de drogas sobre a assistência prestada nas Comunidades Terapêuticas?

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Pesquisa descritiva e de abordagem qualitativa, realizada em uma CT que atende pessoas usuárias de drogas, adolescentes e adultos do sexo masculino, em um município de pequeno porte do RS, no segundo semestre do ano de 2010.

Na referida CT havia 30 internos, sendo o serviço administrado por monitores que já foram tratados pelo uso de drogas, mas atualmente encontram-se qualificados para supervisão por meio de cursos específicos. Existe uma rotina diária na comunidade que se baseia em um cronograma de atividades fixas, sendo os internos distribuídos em grupos que realizam rodízio para a implementação das atividades de cozinha, horta, cuidados com animais, entre outros.

A coleta dos dados ocorreu por meio de entrevista semiestruturada com oito indivíduos, usuários de drogas, com idades entre 18 e 45 anos, atendendo aos critérios de inclusão de estar internado há pelo menos 15 dias na CT, que já tivessem passado pela experiência da recaída, além de estarem lúcidos, orientados e coerentes. As entrevistas tiveram uma duração média de 20 minutos, agendadas previamente com os participantes do estudo. Além disto, foram gravadas em gravador digital e posteriormente transcritas. Para preservar o anonimato dos participantes da pesquisa, estes internos foram identificados com a letra P (participante), seguido de um numeral.

Para analisar os dados foi utilizada a Análise de Conteúdo Temático atendendo as três etapas do método: a pré-análise, em que se selecionam os documentos a serem analisadas, a exploração do material em que se codifica o material selecionado e o tratamento e a interpretação dos resultados em que são destacadas as informações selecionadas, analisando-as. E, finalmente, os dados foram interpretados e delimitados em temas, conforme os significados atribuídos (MINAYO, 2012).

Consideraram-se os preceitos éticos e legais, de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e Diretrizes e Normas Regulamentadoras sobre pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 1996). Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em duas vias, ficando uma com o participante e outra com a pesquisadora. O protocolo do projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o número 0237.0.243.000-10.

3. RESULTADOS

A partir da análise dos dados emergiram três categorias: comprometimento consigo e com o outro; importância da espiritualidade no tratamento; apoio ao usuário na atenção à saúde.

3.1. COMPROMETIMENTO CONSIGO E COM O OUTRO

Esta categoria apresenta os temas acerca da necessidade da pessoa usuária de drogas desejar êxito em seu tratamento, bem como do auxílio que recebe e compartilha com seus pares. Para tanto, é indispensável respeitar a sua autonomia, conforme alguns participantes quando referiram que na CT o tratamento é baseado na conscientização e força de vontade para mudar de vida.

[...] é uma reformulação de vida, é o querer que recupera, a Comunidade ajuda com a sua estrutura (P5).

[...] o que estou ganhando hoje com a recuperação, o que vou perder se eu abortar o tratamento, se eu quero voltar àquela velha vida. Essa conscientização, de onde vim e para onde quero chegar. É isso que reforça saber o valor que tem a recuperação o que vou ganhar quando sair daqui se eu ficar em pé: uma vida diferente da vida que levava [...] o melhor lugar para eu me recuperar é aqui hoje [...] (P8).

Soma-se a isto, no relato de P6, que é possível perceber outro ponto importante quando se aborda o tratamento e a reabilitação das drogas, que eles acabam sendo impostos ao usuário, por exemplo, pela sua família ou pela justiça e não por vontade e desejo da pessoa.

Enquanto a pessoa não tiver um desejo sincero, nada dá certo [...] de repente está aqui porque o pai manda, a mãe quer, a justiça definiu. Só dá certo quando a pessoa resolve, eu vou fazer um tratamento e viver limpo de cara hoje [...] (P6).

A possibilidade de compartilhamento das histórias de vida de cada um, por meio do diálogo, é ressaltada como ponto importante no tratamento.

As reuniões de sentimento, as reuniões diárias, o diálogo, a abertura com os irmãos, o sentido dado à recuperação. É importante abrir os sentimentos, a ansiedade, não mascarar e fingir que está tudo bem. A aceitação do programa faz com que torne mais fácil. Falar com o monitor ajuda muito. Abrir-me é o que vai me fazer me manter em pé lá fora. O grupo de sentimento é um aliado pra mim (P8).

Aqui a gente aprende a superar a crise. Aqui, são pessoas que passaram pelo mesmo problema que eu. Então, quando vou falar com eles, eles me entendem. Aqui, percebemos porque temos as crises (P2).

O conhecimento e discussão sobre a patologia também são apontados como ponto forte das reuniões em grupo, aliados no auxílio ao abandono do uso de drogas.

O que recupera é o conhecimento da doença, eu conhecendo a doença eu vou poder criar uma nova qualidade de vida para mim, poder viver sem a droga [...] (P7).

Aqui eles trabalham com as reuniões onde estudamos sobre a doença da dependência, todo dia tem, e somos nós mesmos que damos estas palestras, cada dia é um [...] essas reuniões são as mais importantes por compartilhar as experiências de vida, eu compartilhar com outro o que eu passei na rua e o que eu encontro hoje aqui dentro [...] (P3).

3.2. IMPORTÂNCIA DA ESPIRITUALIDADE NO TRATAMENTO

Esta categoria é composta pelos temas que dizem respeito ao papel da espiritualidade no tratamento. As pessoas participantes do estudo ressaltaram valores importantes como a espiritualidade, a disciplina e o trabalho.

[...] a força de vontade aliada à estrutura da CT [...] quando eu sair tem que levar o tripé comigo: a oração, a disciplina e o trabalho (P4). Aqui dentro pude desenvolver conhecimento sobre mim mesmo, coisa que eu não sabia sobre mim antes. A espiritualidade, a disciplina que com a droga, nunca tive ou perdi. Hoje, tenho diálogo em família. Temos tempo para tudo, horários para tudo isso também, é bom (P7).

A fala de P1 mostra a importância de Deus em sua vida, especialmente por estar em uma CT:

Não adianta eu querer se eu estou num local onde não me fornecem as ferramentas que eu preciso, principalmente o lado espiritual [...] eu vejo que sem Deus eu não sou ninguém (P1).

3.3. APOIO AO USUÁRIO NA ATENÇÃO À SAÚDE

Nesta categoria são apresentados os temas que se referem à necessidade de apoio profissional e familiar para a atenção à saúde das pessoas usuárias de drogas.

A atenção à saúde prestada aos usuários pela CT é percebida pelos participantes como positiva, pois está ligada à busca pela autoestima e à reinserção social, que acontece a terapêutica da Comunidade.

[...] a assistência acontece não de uma forma autoritária, mas em contato com a vida pessoal. A assistência é muito forte em questão de conversas produtivas, não na base do autoritarismo como em outras instituições. A reinserção social é importante também, pois é neste tempo que volto a ver os problemas que deixei. A equipe, muitas vezes, me ajuda a solucionar, assim como, várias questões do passado (P8).

Destaca-se que algumas vezes as pessoas usuárias transparecem seu descrédito na possibilidade de não mais usar drogas. Além disso, apontam que buscaram auxílio porque estavam em seu limite,

cansadas de perder para as drogas, desacreditadas principalmente pelas suas famílias, seus amigos, sociedade e, também, pelos profissionais que trabalham no cuidado à saúde desses usuários.

No começo cheguei de marcha ré (P2).

Eu vim parar aqui porque fui até o fundo do poço. Não tinha mais saída. Então, eu vim para cá [...] (P8).

A família exerce uma grande influência sob os indivíduos, sendo o seu primeiro núcleo de socialização. No entanto, mesmo sendo o suporte para ele, algumas vezes, com as crises enfrentadas pela pessoa na sua constituição como sujeito ao longo do ciclo vital, surge conflito com a família e a busca por refúgio nas drogas. Por outro lado, os participantes do estudo deixam claro que o apoio da família é imprescindível para a reabilitação.

*A família tem que entender o que acontece e saber lidar com o dependente, não que eu volte novamente para casa e eles continuam fazendo as mesmas coisas (P1).
É bom porque trabalham a família também, tem muita família que está mascarada, acha que a pessoa estando lá vai voltar curada, mas esquecem que uma vez dependente sempre dependente, pro resto da vida, eu vou morrer dependente (P4).*

Outro ponto que foi relatado pelo usuário como positivo na terapêutica da CT, diz respeito à ausência de grades, ou seja, só fica para realizar o tratamento o usuário que deseja realmente.

Aqui é aberto, sem grades. Quem quer ir vai. É passada a mensagem. Mas, não quer, o portão está aberto. Mas, caso queira ficar, terá apoio (P8).

4. DISCUSSÃO

Conforme Sabino e Cazenave (2005, p. 173), as CTs precisam ater-se ao seu objetivo que é de atender aos indivíduos usuários de drogas que desejam reabilitar-se, pois é comum encontrar aqueles "ocasionais (não-dependentes), internações indiscriminadas", outros com "diagnósticos psiquiátricos associados à dependência" e, ainda, os que são forçados pela família como caráter punitivo.

A CT diz respeito à terapêutica de internação em que a pessoa é a principal responsável pelo seu tratamento, sendo auxiliada e apoiada por companheiros de grupo e alguns profissionais da área da saúde. O processo terapêutico na CT visa realizar intervenções sociais por meio da atribuição de funções, direitos e responsabilidades a esses indivíduos (SABINO; CAZENAVE, 2005). Pode-se perceber nas falas que a conscientização vai muito além da simples compreensão da necessidade de ajuda, mas precisa envolver a autonomia de escolha relacionada ao desejo de aderir ao tratamento.

Souza *et al.* (2013) apontam que em relação ao local de internamento, nas fazendas de recuperação, forma na qual se encaixam as CTs, os internos são mais motivados para o tratamento do que nos hospitais

psiquiátricos. Essa diferença pode ser explicada pelo tipo de tratamento oferecido, enquanto nas fazendas, regidas pela disciplina, trabalho e espiritualidade num convívio comunitário se enfatiza uma visão mais holística do indivíduo, nos hospitais se foca o âmbito biológico (SOUSA *et al.*, 2013).

As pessoas participantes do estudo apontaram que dentro da CT, por meio das reuniões em grupo, torna-se possível superar as crises, já que são capazes de se identificarem com vivências semelhantes e, assim, fortalecerem-se uns com os outros. Nas reuniões de grupo é imprescindível o apoio de pessoas que se encontram ou passaram pela mesma condição propiciando que os membros se ajudem mutuamente (SANCHEZ; NAPPO, 2007).

Conforme Sanchez e Nappo (2007), os grupos de mútua ajuda adotam como conduta terapêutica a ajuda de um usuário ao outro. Neste contexto, destaca-se que, além do compartilhamento de experiências, do conhecimento acerca do uso e abuso das drogas, de seus efeitos e suas consequências, é imprescindível a adesão ao tratamento. Assim, só pode fazer escolhas quem tem informação. Para tanto, os profissionais que assistem os usuários precisam estar instrumentalizados para práxis cotidiana, a fim de prestar uma assistência de qualidade (DUARTE; VALE; STENERT, 2014).

Nas falas dessas pessoas, a religiosidade é um dos pontos primordiais em seu tratamento. Essa pode ter um papel fundamental no tratamento dos usuários de drogas, em especial em períodos em que eles estão sujeitos a mudanças sociais e psicológicas estressantes oriundas das suas condições patológicas crônicas e quando vivenciam momentos estressantes e até traumáticos ao longo do processo, decorrentes das consequências pelo abuso progressivo das drogas (SANCHEZ; NAPPO, 2007).

As CTs são conhecidas como instituições ligadas a ordens religiosas. De acordo com Sanchez e Nappo (2007), alguns autores criticam essa visão da assistência pautada na religião; entretanto, referem que existem poucos estudos científicos sobre este tipo de intervenção, mesmo sabendo que a cada dia proliferam igrejas que se oferecem para curar os usuários de drogas.

Observa-se um forte impacto da religiosidade e da espiritualidade no tratamento dos usuários. Ela favorece o vínculo e a adesão ao tratamento, pois o que existe de comum em todos os tratamentos é o valor dado à oração, como modo de controlar a fissura pela droga (SANCHEZ; NAPPO, 2007). Para Sanchez e Nappo (2008, p. 269) "o fato de se contar com a ajuda irrestrita de Deus gera um amparo constante, conforto e bem-estar".

Conforme Krawcyk, Veloso Filho e Bastos (2015) muitos usuários que expressam o desejo de parar, reduzir ou controlar o uso da droga, têm opiniões diversas sobre o tipo de serviço que pode auxiliar no seu tratamento e o retorno à vida saudável. Alguns acreditam que apenas a crença religiosa e espiritual pode ajudar a melhorar sua condição.

A necessidade de um bom acolhimento e a formação de vínculo dos profissionais que atuam em

serviços que prestam atenção às pessoas usuárias de drogas fica evidente nas falas, pois elas apontam seu descrédito no tratamento e, diversas vezes, buscam auxílio somente porque não têm mais para quem recorrer. De acordo com Neves e Miasso (2010), o usuário, em determinadas situações, só busca se afastar das drogas quando percebe as perdas que estas lhe impuseram.

Destaca-se, neste contexto, um importante caminho para a atuação da enfermagem no que tange ao tratamento desses usuários. Acredita-se que seja imprescindível investir esforços para que os profissionais de saúde, em especial da enfermagem, que em geral estabelecem o primeiro contato com os usuários nos serviços de saúde e permanecem um tempo maior junto aos indivíduos que assistem, estejam qualificados para atender a essa população e pautem-se em um cuidado integral e humanizado, que busque formar e manter vínculos favorecendo a reabilitação.

Assim, é fundamental que ocorra uma interlocução positiva, com acolhimento e posterior vinculação, sendo que a empatia do profissional pode facilitar a aproximação deste com a pessoa usuária de drogas.

Evidencia-se, nas falas dos participantes, a necessidade da família também conhecer o tratamento e as formas de realizá-lo, bem como as estratégias de lidar com as drogas para que possam ajudar efetivamente. Neves e Miasso (2010) apontam que a família aparece como fator interventor, tanto para incentivar o uso quanto como fator protetor quando ajuda o usuário. A família desempenha um papel fundamental na transferência e disseminação dos valores que vão constituir o sujeito, repassados através da educação formal e informal que permite a ele uma visão e inserção de mundo e sociedade. Assim, é indispensável assistir à família, pois a falta de suporte familiar poderá interferir na adesão ao tratamento (MOMBELLI; MARCON; COSTA, 2010).

Segundo Silva, Pinto e Machineski (2013), o acompanhamento da família é importante para a recuperação, tanto durante a permanência do usuário na CT, quanto no seu retorno ao lar, sendo essencial o apoio e cuidado fornecidos por ela. Além disso, é importante estabelecer uma rede de apoio com amigos, vizinhos e profissionais da saúde a fim de favorecer a reinserção social. Entretanto, se a família e a rede de relações do usuário não tiverem compreensão acerca da dependência química e fornecer apoio para a reabilitação, a reinserção desse usuário na sociedade se torna difícil, favorecendo o retorno ao uso das drogas.

Conforme Krawczyk, Veloso Filho e Bastos (2015), as pessoas usuárias de drogas se sentem estigmatizadas por cidadãos, profissionais de saúde e autoridades, expressando, por diversas vezes, a vergonha sobre si mesmas, internalizando noções negativas sobre si; além disso, o uso da droga diminui o desejo de autocuidado, o que afasta os usuários da busca por tratamento.

Para Chaves *et al.* (2011) é importante que os profissionais que assistem ao usuário conheçam as causas e as consequências do uso das drogas,

subsidiando a elaboração de estratégias de controle e comprometendo o indivíduo com seu tratamento.

A possibilidade de estar em uma instituição com portas abertas foi ressaltada pelo P8. Conforme a RDC nº 29 de 2011 prevê em seu Art. 15 que “Todas as portas dos ambientes de uso dos residentes devem ser instaladas com travamento simples, sem o uso de trancas ou chaves”. E, na sequência em seu Art. 19 sublinha “III - a permanência voluntária” (ANVISA, 2011, sp.). Também em consonância com a Portaria nº131 no seu Art. 21 “Todo usuário residente será livre para interromper a qualquer momento a sua permanência no serviço de atenção em regime domiciliar” (BRASIL, 2012, sp.). Destaca-se, neste contexto, a importância do indivíduo procurar voluntariamente o tratamento, favorecendo uma participação ativa na adesão ao programa terapêutico.

Assim, é necessário investir muito ainda para reduzir o estigma e o discurso moralizador sobre o usuário de drogas, especialmente entre os profissionais de saúde e a imposição da justiça, bem como melhorar as condições de recursos na saúde pública fornecidos à população vulnerável (KRAWCYK; VELOSO FILHO; BASTOS, 2015).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste estudo percebeu-se que para a pessoa usuária de drogas é imprescindível que ela entenda a importância da mudança de hábitos e estilo de vida. A CT foi abordada como o local em que os participantes do estudo encontraram apoio para rever e reformular sua vida. Nesse cenário ocorrem reuniões em grupo em que cada um compartilha suas experiências auxiliando os demais.

Por outro lado, destaca-se a importância da compreensão do contexto familiar e social do usuário para sua reinserção na sociedade. É preciso trabalhar com o preconceito que ainda está atrelado ao indivíduo que passou por um processo de tratamento para uso de drogas. A ruptura com o uso das drogas depende da maneira como a realidade cotidiana é enfrentada pelo usuário quando ele retorna ao seu ambiente, necessitando de apoio familiar e social para não retornar ao abuso de drogas.

Neste contexto, visando reduzir os danos e a promover a saúde, é preciso oferecer ao usuário uma rede de apoio que forneça condições para o afastamento das drogas, com acesso à saúde, educação e desenvolvimento visando à realização profissional e afetiva.

O estudo apresenta fragilidade/limitação, pois investiga uma realidade específica, mas salienta-se que pode servir como base para elaborar estratégias de assistência aos usuários de drogas, bem como auxiliar a difundir as formas de tratamento e suas concepções. Sugere-se que a assistência a usuários de drogas seja enfaticamente abordada na formação do enfermeiro, para que ele possa estar instrumentalizado a prestar um cuidado mais integral, humanizado e efetivo.

Por fim, acredita-se que a estruturação de redes de atenção aos usuários, com equipes

multiprofissionais, possibilita abranger mais amplamente os usuários e qualificar o tratamento em busca da reabilitação. Também, contribui com a ciência, pois os resultados podem acirrar outras pesquisas relacionadas à temática em outros cenários.

REFERÊNCIAS

1. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). 2011. **RDC nº 29 de 30 de Junho de 2011**. Dispõe sobre os requisitos de segurança sanitária para o funcionamento de instituições que prestam serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2011/res0029_30_06_2011.html. Acesso em: 09 set. 2015

2. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). 2001. Resolução - RDC nº 101 de 30 de maio de 2001: Estabelece Regulamento Técnico disciplinando as exigências mínimas para o funcionamento de serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas. **Diário oficial da União**. 30 mai 2001. Seção 1:nº105-E. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=23&data=31/05/2001>. Acesso em: 09 set. 2015.

3. BRASIL. 2012. Ministério da Saúde. **Portaria nº 131 de 26 de janeiro de 2012**. Institui incentivo financeiro de custeio destinado aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal para apoio ao custeio de Serviços de Atenção em Regime Residencial, incluídas as Comunidades Terapêuticas, voltados para pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0131_26_01_2012.html. Acesso em: 09 set. 2015.

4. BRASIL. 2010. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 7.179 de 20 de maio de 2010**. Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/senad/main.asp?Team={3355A6C1-0CB1-45F2-8E29-3EDF9CBC2C92}>. Acesso em: 09 set. 2015.

5. BRASIL. 1996. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 196 de 10 de outubro de 1996: diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília: **Diário oficial da União**. 16 out 1996; Seção 1: 21082. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/10/1996&jornal=1&pagina=50&totalArquivos=96>. Acesso em: 09 set. 2015.

6. CHAVES, T. V.; SANCHEZ, Z. M.; RIBEIRO, L. A.; NAPPO, A. S. 2011. Fissura por crack: comportamentos e estratégias de controle de usuários e ex-usuários. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 6, p. 1168-1175. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v45n6/2774.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2015.

7. CRUZ, S. M. 2009. Modelos de Atenção a Dependentes de Drogas. In: SEIBEL, S. D. **Dependência de drogas**. 2a ed. São Paulo: Atheneu; p. 71-97.

8. DE LEON, G. 2000. **The Therapeutic Community: Theory, Model and Method**. Springer publishing Company. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=mflOo0L-7fAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 09 set. 2015.

9. DUARTE, M. L. C.; VALE, M. G.; STENERT, F. 2014. Atualização de profissionais em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas: relato de experiência. **Journal of Nursing and Health**, v. 4, n. 1, p. 90-96. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermage/m/article/view/3396/3511>. Acesso em: 09 dez. 2015.

10. FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE COMUNIDADES TERAPÊUTICAS (FEBRACT). 2015. **História**. Disponível em: <http://www.febract.org.br>. Acesso em: 08 set. 2015

11. KRAWCYK, N.; VELOSO FILHO, C. L.; BASTOS, F. I. 2015. *The interplay between drug-use behaviors, settings, and access to care: a qualitative study exploring attitudes and experiences of crack cocaine users in Rio de Janeiro and São Paulo, Brasil*. **Harm Reduction Journal**, v. 12, n. 24, p. 1-11. Disponível em: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4527230/pdf/12954_2015_Article_59.pdf. Acesso em: 10 set. 2015.

12. MINAYO, M. C. S. 2012. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12a ed. São Paulo: HUCITEC.

13. MOMBELLI, M. A.; MARCON, S. S.; COSTA, J. B. 2010. Caracterização das internações psiquiátricas para desintoxicação de adolescentes dependentes químicos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, n. 5, p. 735-40. Disponível em: www.scielo.br/pdf/reben/v63n5/07.pdf. Acesso em: 10 set. 2015.

14. NEVES, A. C. L.; MIASSO, A. I. 2010. "Uma força que atrai": o significado das drogas para usuários de uma ilha de Cabo Verde. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 18, n. esp., p. 589-597. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rlae/v18nspe/a15v18nspe.pdf. Acesso em: 10 set. 2015.

15. SABINO, N. D. M.; CAZENAVE, S. O. S. 2005. Comunidades terapêuticas como forma de tratamento para a dependência de substâncias psicoativas. **Estudos de Psicologia** (Campinas), v. 22, n. 2, p. 167-174. Disponível em: www.scielo.br/pdf/estpsi/v22n2/v22n2a06.pdf. Acesso em: 10 set. 2015.

16. SANCHEZ, Z. V. D. M.; NAPPO, S. A. 2008. Intervenção religiosa na recuperação de dependentes de drogas. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 2, p. 265-272. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rsp/v42n2/6163.pdf. Acesso em: 10 set. 2015.

17. SANCHEZ, Z. V. D. M.; NAPPO, S. A. 2007. A religiosidade, a espiritualidade e o consumo de drogas. **Revista Psiquiatria Clínica**, v. 34, n. supl 1, p. 73-81. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rpc/v34s1/a10v34s1.pdf. Acesso em: 10 set. 2015.

18. SILVA, G. G.; PINTO, M. R.; MACHINESKI, G. G. 2013. Percepção dos familiares de usuários de substâncias psicoativas em relação ao tratamento em comunidade terapêutica. **Cogitare Enfermagem**, v. 18, n. 3, p. 475-481. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/cogitare/article/view/33558/21056>. Acesso em: 10 set. 2015.

19. SOUSA, P. F.; RIBEIRO, L. C. M.; MELO, J. R. F.; MARIEL, S. C.; OLIVEIRA, M. X. 2013. Dependentes químicos em tratamento: um estudo sobre a motivação para mudança. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 259-268. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n1/v21n1a18.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

20. UNITED NATIONS OFFICE ON DROG AND CRIME (UNODC). 2015. **Informe Mundial sobre las Drogas: Resumen Ejecutivo**. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/wdr2015/WDR15_Ex_Sum_S.pdf. Acesso em: 10 set. 2015.

SÍNDROME DE GUILLAIN-BARRÉ: FATORES INTRÍNSECOS E EXTRÍNSECOS E A SISTEMATIZAÇÃO DE ENFERMAGEM

Fernanda Engeroff¹
Priscila Orlandi Barth²
Gilberto Souto Caramão³

RESUMO

Trata-se de uma revisão integrativa que teve como objetivo: Analisar os principais fatores de risco e predisposições da Síndrome de Guillain-Barré e os cuidados de Enfermagem pela Sistematização da Assistência de Enfermagem. Para a coleta dos dados utilizou-se base de dados da Biblioteca Virtual da Saúde, MEDLINE e PUBMED, com os descritores Polineuropatia, cuidados de enfermagem e fatores de risco, com o termo booleano AND nos idiomas português, inglês e espanhol, disponíveis *online* na íntegra. A análise dos dados foi desenvolvida pela Análise Temática de Minayo. Após a análise dos estudos elencou-se 3 categorias: Sistematização da assistência. Fatores de risco relacionados a vírus e bactérias. Fatores de risco relacionados a condições genéticas, fisiológicas e biológicas. A primeira categoria abordou o processo de enfermagem, demonstrado nos estudos pelas ações efetuadas durante a consulta de enfermagem pelo exame físico e anamnese. A segunda categoria reporta que a Síndrome de Guillain-Barré é causada pela bactéria *Campylobacter jejuni*, pelo vírus da influenza H1N1 ou pelo herpes zoster. A terceira categoria apresenta outras causas como, fatores relacionados às condições genéticas, fisiológicas e biológicas, além de fatores cognitivos, cardiovasculares, metabólicos e hereditariedade. Os estudos analisados oferecem vários fatores extrínsecos e intrínsecos, no entanto a sua causa principal continua sendo uma dúvida ou uma hipótese importante para a prevenção e o controle da doença. O papel da sistematização de enfermagem frente ao paciente é promissor e qualificado, proporciona a diferença da qualidade de assistência com comprometimento e conhecimento.

Palavras-chave: Polineuropatia. Fatores de Risco. Cuidados de Enfermagem.

1. INTRODUÇÃO

A Síndrome de Guillain-Barré consiste em uma doença autoimune, a qual avança rapidamente e desenvolve algumas manifestações clínicas, que desencadeiam fraqueza muscular, dor em membros, perda de reflexos e acometimento de pares cranianos (SANTOS *et al.*, 2009).

Os estudos realizados por Tavares *et al.* (2000) nos últimos anos, sobre a SGB, mostraram que a etiologia

ABSTRACT

*This is an integrative review that aimed to: Analyze the main risk factors and predispositions of Guillain-Barré Syndrome and Nursing care through the Systematization of Nursing Care. Data were collected from the Virtual Health Library, MEDLINE and PUBMED, with the descriptors Polyneuropathy, nursing care and risk factors, with the term boolean AND in Portuguese, English and Spanish, available online at Data analysis was developed by the Minayo Thematic Analysis. After the analysis of the studies, three categories were listed: Systematization of care. Risk factors related to viruses and bacteria. Risk factors related to genetic, physiological and biological conditions. The first category addressed the nursing process, demonstrated in the studies by the actions performed during the nursing consultation through physical examination and anamnesis. The second category reports that Guillain-Barré syndrome is caused by the bacterium *Campylobacter jejuni*, by the influenza virus H1N1 or by herpes zoster. The third category presents other causes such as factors related to genetic, physiological and biological conditions, as well as cognitive, cardiovascular, metabolic and hereditary factors. The studies analyzed offer several extrinsic and intrinsic factors, however its main cause remains a doubt or an important hypothesis for the prevention and control of the disease. The role of nursing systematization in front of the patient is promising and qualified, it provides the difference of the quality of care with commitment and knowledge.*

Keywords: Polyneuropathy. Risk factors. Nursing care.

da doença ainda é pouco conhecida e a população masculina é a mais afetada com o aumento da idade. Para MORAES *et al.* (2015) as principais causas dessa síndrome são as infecções respiratórias, gastrointestinais e a genética do indivíduo.

As principais manifestações clínicas em um indivíduo portador da síndrome se caracterizam pela dor e perda de força muscular progressiva dos membros inferiores, evoluindo para a diminuição ascendente dos movimentos. Ocorrem sintomas sensitivos como o formigamento e sensação de queimação nos membros inferiores e superiores de forma distal (MORAES *et al.*, 2015).

¹ Acadêmica do 10º Período do Bacharel em Enfermagem / Sociedade Educacional Três de Maio SETREM. Email: ferenf12@outlook.com

² Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso. Doutorado em Enfermagem. Docente do Bacharel em Enfermagem / Sociedade Educacional Três de Maio SETREM. Email: priscilabarth@yahoo.com.br

³ Co-orientador do Trabalho de Conclusão de Curso. Enfermeiro Coordenador do Bacharel em Enfermagem / Sociedade Educacional Três de Maio SETREM. Email: gilberto@setrem.com.br

Neste sentido, o enfermeiro, a partir da Sistematização da Assistência de Enfermagem passa ao paciente confiabilidade e segurança, possibilita criticidade e análise, para a escolha da melhor prática assistencial baseada na evidência científica. Deste modo, a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) constitui um papel fundamental no atendimento ao paciente e possibilita ao profissional enfermeiro individualizar suas ações e torná-las mais humanizadas e holísticas.

O presente estudo teve como objetivo principal analisar os fatores de risco e predisposições acerca do desenvolvimento da SGB, ressaltando a Sistematização da Assistência em Enfermagem necessária a eles.

2. METODOLOGIA

O presente estudo realizou uma revisão integrativa sobre a Síndrome de Guillain-Barré, elencando os fatores que estão desenvolvendo esta síndrome. Também se tornou um dos focos desta pesquisa, apresentar os cuidados assistências ao individuo acometido por meio da SAE.

A revisão integrativa constituiu-se de seis etapas: 1) formulação do problema; 2) coleta de dados ou identificação sobre a busca da literatura; 3) definição das informações; 4) avaliação dos estudos; 5) análise dos dados e apresentação; e 6) interpretação dos resultados.

Primeira Etapa – Formulação do Problema

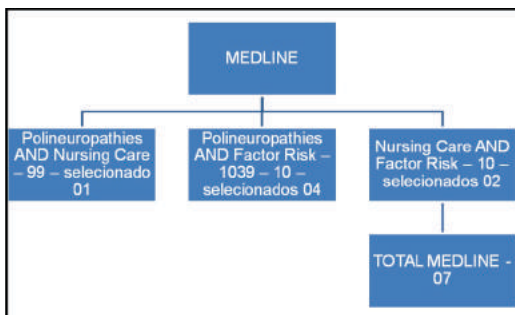
É a primeira etapa da revisão, a qual deve ser pensada em um tema em prol de relevância para a saúde e enfermagem. Assim, o tema evidenciado foi a SGB, elaborando-se a seguinte questão de pesquisa:

Quais são os fatores de risco e a sistematização de assistência de Enfermagem realizada com portadores da Síndrome de Guillain-Barré?

Segunda Etapa – Coleta de Dados

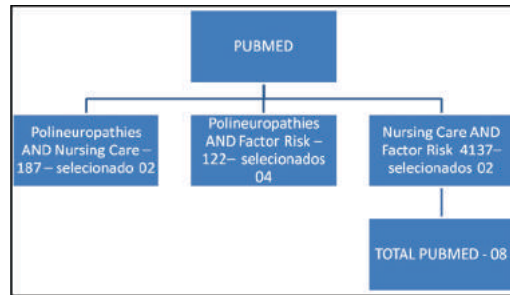
A busca ocorreu nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), MEDLINE e PUBMED. Foram selecionados artigos disponíveis *online* na íntegra, contendo os descritores: Polineuropatia. Fatores de Risco. Cuidados de Enfermagem, nos idiomas português, inglês e espanhol, por meio booleano, utilizando o termo booleano AND, conforme apresentado nos fluxogramas a seguir.

Figura 1. Fluxograma busca de descritores booleano base de dados MEDLINE. Três de Maio, 2016.



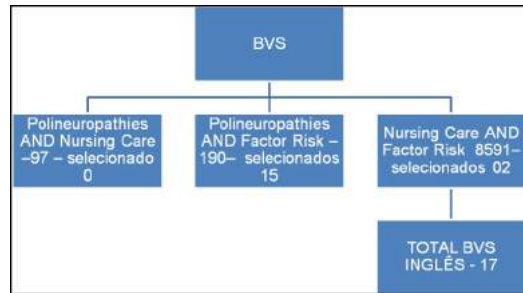
Fonte: Engeroff, Barth, Caramão, 2016.

Figura 2. Fluxograma busca de descritores booleano base de dados PUBMED. Três de Maio, 2016.



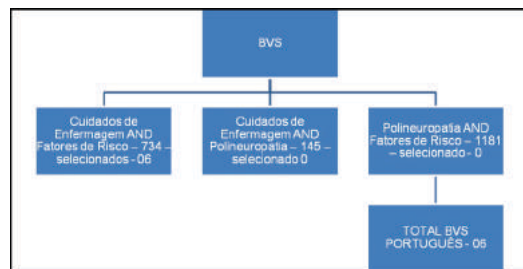
Fonte: Engeroff, Barth, Caramão, 2016.

Figura 3. Fluxograma busca de descritores booleano base de dados BVS. Três de Maio, 2016.



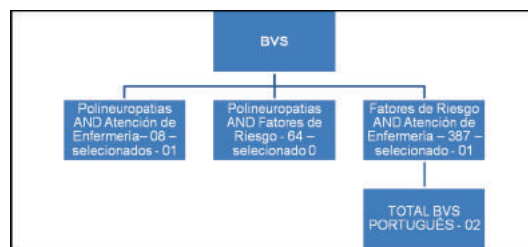
Fonte: Engeroff, Barth, Caramão, 2016.

Figura 4. Fluxograma busca de descritores booleano base de dados BVS. Três de Maio, 2016.



Fonte: Engeroff, Barth, Caramão, 2016.

Figura 5. Fluxograma busca de descritores booleano base de dados BVS. Três de Maio, 2016.



Fonte: Engeroff, Barth, Caramão, 2016.

A amostra final foi composta por 27 manuscritos.

Terceira Etapa – Definição das Informações

Essa etapa consiste na definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados, utilizando um instrumento para reunir e sintetizar as de maior relevância. Nesta etapa também foi utilizado um instrumento para reunir e sintetizar as informações (APÊNDICE A), o qual é composto por: Título do Artigo. Ano. Metodologia. Autor. Periódico.

Quarta Etapa – Avaliação dos Estudos

A quarta etapa consiste na análise dos dados (Mendes; Silveira; Galvão (2008)). A técnica de análise dos dados empregada foi a Análise Temática de Minayo (2010), a qual consiste em três momentos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

No primeiro momento foi realizada a leitura flutuante dos 27 manuscritos que incluíram na amostra final. No segundo momento foi realizada a leitura profunda com a inserção de códigos/temas-chaves que se enquadravam nos objetivos do estudo. No terceiro momento, realizou o agrupamento dos temas formando as categorias, sendo por fim estabelecidas 3 grandes categorias: Sistematização da assistência, Fatores de risco relacionados a vírus e bactérias, Fatores de risco relacionados a condições genéticas, fisiológicas e biológicas.

Quinta Etapa – Interpretação dos Resultados

Esta etapa corresponde à fase de discussão dos principais resultados da pesquisa. Nesta etapa, realizou-se a discussão dos achados analisados com outros estudos encontrados na literatura sobre o tema em questão.

Sexta etapa – apresentação da revisão

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos selecionados para a análise apresentam as seguintes caracterizações: 06 artigos foram publicados no ano de 2015, 05 no ano de 2012, 03 no ano de 2014 e 2011, 02 no ano de 2010 e 2013 e 01 no ano de 2001, 2002, 2004, 2006, 2007 e 2016. O periódico de publicação seguiu da seguinte forma: 04 artigos publicados na American Journal of Epidemiology, 03 na Plos One, 02 na Critical Care, Eur J. Epidemiol e 01 artigo na American Journal of critical care, J. Neurol. Neurosurg Psychiatry, How To Cite This Article, Journal of Travel Medicine, Ver. Latina Am. Enfermagem, Bmc Family Practice, American Journal of Public Health, Emerging Infectious Diseases, Major Article, Department of Radiology, Internal Medicine, Avances En Enfermería, Enfermería Universitária, Acta Sci Health Sci, Rev. Gaúcha de Enfermagem e Rev. Esc. Enfermagem Usp.

Os sujeitos dos estudos selecionados eram na maioria do sexo masculino na faixa etária de 55 anos a 75 anos, corroborando com o estudo de Tavares *et al.* (2000) sobre a SGB, mostra que a etiologia da doença ainda é pouco conhecida e a população masculina é a mais afetada com o aumento da idade, tem-se, assim, a necessidade de reflexão de uma maior investigação sobre a relação entre o gênero e a SGB.

A SGB vem desencadeando suas manifestações clínicas em indivíduos masculinos de grande parte adultos ou idosos. Por isso, é importante estar atento à saúde do homem e suas implicações positivas na melhora da prevenção e do cuidado integral. É um público reservado e trabalhador, que somente procura o atendimento em casos extremos; por isso, é necessário desenvolver cada vez mais campanhas educativas, fóruns com orientações, grupos de saúde e *folders* com dicas de cuidado à saúde do homem.

Após a análise dos estudos selecionados, elencou-se 3 categorias principais, intituladas: Sistematização da assistência, Fatores de risco relacionados a vírus e a bactérias, Fatores de risco relacionados a condições genéticas, fisiológicas e biológicas.

A primeira abordou o processo de enfermagem, elencando o exame físico e a entrevista de enfermagem; os principais diagnósticos levantados aos pacientes com Síndrome de Guillain-Barré, como, por exemplo, risco de integridade da pele prejudicada; risco de quedas, risco de úlcera por pressão. Deu ênfase à qualidade da assistência e às principais intervenções a este indivíduo (A12, A13, A14, A20, A23, A24, A25, A26, A27).

Na segunda categoria, os artigos abordam fatores de risco relacionados a vírus e a bactérias, sendo que a SGB é causada pela bactéria *Campylobacter jejuni*, pelo vírus da influenza H1N1 ou pelo herpes zoster. Grande parte dos artigos estudados relata que a principal causa da SGB é o vírus da Influenza H1N1 (A4, A5, A8, A9, A10, A15, A16, A17, A18, A19, A22).

A terceira categoria traz consigo informações sobre fatores de risco relacionados a condições genéticas, fisiológicas e biológicas. Os principais fatores encontrados para associar a SGB, vão de encontro a quadros sépticos, hipocalcemia, disfunções no nervo craniano, levando a déficit no funcionamento do nervo vago. Outro fator aborda os problemas cognitivos como a depressão, sendo um causador da patologia; já outros artigos dizem que problemas cardiovasculares, metabólicos e hereditariedade também fazem parte dos fatores intrínsecos e extrínsecos causadores da SGB (A1, A2, A3, A6, A7, A11, A21).

Pacientes com SGB são submetidos a internações isoladas em regime ocluso, como uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI), sendo monitorados constantemente e submetidos a processos invasivos como ventilação mecânica, intubação endotraqueal e traqueostomia. Os artigos relatam que esses processos invasivos e a retirada dos mesmos, como exemplo o desmame ventilatório, a extubação e a cicatrização do orifício da traqueostomia, são fatores de risco para agravar o quadro clínico do paciente (A1, A2, A3, A6, A7, A11, A21).

Na primeira categoria, foi abordado o processo de enfermagem que ocorre por 5 etapas, sendo duas delas a anamnese e o exame físico. O profissional enfermeiro inspeciona o paciente de forma céfalo-caudal, avaliando integridade da pele, ocorrência de quedas e a presença de úlceras por pressão, em relação à paciente acamado. Em sequência o profissional elenca os diagnósticos de enfermagem e as principais intervenções de assistência ao cuidado. (A12, A13, A14, A20, A23, A24, A25, A26, A27).

Para Tannure e Pinheiro (2011) o Processo de Enfermagem (PE) é importante para uma melhor interação entre o profissional e o paciente, a partir do desenvolvimento da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE). O PE é uma ferramenta da qual o profissional enfermeiro dispõe para aplicar seus conhecimentos técnico-científicos e humanos na assistência aos pacientes.

A partir do vislumbrado, acredita-se que o PE está imbuído na qualidade do cuidado humanizado, sendo esse realizado tanto nas instituições hospitalares como

pelas práticas clínicas acadêmicas, pois ele proporciona um contato com todas as necessidades do paciente. As cinco etapas deste processo proporcionam a criação de vínculo entre profissional enfermeiro e paciente.

A segunda categoria reporta que a SGB é causada pela bactéria *Campylobacter jejuni*, pelo vírus da influenza H1N1 ou pelo herpes zoster, sendo que desses, seis artigos estudados relatam que a principal causa da SGB é o vírus da Influenza H1N1 (A4, A5, A8, A9, A10, A15, A16, A17, A18, A19, A22).

Segundo essas contribuições, a SGB é relacionada com os fatores bacterianos e virais, com grande ênfase na Influenza H1N1; e também fatores metabólicos e genéticos. A SGB tem sido associada com a Influenza H1N1, quando os sintomas se desenvolvem poucos dias após a vacinação, e intercalada de forma temporal com a Influenza (AIRES *et al.*, 2014; FERRANINI *et al.*, 2010).

Acerca das informações mencionadas, acredita-se que se deve ter uma investigação maior na comunidade, sobre a população residente, de forma a colher o máximo de informações sobre o histórico de saúde pregressa e atual dos indivíduos, bem como avaliar a situação ambiental, exposição a agentes causadores de patologias e a forma de alimentação, cuidado com a saúde (prática de exercício, medicação de uso contínuo, necessidades e cultura).

Conforme a Política Nacional de Atenção Básica - PNAB (2007) são características do processo de trabalho da Saúde da Família: diagnóstico, programação e implementação das atividades segundo critérios de risco à saúde, priorizando solução dos problemas de saúde mais frequentes; prática do cuidado familiar ampliado, efetivada por meio do conhecimento da estrutura e da funcionalidade das famílias que visa propor intervenções que influenciem os processos de saúde-doença dos indivíduos, das famílias e da própria comunidade.

É fundamental o ser humano cuidar da sua saúde, buscar atendimento quando necessário e participar de eventos ou momentos sobre orientações em saúde, educação em saúde e prevenção. O profissional enfermeiro, juntamente com sua equipe, conhece a sua população de abrangência; portanto, terá conhecimento das necessidades emocionais, físicas, socioeconômicas e culturais. Ele pode promover a assistência, criando ferramentas que auxiliem a cuidar da sua comunidade.

A terceira categoria apresenta outras causas para a SGB, tais como, fatores relacionados às condições genéticas, fisiológicas e biológicas, além de outros fatores como cognitivos, cardiovasculares, metabólicos e hereditariedade (A1, A2, A3, A6, A7, A11, A21). Para MORAES *et al.* (2015) as principais causas dessa síndrome são as infecções respiratórias, gastrointestinais e a genética do indivíduo.

Nos estudos de Mauricio *et al.* (2007), identifica como fatores desencadeantes da SGB, infecções do trato respiratório superior e gastroenterites, e os agentes infecciosos como *Campylobacter jejuni*, vírus da Influenza e citomegalovírus foram os mais citados como responsáveis pela patologia. Já para Dourado (2015), aponta para fatores de risco a predisposição

genética, englobando doenças cardiovasculares e cognitivas. As situações ambientais, como por exemplo, exposição a produtos tóxicos ou agentes cancerígenos, também se enquadram como causa desta Síndrome.

Frente a isso, entende-se que a SGB, além de ser causada por fatores infecciosos, também está presente em fatores genéticos. A cada ano que passa, as pessoas estão mais ocupadas com seus afazeres e profissões; bens materiais vêm se tornando o foco para uma vida de luxúria e competição. Por isso, o estresse, a competitividade no mercado de trabalho e as inovações tecnológicas, estão sugando a energia mental e física do ser humano, abrindo lacunas para predisposições de doenças psicossociais e fisiológicas.

4. CONCLUSÃO

A SGB é uma doença que ainda é pouca conhecida no mundo. Sua causa não foi totalmente descoberta e suas manifestações clínicas tornam o indivíduo em grande parte dependente dos seus familiares, de uma instituição ou de um serviço. Percebe-se que esta Síndrome já foi diagnosticada ao longo de décadas de evolução, por estudiosos, cientistas e formadores de opinião. Doença que existe, porém não se teve muitos estudos e contribuições sobre o seu desenvolvimento no corpo do ser humano. O que se sabe hoje é que são várias informações sobre causas.

O objetivo geral do estudo encontra-se em parte realizado, pois o papel da SAE frente ao paciente com SGB é promissor e qualificado, proporciona a diferença da qualidade de assistência com comprometimento e conhecimento, porém, a respeito dos fatores desencadeantes da síndrome, da mesma forma que os autores o deferiram em seus relatos e estudos, encontram-se desconhecidos. É importante salientar que os objetivos específicos foram efetivos neste estudo, conseguindo-se as respostas para estas dúvidas e implicações acadêmicas.

A SGB está sendo estudada com mais afinco e determinação porque os casos de pacientes com esta patologia estão sendo conhecidos nos dias tumultuados de hoje. É preciso avançar nos estudos e pesquisar além do enfoque principal. Portanto, conclui-se que o paciente com SGB está suscetível a grandes complicações e mudanças no seu paradigma de vida, e que a sistematização da assistência vem a acrescentar imprescindivelmente na qualidade de vida deste indivíduo, pois os cuidados essenciais se administram de maneira efetiva, com técnica e conhecimento.

REFERÊNCIAS

AIRES, F. R. Y; LIMA, S. L. A; SAMPAIO, G. G. P; GALDINO, S. G. 2014. **SÍNDROME DE GUILLAIN-BARRÉ ASSOCIADA À IMUNIZAÇÃO H1N1**. Revista Brasileira de Neurologia e Psiquiatria. Jan/Abr; vol.18. pg. 73-76.

ALEXANDRESCU, R. *et al.* 2014. **Functional Outcomes and Efficiency of Rehabilitation in a National Cohort of Patients with Guillain - Barre ´ Syndrome and Other Inflammatory Polyneuropathies**. Plos One. November | Volume 9 | Issue 11. A14.

- ANASTASOPOULOS, D; KEFALIAKOS, A; MICHALOPOULOS, A. 2011. *Is plasma calcium concentration implicated in the development of critical illness polyneuropathy and myopathy?* Anastasopoulos *et al.* *Critical Care*, 15:R247. A1.
- BAKER, G. M. *et al.* 2012. *Declining Guillain-Barré Syndrome after Campylobacteriosis Control, New Zealand, 1988–2010.* *Emerging Infectious Diseases*. February. Vol. 18, No. 2. A18.
- BENETI, G. M; SILVA, D. L. D. 2006. *Síndrome de Guillain-Barré.* Semina: Ciências Biológicas e Saúde. Londrina, v. 27, n. 1, p. 57-69, jan./jun.
- BENSOUDA, G. L. *et al.* 2011. *Guillain-Barre´ Syndrome, Influenzalike Illnesses, and Influenza Vaccination During Seasons With and Without Circulating A/H1N1 Viruses.* *Am J Epidemiol.* Vol. 174. Pg. 326–335. A9.
- BRASIL. 2015. *Síndrome de Guillain-Barré.* Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas. Portaria SAS/MS nº 1171.
- BRASIL. 2007. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção À Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica.* – 4. ed. – Brasília. Ministério da Saúde. 68 p. – (Série E. Legislação de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006; v. 4).
- CASAROLLI, G. C.A; EBERHARDT, D. T; MORAES, A; HOSTATTER, M. L. 2014. **ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA SÍNDROME DE GUILLAIN-BARRÉ: Uma Revisão da Literatura.** REVISTA CONTEXTO & SAÚDE IJUÍ EDITORA UNIJUÍ v. 14 n. 27 JUL./DEZ. p. 16-22
- CECATTO, S. B.; GARCIA, R. I. D. *et al.* 2003. **Síndrome de Guillain-Barré como complicação de amigdalite aguda.** *Rev. Brasileira de Otorrinolaringologia, São Paulo.* Jul/Ago. vol. 69, n. 4. Pg. 566-9.
- CONNOR, A. B; RIDELE, S. M. 2013. *Post-Infectious Sequelae of Travelers' Diarrhea.* *Journal of Travel Medicine* 2013; Volume 20 (Issue 5): 303–312. A8.
- DOURADO, T. M. 2015. **Síndrome de Guillain-Barré: Epidemiologia, Prognóstico e Fatores de Risco.** Natal /RN.
- FERRANINI, G. A. M; ACATTOLIN, A. A. M; RODRIGUES, M. M; RESENDE, I. C.L.S; IAZZETTI, V.A. 2010. **Síndrome de Guillain-Barré em associação temporal com a vacina influenza A.** *Rev Paul Pediatr.*
- GALEOTTI, F. 2013. Risk of Guillain-Barre´ syndrome after 2010–2011 influenzavaccination. *Eur J Epidemiol.* Vol. 28. pg. 433–444. DOI 10.1007/s10654-013-9797-8. A16.
- GOMES, G. K. R; LOPES, O. V. M. 2013. **Diagnósticos de enfermería en individuos ingresados en unidad de cuidados intensivos.** *AVANCES EN ENFERMERÍA* .vol. XXXI N.º 2. JULIO-DICIEMBRE. A24.
- GREENE, S. *et al.* 2012. *Risk of Confirmed Guillain-Barre´ Syndrome Following Receipt of Monovalent Inactivated Influenza A (H1N1) and Seasonal Influenza Vaccines in the Vaccine Safety Datalink Project, 2009–2010.* *Am J Epidemiol.* Vol. 175. Pg. 1100–1109. A10.
- HANEWINCKELI, R; OIJENI, V. M; IKRMA. A. M; DOORN, V. A. P. 2015. *The epidemiology and risk factors of chronic polyneuropathy.* *Eur J Epidemiol.* vol. 3. Pg. 5–20. DOI 10.1007/s10654-015-0094-6. A21.
- HIGUCHI, A. M. *et al.* 2015. *Dysgeusia in a Patient with Guillain-Barré Syndrome Associated with Acute Hepatitis E: A Case Report and Literature Review.* *Internal Medicine.* A22.
- HUIZINGA, R. *et al.* 2012. *Sialylation of Campylobacter jejuni Lipo-Oligosaccharides: Impact on Phagocytosis and Cytokine Production in Mice.* *Plos One.* March | Volume 7 | Issue 3. A5.
- KANG, H. J; JIUAN, J; LIN, C. H. 2016. *Increased Risk of Guillain-Barre´ Syndrome following Recent Herpes Zoster: A Population-Based Study across Taiwan.* *Major Article.* Taiwan. A19.
- Keaveney, M. A. 2004. **CRITICAL ILLNESS POLYNEUROPATHY IN ADULTS AFTER CARDIAC SURGERY: A CASE STUDY.** *AMERICAN JOURNAL OF CRITICAL CARE, September,* Volume 13, No. 5. A2
- LIMA, S. P. A; CHIANCA, M. C. T; TANNURE, C. M. 2015. **Assessment of nursing care using indicators generated by software¹** *Rev. Latino-Am. Enfermagem.* Mar.-Apr. Vol. 23. Pg. 234-41. DOI: 10.1590/0104-1169.0177.2547. A12.
- LISE, F; SILVA, C. L. 2007. **Prevenção de úlcera por pressão: instrumentalizando a enfermagem e orientando o familiar cuidador.** *Acta Sci. Health Sci. Maringá/ PR.* v. 29, n. 2, p. 85-89. A25.
- LOVATO, A. 2013. **Metodologia da Pesquisa.** Três de Maio – RS. SETREM. ISBN 978-85-99-020-05-0.
- MANABE, T; TERAMOTO, S; TAMIAYA, N; OKOCHI, J; HIZAWA, N. 2015. **Risk Factors for Aspiration Pneumonia in Older Adults.** *October,* vol. 07. A11.
- MAURICIO, C. K; ISHIBASHI, S. A. R. 2007. **FATORES PREDITIVOS PARA A MÁ EVOLUÇÃO RESPIRATÓRIA NA SÍNDROME DE GUILLAIN-BARRÉ UMA REVISÃO DA LITERATURA.** São Paulo.
- MCCARTHY, N; GIESECKE, J. 2001. *Incidence of Guillain-Barré Syndrome following Infection with Campylobacter Jejuni.* *Am J Epidemiol,* Vol. 153, No. 6. A4.
- MALAN, Z; MASH, R; MURPHY, E. K. 2015. **Qualitative evaluation of primary care providers experiences of a training programme to offer brief behaviour change counselling on risk factors for non-communicable diseases in South Africa.** *BMC Family Practice.* DOI 10.1186/s12875-015-0318-6. A13.

A11	2015	Risk Factors For Guillain-Barré Syndrome In Older Adults	Loebbe Mawle1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37,38,39,40,41,42,43,44,45,46,47,48,49,50,51,52,53,54,55,56,57,58,59,60,61,62,63,64,65,66,67,68,69,70,71,72,73,74,75,76,77,78,79,80,81,82,83,84,85,86,87,88,89,90,91,92,93,94,95,96,97,98,99,100,101,102,103,104,105,106,107,108,109,110,111,112,113,114,115,116,117,118,119,120,121,122,123,124,125,126,127,128,129,130,131,132,133,134,135,136,137,138,139,140,141,142,143,144,145,146,147,148,149,150,151,152,153,154,155,156,157,158,159,160,161,162,163,164,165,166,167,168,169,170,171,172,173,174,175,176,177,178,179,180,181,182,183,184,185,186,187,188,189,190,191,192,193,194,195,196,197,198,199,200,201,202,203,204,205,206,207,208,209,210,211,212,213,214,215,216,217,218,219,220,221,222,223,224,225,226,227,228,229,230,231,232,233,234,235,236,237,238,239,240,241,242,243,244,245,246,247,248,249,250,251,252,253,254,255,256,257,258,259,260,261,262,263,264,265,266,267,268,269,270,271,272,273,274,275,276,277,278,279,280,281,282,283,284,285,286,287,288,289,290,291,292,293,294,295,296,297,298,299,300,301,302,303,304,305,306,307,308,309,310,311,312,313,314,315,316,317,318,319,320,321,322,323,324,325,326,327,328,329,330,331,332,333,334,335,336,337,338,339,340,341,342,343,344,345,346,347,348,349,350,351,352,353,354,355,356,357,358,359,360,361,362,363,364,365,366,367,368,369,370,371,372,373,374,375,376,377,378,379,380,381,382,383,384,385,386,387,388,389,390,391,392,393,394,395,396,397,398,399,400,401,402,403,404,405,406,407,408,409,410,411,412,413,414,415,416,417,418,419,420,421,422,423,424,425,426,427,428,429,430,431,432,433,434,435,436,437,438,439,440,441,442,443,444,445,446,447,448,449,450,451,452,453,454,455,456,457,458,459,460,461,462,463,464,465,466,467,468,469,470,471,472,473,474,475,476,477,478,479,480,481,482,483,484,485,486,487,488,489,490,491,492,493,494,495,496,497,498,499,500,501,502,503,504,505,506,507,508,509,510,511,512,513,514,515,516,517,518,519,520,521,522,523,524,525,526,527,528,529,530,531,532,533,534,535,536,537,538,539,540,541,542,543,544,545,546,547,548,549,550,551,552,553,554,555,556,557,558,559,560,561,562,563,564,565,566,567,568,569,570,571,572,573,574,575,576,577,578,579,580,581,582,583,584,585,586,587,588,589,590,591,592,593,594,595,596,597,598,599,600,601,602,603,604,605,606,607,608,609,610,611,612,613,614,615,616,617,618,619,620,621,622,623,624,625,626,627,628,629,630,631,632,633,634,635,636,637,638,639,640,641,642,643,644,645,646,647,648,649,650,651,652,653,654,655,656,657,658,659,660,661,662,663,664,665,666,667,668,669,670,671,672,673,674,675,676,677,678,679,680,681,682,683,684,685,686,687,688,689,690,691,692,693,694,695,696,697,698,699,700,701,702,703,704,705,706,707,708,709,710,711,712,713,714,715,716,717,718,719,720,721,722,723,724,725,726,727,728,729,730,731,732,733,734,735,736,737,738,739,740,741,742,743,744,745,746,747,748,749,750,751,752,753,754,755,756,757,758,759,760,761,762,763,764,765,766,767,768,769,770,771,772,773,774,775,776,777,778,779,780,781,782,783,784,785,786,787,788,789,790,791,792,793,794,795,796,797,798,799,800,801,802,803,804,805,806,807,808,809,810,811,812,813,814,815,816,817,818,819,820,821,822,823,824,825,826,827,828,829,830,831,832,833,834,835,836,837,838,839,840,841,842,843,844,845,846,847,848,849,850,851,852,853,854,855,856,857,858,859,860,861,862,863,864,865,866,867,868,869,870,871,872,873,874,875,876,877,878,879,880,881,882,883,884,885,886,887,888,889,890,891,892,893,894,895,896,897,898,899,900,901,902,903,904,905,906,907,908,909,910,911,912,913,914,915,916,917,918,919,920,921,922,923,924,925,926,927,928,929,930,931,932,933,934,935,936,937,938,939,940,941,942,943,944,945,946,947,948,949,950,951,952,953,954,955,956,957,958,959,960,961,962,963,964,965,966,967,968,969,970,971,972,973,974,975,976,977,978,979,980,981,982,983,984,985,986,987,988,989,990,991,992,993,994,995,996,997,998,999,1000	Blas One	The Purpose Of The Present Study Was To Determine The Risk Factors For Guillain-Barré Syndrome Among The Elderly.	We Conducted An Observational Study Using Data From A Nationwide Survey Of Geriatric Medical Centers In Japan. The Study Subjects Included 9830 Patients (Median Age: 85 Years, Women: 70%) Who Were Divided Into Two Groups: Those Who Had Experienced An Episode Of Guillain-Barré Syndrome In The Previous 3 Months And Those Who Had Not. Data On Demographics, Clinical Status, Activities Of Daily Living (ADL), And Major Illnesses Were Compared Between Subjects With And Without Guillain-Barré Syndrome.
A12	2015	Assessment Of Nursing Care Using Indicators Generated By Software	Ana Paula Souza Lima2, Tânia Costa Machado3, Chiracá Maria3, Chiracá Tarciane3	Rev. Latino-Am Enfermagem	To Analyze The Efficacy Of The Nursing Process In An Intensive Care Unit Using Indicators Generated By Software.	Cross-Sectional Study Using Data Collected For Four Months. Six And Quotients Daily Registered Patients, Took History (At Admission), Performed Physical Assessments, And Established Nursing Diagnoses, Nursing Plans/Prescriptions, And Assessed Care Delivered To 17 Patients Using Software. Indicators Concerning The Incidence And Prevalence Of Nursing Diagnoses, Rate Of Effectiveness, Risk Diagnosis, And Rate Of Effective Prevention Of Complications Were Compared.
A13	2015	Qualitative Evaluation Of Primary Care Providers Experiences Of Training Experiences To Offer Support Without Change Counseling On Risk Factors For Non-Communicable Diseases In South Africa	Zelig Meiri1, Robert Mach1, And Katherine Ewells-Murphy2	Blas Family Practice	This Article Reports On A Qualitative Sub-Study, Which Explored Whether The Training Intervention Changed Basic Perception Of Their Confidence In Their Ability To Offer Blas Without They Believed That The New Approach Could Overcome The Barriers To Implementation In Clinical Practice And Be Sustained, And Their Recommendations On Future Training And	This Was A Qualitative Study That Used Verbal Feedback From Participants At The Beginning And End Of The Training Course, And Twelve Individual Member Interviews With Participants Once They Had Returned To Their Clinics.
A14	2014	Functional Outcomes And Efficiency Of Rehabilitation In A National Cohort Of Patients With Guillain-Barré Syndrome And Other Inflammatory Polyneuropathies	Alana Alexandrou1, Richard John Siegel2, Lynn Turner3, Stokols3	Blas One	To Describe Functional Outcomes, Care Needs And Cost-Efficiency Of Hospital Rehabilitation For A US Cohort Of Inpatients With Guillain-Barré Syndrome And Other Inflammatory Polyneuropathies.	Cohort Analysis Of Data From The US Rehabilitation Outcomes Collaborative National Clinical Dataset. Outcome Measures Include The US Functional Assessment Measurement Inventory (FAM) Dependency Score (N/A) And Care Needs Assessment (N/A). Patients Were Analyzed In Three Groups Of Dependency Based On Their Admission Dependency Score: Low (N/A), Medium (N/A) And High (N/A). Cost-Efficiency Was Measured As The Time Taken To Offset The Cost Of Rehabilitation By Savings In Nonrehabilitation Costs Of On-Going Care In The Community.
A15	2014	Cumulative Risk Of Guillain-Barré Syndrome Among Vaccinated And Unvaccinated Populations During The 2009 H1N1 Influenza Pandemic	Claudia Valozzi, Md, Mph, Shihab Iqbal, PhD, MEd, Mph, Brock Stewart, PhD, Jerome Tobias, Md, Mph, And Frank DeStefano, Md, Mph	American Journal Of Public Health	We Sought To Assess Risk Of Guillain-Barré Syndrome (GBS) Among Influenza A (H1N1) 2009 Pandemic (P/1N1) Vaccinated And Unvaccinated Populations At The End Of The 2009 Pandemic.	Methods: We Applied GBS Surveillance Data From A US Population Cohort With Aged Of 19 Million From October 15, 2009, Through May 31, 2010. GBS Cases Meeting Brighton Collaboration Criteria Were Identified. We Calculated The Incidence Density Ratio (IDR) Among P/1N1 Vaccinated And Unvaccinated Populations. We Also Estimated Cumulative GBS Risk Using Life Table Analysis. Additionally, We Used Vaccine Coverage Data And Census Population Estimates To Calculate Denominators.
A16	2012	Risk Of Guillain-Barré Syndrome After 2010-2011 Influenza Vaccination	Francesca Salanti - Marco Masoni, et al	Blas J Epidemiol	Influenza Vaccination Has Been Implicated In Guillain-Barré Syndrome (GBS), Although The Evidence For This Link Is Controversial.	A Cohort Study Was Conducted Between October 2010 And May 2011 In Seven Italian Regions To Explore The Relation Between Influenza Vaccination And GBS. The Study Included 170 GBS Incident Cases Aged 18 Years From 88 Neurological Centers. Controls Were Selected Among Patients Admitted For Acute Conditions To The Emergency Department Of The Same Hospital As Cases.
A17	2012	Guillain-Barré Syndrome During The 2009-2010 H1N1 Influenza Vaccination Campaign: Population-Based Surveillance Among 45 Million Americans	Matthew E. Wise et al	American Journal Of Epidemiology	In Light Of The Previous Association Between GBS And The 1970 Vaccine, We Implemented Surveillance In The United States During 2009-2010 To Rapidly Monitor The Population For GBS Following Vaccination.	Active, Population-Based Surveillance For GBS Cases In Persons Who Had An Initial Health-Care Encounter Between October 1, 2009, And May 31, 2010, Was Conducted Among 44.8 Million Residents At The 10 Sites Of The Emerging Infections Program (EIP) California (3 Counties), Colorado (3 Counties), Connecticut (Statewide), Georgia (8 Counties), Maryland (Statewide), Minnesota (Statewide), New Mexico (Statewide), New York (Statewide), Evolving New York City, Oregon (3 Counties), And Tennessee (Statewide).
A18	2012	Declining Guillain-Barré Syndrome Following Convalescent Plasma Control, New Zealand	Michael G. Baker, Amanda Kyriakou, Jane Cheng, Rob Lake, Ann Sears, And Nick Wilson	Emerging Infectious Diseases	Distinguish The Infection Most Closely Associated With GBS - Analyze The Temporal Relationship Between Convalescent Plasma And GBS	Because GBS Is A Serious Illness That Nearly Always Results In Hospitalization, Hospitalization Data Provided The Most Accurate Available Measure Of GBS Incidence. We
A19	2010	Increased Risk Of Guillain-Barré Syndrome Following Recent Herpes Zoster: A Population-Based Study Across Taiwan	Jiun-Hong Kang 1,3, Jui-Jung Shiu,2, And Heng-Ching Lin4	Major Article	This Study Aimed To Establish Epidemiological Profiles Regarding The Frequency And Risk For GBS Following Herpes Zoster.	We Extracted 310,500 Patients With Herpes Zoster From A Nationwide Health Registry In Taiwan During The Period 2003-2009, and Also Randomly Selected 640,785 Matched Control Subjects. Each Participant Was Individually Tracked For 2 Months From Their Index Ambulatory Care Visit To Identify Those Who Developed GBS. Stratified Cox Proportional Hazard Regressions Were Conducted To Analyze The Difference In The Risk Of GBS For Patients With GBS (Without Herpes Zoster).
A20	2008	Factors Predicting Extubation Success In Patients With Guillain-Barré Syndrome	Trach H. Nguyen et al.	Department Of Biostatistics, Johns Hopkins Hospital	We Hypothesized That Reversal Of Clinical Indices Used To Intubate A Patient (I.e., Declining Vital Capacity [VC]) Predict Extubation.	This Was A Retrospective Study In Neurological Care Units At Two Teaching Hospitals Identifying All Mechanically-Ventilated Patients With GBS.
A21	2015	The Epidemiology And Risk Factors Of Chronic Polyneuropathy	Reza Harnawati1,2, - Mervie Van Dijk1,2,3, - M. Abbas, Ibrahim1, - Peter A. Van Doorn2	Blas J Epidemiol	We Searched Embase, Medline, Web-Of-Science, Cochrane, Epubmed, Pubmed, And Google Scholar For Population-Based Studies Investigating The Prevalence Of Polyneuropathy And Its Risk Factors.	Out Of 5116 Papers, We Identified 29 Eligible Studies, Including 11 Door-To-Door Survey Studies, 7 Case-Control Studies And 11 Cohort Studies. Prevalence Of Polyneuropathy Across These Studies Varied Substantially. This Can Partly Be Explained By Differences In Assessment Protocols And Study Populations.

A22	2014	Diagnosis In A Patient With Guillain-Barré Syndrome Associated With Acute Hepatitis E: A Case Report And Literature Review	Musa-Abi Hujou et al	Internal Medicine	We Present Report The Case Of A Patient With Guillain-Barré Syndrome Associated With Acute Hepatitis E. A Case Report And Literature Review	Case Report
A23	2012	Intervención De Una Persona Con Síndrome De Guillain-Barré Tipo Aman, Bajo La Tercera De Derivada De	K. L. González, Morales, V. S. López, Martínez, Y R. Muñoz-Mendoza	Enfermería Universitaria	El Estudio De Caso Que Se Presenta Tiene Como Objetivo Describir La Experiencia De Una Persona Con Síndrome De Guillain-Barré Tipo Aman, Bajo La Tercera De Derivada De	Si Embargo Existe Evidencia De Que La Guiltain-Barré Se Puede Asociar A Infecciones Bacterianas, Virales, Fúngicas, Parasitarias, Y A Lesiones De La Columna Vertebral, No Se Han Reportado Casos De Guillain-Barré Tipo Aman Asociados A Infecciones Bacterianas, Virales, Fúngicas, Parasitarias, Y A Lesiones De La Columna Vertebral.
A24	2015	Diagnóstico De Enfermedad De Guillain-Barré En Un Paciente Con Síndrome De Guillain-Barré Tipo Aman, Bajo La Tercera De Derivada De	Regina Kelly Guimarães Gomes*, Marcos Vinícius De Oliveira Lopes**	Avances En Enfermería	Identificar Los Diagnósticos De Enfermedad Presentados Por Pacientes Hospitalizados En Unidades Terapéuticas Intensiva (UTI), Según La Clasificación De La Nanda Internacional.	Se Trata De Un Estudio Descriptivo Con La Aplicación De Un Instrumento Estructurado Para La Investigación De Datos Desde Aspectos Referenciales A Datos De Identificación Funcional Fisiológica. El Caso Fue Aislado A 35 Pacientes Hospitalizados En La Uti De Un Hospital Privado De La Ciudad De Fortaleza (Brasil). Los Datos Se Recopilaron En Tablas Y Se Discutieron Los Diagnósticos, Relaciones Relacionadas Y De Riesgo Más Evidentes.
A25	2007	Prevalencia De Urticaria Por Praxido Instrumentalizando A Enfermagem O Familiar Cuidador	Fernanda Lima1, E Lemos Chaves, De Sáiz	Acta Soc. Health Sci	Descobrir O Processo De Instrumentalização Para Auxílios Técnicos De Enfermagem E Familiares Na Prevenção De Urticaria Em Pacientes De Uma Uti Adulto	Este Estudo Apresenta A Metodologia De Cuidado Qualitativo E Descritivo. Foi Conduzido De 12 Técnicos E Um Auxiliar De Enfermagem E 52 Familiares De Pacientes Que Estavam Em Risco De Desenvolver Urticaria Em Uma Uti De Recuperação Pós-Operatória De Um Hospital.
A26	2015	Análisis De Casos Sub-Específicos De Guillain-Barré Tipo Aman, Bajo La Tercera De Derivada De	Bruna Pohlmann Zambonato, Michel, Cristina Silva De Assis, Maria Gomes Baptista	Rev. Saúde Debate	Identificar Quais Afirmações Na Pontuação Dos Sub-específicos De Guillain-Barré Tipo Aman, Bajo La Tercera De Derivada De Uti De Desenvolvimento De Uti	Este Estudo Foi Realizado Logicamente Em Uma Corte Retrospectiva Realizado No Hospital De Clínicas De Porto Alegre. Em Análises Hospitalares Em Unidades Clínicas E Cirúrgicas, De Outubro De 2005 A Junho De 2006.
A27	2011	Autópsia De Um Paciente Com Síndrome De Guillain-Barré Tipo Aman, Bajo La Tercera De Derivada De	Silvia Regina Tassin, Manoel, Margaret Rose Pinho, Luciane Lucio Pereira3	Rev. Esc. Enferm. USP	Reconhecer A Autonomia E A Vulnerabilidade Do Enfermeiro No Processo De Implementação E Instrumentalização De Assistência De Enfermagem (AE), Através De Revisão Bibliográfica Integrativa, Mediante Análise De Conteúdo.	Dentre Os Artigos Pesquisados, Selecionamos 54-0 Em Conformidade Com O Foco, Publicados Entre 1986 E 2009.



Rede SINODAL
de Educação
IECLB

Educação Básica

Creche
Pré-escola
Ensino Fundamental
Ensino Médio
Centro de Idiomas

Cursos Técnicos

Agropecuária
Comunicação Visual
Design de Móveis
Enfermagem
Informática
Manutenção Automotiva
Vendas

Faculdade Três de Maio

Administração
Agronomia
Design de Moda
Enfermagem
Engenharia de Produção
Laticínios
Pedagogia
Psicologia
Redes de Computadores
Sistemas de Informação

Extensão, Pesquisa e Pós-graduação

Nas áreas de Agropecuária,
Design, Educação, Engenharias,
Gestão, Psicologia, Saúde e
Tecnologia da Informação

Campus SETREM

Av. Santa Rosa, 2405 - Três de Maio - RS - CEP: 98910-000

Unidade Três de Maio

Av. Avai, 370 - Três de Maio - RS - CEP: 98910-000

Unidade São Paulo

Rua Tereza Verzeri, 789 - Três de Maio - RS - CEP: 98910-000

 (55) 3535 4600

www.setrem.com.br | setrem@setrem.com.br